

Percurso 55

Tempo, narração e política

Sumário

3 Sumário
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS

9 Políticas de clínica e políticas de formação
Clinical policies and training policies
Maria Ângela Santa Cruz

19 O sentido clínico da história
The clinical meaning of history
Thiago P. Majolo

27 “Bons encontros” com o pensamento de André Green
“Good meetings” with the thought of André Green
Silvia Leonor Alonso

33 O manejo clínico na loucura histérica
Clinical management in hysterical madness
Daniel Rodrigues Lirio

43 Sonhos, para que te quero?
Dreams, what are they for?
Luciana Ferraz e Luísa Puricelli Pires

53 Clínica psicanalítica e política sob tensão
Psychoanalytic work and politics under tension
Tiago Corbisier Matheus

63 A perplexidade de Alice
Alice's perplexity
Sérgio Telles

71 Esquecer é criar: cinema e psicanálise em *Abril*
despedaçado

*To forget is to create: cinema and Psychoanalysis in
Behind the Sun*
Renato Tardivo

ENTREVISTA

- 79 Um porta-grupos para a psicanálise
A "groups-case" for Psychoanalysis
René Kaës

DEBATE

- 97 Dos bebês, quem cuidará?
Who will take care of babies?
Eloisa Tavares de Lacerda • Leonardo Posternak •
Maria Luiza de A. Moura Ghirardi • Victor Guerra

DEBATE CLÍNICO

- 107 O homem que ia ao bairro escuro
The man who was going to the dark neighborhood
Rodolfo Moguillansky • Bernardo Tanis • Isabel Mainetti
Vilutis

LEITURAS

- 125 Da lógica do condomínio ao encontro na mata
*[Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do
Brasil entre muros]*
*From the logic of condominium to the meeting in the
woods*
Sara Elena Hassan
- 129 Orientação profissional [*Orientação profissional*]
Professional guidance
Beatriz Helena Peres Stucchi
- 131 Clínica extensa: um caso exemplar [*Psicanálise na UTI:
morte, vida e possíveis da interpretação*]
Extensive clinic: an exemplary case
Marion Minerbo
- 133 A psicanálise e seu análogo [*Literacura – Psicanálise como
forma literária*]

Psychoanalysis and its analogue

Camila Salles Gonçalves

- 137 Palavras sepultadas sobre um morto-vivo sobreviverão trans-criptas [*Os avatares da transmissão psíquica geracional*]
Words buried in a zombie will survive trans-cripted
Ilana Safro Berenstein • Mayra de Castro Laurino
- 143 Her Majesty, hysteria! [*Sofrimentos psíquicos: as lutas científicas da Psicanálise e da Psiquiatria pela nomeação, diagnóstico e tratamento*]
Her majesty, hysteria!
Luiz Eduardo de Vasconcelos Moreira
- 146 Um passeio com Mezan pela sociedade, cultura e psicanálise de nosso tempo [*Sociedade, Cultura, Psicanálise*]
A tour with Mezan through society, culture and contemporary Psychoanalysis
Caterina Koltai
- 152 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 154 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 156 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 159 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

O número anterior da Revista tratava das bordas da Psicanálise, dos sujeitos excluídos e invisíveis e dos desafios feitos à clínica e à teoria na contemporaneidade.

Tempo, história e estórias são a marca deste número: entre o passado petrificado e repetitivo onde não há passagem do tempo e o tempo histórico. Temporalidades psíquicas, narrativas e política.

Encerrada a composição desta *Percurso*, linhas foram se desenhando na conversa entre os autores, e, mais uma vez, o conjunto dos textos surpreende: muitos deles parecem bordejar esses temas em busca de seu núcleo. O enlace entre o singular e a cultura nas entranhas do inconsciente, obstáculo *para que o tempo passe*, surge como questão para os autores.

No fechamento da edição, tivemos que enfrentar a triste notícia do falecimento de Maria Ângela Santa Cruz, colega do Departamento. Ângela manteve uma atuação longa e seriamente implicada na formação de novos profissionais, na criação da nossa associação de psicanalistas e, junto à equipe gestora da Clínica do Instituto Sedes Sapientiae, desenvolveu um trabalho primoroso e dedicado até o final de sua vida.

O texto de abertura deste número, escrito em 2008, é a homenagem que a revista *Percurso* presta a Ângela: apaixonada pelo seu ofício, participou da construção do Projeto Clínico-Ético-Político da Clínica Psicológica, projeto que criou um novo modelo institucional em que os estagiários dos cursos encontram uma prática de serviços efetivamente voltada para a população em busca de atendimento. Prática que atesta os efeitos transformadores na formação de alunos e profissionais.

Em sintonia com as inquietações de Angela, o leitor encontrará a ampliação do espectro da psicanálise e de sua potência desalienadora tanto nos relatos clínicos quanto na entrevista de Kaës, que apresenta uma concepção de aparelho psíquico como aparato para dar conta do processo de aparelhagem dos espaços psíquicos de sujeitos que constituem grupos. Kaës fala de três espaços ao se referir ao grupo: o do sujeito singular, o do grupo como entidade, e o dos laços subjetivos. Essas três dimensões dariam conta de uma explicação do mundo convulsionado em que vivemos? Conforme a concepção do autor, é preciso hospedar, nomear e pensar a fim de evitar a desintegração do laço social.

As contribuições de André Green na análise de um quadro de Leonardo da Vinci servem de disparador para Silvia Alonso, que entrelaça dois temas caros à clínica: o das inscrições psíquicas e o das diferentes temporalidades no psiquismo. Estes são contextualizados na obra de Green, articulados ao redor das ideias de presença/ausência do objeto e constituição da estrutura enquadrante, contribuindo para pensar a especificidade da situação analítica quando se parte do informe em direção ao surgimento de alguma figura.

A narrativa de um caso clínico em “O manejo clínico da loucura histórica” também nos fala dos impasses do sujeito diante de sua história. O artigo aborda os dilemas do analista na condução de uma análise na qual o delírio surge como a resposta possível: como ultrapassar a condição de vítima do delírio à culpa, e desta à de responsabilidade por sua história, diante do assassinato do próprio filho?

Conversa com este texto o de Renato Tardivo, que dialoga com o filme *Abril despedaçado*. A questão da temporalidade reaparece, “circular e constante, de ritmo ditado pelos bois [...] que roda e roda e não sai do lugar”. Passado petrificado, hábito corrosivo e repetição, o texto avança tentando responder à pergunta sobre o que permite romper o círculo da repetição e a possibilidade de dar as costas a um destino já traçado – possibilidade maior da psicanálise.

Tal como abordado no texto *O sentido clínico da história*, o conjunto dos artigos caracteriza a psicanálise como um dos terrenos onde o conhecimento mantém laços com a ideia da história como mestra da vida. Seriam as inscrições igualáveis a um tempo que contém múltiplas temporalidades onde a história individual e a coletiva se rearranjarão continuamente?

Se Freud foi um crítico da modernidade, postulou o sujeito da psicanálise, sujeito neurótico, dividido entre seus desejos e os imperativos da moralidade e, se para se tornar um sujeito histórico no sentido político da palavra deveria apropriar-se das suas determinações, podemos perguntar: seria a psicanálise uma ciência burguesa a serviço da manutenção do *status quo*, ou um instrumento possível de resistência?

Pensar a psicanálise contribuiria para a mudança dos destinos da sociedade e da história?

Se pensamos que as inscrições no psiquismo singular são indissociáveis da cultura e do coletivo, trabalhar com as diversas temporalidades psíquicas também é trabalhar com a história coletiva.

Em um momento político de intensa polarização como o que vivemos, nos perguntamos sobre as formas pelas quais o psicanalista pode romper o circuito da repetição e sustentar narrativas renovadas na cultura.

Boa leitura!

TEXTOS

Políticas de clínica e políticas de formação

Maria Ângela Santa Cruz

Nota Participação no evento “2o tempo da Jornada da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae – tempo do Debate”, realizado no Instituto Sedes Sapientiae em outubro de 2008.

Resumo Este texto, escrito em 2008, procede a uma análise dos acontecimentos que geraram as políticas de clínica e formação vigentes na Clínica do Instituto Sedes Sapientiae. Na ocasião, catorze anos haviam transcorrido desde a implementação do “Novo Projeto da Clínica”, e doze da aprovação institucional do Projeto Clínico-Ético-Político. O trabalho aborda alguns vetores do processo de construção da Clínica: institucional, grupal, movimentos sociais, e equipe estável, e formação. Ao publicá-lo, *Percurso* rende homenagem a um dos membros muito queridos e ativos do nosso Departamento, que nos deixou pouco antes de este número ser impresso.

Palavras-chave clínica; ética; política; instituição; formação; grupos.

Maria Ângela Santa Cruz Psicóloga, psicanalista, analista institucional. Mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Membro da Equipe Gestora da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae nas gestões 2012-2014 e 2014-2016. Coordenadora de Equipe Clínica e do NUAJ e Professora do Praxis – Aprimoramento em Clínica Institucional na mesma Clínica. Professora do Curso de Especialização “Psicopatologia e Saúde Pública” na Faculdade de Saúde Pública da USPSP. Faleceu em 3 de abril de 2016.

A análise que se segue é *uma* visada, dentre outras, dos acontecimentos que geraram as políticas de clínica e de formação atualmente vigentes na Clínica do Sedes.

Há 12 anos, neste mesmo auditório, um coletivo composto por vários membros da comunidade Sedes – membros da diretoria, professores, alunos, ex-alunos, membros de departamento, trabalhadores da Clínica, funcionários – debateu, votou e aprovou, em regime de assembleia, o Projeto Clínico-Ético-Político da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae.

Momento instituinte de uma outra clínica, diversa daquela que se praticava majoritariamente, cujo paradigma era o da clínica-escola – paradigma determinante de um funcionamento de clínica mais voltado para o aluno do que para o paciente –, esse momento fervilhante modificou radicalmente tanto as práticas clínicas como seus efeitos sobre a formação.

Momento somente possível pelo movimento coletivo que se instaurou neste Instituto a partir do ano de 1992, quando se formou uma equipe de membros da comunidade Sedes, de diferentes inserções e pertinências, para elaborar um projeto para a Clínica do Sedes, projeto que acabou sendo implantado em 1994. A avaliação realizada após um ano de sua implantação, no entanto, apontou os mesmos problemas nevrálgicos em relação aos quais tantos colegas haviam se empenhado para modificar: a clínica continuava sendo feita, em sua maior parte, por alunos que não tinham nenhuma ligação com o projeto de clínica, sem lugar de inserção, apenas vinculados aos diferentes cursos que, por sua vez, viam na Clínica, basicamente, a possibilidade de prática clínica principalmente para aqueles alunos que não tivessem ainda esta experiência; em relação aos pacientes, atendidos como se estivessem em consultórios privados, sem um dispositivo de referência que pudesse acompanhar seu percurso institucional, muitos deles viraram Phds em teorias psicológicas – “Já fiz terapia reichiana, psicodramática, psicanalítica, agora quero experimentar a junguiana”; ou então, aquelas situações – muitas – em que vários membros de uma mesma família eram atendidos na Clínica, sem que os terapeutas sequer soubessem da existência dos demais atendimentos, restando o eterno ponto cego, entre outros, da função que a Clínica desempenhava para aquela família; ou ainda, testemunha essa repetição, os mais de 200 prontuários de pacientes que herdamos desse modo de funcionamento, quando implantamos outra organização e funcionamento de clínica, já na vigência do Projeto Clínico-Ético-Político, pacientes em geral graves, que sistematicamente *sobravam* por serem considerados muito difíceis para alunos em formação.

Passados 14 anos da implementação do “Novo Projeto da Clínica” e 12 da aprovação institucional do Projeto Clínico-Ético-Político, o que mudou?

Muita coisa mudou. Processo de mudança difícil, doloroso, que teve muitas *baixas*: vários colegas ficaram pelo caminho, razão ainda de tristeza e mal-estar, colegas valorosos, cujo trabalho incansável, persistente e corajoso foi imprescindível como condição de possibilidade da mudança. Gostaria de nomear ao menos duas, dentre essas colegas, guerreiras com diferentes formas e instrumentos de luta, mas igualmente imprescindíveis na *revolução* que se operou nesta Clínica: M. de Lourdes Trassi Teixeira e Cleusa Pavan. Homenagens ou agradecimentos pessoais não cumpririam a função que a própria efetivação da mudança de paradigma de clínica pode cumprir: o reconhecimento que importa pelo trabalho e investimento realizados só pode vir do próprio trabalho – difícil aprendizagem!

Pois não só de sofrimento e perdas se fez este segmento do percurso: afirmávamos, no Projeto de 1996, que queríamos construir uma Clínica que pudesse ser um laboratório *quente* de experimentações de práticas, que pudesse funcionar como um equipamento de Saúde Mental, conectado com as problemáticas e lutas desse campo. E falar em Saúde Mental é, antes de mais nada, falar de um bem e de um direito universais: é uma questão pública. Queríamos uma Clínica que reconhecesse no *social* sua condição de possibilidade, seu ponto de partida e não seu horizonte: toda clínica é uma prática social, construída historicamente. E, como prática social, queríamos resgatar sua potência de invenção diante dos desafios que as subjetividades contemporâneas nos colocam. Queríamos uma Clínica distinta, mas não separada da Política, por assumir-se poderoso instrumento de intervenção nos modos hegemônicos de produção de subjetividade.

E o que a Clínica passou a ser? Vocês poderão testemunhar um pouco da riqueza, multiplicidade e força que a clínica da Clínica pode produzir e continua produzindo, através dos diversos e variados trabalhos que serão apresentados ao longo desta jornada.

Mas agora, vejamos, ainda que parcial e rapidamente, alguns vetores do processo de construção desta Clínica que puderam ir se consolidando ao longo desses anos, tempo de criação, tempo de incontáveis acontecimentos, embates de forças, conflitos, experimentações, derivas.

O vetor institucional

O termo instituição tem várias conceituações, a depender dos momentos sócio-históricos dos quais esta ou aquela conceituação fez sua emergência. Pessoalmente, prefiro a conceituação de instituição tal como definida pela análise institucional francesa, cujos atores/autores de referência mais conhecidos são Lourau, Lapassade, Guattari, e que operaram uma importante distinção entre instituição e estabelecimento/organização. Na feliz definição de Heliana Conde Rodrigues¹, a partir do chamado institucionalismo anti-institucional, “instituições [...] são criações históricas de práticas e discursos que instauram campos de real, assim como monopólios de legitimidade: criança/pedagogia; doença mental/psiquiatria; saúde/medicina”.

Conforme essa definição, toda e qualquer clínica pode ser considerada como uma instituição, incluindo aquela praticada em consultórios privados. Foi exatamente com este operador conceitual que conseguimos colocar em análise, em 1995 – tempo de avaliação – as instituições da Doença Mental, da Saúde Mental, da formação, do sujeito, do indivíduo, do dinheiro.

Com este operador pudemos começar a problematizar, e abrir para análise, quais têm sido nossas práticas e discursos, que campos de real vêm instaurando? Legitimados socialmente como profissionais *psi*, quais as relações que estabelecemos com o *objeto* de nossas práticas? Foram questões como essas que nos levaram a um movimento de desconstrução da concepção naturalizada e dicotômica quanto ao *objeto* de nossas práticas – o paciente, o sujeito – para afirmar uma direção de trabalho que nos colocasse a nós e aqueles que nos procuram no mesmo plano: trabalharmos com a *subjetividade e seus modos de produção*.

Ao intervir no processo de produção, intervenção necessariamente feita no encontro de corpos, entramos todos – terapeutas e pacientes – em processos de diferenciação.

Mas se muitas vezes o uso do termo institucional em nosso cotidiano de trabalho refere-se ao *estabelecimento* Clínica de Serviços do Sedes, importa neste momento ressaltar os usos que apontam para a configuração de novas realidades na Clínica, já que indicam a inclusão de elementos anteriormente negados ou simplesmente desconhecidos; ou ainda elementos que só puderam se tornar visíveis e dizíveis a partir da efetivação das práticas:

- a dimensão pública da clínica, em contraste com as práticas privadas e privatizantes da existência;
- sua dimensão coletiva, em contraste com práticas individualizantes;
- sua dimensão processual, que garante certo grau de flexibilidade na organização do serviço, possibilitando sua reorganização de tempos em tempos, a partir de um fazer clínico que incita a invenção de novas práticas e novos dispositivos.

A inclusão dessas dimensões, possível a partir de variadas e múltiplas experimentações clínicas, vem operando modificações nas próprias práticas, que só um exame mais exaustivo poderia evidenciar.

O que neste momento se pode dizer é sobre a direção dessas mudanças: cada vez mais se fala em Clínica Ampliada. E aqui também essa expressão – consagrada em alguns setores da Saúde como a inclusão do sujeito, sua singularidade, sua inserção sócio-econômico-política², ou da Saúde Mental como o cuidado com todas as dimensões da pessoa e não apenas de seu sofrimento “psíquico”³ – essa expressão na Clínica do Sedes vem sendo usada para designar como clínicas uma série de intervenções historicamente heterogêneas às chamadas psicoterapias: uma intervenção em uma escola de uma criança ou adolescente na Clínica; um mural feito por um paciente e exposto à interatividade com todos no saguão de espera; uma indicação de trabalho; uma gratuidade concedida pela Assistente Social; uma rede construída para a inclusão de uma criança dita “especial” em uma classe regular; uma rede de acompanhamento construída internamente à Clínica, composta por vários agentes institucionais – psicoterapeuta, psicopedagoga, psiquiatra, assistente social; um, dois, dez, mil telefonemas para aquele adolescente em situação de extrema vulnerabilidade social; a construção de parcerias e de redes de acompanhamento daquele adolescente, daquela família, daquela criança, redes e parcerias diversas – com o PSF, com equipamentos públicos de saúde, de educação, de lazer, de cultura, etc.

Exemplos analisadores da abertura para o reconhecimento da heterogeneidade e multiplicidade dos componentes de subjetivação – vacina, não garantidora, dos riscos, sempre presentes, de “psicologização” da existência. A abertura para esse reconhecimento e a coragem de assumir outras formas de cuidado, para além daqueles prescritos por esta ou aquela linha teórica, vem fortalecendo uma política de clínica, renunciada no Projeto Clínico-Ético-Político, mas que só a efetivação das práticas pode ir concretizando.

Uma *clínica-klinikós*, que tradicionalmente se definia como aquela que se debruça sobre o leito de um paciente/passivo, e que nossa prática clínica vem transformando em uma clínica de cuidado e de acolhimento, onde terapeuta e paciente estão ambos convocados a se responsabilizar pela potência possível daquele encontro.

E também uma clínica-clinamen, a clínica do desvio, aquela que se diferencia da histórica *vocação* adaptativa das práticas *psi*, possibilitando a produção de processos de subjetivação em que a autonomia, a singularização, a desalienação e a ampliação e fortalecimento da potência de vida sejam os guias éticos das diferentes práticas.

O vetor grupal

São múltiplas as concepções e práticas grupais que vêm ocorrendo na Clínica. Ainda que não haja um consenso sobre elas, vem se fortalecendo entre nós a ideia-ferramenta de que grupo é um *dispositivo*.

Como dispositivo, a prática grupal está disseminada na maioria das atividades da Clínica: nas reuniões da equipe de contratados, nas equipes clínicas, nos projetos. E se essa já era uma prática frequente nos primórdios do Projeto Clínico-Ético-Político, prática que justamente possibilitou seu engendramento, o dispositivo grupal como ferramenta de trabalho terapêutico só veio se consolidando na Clínica nos últimos 8 anos. Não que antes não houvesse trabalhos clínicos importantes sendo realizados através do dispositivo grupal: as recepções das pessoas que procuram o serviço da Clínica vêm sendo realizadas em grupo desde o Projeto de 94, com a antiga equipe de triagem; recepções que foram se modificando quanto a sua proposta – o Projeto de 96 propunha a função de escuta e análise da demanda para estas. Dentre os trabalhos que serão apresentados nesta Jornada, haverá a oportunidade de conhecer os modos de recepção que atualmente vêm sendo praticados na Clínica. Desde 97, vários grupos terapêuticos se formaram e funcionaram. Mas a direção clínica mais clara para que a equipe de contratados privilegiasse o trabalho grupal na atenção só se efetivou a partir do ano 2000. E a profusão e variedade de grupos clínicos que se criou a partir dessa política de clínica engendraram práticas clínicas produtoras de efeitos ainda não detidamente avaliados nas várias instituições que atravessam a Clínica: na instituição da formação, na instituição Psicologia ou Psicanálise, na instituição do dinheiro, na instituição da psicoterapia.

A maior visibilidade das dimensões anteriormente referidas – a dimensão pública, a dimensão coletiva e a dimensão processual – só tem podido emergir e se configurar como questões pelos efeitos que a multiplicidade das práticas clínicas grupais vem produzindo.

O vetor intercessor movimentos sociais

Ainda que todo instituído tenda ao fechamento e à reprodução de seus modos de funcionamento, a abertura e sintonia que este equipamento coletivo continuar tendo com alguns movimentos sociais permite um gradiente de transversalidade que vem funcionando como um poderoso vetor de oxigenação e produção de forças instituintes.

Destaca-se particularmente o movimento da reforma psiquiátrica brasileira, ou ainda, o movimento da luta antimanicomial e o movimento pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Para além da participação mais ativa e direta de alguns dos trabalhadores da Clínica em um ou outro movimento, importa aqui marcar os efeitos dessas intercessões tanto nas práticas e nas discussões clínicas como sua função de disparadores de diversas articulações com polos desses movimentos.

Ainda que não seja possível fazer uma análise exaustiva e minuciosa dos efeitos deste intercessor nas práticas e discussões clínicas, neste momento, pesquisa que fica aqui indicada como relevante para o campo da Saúde Mental, gostaria de ressaltar dois grandes efeitos-movimentos que vêm atravessando nosso cotidiano institucional:

- o movimento, ainda incipiente, contra o vagalhão da medicalização social, atualização poderosa das tecnologias do biopoder no contemporâneo;
- o movimento, ainda fragmentário, de luta pela efetivação do ECA naquilo que avança na concretização dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Assim é que o questionamento do reducionismo das questões da subjetividade contemporânea a uma questão médica ou medicamentosa vem nos colocando novos desafios na clínica com uma população que chega cada vez mais com diagnósticos *prêt-à-porter* – síndrome do pânico, depressão, transtorno bipolar, TDAH, dislexia, e outros tantos –, em geral medicada, muitas vezes hiper-medicada, *cronificada* a céu

aberto pelas novas tecnologias do biopoder. É claro que sempre corremos o risco de, ao tentar lidar diferentemente, não conseguir de fato desinstitucionalizar a suposta *doença mental* e seu correlato *especialista*, supostamente apto a lidar com ela pela legitimação social a ele conferida, e acabar institucionalizando novamente através de outras formas de reducionismo psicológico ou psicanalítico. Mas a tensão da clínica, para aqueles que se colocam disponíveis para serem por ela afetados, não dá muito sossego para as respostas produzidas diante desses desafios, respostas sempre provisórias.

Já aí se abre uma série de trilhas no vasto campo da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Trilhas abertas diretamente nas práticas: é espantosa a quantidade de crianças e adolescentes que chegam medicados no Sedes, convocando-nos a inventar novas formas de intervenção para a desconstrução dessa situação; trilhas abertas na busca de parcerias, na elaboração de projetos, na participação em congressos, em manifestações públicas, na participação em grupos de resistência; trilhas abertas para intervenções na instituição da educação, seja através de trabalhos concretos na frente de batalha da educação inclusiva, seja nas diversas intervenções pontuais em escolas públicas.

Na intercessão com o movimento de defesa e afirmação dos direitos das crianças e dos adolescentes, abre-se também um amplo campo de invenção de dispositivos e de intervenções a partir de uma população atendida pela clínica, que tem seus direitos mais elementares sistematicamente violados: desde o direito a uma alimentação, moradia, educação, lazer dignos até o direito a falar de si próprio.

O vetor equipe estável da Clínica

Afirmava-se no Projeto Clínico-Ético-Político a importância de se montar uma equipe de profissionais contratados que pudesse responder e ser referência, no tempo, pelos incontáveis trabalhos clínicos realizados na Clínica. Falava-se em uma equipe estável: não se trata de estabilidade dos profissionais contratados, mas de uma equipe que, além de não estar premida no trabalho por um tipo de rotatividade a que alunos ou estagiários estão submetidos, pudesse fazer frente aos efeitos da rotatividade no trabalho clínico dos estagiários.

Equipe inicialmente concursada, sua configuração também vem se modificando no tempo, resposta a inúmeras junções clínicas, políticas, institucionais, econômicas.

Equipe que vem ganhando consistência como equipe de alguns anos para cá, não sem embates – e talvez esteja aí a riqueza e força dessa equipe: a possibilidade de existir sem a necessidade de um suposto consenso idealizado, uma harmonia paradisíaca; a possibilidade de caber algum grau de dissenso e de poder fazê-lo trabalhar.

Equipe que tem inúmeras funções e atribuições na clínica: pensar e repensar sistematicamente o serviço – fluxo, recepção, organização institucional; realizar práticas clínicas, muitas delas em grupos; coordenar equipes clínicas.

Uma aposta fundamental feita durante a construção do Projeto clínico-ético-político é que todos os profissionais contratados, tivessem ou não função de coordenação de trabalhos ou de organização de serviços, estivessem também na atenção direta aos usuários. Faz enorme diferença coordenar e discutir uma clínica da qual se participa ativamente em sua efetivação e uma clínica conhecida apenas pelos relatos de quem está no front de batalha. O reconhecimento e a assunção coletiva da inseparabilidade da atenção e da gestão em uma clínica que se quer *clínica-clinamen*, clínica que produza diferenciação, singularidade e multiplicidade, são direções de uma política de clínica que vem se construindo com a intercessão de movimentos sociais que resultaram na construção de um SUS, por exemplo, ou mesmo da PNH, ou ainda na atual Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde – mesmo que esta intercessão não se explicita: estamos inexoravelmente conectados com as produções sociais de nosso tempo, queiramos ou não, saibamos ou não.

E a produção clínica que vem se realizando na Clínica nestes últimos 11 anos – sim, 11 porque apenas em 1997 conseguimos efetivar de fato a implementação do Projeto clínico-ético-político – tem sido de uma

riqueza, de uma inventividade e de uma potência de produção e transformação próprios a uma Clínica viva.

O vetor formação – as equipes clínicas

A Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, desde sua criação em 1948, sempre teve como um de seus objetivos a formação de psicólogos clínicos conectados com as problemáticas políticas e sociais de seu tempo, ainda em tempos em que a Psicologia sequer era reconhecida como profissão no Brasil⁴.

Não é o caso de recontar toda a história dessa Clínica, seus modos de funcionamento, produções e vicissitudes. O caso é contar como temos conseguido sustentar esta que é uma parte fundante desta Clínica – sua função de formação.

O movimento coletivo, que aconteceu no Sedes de 1992 a 1994 e que resultou no “Novo Projeto de Clínica” implantado em 1994, visava entre outras proposições à transformação daquela que se caracterizava como uma clínica-escola, com sua lógica própria de funcionamento como qualquer outra clínica-escola, em uma clínica de serviços. A avaliação coletiva desse projeto realizada em 1995, no entanto, demonstrou que se reproduzia na prática justamente o modo de funcionamento que se pretendia modificar, produtor de atividades clínicas privatizadas, segmentadas e confinadas à tríade aluno-terapeuta/paciente/supervisor. Finda a formação do aluno em seu curso, o destino desse paciente era muito incerto. Dizíamos à época que a Clínica parecia uma *terra de ninguém*. É claro que o risco de transformar a Clínica em uma Clínica de alguém – de uma pessoa, um curso, um departamento – o risco de esta colocação engendrar movimentos de apropriações privadas e territorializações de poder sempre esteve presente, e sempre estará.

Os dispositivos criados, no entanto, para transformar essa Clínica em uma legítima clínica de serviços da cidade de São Paulo vêm mostrando, ao contrário, o caráter público e coletivo de seu trabalho, com a direção política que tais dispositivos consigam efetivar, e com uma responsabilidade ética sobre ela assumida coletivamente.

O dispositivo equipe estável da Clínica, com todos os profissionais que dele fazem parte contratados pelo Instituto, vem funcionando exatamente como garantia tanto do caráter público da clínica como do compromisso ético com seus trabalhos.

Um outro dispositivo, criado para fazer funcionar mais especificamente o vetor formação, foi o dispositivo equipes clínicas. Trata-se de grupos de trabalho, compostos por um coordenador – profissional da equipe estável – e um número variável de terapeutas-estagiários (em torno de 10), que se reúnem por duas horas semanais, cuja tarefa é discutir e encaminhar pacientes que precisem de atendimento, em geral provenientes das recepções grupais realizadas mensalmente, e acompanhar os processos psicoterápicos deles.

Esse dispositivo foi construído com os seguintes objetivos:

- funcionar como espaço de inserção e pertinência para o terapeuta-estagiário;
- funcionar como referência dos pacientes em atendimento – seria a *memória viva*, conforme a feliz expressão de uma terapeuta estagiária, do percurso clínico-institucional dos pacientes;
- funcionar como um espaço permanente de discussão das práticas clínico-institucionais.

Atualmente são oito as equipes clínicas que operam na Clínica.

Os terapeutas-estagiários são profissionais formados, oriundos dos vários cursos de especialização ofertados no Sedes. Esses cursos, por sua vez, vêm se caracterizando historicamente como cursos de especialização em determinadas linhas teóricas do campo da Psicologia – Gestalt, Reich, Psicodrama, Jung,

ou do campo da Psicanálise – dois cursos de formação de psicanalistas, Psicanálise de Criança, Psicossomática – ou ainda cursos voltados a profissionais que trabalhem com segmentos específicos da população, com ferramentas teóricas variadas – é o caso do curso de Adolescência e Juventude na Contemporaneidade. Há ainda terapeutas-estagiários que podem vir de dois cursos de aperfeiçoamento, ligados aos dois departamentos de psicanálise existentes no Sedes. Semestralmente, há uma seleção compartilhada entre Clínica e cursos daqueles alunos que poderão fazer estágio na Clínica. Há também um curso de especialização em psicopedagogia, cujo projeto de estágio pode ser realizado na Clínica, sendo que os alunos desse curso podem ser psicólogos ou pedagogos.

Então, são os alunos desses diferentes cursos que compõem as equipes clínicas, equipes heterogêneas, híbridas, tanto no sentido do tipo da especialização teórica à qual estão ligados, como no sentido de serem pessoas com as mais variadas experiências profissionais e pessoais.

Os coordenadores das equipes, por sua vez, também compõem um grupo bastante heterogêneo, apesar de sua formação *nominal* ser basicamente em psicanálise e em psicodrama: dos oito coordenadores de equipe, cinco são psicanalistas e três são psicodramatistas.

Bem, o que se passa quando o terapeuta-estagiário chega em uma equipe clínica? Ele, que chega em geral muito marcadamente em uma posição de aluno, efeito subjetivo produzido invariavelmente pela instituição da formação, vive um certo estranhamento inicial: inserido em um grupo de trabalho já em funcionamento, com terapeutas estagiários em momentos diferentes de seu estágio, defronta-se com um grupo de terapeutas, em geral bastante envolvidos com a tarefa de discutir a clínica que se pratica, colocando em análise permanente as próprias implicações. Mas como um psicanalista em formação pode discutir a clínica com um reichiano em formação, um psicodramatista, um gestaltista, ou qualquer outro profissional que não tenha a mesma orientação teórica? E aqui é onde a heterogênesse pode operar sua potência de criação. Aqui é onde a opção da Clínica por uma direção política na qual a formação seja um dos efeitos das práticas clínico-institucionais faz toda a diferença. Diferença que desconstrói, pela experiência, qualquer perspectiva de formação que use a clínica como *palco de aplicação de teorias*.

No espaço-tempo vivo dos encontros que se produzem nas equipes, se efetiva a conhecida máxima deleuziana: “uma teoria é uma caixa de ferramentas”⁵. E por ser tomada como ferramenta é que se pode, nos embates clínicos, usá-la como Proust, citado por Deleuze⁶, diz de seus livros: “tratam meus livros (minhas teorias) como óculos dirigidos para fora e se eles não lhes servem, consigam outros, encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate”.

E é justamente essa convocação que se produz nos encontros clínico-institucionais das equipes clínicas para cada terapeuta, em cada encontro singular com um outro que lhe demanda cuidado. A própria concepção dominante de conhecimento fica assim subvertida: nos encontros clínicos terapeuta-paciente, terapeutas-estagiários/terapeuta coordenador, opera-se um processo de transformação subjetiva onde todos estão inapelavelmente implicados, sendo um de seus efeitos a produção de conhecimento.

As relações de poder que fazem parte da instituição formação, onde historicamente a figura do professor é aquela que detém o saber e a figura do aluno é aquela de quem não sabe, acabam infantilizando os sujeitos em posição de aluno. Nas equipes clínicas, ao longo de dois anos de estágio – tempo mais adequado – o terapeuta, ao poder exercitar seu pensamento a partir dos embates clínico-institucionais, tem a possibilidade de sair de uma posição infantilizada e configurar para si outras posições subjetivas de maior autonomia.

E aqui novamente a importância da não separação entre gestão e atenção: nas equipes clínicas, existem funções diferenciadas, dissimétricas, entre coordenador e terapeutas-estagiários, mas o modo como o terapeuta-estagiário vai efetivamente conduzir os processos terapêuticos sob sua responsabilidade, ainda que debatidos em equipe, será, de fato, de sua responsabilidade.

O atravessamento desse vetor formação – com os quatro outros – o institucional, o grupal, os movimentos sociais, a equipe estável da Clínica – produz infinitas possibilidades de conexão, fazendo do processo de formação nas equipes uma aventura muitas vezes angustiante, porém alegre, uma aventura em conexão com os desafios do mundo contemporâneo, uma aventura acompanhada, já que coletiva.

Retomando a questão inicial, o que mudou? Talvez agora vocês tenham alguns elementos para poder respondê-la.

Referências bibliográficas

Deleuze G.; Foucault M. (1979). Os intelectuais e o poder. In M. Foucault, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Goldberg J.; Tenório F. (2006). *História e Memória do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um.

Rodrigues H.B.C. (1989). As intervenções grupais – epistemologia ou história das práticas? [mimeo].

Clinical policies and training policies

Abstract This text, written in 2008, makes an analysis of the events that led to clinical policies and effective training at the Sedes Sapientiae Institute Clinic.

Fourteen years have elapsed since the implementation of the “New Clinic Project”, and twelve of the institutional approval of the Clinical-Ethical-Political Project. The paper discusses some vectors in the process of building the Clinic: institutional, group, social movements, stable team, and training. With its publication, *Percurso* pays homage to one of the most beloved and active members of our Department, who left us just before this issue went to press.

Keywords clinic; ethics; politics; institution; training; groups.

Texto recebido: 04/2016

Aprovado: 04/2016

O sentido clínico da história

Thiago P. Majolo

Resumo A partir de uma análise sobre a noção de tempo histórico na construção metapsicológica freudiana, este artigo investiga o sentido clínico do conceito de história e de tempo histórico, refletido na contemporaneidade, sob a problemática da dissolução das narrativas e da fragmentação do tempo no cotidiano, e seus efeitos sobre os sujeitos.

Palavras-chave Freud; tempo; história; tempo histórico; clínica, narrativa.

Thiago P. Majolo é psicanalista e mestre em História Social pela USP, membro do Grupo Acesso: estudos, intervenções e pesquisa sobre adoção da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae; membro da comissão de Debates da Revista *Percurso*.

*Se o conseguir, terei demonstrado que o tempo histórico
não é apenas uma palavra sem conteúdo,
mas também uma grandeza que se modifica com a história,
e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação
variável entre experiência e expectativa*

Reinhart Koselleck. Espaço de experiência e horizonte de expectativa, *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*

Mestra da vida

É possível que a Psicanálise seja um dos poucos terrenos do conhecimento que ainda mantenha estreitos laços com a ideia de história como mestra da vida. Concepção muito desusada da história enquanto luz do passado capaz de iluminar o presente e guiar as ações futuras, a *Historia magistra vitae*, como nos ensinou o historiador Reinhart Koselleck⁷, perdeu forças ao adentrarmos na Modernidade, momento em que o mundo se desdobrou em acontecimentos tão novos e diversos daqueles antes conhecidos que descobrimos que o passado não era mais nosso aliado, e sim um estranho cada vez mais distante, quase inconcebível, uma realidade que já não ecoava no mundo, tendo igualmente perdido sua capacidade de oráculo⁸. O passado, emudecido, não podia mais dar exemplos e lições. À sua maneira, a Psicanálise negou isso. O sujeito psicanalítico prossegue como uma construção que ainda, em termos, mantém a história como mestra da vida.

Dita dessa forma apressada, a afirmação é um tanto superficial e merece aprofundamento.

O *tempo histórico* para o sujeito psicanalítico é muito mais complexo do que essa estratificação retilínea e cronologicamente bem sedimentada entre passado, presente e futuro que a *Historia Magistra Vitae* apregoa, fazendo dos tempos antigos uma luz para os vindouros. Desde os primeiros escritos, Freud pôs em xeque toda uma concepção de *verdade histórica* simplesmente por nos supor duplos, divididos

entre demandas conflituosas. Compôs um belo retrato do que entendia por *realidade psíquica* em *Lembranças encobridoras*⁹, texto que, por si só, constrói uma tese sobre o *tempo* histórico do sujeito psicanalítico: um tempo sobredeterminado por múltiplas temporalidades concomitantes, em que a própria acepção de história individual, e de certa forma também coletiva, compõe-se pelo rearranjo constante das inscrições mnêmicas e pelas neogêneses psíquicas. Nessa altura da obra, pautada ainda pelo que vamos entender mais tarde como primeira tópica, percebemos que o sujeito freudiano, para se tornar um *sujeito histórico* no sentido político da palavra – o de ter voz e intencionalidade sobre sua experiência –, teria que se haver com seus sistemas de defesa, tomar pé da sua verdade singular e fazer escolhas. Daí nasce uma concepção de sujeito histórico bastante inovadora e libertária, uma vez que procura desamararrar o sujeito de uma alienação que o atravessa desde o âmago do inconsciente, irrompendo em sintomas que o retardam ou paralisam não somente em sua esfera íntima, mas também na vida pública. Se por um lado é justa a crítica de que a Psicanálise nasce de uma concepção burguesa de mundo e pode perpetuá-la na sua prática, por outro, ao conceber um sujeito capaz de se haver com suas múltiplas temporalidades, capaz de agir perante elas, Freud cria um instrumento de possível resistência, rebeldia e transgressão frente quaisquer que sejam os ideais dominantes e acachapantes. A *verdade histórica* se torna uma soma de verdades singulares, o que coloca o sujeito sob sua responsabilidade de ação.

Bem mais tarde no curso da obra, em *O bloco mágico*¹⁰, ao voltar a se interrogar sobre o processo de inscrição mnêmica, Freud torna mais complexas as concepções de *história* e *tempo histórico*. Lançando uma hipótese sobre o que seria para um sujeito a passagem do tempo, constrói a noção de *temporalidade subjetiva*. A percepção individual da passagem do tempo dependeria da ativação do sistema perceptivo pelo *teste de realidade*, mecanismo interno que funciona como uma espécie de fiador da realidade psíquica, reiterando a validade da existência de seus objetos internos. Ao ser ativado o sistema perceptivo, ativam-se também as inscrições, o que lembra o sujeito que o tempo passou, e que outra vez aquele objeto o reencontra. É nesse *lugar* de reencontro que se funda a memória.

Assim, a memória freudiana tem um estatuto mais de *lugar* do que de tempo. É uma cena que se monta e remonta com personagens e objetos de tempos variados. Ainda que Freud se preocupe sempre em reiterar a existência de um tempo passado capaz de ser revelado, tal qual seus adorados artefatos arqueológicos revelados debaixo da poeira dos séculos, o que concebe como memória é um *lugar* constituído pela trança engenhosa da produção de instâncias e mecanismos psíquicos diversos, sempre em movimento. É o *lugar* no qual o sujeito opera sua *temporalidade subjetiva*, apropriando-se de seu tempo singular, de sua própria verdade histórica.

O *tempo histórico* freudiano, e que abarca ainda grande parte do que entendemos pelo *tempo histórico psicanalítico*, contém a ideia de tempo enquanto *distensão* do psiquismo. Ele opera apenas em transferência, analítica ou não, momento em que o psiquismo lança seus tentáculos impulsionados pelo afeto e carregados de imagens e sensações, pondo o sujeito a se a ver com sua *história* frente às demandas alheias. Aproxima-se de Santo Agostinho, que em *Confissões*¹¹ concebe uma terminologia do tempo, definindo o que chamamos de “passado” como o “presente das coisas passadas”, e o tempo, como o movimento da alma em direção ao mundo.

A memória freudiana é operada pelo esquecimento: esquecemos o objeto sentido extrínseca ou intrinsecamente para criar seu representante. Onde não há esquecimento, o objeto permanece atuante, irrepresentado, movendo o sensório-corpóreo e não os afetos, incapaz de conduzir o comércio associativo e apartado desse *lugar* de memória, que move o psiquismo. Para Freud, não há memória de corpo, ainda que haja o saber corpóreo, manifesto pelos efeitos da pulsão de morte, movimento que nega, principalmente, a segunda natureza humana, a da cultura.

A criação do *tempo histórico psicanalítico* é uma das tarefas do aparelho psíquico, e só existe onde e quando o psiquismo opera a transferência. Nos territórios e momentos em que o movimento extático da pulsão de morte predomina, não há passagem do tempo, há a ilusão do infinito, como nas *músicas do tempo infinito* de Tales Ab'Saber¹²; é um fruir a-histórico, movido apenas pela estaca da batida constante como a da música eletrônica das raves, em que se convulsiona uma repetição compulsiva, capaz de mover o corpóreo-sensório, mas não os afetos. A metáfora oposta, de uma repetição que ganha sentidos e significados pelo artifício sutil e delicado da repetição diferencial, é a dos mantras e do badalar dos sinos meditativos, em que cada repique deixa de ser o som de um instrumento para se tornar os sons do sujeito, para dentro dos quais ele se lança com toda sua verdade subjetiva, corroendo o significado único daquela repetição monótona para preenchê-la com todos os seus próprios significados.

Muitos dos instrumentos mais arcaicos ou rústicos, como a cítara e a viola caipira, por exemplo, trabalham em demasia com essa noção de um som que se repete ou que se estende continuamente, mantricamente, enquanto a melodia vai se construindo por cima dele. Essa nota mântica não se sobrepõe às demais, mas cria uma espécie de chão e de ímã sem o qual a melodia não poderia ser criada. É como um suporte, um *lugar* que dialoga com o tempo melódico/matemático da música, assim como uma lousa dialoga com o giz.

É nesse *lugar* memorial, guardião do que retemos por sensações próprias ou alheias compartilhadas, ao mesmo tempo vazio e universal, capaz de absorver a *distensão* do psiquismo em movimento, que o sujeito psicanalítico é capaz de compor seu *tempo histórico*. Se por um lado o chão atemporal do Inconsciente, criado a partir da divisão da tópica e do sustento do recalque primário, confere ao sujeito um sentimento oceânico, de eternidade sem *tempo histórico*, os sistemas Pré-Consciente e Consciente, assim como o Perceptivo, além de certos funcionamentos narcísicos dão ao sujeito notícias do *tempo histórico*, da dialética entre o que passou e o que virá, diálogo constante e pendular, que move as inscrições subjetivas e nos aterra. O movimento subjetivo, entre eternidade e história, caminha como um menino que, sobre o lago profundo, pula de pedra em pedra de uma margem à outra.

E é deste *tempo histórico psicanalítico* que se apropria o sujeito no tratamento: seu vivido e suas intenções, seus *espaços de experiências* e seus *horizontes de expectativas*¹³, segundo os conceitos de Koselleck. Assim, de certa forma, a história é mestra da vida. Ainda que não na concepção ingênua em que o passado ensina e guia o caminho futuro como um farol, mas no sentido de que os projetos de cada um estão em estreita relação com suas experiências; não há um rompimento absoluto com o vivido, tal como descreve Tocqueville sobre experiência histórica da Modernidade: “Eu percorro os séculos até a mais remota Antiguidade; não percebo nada que pareça ao que há sob meus olhos. Se o passado não ilumina o futuro, o espírito marcha nas trevas”¹⁴. A Psicanálise fia seu projeto de ética clínica numa concepção de *tempo histórico* em que o sujeito possa (re)encontrar alguns significados. O mundo não é mero acaso e a exasperação do eterno novo. Se é dado ao sujeito a possibilidade que revolucionar seus signos, para usar a bela imagem de Octavio Paz¹⁵, é preciso que antes ele possa reconhecer tais signos comuns à coletividade e a si mesmo.

Responsabilidades

Todo sujeito histórico é responsável pelos seus atos. Seria, *grosso modo*, essa a definição de ter

pertencimento histórico. Há um antigo ditado citado por Yeats no começo de seu livro *Responsabilities*¹⁶ que diz que a responsabilidade começa nos sonhos.

Freud descobriu que somos responsáveis também pelos sonhos que não controlamos, pelo mundo onírico, modelo de funcionamento de grande parte das manifestações psíquicas: os atos falhos, os chistes, os sintomas etc. Somos responsáveis pelo que nos revela aquele estrangeiro que nos habita, convidando-nos a nos ocupar de um problema maior que o mero presente extático: devemos nos ocupar também de uma *temporalidade anacrônica* com a qual convivemos e que, não obstante ter ficado cronologicamente no passado, ainda nos age; um passado que ainda não passou¹⁷. Somos, assim, interrogados sobre como temos atuado no nosso percurso, no nosso *tempo histórico*.

Qualquer “sonhar”, nesse sentido das soluções do tecido psíquico, conta-nos sobre como organizamos nossas narrativas, nossas respostas diante dos mistérios do mundo. Desde sempre as narrativas, as histórias que contamos, tiveram este papel: o de reorganizar o mundo quando o conhecimento estritamente prático não dá conta de resolver a questão. Por isso, as narrativas carregam um sentido moral, porque procuravam domar o que era selvagem ao homem; procuram aculturar as forças maiores que se sobrepõem ao conhecimento.

As *temporalidades anacrônicas* que nos agem, deixando-nos em desacordo com grande parte do mundo e conosco, tendem a corroer lentamente o poder das narrativas que engendram, tornando-as frouxas frente a quaisquer mistérios, ou seja, tirando-lhes o poder de responder e de criar sentido. Nenhuma narrativa sobrevive sem ser renovada. Aos poucos, suas forças diminuem frente ao seu propósito e, com elas, o sujeito cai no silêncio. Silêncio esse que se representa na fala sintomática, onde o verbo perde a capacidade de ação, padecendo de uma espécie de porosidade que lhe deixa ralo e fraco. É uma fala que não diz sobre o “presente das coisas passadas”, mas somente a um *passado das coisas passadas*, figura jamais sequer imaginada por Santo Agostinho. Ainda mais terrível que a prisão do anacronismo, o sujeito, junto com suas narrativas, fica preso a uma eternidade alienada à passagem do tempo, fluxo de significantes sem lastro de significância.

É inegável o que já se disse sobre a pulverização das narrativas na pós-modernidade, mas isso não faz com que tenhamos que trabalhar apenas sob a poeira. Se por um lado a Psicanálise corre o risco de comprar um discurso fatalista sobre a falência do sujeito e, assim, patologizar as novas possibilidades do ser e do existir mais fragmentárias e virtuais e menos dadas às narrativas, como se estivesse trabalhando anacronicamente tal qual um navegante do século XXI que ainda manejasse um astrolábio, por outro é bem capaz de que, por vezes, em alto mar, o único instrumento a que tenhamos acesso seja um antigo astrolábio, essa fantástica invenção matemática-filosófica que guiou sonhos e projetos de indivíduos e nações durante séculos, e que ainda funciona perfeitamente, seja em turbulência ou em calmaria. Vale lembrar que o astrolábio (vejam só!) requer dois marinheiros para que seja manejado.

Tenho ouvido de colegas o desespero frente aos sujeitos da dita clínica atual, que põem em questão todo o campo nosográfico das neuroses e, junto com ele, todo um conhecimento adquirido. Minha própria clínica também é interrogada nesse sentido e compactua com a ideia de que a Psicanálise só existe se movimentada pela clínica e, portanto, pelos sujeitos que encontramos nos consultórios. A clínica prossegue, como sempre, como força de tração do carro ou da carroça metapsicológica. Se o que encontramos são sujeitos imersos nesse *mundo líquido*¹⁸ da pós-narrativa, das incertezas absolutas, é sobre eles que a clínica e a teoria precisam se flexionar. Porém, também movido pela clínica, desconfio que possamos tender à normatização de parte do fazer psicanalítico quando, vencidos e adequados às pressões sociais e de mercado que abrangem e configuram um campo cultural e social pulverizado, não criamos um lugar de

resistência a isso, um *sítio do estrangeiro*¹⁹ àquilo que já é conhecido no cotidiano. Caso contrário, incorremos no risco de tomar o sujeito apenas pelo sintoma e não o sintoma como também movimento de resistência à padronização e à anulação das diferenças, e que denuncia, no sujeito, que há algo de “podre no reino da Dinamarca”. Lembro uma fábula de Esopo sobre os rios e o mar. Os rios, em revolta, promovem uma convenção e vão reclamar ao mar que, diariamente, correm até ele com suas águas puríssimas e potáveis e acabam desaguando no abismo azul, salgado e impuro. O mar então responde a eles: “Ora, não venham e não fiquem salobres”.

O *tempo histórico* é um questionamento dialético que o sujeito faz a si mesmo segundo suas experiências e expectativas. A falência das narrativas individuais e também das coletivas desloca todo o movimento de expectativa subjetiva, pautada na experiência, à pura angústia sem expressão e ao posterior regresso a uma temporalidade anacrônica, na busca por uma espécie de falsa mitologia nomeadora. Na falta de narrativas que organizem o mundo, o sujeito se perde em ritos sem lastro, às compulsões sem história, aos transtornos, ao apego ao passado das coisas passadas, de forma nostalgicamente patológica, e que servem apenas a um mercado que se apropria desse interstício subjetivo com suas traquitanas, como, por exemplo, as da moda *retrô*.

Performance e narrativas

Desde Walter Benjamin que sabemos que as narrativas estão a perigo²⁰. A fragmentação do espaço-tempo, a liquidez das relações, a busca pela normatização social dentre outros fenômenos já nem tão atuais assim, mas ainda contemporâneos, têm desalojado as narrativas do nosso cotidiano, ecoando também na clínica. A narrativa ao qual me refiro é aquela espécie de *performance* em que o narrador transporta seu psiquismo, gerando empatia, intercambiando experiências e convocando o outro a se inserir no que lhe é narrado²¹. Uma narrativa pode ter o sentido usual, de história narrada. Ou pode ser a mãe que embala o bebê; uma música que nos evoca a emoção; às vezes apenas o toque de um telefone cortando a madrugada; um velho truque de mágica que ainda nos ilude; a inscrição de uma lápide que nos transporta à vida do morto, e tudo aquilo que preenche o cotidiano a cada vez que uma mínima coisa nos interroga, inquieta, espanta, qualquer coisa que apreendemos imediatamente e que coloca a trabalhar nossa inserção no tempo, produzindo histórias com as quais tentamos explicar o que se passa. As tradições, especialmente a oral, mas também a escrita, convocam a reanimação das narrativas e dos signos comuns que, antes de nós, tentavam dar significação às mesmas perguntas que ainda nos fazemos. T.S. Eliot dizia que um escritor era aquele que se diluía na cadeia de uma tradição, borrando seus traços singulares com os coletivos, construídos há tempos²². As narrativas reanimam significados comuns para o coletivo tanto quanto animam o indivíduo, pois o lançam na coletividade. É o narrador que aviva a tradição e seu significado na mesma medida em que o desloca subjetivamente, revolucionando os significantes.

A grande mentira da tal liberdade e democracia virtual e seu acesso à multiplicidade de vozes é seu convite a que todos opinem, sobre tudo, sob uma ótica estritamente individual, motivados pelo falso pretexto de que uma opinião é garantia de acesso ao processo histórico. Os espaços irrestritos – e muitas vezes anônimos – ao discurso meramente opinativo, ainda que tenham sua importância e legitimidade, mascaram uma desmobilização coletiva e, em consequência, do sujeito. A guerra deliberada das opiniões,

que transporta os sujeitos a um campo de batalha no qual ninguém vencerá, cria um maniqueísmo contínuo e sem solução. Sob a impossibilidade de se criar signos comuns, arduamente negociados nos espaços de ricos debates e conflitos inerentes às narrativas coletivas, o sujeito sente desqualificadas também as possibilidades de acesso ao tempo histórico subjetivo de cada um. Não há sujeito sem coletividade, e vice-versa. Atualmente, espera-se que todos, solitariamente, apenas opinem; e que, dentre as muitas opiniões, percam-se no vazio de uma multiplicidade amorfa, multiplicando um verdadeiro silêncio. O adjetivo, característica maior do discurso opinativo, mata a metáfora e a história, corrói a poesia; a opinião é o punhal da narrativa. A opinião, quando livre de contexto, é uma bússola solta ao chão: falta a mão que a segure e saiba para que raios serve apontar ao norte.

A narrativa é o meio pelo qual o sujeito se insere na tradição. Dilui-se um Eu absolutista do narcisismo primário, que se crê autoengendrado e imortal, a fim de que se ganhe coletividade. Simultaneamente, a tradição só pode viver pela sucessão de Eus, que a animam. O ato de narrar histórias implica um narrador, e é esse narrador que se torna capaz de gerar movimento psíquico em outro. A *performance* faz parte das narrativas. Há narrativa, por exemplo, no som dos comerciantes ambulantes, cujos convites que cortam o ar nos põem a par de um campo de experiências de outros tempos, convocando-nos a esperar, a conjecturar nossa ação.

O simples fato de estarem surgindo escolas de contadores de história, campanhas maciças de marketing pelo *storytelling*, muitos projetos sociais ou artísticos de entrevistas, entre outros, é um indício de que sentimos falta de narrativas; há algo sendo denunciado. Não creio, no entanto, que esses formatos acerca de um possível resgate das narrativas – e que poderíamos vagamente chamar de “acadêmicos” ou “letrados” – levem a uma solução satisfatória. Não obstante o seu mérito, principalmente o de denúncia, todas essas frentes têm servido também a um certo modelo de mercado sociocultural que dita regras, espaços, formas e periodicidades. Há, acima de tudo, um modelo que empurra o uso das narrativas para um fim ideológico, ou seja, a que elas se prestem a algo prescrito, a um fato sociocultural ou uma campanha de mercado; estão ocupadas com as regras, com a entrega, com o resultado, com a contribuição social etc. Ao cabo, estão ocupadas em ter verossimilhança, enquanto as narrativas performáticas a que me referia anteriormente buscam uma verdade subjetiva e a criação de signos comuns.

Pelo fato de a narrativa ser “uma forma artesanal de comunicação”, como nos lembra Mara Caffé ao estudar o mesmo tema²³, ela implica trabalho mais vagaroso, densamente subjetivo, pouco afeito a padronizações e com um alto potencial anárquico – no sentido da não subserviência automática aos imperativos cotidianos.

Assim, com todo esse campo refletido, volto ao início. O sentido clínico da história, evocação que inicia meu movimento teórico, parece ser o de convocar e sustentar um *tempo histórico* no sujeito, com todas suas demandas de ordem individual e coletiva, atuando como um marcador do sujeito no todo e do todo no sujeito. Portanto, da mesma forma deve caminhar a clínica, sempre atenta a esse sentido. Penso que o analista não deve se furtar ou temer certo trabalho de sustentação ou reparação desse *tempo histórico*, que se dará normalmente na convocação do analisando a que o analista compartilhe signos comuns; que o analisando possa ter a experiência de um analista fantasiado não somente no “presente das coisas passadas”, mas também no “presente das coisas presentes”, para usar novamente Santo Agostinho. Ou seja, que sob a ação da transferência, possa o analisando entrar de certa forma em contato com a narrativa histórica do analista, desde seu projeto de mundo e valores privados à sua atuação em esfera pública.

Assim como é ofício do analista ajudar o recorte, a metáfora, a metonímia, a abertura da cadeia significativa, é igualmente trabalho da ética clínica propiciar movimentos de sustentação de uma narrativa histórica que recoloca o sujeito no *tempo histórico*, mesmo que acarrete momentos de síntese e um temporário estancamento da cadeia associativa para recuperação de significados que o ajudem a criar pertencimento a uma tradição. Com sorte, tal gesto clínico poderá conduzir o analisando à recuperação de

significados que o antecederam, ou àqueles atuais, sejam individuais ou coletivos. Retirando o verniz ingênuo e possivelmente alienante, a ideia de história como mestra da vida, posta na clínica psicanalítica, não há de ser uma ideia, assim, tão impertinente e desatualizada.

Referências bibliográficas

- Ab'Saber T. (2012). *A música do tempo infinito*. São Paulo: Cosac Naify.
- Agostinho S. (2011). *Confissões*. Petrópolis: Vozes.
- Alonso S.L. (2010). O tempo que passa e o tempo que não passa. *Revista Cult*, ed. 101.
- Bauman Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin W. (1985). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. vol. I.
- Caffé M. (2014). *Crítica à normalização da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Chartier R. (org.) (2009). *História da vida privada, vol. 3 – da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Eliot T.S. (1989). *Ensaio*. São Paulo: Art Editora.
- Fédida P. (1988). *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1899/1972). Los recuerdos encobridores. *Obras completas*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, tomo I.
- Freud S. (1925/1972). El "Block" Maravilloso. *Obras completas*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, tomo III.
- Koselleck R. (2012). *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora puc.
- Paz O. (2009). *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva.
- Yeats W.B. (2010). *Collect Poems*. Grã-Bretanha: CRW Publishing.
- Zumthor P. (2014). *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Cosac Naify.

The clinical meaning of history

Abstract From an analysis of historical time in Freud's metapsychological structure, this paper investigates the clinical sense of the notions of history and historical times as reflected in our era. The author sustains that this era produces the dissolution of narratives and the fragmentation of time, both of which have important effects on us.

Keywords Freud; time; history; hystorical times; clinic; narrative.

Texto recebido: 10/2015

Aprovado: 11/2015

“Bons encontros” com o pensamento de André Green²⁴

Silvia Leonor Alonso

Resumo O texto parte da diferenciação entre o representável e o irrepresentável, conceitos presentes em *Revelações do inacabado* (1994), e da diferença entre tempo em movimento e o assassinato do tempo, do livro *O tempo fragmentado* (2001), ambos de André Green. A partir disto, o trabalho se dirige à conceitualização da relação com o objeto e a construção da *estrutura enquadrante* na obra de Green, mostrando como, para o autor, será da instauração ou fracasso desta estrutura enquadrante que se desprendem dois territórios diferentes na clínica que demandam do analista formas distintas de trabalho.

Palavras-chave irrepresentável; objeto; estrutura enquadrante; pensamento clínico; espelho.

Silvia Leonor Alonso é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do Curso de Psicanálise do mesmo Instituto. Coordenadora do grupo de pesquisa “O feminino e o imaginário cultural contemporâneo” e autora dos livros *Histeria* (Casa do Psicólogo, 2004, em parceria) e *O tempo, a escuta, o feminino* (Casa do Psicólogo, 2011).

[...] *um analista não pode prescindir de ser clínico, mas um clínico que possa pensar como pensa a clínica. Mais além dessa viagem com o analisando, na qual ele tem às vezes a sorte de voltá-lo à vida, precisa contar a odisséia e transmitir aos outros o que esse pensamento clínico, único no seu gênero terá lhe permitido entender.*
André Green, *O pensamento clínico*²⁵

No longo percurso que cada um de nós faz como analista, neste trânsito permanente entre aquilo que na experiência clínica ressoa em nós – a partir da qual vamos formulando algumas questões –, e o movimento da busca de palavras, de metáforas, de conceitos que possam ir construindo alguma racionalidade sobre o que fazemos, bebemos daquilo que alguns autores já foram tecendo do “pensamento clínico” e nos ofereceram através dos seus escritos. Mas toda busca na psicanálise se faz a partir de algo que figa o analista e que certamente o implica em algo de suas marcas, do seu desejo, de sua história.

Ao longo do meu percurso, no processo de reflexão sobre a clínica, vários foram os momentos nos quais encontrei nos escritos de André Green desenvolvimentos conceituais que me foram extremamente proveitosos e dos quais retirei muita água para meu moinho, podendo assim avançar na reflexão. Escolhi dois desses encontros para começar minha fala de hoje.

Em 1995, estava trabalhando o tema das inscrições psíquicas e escrevendo um texto sobre a lembrança infantil de Leonardo Da Vinci²⁶, quando chegou às minhas mãos um livro de André Green intitulado *Revelações do inacabado*²⁷ (1994), publicado originalmente em 1992. Belíssimo texto cuja prazerosa leitura me deixara ressonâncias significativas. Trata-se da análise de uma obra de Leonardo da Vinci, “O cartão de Londres” (desenho a carvão da Virgem, o menino, Sant’ Ana e São João Batista) exposto na National Gallery. No seu livro, Green faz uma análise a partir do *deslumbramento* que viveu ao contemplar o quadro e aquilo que ao contemplá-lo ofereceu-se a ele como *revelação*. Segundo reconhece o autor, seriam as marcas deixadas nele no momento da contemplação que animam a análise, assim como algo haveria de *análise* na emoção estética sentida. Trata-se, portanto, do fio de ligação que se tece entre a marca e o pensamento.

O texto de Green estende-se na análise da obra, assim como na comparação com outras obras de

Leonardo e do lugar deste entre os historiadores de arte, temáticas que trazem aportes importantes para quem se interessa pelos temas da criação ou da articulação entre psicanálise e arte. Mas não foi por esse caminho que o livro me fisgou, e sim pela temática das *inscrições e a clínica psicanalítica*, algo que também gostaria de recuperar hoje.

Nas convergências e divergências dos olhares entre os personagens do quadro, André Green vai analisando a relação entre as duas figuras femininas e entre as crianças. Recupera temáticas interessantes como a separação do menino e da mãe, e a alegria da mãe que acompanha o afastamento do menino e a aproximação deste ao companheiro; o desdobramento da figura da mãe e o duplo da criança entre o messiânico e o carnal, dentre outras.

Mas o que me interessa salientar é a diferença assinalada por Green entre o que acontece na parte superior do quadro – na qual as figuras são claras e bem diferenciadas – e na parte inferior, em que Leonardo teria se aproveitado do difuso do desenho a carvão para nos colocar perante uma incerteza, uma *fusão onírica* na qual o corpo das duas mulheres parece confundir-se por formar um tronco único, ao mesmo tempo que um triângulo obscuro entre as pernas de Sant’Ana evoca uma caverna pubiana, no meio da qual parece pender algo na qual poderia se ver uma representação simbólica do pênis materno. É justamente nesta incerteza, dirá Green, que algo das profundezas secretas de Leonardo pode aparecer, tratando-se então da emergência de fantasias vindas das estruturas do inconsciente. Leonardo se encontra então com Freud, pois nesta obra podem ser lidas as *teorias sexuais infantis* por ele formuladas. Trata-se aqui, segundo Green, da sexualidade presente na *positividade das formas*.

No entanto, Green avança descobrindo na obra esboços ainda mais inacabados; tanto a mão esquerda quanto o pé direito de Sant’Ana só têm o contorno desenhado, caracterizando-se pela ausência de cor, de relevo ou de densidade; espaço desprovido de substância, de volume e de relevo. Em resumo, *formas vazias*. “Semelhante efeito de inacabado, como um espelho que só refletisse os contornos de uma imagem, nos leva, a aproximá-lo de uma *alucinação negativa*”²⁸, marcas do negativo.

Para Green, não basta se entregar à pesquisa das marcas positivas organizadas misteriosamente como o sorriso enigmático da Gioconda, eco longínquo do sorriso materno. Sorriso que terá sido gravado na própria carne de Leonardo, estabelecendo uma continuidade ininterrupta com o corpo materno numa intimidade indestrutível.

“É preciso também considerar a falta de acabamento, aquilo onde só há contorno” e de onde a pintura é para Leonardo aquilo que, para Freud, seria a *representação*.

Cito Green: “Assim o espaço do quadro seria portador de toda a carne cujas delícias fantasiadas ou nostálgicas o corpo da mãe evoca, no entanto, além se abriria outro espaço onde o figurável não tem mais lugar, e que só ao pensamento caberia construir. Mas a partir do figurável”²⁹.

Vemos então diferenciarem-se dois territórios: o campo do figurável e do não figurável. Do informe e do que logra a forma. Da positividade das formas e das marcas do negativo. Além dessa diferenciação, quero pinçar desse desenvolvimento mais duas ideias, a da *tela* do quadro, que na escrita do autor vai se deslocando para a lembrança-tela e para o espaço psíquico como sendo a própria tela. Cito Green: “A função da tela é ser testemunha muda, receptáculo precário, apoio incerto, guia hesitante ou censor paralisante, mas também, às vezes, maravilhoso revelador. Em resumo, porta-voz sempre ambíguo, dirigindo-se a um destinatário inominável”³⁰.

A segunda ideia é a do *espelho*: conta Green que Leonardo recomendava aos pintores terem um espelho plano para que, enquanto pintassem, olhassem com frequência a obra nele, pois ela apareceria no espelho invertida, como se fosse feita pela *mão de outro*, podendo então o pintor julgar melhor seus erros. O espelho que introduz a alteridade.

No fundo de todo esse desenvolvimento está para Green o objeto: de um lado a mãe sedutora, que na sua presença alicerça o caminho das fixações, e do outro a privação real da mãe que cria uma ardente nostalgia do que não foi e do que não existiu, podendo essa nostalgia produzir efeitos a ponto de se confundir com o que teve lugar.

Passemos para o segundo momento de encontro ao qual quero me referir: o tema das temporalidades diferentes no psiquismo tem sido um tema de meu interesse há bastante tempo e tenho encontrado nele um dos eixos metapsicológicos importantes que fundamentam a clínica e a escuta³¹. Muitos dos autores pós-freudianos, a partir da crítica ao modelo genético do pensamento kleiniano e marcados também pela recuperação que Lacan fizera no retorno a Freud do tempo do *a posteriori*, se debruçaram sobre o tema estudando no interior do texto freudiano os diferentes tempos psíquicos. Foi nesse caminho de trabalho que me encontrei com o livro de André Green *O tempo fragmentado*³², publicado originalmente em 2000. Grande achado! A primeira parte do livro é um excelente tratado da chamada “heterocronia fundamental freudiana”, acompanhando um por um os diferentes tempos na obra de Freud. Começando com a mistura dos tempos nos sonhos (Freud, 1900/1989), o tempo *a posteriori* na formação dos sintomas (Freud, 1895/1989), a atemporalidade do inconsciente (Freud, 1915/1989), o tempo mítico das origens, o tempo da repetição (Freud, 1920/1989), a verdade histórica (Freud, 1939/1989) e, finalmente, a descontinuidade do tempo (Freud, 1925/1989). Rigorosa recuperação da densidade e fertilidade do pensamento freudiano.

Mas foi na segunda parte do seu livro, ao tratar da clínica da segunda tópica, que encontrei alguns elementos que hoje gostaria de pinçar. Para Green, na obra de Freud podem-se distinguir dois modelos: um primeiro modelo – o do sonho –, no qual trata-se de pôr luz sobre os fantasmas da noite, de levantar as brumas do inconsciente mediante a passagem da representação coisa à representação de palavra; enquanto, no segundo modelo – o do ato –, cujo eixo está na potencialidade atuante da moção pulsional presente fundamentalmente na compulsão de repetição, a oposição se coloca entre “a extenuação temporária no agir – e a reelaboração representativa”³³. O mistério é como a partir da moção pulsional advém o representável, já que a moção pulsional pode seguir alguns outros caminhos, como a descarga no corpo, a descarga por meio do ato ou a precipitação no alucinatório. A cicatriz da ordem do traumático coloca em xeque o inconsciente vinculado ao princípio do prazer. Disso se depreende que falhas do objeto primário não teriam permitido criar as condições necessárias para a instauração do princípio do prazer.

Novamente se delimitam dois territórios. Agora eles se diferenciam do ponto de vista do tempo; de um lado, quando na vida psíquica trata-se de *marcas de prazer* há fixação, no entanto a fixação inclui a possibilidade de substituição e de sublimação; há um tempo em movimento, enquanto, no trauma doloroso, a dor parece ser *ferozmente imóvel*. Na vida psíquica esse dilema remete diretamente à economia do tempo. Na compulsão de repetição, sendo a tentativa a de fazer um vazio no interior do psiquismo, se produz um *assassinato do tempo*. Prima um *antitempo* e desfaz-se a trama simbolizante, comprimindo o espaço da representação.

Mas também desta vez a diferenciação dos territórios, para o autor, remete ao objeto – o *objeto da cobertura*, como o designa – já que a mãe cobre as necessidades da criança, mas também marca com a sua ausência. Cito Green: “O paradigma do objeto, a saber: ser o agente mais poderoso da estruturação do tempo e instaurar a sucessão de suas aparições/desaparições”³⁴. Ao objeto corresponde então a função da excitabilidade, mas também do limite dela, e portanto da instauração da temporalidade, do prazo, da suspensão da descarga, sendo que o que fará possível a objetualização transformadora do funcionamento pulsional é “a intervenção do objeto na sua relação com o tempo”³⁵.

Pinçados os elementos nestes dois textos, transitei por outros textos da obra de Green, extensa e complexa como este evento já o mostrou, e reencontrei esses elementos articulados ao redor da ideia da presença/ausência do objeto na construção do espaço psíquico e nos desdobramentos disto sobre o dispositivo analítico.

Sabemos que o centro do trabalho do autor é o eixo pulsão-objeto. O objeto tem uma dupla função: de um lado estimula e revela pulsão, de outro promove representação, simbolização, ao estabelecer cuidados, ritmos entre ausência e presença, ao tornar tolerável a excitação. Na relação com a mãe, são introjetados os cuidados, o que marca o modelo de uma relação de objeto, mas também se internaliza a estrutura que os enquadra, constitutiva da “categoria intrapsíquica da ausência”. Quando se produz a separação do objeto e na tentativa de atenuar os efeitos da ausência, se constitui a “estrutura enquadrante”. “O objeto primário torna-se estrutura enquadrante do eu abrigando a alucinação negativa da mãe”³⁶. No reverso da realização alucinatória do desejo.

Constrói-se assim o espaço psíquico, um espaço branco que pode emergir no fundamento da identificação e onde podem surgir as representações, a *tela*, que pode ser preenchida pelas fantasias. Para Green,

O espaço assim enquadrado constitui o receptáculo do Eu, circunscreve o campo vazio a ser ocupado pelos investimentos eróticos e agressivos sob a forma de representações de objeto... e desempenha o papel de matriz primordial dos investimentos³⁷.

Constitui-se então a base do psiquismo que permite a separação em relação ao objeto; quando as condições são favoráveis à separação entre a criança e a mãe, ocorre uma mutação fundamental no interior do eu, o objeto primário da fusão vai se apagando para dar lugar aos investimentos fundadores do narcisismo. O autoinvestimento narcisista constrói uma condição de reflexividade, de autorreconhecimento, condições básicas do pensamento e da subjetivação. Cito Green: “a mãe é presa no quadro vazio da alucinação negativa e torna-se estrutura enquadrante para o próprio sujeito. O sujeito se constrói onde aconteceu a investidura e não o investimento do objeto”³⁸. O *quadro* oferece a garantia da presença materna na sua ausência. Temos aqui o trabalho do negativo na sua positividade, a construção do psiquismo e do sujeito. As representações da mãe se projetam no interior dessa estrutura enquadrante.

“Para que o objeto fantasmático possa fazer ouvir, através dele, o barulho da vida e a ação de Eros, necessita que previamente o objeto de apoio tenha cumprido a sua função”³⁹, ou seja, que se tenha criado a *moldura do quadro*. Isso só é possível quando o amor de objeto é suficientemente seguro para desempenhar o papel de continente do espaço da representação. Mas também será fundamental que o ritmo da ausência permita que a perda de objeto se acompanhe pelo *luto* do objeto.

Agora, quando nenhum *luto* é possível, o objeto nunca pode estar ausente e portanto não pode ser pensado, sem o qual o sujeito pode ser levado à evacuação de si próprio, com angústias avassaladoras e repetições muito mortíferas. Isto afeta não só o espaço, mas também o tempo, criando *tempos mortos* nos quais não é possível a simbolização.

Do sucesso ou fracasso na instauração da estrutura enquadrante se desprendem dois territórios diferentes na clínica.

Na primeira delas, o enquadre fica como “quadro silencioso que se faz esquecer, está como ausente”⁴⁰, o que dá a possibilidade de entrar nos conflitos intrapsíquicos, entre as instâncias, em que

processos fluidos podem acontecer e o analista pode acompanhá-los com certa clareza. O enquadre pode ser utilizado como espaço potencial para a simbolização. Ao mesmo tempo que as *teorias sexuais infantis* – estruturas narrativas interiorizadas referidas às sexualidades combinadas das crianças e os pais – juntam em uma “forma algo do informe”, a partir do que ficou inscrito dos objetos. Formas na sua positividade. Território do representável.

Numa segunda situação clínica, o enquadre “faz sentir sua presença”⁴¹, sobretudo no analista que sente a necessidade de preservar a situação analítica de ameaça, impondo a ele próprio esforços de imaginação, ao passo que chegam ao analista sensações que não se traduzem numa imagem nem lembrança de algo falado na cura, e cabe a ele alcançar algo análogo a uma representação alucinatória do desejo. Chegam a ele impressões pouco claras, informes, mas que mobilizam todas as formas de pensamento do analista, das mais elementares às mais evoluídas, exigindo um trabalho de simbolização. Estamos no “vazio das formas”, onde corresponderá ao analista “desenhar imagens”. Estamos no campo do irrepresentável.

Em um dos casos, é preciso dar um continente para o conteúdo, mas no segundo também um continente para o continente.

Para finalizar, voltemos ao espelho que, para Leonardo, introduzia a alteridade. Quando falamos do espelho, dirá Green, não podemos esquecer que entre o objeto e a imagem existe um elemento terceiro que é o próprio espelho. Na situação analítica, o enquadre (enquadre interno do analista constituído a partir de sua análise pessoal e da experiência acumulada com outros pacientes) representa o elemento terceiro e realiza um *trabalho de espelho* muito importante, sobretudo nos analisandos não neuróticos. A estrutura enquadrante do analista, por via de sua análise, se torna fonte de uma nova reflexividade. A verbalização introduz para Green um elemento terceiro na dualidade da comunicação.

Mas, nesse longo caminho no qual partindo do informe se vai em direção ao surgimento de alguma figura, Green alerta sobre a delicadeza com que o silêncio do analista deve ser tratado, no atendimento de pacientes mais graves, pois trata-se de ajudar a construir “uma investidura positiva do espaço vazio”, ou seja, uma suportabilidade da ausência, por isso não se pode entupir todo o espaço da sessão de falas nem tampouco silenciar de maneira absoluta, pois em muitos destes casos o silêncio é vivido como silêncio de morte⁴², sendo esta mais uma das dificuldades com que um analista tem que se haver na condução da cura.

É assim que, na proposta do autor, se vai construindo o que ele chama de pensamento clínico: esse “modo original e específico de racionalidade surgido da experiência analítica”⁴³, que remete à atividade de relação entre os diversos regimes das diferentes instâncias psíquicas. Para isso será necessário que na *cabeceira do divã* o inconsciente do analista vibre deixando ressoar o inconsciente do analisando, um analista que se deixe transformar pela experiência transferencial e contratransferencial, um analista implicado que não converta a teoria em *doutrina*. É esta a proposta que A. Green nos deixou.

Referências bibliográficas

Alonso S.L. (1997). Considerações sobre a realidade e a temporalidade a partir de “Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci”. In: *Freud: Um ciclo de leituras*. São Paulo: Escuta.

_____. (2011). *O tempo, a escuta, o feminino*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Freud S. (1895/1989). Proyecto de psicología. Freud, S. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 1.

_____. (1900/1989). La interpretación de los sueños. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 5.

_____. (1920/1989). Trabajos sobre metapsicología. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 14.

_____. (1920/1989). Más allá del principio de placer. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 18.

_____. (1925/1989). La pizarra mágica. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 19.

_____. (1939/1989). Moisés y la religión monoteísta. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, v. 23.

Green A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.

_____. (1990). *De locuras privadas*. Buenos Aires: Amorrortu.

_____. (1994). *Revelações do inacabado: sobre o cartão de Londres de Leonardo da Vinci*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1995). *El trabajo de lo negativo*. Buenos Aires: Amorrortu.

_____. (2001). *El tiempo fragmentado*. Buenos Aires: Amorrortu.

_____. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (2010). *El pensamiento clínico*. Buenos Aires: Amorrortu.

_____. (2012). A clínica contemporânea e o enquadre interno do analista. Entrevista realizada por Fernando Urbarri. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 46, n. 3, p. 215-225.

“Good meetings” with the thought of André Green

Abstract This article starts with the distinction between the representable and the unrepresentable, concepts that are present in *Unfinished Revelations* (1994), and the difference between time in movement and time assassination, from the book *The fragmented time* (2001), both from André Green. From this, the work goes to conceptualize the object relation and the construction of the *framing structure* on Green’s work, showing how, to the author, it will be from the establishment or the failure of this framing structure that two different territories are detached on the clinic, demanding from the analyst different ways of work.

Keywords unrepresentable; object; framing structure; clinical thought; mirror.

Texto recebido: 07/2015

Aprovado: 08/2015

O manejo clínico na loucura histórica

Daniel Rodrigues Lirio

Resumo Este artigo discute um caso clínico em que há controvérsia em torno do diagnóstico de neurose ou psicose. Com base na transferência estabelecida, contudo, o autor decide apostar em um quadro de loucura histórica. Esta escolha servirá como orientador para a condução e compreensão do caso como um todo. A partir dessa experiência, o autor pretende contribuir para a teoria da loucura histórica e sugerir princípios para o seu manejo.

Palavras-chave loucura histórica; manejo; borderline; passagem ao ato; culpa; transferência.

Daniel Rodrigues Lirio é psicanalista membro do departamento de Psicanálise, Mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.

Compreender é sempre avançar capengando no mal-entendido

Jacques Lacan

Estória

A união de Oswaldo e Eulália foi atribulada. Enquanto ele era um homem feito, ela estava com apenas treze anos, e sua família foi contra o casamento. Eles tiveram duas filhas: Mara e Sandra – nossa protagonista ⁴⁴. Eulália tinha muitas dificuldades em assumir o lugar de mãe e dividia seu tempo entre cuidar da casa e tentar impedir a infidelidade do marido. Certa feita, ao saber de uma traição, ela corta os pulsos. Oswaldo se desespera e promete que se ela não morrer entrarão todos para a Igreja. Dito e feito, entram para uma Igreja Evangélica – mas Sandra se revolta por ter de se batizar, uma vez que não teria pecado.

Sandra casou-se e teve uma filha e, alguns anos depois, um filho. Eulália falece ainda jovem e Sandra herda os ciúmes da mãe em relação aos casos amorosos do pai. Quando este começa um caso com uma mulher casada, Sandra sentencia: “Isso não se faz! É pecado! Vai acontecer com você o mesmo que aconteceu com São João Batista!”.

Conforme o novo testamento⁴⁵, São João Batista foi um pregador de muito prestígio na corte de Herodes, mas que teria sido preso por denunciar o comportamento moralmente escandaloso das pessoas da corte e, especialmente, por condenar o casamento do próprio Herodes com a mulher do irmão. Salomé, enteada de Herodes, dança para o padrasto e pede a cabeça de João Batista em uma bandeja de prata. Curiosamente, Sandra confere ao pai esse duplo lugar: ele é quem comete os atos escandalosos e quem recebe a punição. Nessa condensação, ele é punido por sua imoralidade. Contudo, é Sandra quem denuncia a imoralidade e, portanto, seguindo a lógica bíblica, é ela quem deveria sofrer as punições.

Sandra está brigada com o pai e não o convida para a festa de aniversário da filha. No dia seguinte ele morre em um acidente de automóvel, confirmando sua profecia: Sandra diz ter “jogado o pai no inferno”. A partir daí, surge a ideia de que seu filho também deverá ir para o inferno, caso ela não o mate ainda bebê.

Vale lembrar que João Batista é o precursor do Messias, Jesus Cristo, o mártir maior da cristandade. O único jeito de salvar sua alma é matá-lo ainda bebê. Tal como Édipo, tal como Cristo, esta criança não pode crescer. Sandra luta contra essa ideia. Horrorizada, ela quer evadir-se, sofre de crises nervosas e é internada algumas vezes. O conflito entre o Bem e o Mal continua a obsedá-la até o momento da batalha final: o marido sai para trabalhar, o filho dorme no berço ao lado; com as mãos, ela o enforca até a morte.

Tal como João Batista, ela teve de pagar caro por suas denúncias, tal como Deus, ela teve de sacrificar o filho. Para Sandra, este foi um sofrimento que só Deus conheceu, ninguém mais conseguiria imaginar o quanto ela sofria. Ela passa a década seguinte alternando entre internações de dois a três meses e breves períodos com familiares. O marido pede o divórcio, fica com a guarda da filha e impede qualquer contato de Sandra com ela. Os familiares não conseguem conter suas crises, suas tentativas de suicídio por ingestão excessiva de medicamentos. Quando iniciou o tratamento no CAPS ela morava com a irmã e o cunhado, com quem tinha muitos conflitos. Em uma das crises, ela deixou o gás do fogão ligado para explodir a casa toda.

Os primeiros atendimentos

Logo nas primeiras semanas na instituição, enquanto participava apenas de grupos terapêuticos e oficinas, Sandra tem uma forte crise: descontrola-se ferozmente, é contida e medicada. Vou vê-la na enfermaria, ela se acalma, conversamos e começamos a construir um vocabulário próprio, que permite uma aproximação. Sandra lê sobre linhas terapêuticas e me pergunta se quero ser o seu analista. Além de narrar uma história de sofrimentos, Sandra passa a se interrogar sobre quem é essa pessoa que tem essa história, e o processo analítico engata.

O seu discurso oscila entre narrativas autobiográficas e delirantes. Quanto à sua história pessoal, destacam-se os apetites sexuais do pai que, inclusive, tentara abusar dela e da irmã, pois queria ser o “primeiro marido das filhas”. Mas há também um mito pessoal sobre a criação do universo: no início era o Só, que queria ficar só, mas criou Lúcifer e Deus, que criou Jesus. O Só é bissexual e poderia ter sido a mulher de Deus, mas “preferiu ficar só” e tornou-se mau. Entre os humanos, Sandra é a primeira mulher criada por Deus, eu sou o primeiro homem, a filha dela está destinada a ser minha mulher. Assim, ela me coloca na série Deus, Adão, pai.

Apesar da sintomatologia delirante, com fragmentação e desorganização psíquicas, a transferência experimentada no *setting* analítico sugere uma estrutura neurótica, mais precisamente uma loucura histórica. Sandra se sente envolvida eroticamente por seu analista, com quem repete um sentimento nutrido pelo advogado que a defendera na justiça e também a tratava com atenção. Ela inicialmente demanda afeto, quer sessões fora do horário, chega atrasada propositalmente, questiona diversas vezes a importância do atendimento, apenas para reafirmá-la em seguida.

Nos primeiros meses, o manejo foi muito próximo do que seria feito em caso de psicose, com ênfase no vínculo, na compreensão do repertório fantasmático, na construção de um vocabulário comum e no fortalecimento da ideia de si. Única ressalva: não respondi à demanda afetiva subjacente às atuações em relação ao horário e frequência dos atendimentos. Diante de uma sintomatologia psicótica apoiada em uma estrutura histórica eu me via em um dilema: amarrar as pontas de um fio narrativo entrecortado ou ajudá-la a ver que essas rupturas eram causadas por tensões internas a ela mesma e que seus sintomas e atuações eram um posicionamento frente àquilo que lhe angustiava?

Ela narra uma história de sofrimento extremo e se interessa em saber como eu lido com tamanha tristeza, supondo que estou com vontade de chorar de pena. Ela diz que os médicos querem matá-la como vingança pelo que fez com o filho e eventualmente reclama que não a trato devidamente. Ou seja, é como se o analista tivesse de escolher entre simpatizar com ela, penalizado pelo seu sofrimento, ou ser frio, vingativo, ficar com raiva e rejeitá-la. Assim, há uma demanda pelo amor do analista como único modo de salvá-la.

A não resposta a essa demanda é tomada como fonte extra de frustração e sofrimento. Ela passa a

questionar o lugar da análise e pede para diminuir a frequência ou mudar de terapeuta, diante do que eu respondo: “*you’ve had so many losses and when do you have a space where you want to open up?*”. Outras vezes, ela me pede ajuda para “sufocar o sentimento”, ou seja, o analista também é demandado no lugar de cúmplice do sufocamento. A ausência de livre-arbítrio reaparece, portanto, na passividade diante da paixão pelo analista, involuntária, impossível e dolorosa. Desse modo, parte do trabalho consiste em sustentar a importância dos atendimentos com o grau de frustração da demanda erótica que eles implicam, sem me tornar o demandante da continuidade do processo.

Quando Sandra conta dos abusos e tiranias do pai, utilizo objetos na mesa para figurabilizar seu discurso: quem é o maldito, o filho, o pai. Ela esboça a compreensão de que entre a narrativa da origem do universo e a sua própria vida pode haver uma analogia, ou seja, os delírios encenavam a sua história.

Em suma, o delírio religioso permite a manutenção de uma identidade, uma narrativa e um sentido para a sua história, mas, ao mesmo tempo, dá consistência a uma fantasia que a aliena de sua história e de si mesma. Por meio do trabalho na transferência, Sandra se embate com a impossibilidade de realizar o desejo em relação ao analista, o que a mantém como desejante. O analista está no lugar de objeto causa do desejo, é inacessível, mas fomenta a manutenção de uma relação em que ela está barrada: a paciente cria uma ilusão de satisfação incestuosa com o analista e se frustra com a desilusão. Assim, por trás de uma sintomatologia tão exuberante podemos encontrar um caso clássico em que o amor de transferência permitirá a reedição de uma narrativa biográfica impregnada pelo mundo fantasmático.

Culpa e salvação

Quando chega ao CAPS, o diagnóstico psiquiátrico de Sandra é de psicose; depois de um tempo de tratamento, muda para bipolar e, posteriormente, para transtorno de personalidade. Embora a instituição tenha recebido pouca informação sobre o processo judicial, é possível supor que um quadro neurótico seria passível de culpabilização. Assim, embora a paciente não enuncie claramente, subentende-se que a loucura tenha sua conveniência tanto no plano jurídico quanto no subjetivo. Fazer-se e acreditar-se louca a protege do contato com os conteúdos terríveis de sua biografia, ao mesmo tempo que frequentar um serviço de saúde mental é sentido por ela como uma espécie de alibi. Por outro lado, quanto mais se trata, mais transparece sua estrutura neurótica, o que fomenta a capacidade de se reconhecer no enunciado de seus delírios e fantasias e a torna responsável por seus atos e palavras – aumentando a resistência ao tratamento.

Enfim, o analista é colocado em mais um dilema porque o alívio do sofrimento está associado ao fortalecimento do delírio como algo que justifique o seu ato. Nesse caso, ela se sentiria momentaneamente melhor, mas continuaria presa à necessidade de rejeitar seu ato (*verwerfen*). Ao contrário, se o analista faz qualquer movimento para que ela se implique no ato, pode ocupar o lugar de superego perseguidor e forçá-la ainda mais a uma fuga delirante, além de colocar em risco a continuidade do processo analítico. Limito-me a perguntar como ela se sente em relação ao acontecido.

– *Deixa eu procurar uma palavra.... (alguns minutos de silêncio) ...só tem uma palavra: inocente.*

Ao longo de todo o processo analítico, Sandra se coloca como inocente e, mais ainda, como mártir. Ela afirma não ter livre-arbítrio, é Deus quem decide sobre seus atos e, portanto, é ele o grande responsável. Dessa forma, a figura de um Deus bom e misericordioso será desdobrada em seus duplos malignos, o Diabo e o Só. Esta dupla faceta do Divino nos remete ao paradoxo do superego: ao mesmo tempo que nos mantém na linha, conformes a um ideal, preservando os traços identitários com os pais, ele também se torna tirânico, perseguidor, e nos impele a cometer os atos mais extremos com vistas a um gozo impossível. Ou, para dizer de outro modo, oferecer-se como mártir para Deus é oferecer-se e oferecer o que tem de mais valioso para satisfazer a demanda do Outro. O assassinato do filho de Sandra resulta do imperativo superegoico de gozo

sem limites – pois é para atender à demanda divina que ela o mata, salvando-o do inferno. Em sua duplicidade, o superego impele à lei, à submissão à castração e, ao mesmo tempo, em sua face tirânica, ordena ao gozo regressivo dual, de submissão ao Outro⁴⁶. Contudo, por tratar-se de uma neurose, o gozo absoluto é impossível e termina sempre por se chocar contra a rocha da castração.

Ao longo do processo, ela consegue se apropriar de sua participação – ainda que sem a culpa – na morte do filho, e reconhece ter havido uma injustiça, pois ele nada teria a ver com a morte do pai. Enquanto no início ela dizia que seu ato era resultado de um conflito entre Deus e o Só, o processo analítico permitiu que os delírios fossem trabalhados e “enxugados”. O conflito entre Deus e o Só pôde ser interiorizado como um evento ocorrido dentro dela, o Só começou a perder força e morreu oficialmente em um dia 7 de setembro, ainda que reaparecesse eventualmente nas narrativas. Este falecimento foi relatado como o dia mais feliz da vida de Sandra, e a data sugere que ela conseguiu um pouco de independência frente aos delírios. Começa a haver uma melhor discriminação entre loucura e lucidez, passividade e livre-arbítrio, resignação e revolta, e ela percebe que alguns sentimentos e lembranças são tão doídos que ela prefere renegá-los. Para dar conta de seus paradoxos, ela fala da existência de “duas Sandras”.

Assim, o que antes se apresentava como uma cisão entre o Eu e a realidade começa a dar lugar a uma cisão egoica, o discurso psicótico pode se integrar a uma estrutura neurótica e começam a surgir atos falhos dentro do seu delírio! Em associação livre, ela troca “filho” por “pai”, no sentido de ter matado o pai. Diante da troca ela associa a morte do filho à redenção do pai, que estaria às portas do inferno. Ao contar da ameaça que fizera ao pai, diz “a história de João Batista, que teria avisado *Pilatos* para não se casar com Herodes”. Eu indago sobre ter falado “Pilatos” no lugar de “Herodíade”, mas ela diz ter sido um mero equívoco. Eu insisto, ela pergunta:

– *Herodes era homem ou mulher?*

Devolvo a pergunta, ela continua, conta a história de Pilatos, que deu ao povo o poder de escolher entre Jesus e Barrabás e, diante da escolha pelo último, proferiu a frase “eu lavo minhas mãos, e o sangue recairá sobre vocês”.

– *E nessa sua história, tem alguém que lava as mãos?*

– *Nããããã...*

Encerro a sessão.

As trocas de “filho” por “pai” e de “Herodíade” por “Pilatos” nos levam a especulações bastante interessantes. Do ponto de vista formal, trata-se de atos falhos dentro do delírio! Ora, um ato falho só pode ser compreendido articulado à repressão, isto é, ao campo da neurose. Vemos assim como um mecanismo neurótico pode governar um delírio, se a censura egoica bloqueia a emergência do conteúdo latente. Isso seria algo típico da loucura histórica. Para nossas considerações sobre o manejo, vale enfatizar que essas associações surgiram quando o analista insistiu para a analisanda falar mais sobre pontos nos quais não gostaria de se aprofundar. Esta é uma postura comum à clínica das neuroses. Assim, enquanto na psicose o manejo clínico baseia-se no acolhimento do discurso e no apoio para a constituição de alguma consistência nas narrativas do sujeito⁴⁷, no atendimento da loucura histórica pode-se pedir mais associações e focalizar atos falhos para permitir a emergência de conteúdos recalcados, além de se privilegiar intervenções que levem o analisando a se posicionar frente ao seu discurso e a seus atos.

Do ponto de vista do conteúdo, essas trocas sugerem que a figura do pai interfere na relação com o filho e que há uma tentativa de mudança quanto à responsabilização sobre o ato, de cumplicidade (Herodíade) para uma falsa inocência (Pilatos). Então, no conjunto da narrativa, o sujeito se posiciona de três formas diferentes. Na forma manifesta, Sandra ocupa o lugar de João Batista, que denuncia a relação indevida do pai/Herodes com a amante/Herodíade. Em outros momentos, Sandra se identifica com Herodíade, cúmplice da morte de João Batista. Para escapar desta dicotomia entre ser a culpada ou a vítima, é possível lançar mão da figura de Pilatos, o qual lava as mãos diante da morte do mártir, pois o assassinato teria ocorrido em nome da vontade de terceiros.

Além disso, a troca de Herodíade, uma mulher, por Pilatos, um homem, seguida da pergunta sobre o gênero de Herodes, também indica a retomada de um tema inicialmente exposto pela caracterização do Só como bissexual e hermafrodita, qual seja, suas indagações latentes quanto à diferença sexual e a escolha objetal.

Quando comparamos a biografia de Sandra com suas associações e com sua mitologia delirante, observamos um padrão de triangulações. Há um triângulo originário entre o pai de Sandra, sua mãe e os amantes. Na cena bíblica há um conluio entre Herodes, Herodíade e Salomé. No seu delírio predomina a tríade Deus, Só e Diabo. Na transferência, a cena amorosa é constituída pelo analista, a analisanda e sua filha. Enfim, em todas essas tríades, os segundos e terceiros termos funcionam como duplos. Sandra deseja o analista, mas é sua filha quem está prometida a ele. O Só é ora o próprio Diabo, ora seu genitor. Herodes satisfaz o desejo de Herodíade por estar fascinado pela dança de Salomé. Em seus relatos, Sandra ocupa ora o lugar da mãe, traída e ciumenta, ora o lugar de amante do pai, em uma relação incestuosa. Como ocupa os dois lugares, estes se condensam para originar uma relação dual entre uma mulher e um pai muito mal.

Na psicose, o conflito fundamental reside na separação Eu-Outro. A relação dual é instável, pode colapsar a qualquer momento e deixar o sujeito na iminência de re-fusão com o Outro. Ameaçado, o sujeito delira para criar uma narrativa que organize a separação. Em análise, tenta-se constituir uma *metáfora delirante* para estabilizar a separação. Já na neurose, há três elementos na cena, normalmente bem estabilizados. Se ocorrem fantasias incestuosas, dramas edípicos e imagens de parricídio, elas são combatidas violentamente pela culpa e produzem inibição. Há uma angústia vinculada ao medo de cair do lugar de sujeito desejante, de perder a configuração triangular. Contudo, a própria culpa é garantia dessa condição, pois indica a força do superego que, como sabemos, é herdeiro do complexo de Édipo. Em suma, os três atores estão presentes na cena e a ameaça de colapso é imaginária.

A partir dos modelos da psicose e da neurose, chegamos a uma hipótese sobre o drama que caracteriza a loucura histórica. Por tratar-se de uma estrutura neurótica, os três elementos também estão presentes, como observamos pelas fantasias de Sandra. Contudo, esses elementos são mais instáveis, e um pode assumir o lugar de duplo do outro, confundir-se com o Outro. Mais especificamente, mãe e filha podem confundir-se: Sandra se confunde ora com a sua mãe, ora com a sua filha, assim como se confundem os lugares de Salomé e Herodíade. Desta forma, podemos pensar que o enfraquecimento da configuração triangular solapa a diferenciação Eu-Outro e, portanto, desestabiliza a Identidade do Sujeito. Ou, ainda, nas palavras de Lacan⁴⁸: “Quando a relação que se estabelece com a imagem especular é tal que o sujeito fica demasiadamente cativo da imagem para que esse movimento seja possível, é porque a relação dual pura o despoja de sua relação com o grande Outro”. Em outras palavras, a constituição da identidade, que permite a estabilidade do ego, depende de a relação especular ser posta em perspectiva pela relação com o grande Outro. Essa noção é retomada por Maleval⁴⁹, ao preferir o termo “desidentificação” para falar de loucura histórica. Mais uma vez, está em questão a perda dos limites do Eu, remetendo-nos a um problema com a imagem especular em que o conjunto das referências

imaginárias se desestrutura.

Voltamos, portanto, à cena fundamental, constituída por Oswaldo, Eulália e Sandra, reeditada com a substituição de Eulália pela amante. Enquanto Oswaldo fica com a esposa ou com a amante, Sandra fica excluída, completamente desamparada, não há função materna, ninguém cuida dela. Por outro lado, quando Oswaldo está com Sandra, é sob a iminência do abuso, submetida aos excessos do Outro – não há interdição, função paterna capaz de barrar o gozo do Outro. Portanto, a posição subjetiva de Sandra é marcada pelo desamparo frente a um Outro que oscila entre ausente e abusador.

Passagem ao ato

Enquanto exposto a um Outro que oscila entre ausente e abusador, a condição de sujeito fica ameaçada, isto é, a própria identidade e o movimento do desejo tornam-se instáveis. Conforme a apreensão lacaniana, “a despersonalização começa pelo não reconhecimento da imagem especular” e, logo adiante, “é ao não se encontrar no espelho [...] que o sujeito começa a ser tomado pela vacilação despersonalizante”, ou ainda “se o que é visto no espelho é angustiante, é por não ser passível de ser proposto ao reconhecimento do Outro”⁵⁰. Em outras palavras, é tarefa das funções materna e paterna possibilitar um investimento de desejo e de significantes capaz de estabilizar um aglomerado de sensações em uma unidade, uma identidade por meio da qual haja um sujeito que possa falar de si. Ou seja, essas funções permitem que um sujeito se reconheça e fale de si.

A despersonalização tem uma raiz, portanto, no campo das falhas das funções materna e paterna, responsáveis pela nomeação, continência, reconhecimento, contorno e amparo narcísico ao sujeito. Houve uma perturbação no modo como a criança pôde se constituir narcisicamente, ser investida no lugar de falo e depois não perder essa condição de forma demasiadamente violenta. As falhas determinam a precariedade com que o sujeito vai lidar com os dramas edípicos. Este sujeito não vai adquirir sua condição neurótica pela superação/dissolução do complexo de Édipo, ele vai ser *atropelado* pelo Édipo e pela castração, e isso determina a sua conduta impulsiva posterior. Para utilizar as coordenadas lacanianas, diríamos que houve problemas excessivos no primeiro e segundo tempos do Édipo, ainda que o terceiro tempo tenha sido conquistado⁵¹.

Lacan⁵² retoma o caso da jovem homossexual⁵³ para dizer que, na impossibilidade de esperar um filho do pai ou de efetuar um *acting out*, tornando-se imaginariamente o cavalheiro de uma Dama, só resta à jovem cair literalmente da cena, jogando-se no trilho do trem. Em nosso esforço especulativo, podemos supor que, para Sandra, tirar o filho de cena, isto é, ela mesma cair da cena, tornou-se o único modo de lidar com a angústia, pois, apagando um índice da relação incestuosa com o pai ela reinstaura a condição de falta. Nesse sentido, o filicídio seria uma defesa frente a angústia, que teria dado ensejo a um modo singular de existência, obsedada pelos conflitos entre o bem e o mal.

Vai te custar os olhos da cara

É comum aos pacientes muito graves a não utilização do divã, pois o contato visual fomenta a estabilidade egoica. Contudo, neste caso, como o olhar está ligado à sedução e à vitimização, a satisfação escópica pode funcionar como resistência ao processo analítico e prejudicar a elaboração dos conteúdos recalçados. Assim,

eu me mantive boa parte do tempo com os olhos desviados para incentivar a associação, mas retornava o olhar periodicamente para ajudar Sandra a se manter minimamente integrada. Geralmente, ela atingia essa integração quando se colocava como sofredora, mártir submetida aos desígnios divinos. Em contraposição a este lugar de objeto submetido ao Outro, é preciso pavimentar um caminho simbólico para ela vislumbrar sua atividade. Desta forma, passamos do registro dual, marcado pelo imaginário, pela imagem e, por conseguinte, pela pulsionalidade escópica, para o campo do ternário, marcado pelo simbólico, pela linguagem, enfim, por um erotismo mediado pela escuta. Cito Lacan:

Já vimos isso na própria estrutura da fala: o que é realizável libidinalmente entre este e aquele sujeito exige mediação. É o que dá seu valor a esse fato, afirmado pela doutrina e demonstrado pela experiência, de que nada se interpreta finalmente [...] senão por intermédio da realização edípica. Isso quer dizer que toda relação a dois é sempre mais ou menos marcada pelo estilo do imaginário. Para que uma relação assuma seu valor simbólico é preciso haver a mediação de um terceiro personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância⁵⁴.

O trânsito da dualidade para a triangulação terá seu correspondente na alternância entre os campos da angústia e da culpa:

Entre a relação imaginária e a relação simbólica, há toda a distância que há na culpa. É por isso, como a experiência mostra a vocês, que a culpa é sempre preferida à angústia.

Sabemos que, pelos progressos da doutrina e da teoria de Freud, a angústia está sempre ligada a uma perda, isto é, a uma transformação do eu, isto é, a uma relação a dois a ponto de se esvaír e à qual deve suceder outra coisa, que o sujeito não pode abordar sem certa vertigem. É isso que é o registro e a natureza da angústia. A partir do momento em que se introduz o terceiro, que ele entra na relação narcísica, abre-se a possibilidade de uma mediação real por intermédio essencialmente do personagem que, em relação ao sujeito, representa um personagem transcendente, em outras palavras uma imagem de domínio por meio da qual seu desejo e sua realização podem se dar simbolicamente. Nesse momento, intervém outro registro, que é ou o da lei, ou o da culpa, segundo o registro em que ele é vivido⁵⁵.

Portanto, a relação transferencial fundada na linguagem poderia operar a passagem da angústia à lei. Contudo, neste caso, o campo da lei está atrelado inexoravelmente a uma culpa terrível, muito mais assustadora do que a angústia. No caso de Sandra, ao contrário do que afirma Lacan, haverá um esforço constante para regredir a uma situação dual fundamentada no olhar, vivenciada como angústia. Tal caráter de escolha pela angústia como oposição ao campo da culpa/dívida/lei será explicitado quando seu diagnóstico psiquiátrico muda de esquizofrenia para transtorno bipolar e ela perde o direito ao bilhete especial, que lhe concedia gratuidade no uso do transporte público. Ela fica furiosa e ameaça abandonar o tratamento. Algumas semanas depois deste episódio ela diz não poder fazer as coisas sozinha por ter necessidade de “cuidados especiais”. Remeto à perda do “bilhete especial”:

– É! É isso mesmo, eu fiquei muito brava porque tiraram o meu bilhete especial!

Meses depois, ela deixa de comparecer ao serviço por algumas semanas e o tema retorna:

– A psiquiatra falou que vai fazer um laudo e eu vou poder tirar o bilhete especial, aí vai ficar mais fácil de eu poder vir, não vou mais precisar faltar...

– Mas não foi por isso que você andou faltando...

– É um conjunto de coisas né, Daniel, mas se eu não precisar pagar é mais fácil. Eu não posso trabalhar, porque senão

eu perco o benefício.

A perda dos benefícios sociais atrelados ao grave diagnóstico inicial torna-se especialmente doída, pois é índice da possibilidade de perder a loucura como proteção à angústia e à culpa. Aqui vemos como aquela configuração psicótica desembocou em um típico drama neurótico, em que há forte resistência a pagar o preço pela liberdade. Quando eu paro de trabalhar no CAPS, proponho continuarmos o processo em meu consultório por um preço possível. Inicialmente ela aceita, mas não vem à sessão. Faço contato telefônico em que reafirmo a possibilidade de negociarmos um valor, ela aceita, mas falta novamente. Portanto, há algo inconciliável. Quando ela tem de pagar, enfrentar a ideia de realmente pagar pelo seu sintoma, pagar pelo seu transporte, pagar pelo seu tratamento ou mesmo pagar a pena por ter matado o filho, *qualquer* valor é recusado. Não está em questão se o valor é alto ou baixo, qualquer valor é demasiado para quem se coloca como credor, como quem tem de receber uma compensação pelo sofrimento. Enquanto neurótica, torna-se injustificável a morte do filho.

Quando começou o processo comigo, ela atuava de forma extrema, como na situação já mencionada acima, em que deixou o gás ligado para explodir a casa onde morava com a família da irmã. Aos poucos, as atuações ficaram menos perigosas e as internações tornaram-se desnecessárias. Mesmo assim, em alguns embates com a irmã, esta ameaçava interná-la. Novamente, caso se tratasse de uma psicótica, teria sido importante a intervenção junto à irmã para evitar medidas extremas. Por vezes, parecia que Sandra queria isso de mim. Contudo, eu considerava importante abordar o motivo de ela se fazer internar e trabalhar a sustentação de sua lucidez como a única forma de garantir sua liberdade. De fato, um ano antes desses últimos acontecimentos ela se encontrava em aparente mania, mas se recusava a tomar as medicações e a equipe cogitou se deveria forçá-la. Neste momento, ela colocou-se como uma pessoa lúcida, que escolhia não tomar as medicações naquele momento, mas que se dispunha a continuar o processo terapêutico. A equipe acolheu seu posicionamento e ela ficou um bom tempo sem as medicações e sem crises.

Culpa e responsabilidade

A discussão deste caso põe em relevo a passagem do paradigma da culpa para o paradigma da responsabilidade. O termo alemão para “culpa”, *Schuld*, também significa “dívida”, isto é, quem tem culpa tem uma dívida e, portanto, precisa “pagar uma pena”, sofrer punição. Obviamente, toda culpa é terrível, pois o neurótico carrega o sentimento de ter cometido uma *falta*, no sentido de transgressão, fundada nos desejos incestuosos⁵⁶. No caminho da análise, é possível deixar de ser culpado para tornar-se responsável (*verantwortlich*), isto é, pode-se responder (*antworten*) pelos atos cometidos, no sentido de posicionar-se em relação ao próprio desejo, à solução que inventa para lidar com o fato de que, em cada um, algo *falta*. Isso só é possível porque habitamos o mundo da linguagem, das palavras (*Worte*). Ou seja, o processo psicanalítico favorece a passagem de um estado em que faltas imaginárias, tomadas como transgressões reais, geram sentimento de culpa e a necessidade de punição, para um estado em que a falta seja simbolicamente reconhecida como decorrente deste vazio, desta lacuna que causa o desejo, desejo pelo qual somos responsáveis.

Contudo, ainda que inicialmente Sandra fosse perseguida por uma culpa inconsciente, intensificada pelo abuso paterno, a partir do momento em que ela mata o filho, comete um ato pelo qual é muito difícil se responsabilizar, responder com palavras. Ela tentava se colocar como vítima, inocente, mas quando alguém a atacava pelo crime ela permanecia em silêncio. Por outro lado, em sua última internação, a psiquiatra de plantão a culpou pelo ato, e Sandra conseguiu responder que só o fez devido a uma crise de loucura. No entanto, esta resposta é ainda insuficiente para ressignificar o ato a ponto de permitir o

trânsito pela vida de forma mais livre. Para ela, uma tentativa de resposta era ter um outro filho – plano impossibilitado pela necessidade de manter as medicações. Provavelmente, supomos, esta resposta também seria insuficiente.

Fica, assim, aberta a questão: haveria a possibilidade de inventar uma resposta para esta morte? Uma resposta capaz de desembaraçar a falta simbólica, condição do desejo, da falta imaginária, culpa pelo incesto, e da falta real, perda irreparável do filho? Anos depois de encerrado esse atendimento, eu me dou conta de que o nome do menino jamais surgiu nas sessões, nem em qualquer documento da instituição. Sua ausência permanece sem nome e sem resposta.

Vida que segue...

Alguns anos depois de finalizar o processo analítico, converso com a psiquiatra que atendia Sandra. Após minha saída, ela manteve-se bem, continuou seu namoro, estreitou os laços com a filha e com parentes de quem se distanciara. Sandra planejava ter mais um filho e, devido aos riscos que ofereceriam à gravidez, ela para de tomar os medicamentos. Passam algumas semanas e ela tem uma forte crise “maniforme”, fica bastante acelerada, sente-se perseguida e briga com muitas pessoas, inclusive com familiares e técnicos do CAPS. Sandra é internada novamente por um breve período. Ela volta a tomar a medicação e, em cerca de duas semanas, restabelece-se completamente. Após a crise, Sandra desiste da ideia de ter outro filho e segue bem o tratamento no serviço por mais um ano até receber alta. Apesar do bom vínculo com a médica e demais técnicos, a exuberância dos delírios que me relatava nas sessões jamais reaparece nos outros espaços. Ou seja, eles só poderiam se manifestar em uma relação transferencial tão intensa como aquela que caracterizou a sua análise.

Referências bibliográficas

- Alonso L.S.; Fuks M.P. (2004). *Histeria*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Coleção Clínica Psicanalítica. Dir. Flávio Carvalho Ferraz)
- Freud S. (1911/1976). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia paranoides). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 12.
- _____. (1920/1974). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 18.
- _____. (1923 [1922]/1976). Uma neurose demoníaca do século xvii. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19.
- _____. (1923/1976). A organização genital infantil; uma interpolação na teoria da sexualidade. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19.
- _____. (1924a/1976). A perda da realidade na neurose e na psicose. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19.
- _____. (1924b/1976). A dissolução do complexo de Édipo. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19.
- Lacan J. (1953/2005). O simbólico o imaginário e o real. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1957/1999). *O seminário. Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1962/2005). *O seminário. Livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lirio D.R. (2014). O manejo clínico na psicose: estratégias para o fortalecimento da identidade. *Percurso: Revista de Psicanálise*. São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, ano xxvii, n. 53.
- Maleval J.C. (1987). El delírio histérico no es un delírio dissociado. *Locuras histéricas y psicosisdissociativas*. Buenos Aires: Paidós.

Clinical management in hysterical madness

Abstract This article discusses a case in which a controversy surrounds the diagnosis of neurosis or psychosis. Based on the established transference, however, the author decides to invest in a hypothesis of hysterical madness. This choice will serve as a guide for conducting and understanding the case as a whole. From this experience the author intends to contribute to the theory of hysterical madness and suggest principles for its management.

Keywords hysterical madness; management; borderline; passage to the act; guilt; transference.

Texto recebido: 12/2015

Aprovado: 02/2016

Sonhos, para que te quero?

Luciana Ferraz

Luísa Puricelli Pires

Resumo O artigo traz o sonho como um ato psíquico, que busca a satisfação de um desejo através do trabalho conjunto do processo primário e secundário, tendo como principal momento a elaboração onírica. A partir do trabalho de Freud, destacam-se momentos de resistência na produção do sonho, desde a produção do desejo onírico até a fala do analisante na sessão.

Palavras-chave sonho; desejo; resistência; elaboração onírica; psicanálise.

Luciana Ferraz é psicóloga formada pela UNISINOS, psicoterapeuta de orientação psicanalítica do ESIPP. Psicanalista membro associado do CEPdePA.

Luísa Puricelli Pires é psicóloga formada pela PUCRS, psicanalista membro associado do CEPdePA.

A teoria e a técnica de interpretar os sonhos foram temas de extrema importância para o criador da Psicanálise, de forma que Freud se dedicou fortemente a eles até o final de sua obra. Devido à longevidade desse tópico, iniciado em 1900, pareceu-nos interessante esta retomada da teoria dos sonhos, em que aprofundamos a questão da resistência psíquica inserida no recalque, a qual se expressa enigmaticamente no sonho e se repete no processo analítico.

A partir de “Revisão da Teoria dos Sonhos” de 1933, de Freud, deparamos com alguns questionamentos que estimularam a escrita deste trabalho. Destacamos quatro eixos de estudo, buscando discorrer sobre as seguintes questões: Onde o sonho é produzido? Como ocorre a conciliação entre os sistemas consciente/pré-consciente e inconsciente, e as instâncias Ego, Id e Superego? Como podemos pensar o conceito de resistência no sonho? E quando essa resistência opera?

Sabendo que a tarefa de discorrer sobre os sonhos é, ao mesmo tempo, aprofundar a metapsicologia psicanalítica e sua pedra, as perguntas acima servem enquanto norteadoras da estrutura dada ao trabalho e não necessariamente se dispõem a serem respondidas, fechadas. Visamos, acima de tudo, a estimular o debate acerca dos sonhos, inclusive tendo como base o que Freud logo coloca em xeque em 1933: a posição dos analistas de acharem que têm “nada mais a dizer acerca dos sonhos”⁵⁷.

O sonho é um ato psíquico

Foi através do trabalho do sonho que Sigmund Freud desenvolveu sua compreensão acerca dos processos do sistema inconsciente, podendo, assim, diferenciá-lo do funcionamento consciente. Esta descoberta abriu as portas para o entendimento do sintoma neurótico, com o qual teve o primeiro contato direto no *Hospital Salpêtrière* em Paris, onde iniciou seus estudos com Charcot, em 1885.

Ali, Freud pôde perceber a veracidade das causas inconscientes que se evidenciavam nos sintomas das mulheres histéricas internadas. Durante os anos seguintes, iniciaria sua autoanálise, compartilhada de forma íntima com o amigo Fliess, e escreveria o trabalho mais longo de sua obra, “A Interpretação dos

Sonhos”, de 1900.

Esse percurso de mais de dez anos está firmado nas cartas e nos textos que produziu, os quais articulam as surpresas e persistências de uma postura altamente investigativa. Percebendo que as manifestações físicas das analisantes tinham origem em traumas que haviam sido esquecidos, dedicou-se a estudar os processos inconscientes. Começou a indagar-se sobre a grande influência que essas forças poderiam ter sobre as atitudes cotidianas dos indivíduos como nos atos falhos, chistes e sonhos. Concluiu que essas formações inconscientes tinham relação entre si, de forma que suas interpretações acerca dos sintomas das analisantes podiam ser confirmadas através dos sonhos destas⁵⁸.

Se havia uma linguagem onírica própria, portanto, restava-lhe saber compreendê-la. Freud⁵⁹ logo percebeu que tudo aquilo que o analisante falava em análise tinha relação com seu mundo inconsciente. Quando, enfim, adotou a prerrogativa de que o inconsciente contém uma organização desorganizada aos olhos da vida racional, uma movimentação única e uma maneira própria de se manifestar, passou a pedir aos analisantes que falassem tudo o que lhes viesse à cabeça. Qual não foi, então, seu estranhamento quando se evidenciou uma resistência à livre associação de ideias, através de esquecimentos, autocríticas e sentimentos de vergonha ou nojo, que impediam a comunicação?

A partir dessas situações, a teoria dos sonhos de 1900 passou a ser também uma forma de comprovar suas pesquisas clínicas. Ali começou a descrever questões importantes da Psicanálise, como o mecanismo do recalque, a regressão pulsional a fases anteriores do desenvolvimento, a formação de compromisso e os destinos das representações psíquicas. Aprofundando técnica e teoria, Freud voltou a escrever sobre os sonhos algumas vezes até 1933, quando afirmou que, para trabalhar o sonho do qual o analisante fala em análise, seria necessário ter como premissa que, assim como a construção de fantasias e sintomas, todo sonho é um ato psíquico, sendo, por isso, tão importante quanto qualquer outra comunicação do analisante.

Nesse contexto, compreende-se que a moção pulsional inconsciente é a responsável pela formação do sonho; é ela quem encontra nos restos diurnos as condições necessárias para driblar a censura e, assim, conseguir sua satisfação. Isso é possível porque os restos diurnos, que estão no pré-consciente, não apresentam ameaça ao equilíbrio psíquico, já que seus conteúdos estão associativamente distantes dos mais primitivos, relacionados em sua origem ao incesto e ao parricídio. Utilizando-se dos restos diurnos, o sonho alcança a satisfação por via alucinatória, podendo ser lembrado ou não pela consciência após acordar. Nessa perspectiva, dizemos que um sonho possui um conteúdo latente por detrás do conteúdo manifesto e que evidencia o cumprimento de um desejo inconsciente⁶⁰.

O sonho é a satisfação de um desejo

Descrevendo minuciosamente o início da vida psíquica, podemos compreender os mecanismos conceituados por Freud como processo primário e secundário, relacionando-os posteriormente ao trabalho do sonho.

Freud nos apresenta o Id como uma parte muito obscura e livre de contradição, que exerce uma pressão constante, visando sempre à descarga. É um conceito muito aproximado do de pulsão: “aberto, no seu extremo, a influências somáticas e como contendo dentro de si necessidades instintuais que nele encontram expressão psíquica”⁶¹.

Enquanto é puro Id, o bebê vivencia um primeiro momento de investimento em si, sendo inicialmente necessária uma simbiose com a mãe que se doa totalmente ao filho, não exigindo ser reconhecida como

outro. Dessa forma, o bebê alucina as vivências de satisfação que obteve na companhia do objeto de amor, tentando unificar suas percepções internas e buscar a satisfação de modo solitário, deleitando-se com a simples descarga das energias acumuladas. Com o objetivo principal de se desfazer da angústia que o acomete pela fome e pela falta do objeto, a tentativa é obter um prazer autoerótico que mantenha a homeostase, um equilíbrio econômico entre o Eu e o não-Eu.

Esse momento não pode durar para sempre e, em seguida, o bebê é invadido pelo desamparo, ocasionado pelas sensações físicas e perceptivas precariamente estabilizadas. Não sendo possível viver sem o outro – primeiramente devido à dependência fisiológica e, após, a uma dependência de afeto – o mecanismo inicial de autossatisfação falha, e o infante sente a incidência da morte. Ao se encontrar com a mãe que o alimenta, no retorno, o bebê começa a formar representações das pessoas que o circundam, assim como de si próprio. Dessa forma, o teste de realidade vai impondo a percepção do externo, e a busca pelo objeto se torna imprescindível, atualizando o desejo que não pode mais se realizar como antes.

Devido às transformações libidinais, o Ego não pode mais ser indiferenciado, o que aumenta a importância do objeto, assim como o desejo de satisfazer as expectativas (conscientes e inconscientes) deste. Passado algum tempo, o objeto demonstra que possui outros ideais e não oferta mais a mesma doação à criança, impelindo-a a buscar fazer parte desse universo.

A relação com o mundo externo tornou-se o fator decisivo para o Ego; este assumiu a tarefa de representar o mundo externo perante o Id – o que é uma sorte para o Id que não poderia escapar a destruição se, em seus cegos intentos que visam à satisfação de seus instintos, não atentasse para esse poder externo supremo⁶².

Nesse contexto onde o objeto não é totalizante e infiltra uma falta, o sujeito vai poder lançar mão de um novo mecanismo que incrementa seu desenvolvimento: o recalque. Como uma barreira, a resistência empregada pelo Ego opera na fluidez das pulsões e seus derivados, interditando as representações que antes circulavam abertamente em busca de satisfação, não mais permitindo as ações que realizavam o desejo.

De posse dessa defesa, porém, o Ego atua apenas em algumas representações daqueles desejos inconscientes, deixando um espaço livre para a movimentação das forças do Id. O Ego “não é senhor nem mesmo em sua própria casa”⁶³. Ele cumpre o papel de conciliador entre as instâncias psíquicas, tentando satisfazer as exigências do Id e do Superego, realizando alguns desejos, sob o comando de algumas regras. Freud⁶⁴ afirma, devido a esse movimento psíquico, que o ser humano é ao mesmo tempo mais irracional do que gostaria de acreditar e mais moralista do que poderia admitir.

Abalado pelas exigências de ideais que lhe foram impostos pela cultura e pelo narcisismo dos pais, o Ego dividiu a si mesmo, agindo ora como sujeito, ora como objeto. Perdeu muito de sua glória, pois, ao recalcar, começou a ser criticado não apenas pelos objetos de amor, mas por aquele ideal introjetado, ainda mais imperativo; perdeu aquele sentimento de plenitude que um dia lhe proporcionou sentir-se e ser visto como “sua majestade, o bebê”⁶⁵.

O Superego é “o veículo do ideal de Ego, pelo qual o Ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição maior ele se esforça em cumprir”⁶⁶, resultado da imagem que o indivíduo tinha de seus pais quando criança. Toda vez que esse ideal força uma repetição, desejando retornar ao passado onde tudo podia fazer e ser, o Superego exerce também uma função narcísica, novamente expressando o desejo de

ser grande.

Nessa perspectiva, as produções inconscientes têm sempre um desejo pulsional cumprido através de uma formação de compromisso entre instâncias, sistemas e representações, oferecendo um destino ao conflito. No sonho, esse processo também conjectura Ego, Id e Superego, mas tem um adendo especial, pois tenta obter a satisfação por via alucinatória. Tendo em vista que é permitido sonhar o que acordado lhe é proibido, o sonho configura-se como uma “inofensiva psicose”⁶⁷, porque não atua na realidade externa, nem rompe com os vínculos feitos na vida de vigília.

Retornando ao princípio de prazer, conforme ocorria no início da vida anímica, o sonho em si é uma realização de desejo, quando, através dele, se descarregam forças pulsionais primitivas, próprias do processo primário – uma repetição das satisfações mais incivilizadas que tiveram de se tornar inconscientes.

Como um acréscimo, o sonho representa a tentativa de satisfação de um desejo sexual infantil recalçado, que está disfarçado na elaboração onírica através de um trabalho conjunto, um compromisso do processo primário e secundário e que pode vir a ser reconhecido através da análise.

O essencial é a elaboração onírica

O Ego consciente necessita dormir, e o inconsciente deseja manifestar-se. A libido disponível no processo faz uma regressão a um estado narcísico em que a satisfação se dá através da imagem, como no início da vida psíquica, e alcança a realização do desejo inconsciente.

No processo do sonho, há um primeiro momento de procura dos materiais da vida de vigília que possam servir à elaboração do sonho. Estes são os restos diurnos, que possibilitam vinculações com as experiências vividas pelo Ego e os materiais recalçados, formando, assim, um desejo onírico. Percepções que, muitas vezes, passaram despercebidas à consciência formam combinações inusitadas que constituem o conteúdo subliminar do sonho, aquilo que parece não ter sentido e provoca as mais diferentes reações emocionais.

A participação do Id no sonho refere-se ao fornecimento de capital energético. Sua pressão agita os conteúdos guardados tão intensamente, que o Ego não vê outra saída senão forçar o trânsito contrário ao da ação, a fim de proteger a integridade do sujeito. O caminho inverso ao ato leva o psiquismo a um mergulho profundo; um processo de regressão é incitado, e tudo passa a ser produzido a partir das leis do inconsciente, de forma que o aparelho psíquico solta as amarras que havia construído no recalque.

Essa regressão ao mais primitivo inicia-se a partir do Ego recalçado, sede das representações-palavra, passando pelas representações-coisa até as marcas mnêmicas, como se a história da constituição psíquica do sujeito fosse contada de frente para trás. Liberando as forças pulsionais, que estão em forma de imagem, o Ego retoma uma comunicação direta com o Id, permitindo que a energia psíquica se aproxime também do campo perceptivo – tela onde um filme sem palavras será projetado – ali deixando uma impressão marcante.

Este investimento maciço nas imagens mnêmicas caracteriza a atuação do processo psíquico primário. Através da condensação e do deslocamento, as cargas de investimento são transferidas entre os diversos conteúdos, unificando-os e desmembrando-os continuamente, até que, por exemplo, um conteúdo simples apresente uma intensidade e importância elevadas ao sonhante, enquanto um mais complexo passe despercebido pela censura, como se não fosse relevante. Essa dinâmica imprime o que Freud caracterizou como a “intensidade sensorial”⁶⁸ tão característica dos sonhos, oferecendo a sensação de realidade própria do sonho. Dessa forma, a satisfação do desejo obtém um grande reforço provindo da força inconsciente, tornando-se ainda mais viva.

O material inconsciente foi primeiramente satisfeito quando fez uso de disfarces (retirados das percepções⁶⁹ que obteve durante o dia) e se aproximou da percepção, mostrando a ela, digamos assim, como ele gostaria que as coisas fossem feitas. Ao exercer essa pressão libidinal, a energia pulsional ativou outros grupos psíquicos, que foram se misturando ao conteúdo mais primitivo. Esta movimentação é possível porque, ao dormir, a motilidade do corpo está impedida, abrandando a censura, embora esta nunca fique totalmente inoperante.

Nesse entendimento, Freud⁷⁰ deixa clara a ação conjunta do pré-consciente e do inconsciente para que a formação do sonho ocorra, pois um oferece o caminho e o outro, a força. O conteúdo reprimido não obedece ao desejo de dormir que parte do Ego, permanece ativo como esteve na infância do sujeito, tendo certo grau de independência do Ego, podendo, assim, investir nos restos diurnos a partir do Id. Com esse retorno ao narcisismo, entendemos que essa formação de compromisso do sonho ocorra no inconsciente, na tela de percepção do Ego.

Tendo uma ação igualmente importante do Id e do Superego na produção do sonho, o Ego necessita investir o ideal construído através da relação com o meio externo. Se esse ideal representado no sonho foi criado com base em poucos modelos, intensamente opressores e controladores, podemos pensar em um Ego sem forças para se contrapor às ordens do Superego. Nesse contexto, há uma falha na proteção do Ego, que, com pouca plasticidade nas identificações, cede à pulsão de morte e realiza os sonhos punitivos.

O Superego também pode estar vinculado à ação de censor do sonho, que critica as realizações de desejo incitadas pelo Id, contrariando e dificultando o trabalho interpretativo, e pode vir a despertar o consciente/pré-consciente – que de qualquer forma seria ativado quando chegasse a hora de acordar – antes de o sonho chegar ao fim.

Ao tomar conhecimento dessa movimentação no *underground*, o Ego consciente, que está adormecido, inicia um processo secundário de formação de um conteúdo manifesto, transcrição das representações, começando um movimento de progressão após a regressão. Por isso, dizemos que o sonho só é possível em um funcionamento neurótico⁷¹, o qual construiu uma elasticidade psíquica que permite o trânsito entre as instâncias e o trabalho conjunto destas.

De fato, essa pressão de retomada só é possível quando há um Ego com reserva suficiente de investimento narcísico para empreender a energia necessária à inibição. Seria um Ego que considerou o mundo externo, que se relacionou com os objetos e empreendeu o recalque; um Ego que inibiu a ação do processo primário inúmeras vezes e, nesse ínterim, desenvolveu a capacidade de postergar e de pensar. Desse mesmo jeito, agora no sonho, a inibição por parte do Ego serve para prolongar o tempo percorrido entre a percepção e a ação; é o tempo do despertar do sonho, em que, também, há um trabalho a ser feito para completar o sonhar.

A tela estava preenchida de imagens e, conforme essa produção foi se tornando investida demais, um trabalho de edição se fez necessário. Representações do inconsciente recalçado compareceram, porém necessitavam que as lacunas fossem preenchidas e as sequências caracterizadas, situando uma elaboração secundária,

[...] que poderia ser descrita como uma atividade racionalizadora e que, pelo menos, provê o sonho de uma aparência externa homogênea que não pode corresponder ao seu conteúdo verdadeiro. [A elaboração secundária] Também pode, contudo, estar omitida ou apenas estar expressa em grau muito modesto – caso em que o sonho exibirá ostensivamente todas as suas fendas e rachaduras⁷².

As resistências do sonho

Descrevemos a movimentação dos restos diurnos, o trabalho de conexão entre os conteúdos que agrupam um desejo onírico e o processo de regressão, propostos por Freud em 1917, como os três importantes momentos na formação onírica.

Sabemos que o próprio ato de sonhar exerce uma função de descarga, ao retornar à época primitiva de nossas vidas a fim de satisfazer o desejo por todos os meios possíveis. A partir desses preceitos, identificamos possíveis resistências no processo, que se configuram: 1) como um trabalho de Ego na elaboração onírica, que incrementa inconscientemente a satisfação pulsional; 2) reorganizações racionalizadoras próprias da elaboração secundária, que permitem um trânsito maior dos conteúdos formulados no sonho; e 3) rodeios que dificultam o relato do sonho ao analista e que se imbricam na relação transferencial.

No primeiro momento do sonho, os conteúdos ainda estão se ativando mutuamente e abandonam a resistência erigida ao conteúdo primitivo, retornando à sua antiga forma de atuação. O efeito dessa superprodução mnêmica livre de resistência leva o processo psíquico primário a agir de modo indiscriminado, de forma que a junção de conteúdos parece totalmente desconexa, inclusive para a pessoa que produziu o sonho. Podemos dizer que essa parte do sonhar nunca é lembrada, apenas representada nos momentos seguintes com mais ou menos disfarces. Seria a pura expressão do Id, o umbigo do sonho.

Durante o processo de regressão, esses conteúdos inconscientes que tentam se ligar aos do pré-consciente utilizam-se fundamentalmente dos restos diurnos para montar um conteúdo manifesto que dribla a censura entre estes dois sistemas, tonando-se, assim, os principais condutores do conteúdo latente.

No segundo momento do sonho, a regressão tem seguimento durante a ativação das imagens, quando o sujeito passa a realizar seus desejos de forma direta, através da satisfação alucinatória de desejo, sem considerar o princípio da realidade (daí as múltiplas possibilidades que há nos sonhos, como a mudança de localidade e de atributos físicos das personagens de forma abrupta, o reavivamento dos mortos e os acontecimentos fantásticos). Nesse processo de elaboração onírica, conforme descrito no ponto anterior, construído pelo primeiro e o segundo momento do sonho, o Ego consciente segue tratando os conteúdos latentes de forma displicente, sem infligir uma grande censura.

Assim, o material inconsciente percorre o universo psíquico através dos processos de condensação e deslocamento, formando substituições ao que fora recalcado e constituindo o desejo onírico, que sempre é único, embora se refira aos desejos primordiais do incesto e parricídio. Nesse início, a elaboração onírica é soberana, ainda muito distante do que virão a ser os conteúdos manifestos, modificações das experiências originais e recalçadas.

Freud propôs, desde o início de seu pensamento⁷³, que a mente humana busca aprender e facilitar a organização psíquica. Oferecer resistência à passagem dos conteúdos que invadem o psiquismo caracteriza-se tanto por um trabalho de aprendizagem quanto uma oposição ao novo, que, mais tarde, Freud denominaria de compulsão à repetição – aquele caminho intensamente repetido que impede o sujeito de fazer novas ligações. Ora, se, por um lado, guardar comidas na despensa de uma casa demonstra a previdência do dono, ocupar toda a casa com comidas torna impossível seu uso, além de impedir por ali o transitar.

Nessa perspectiva, entendemos que uma primeira resistência⁷⁴ já se manifesta nesse segundo momento da produção do sonho, ao incrementar com representações inconscientes a simples corrente de energia que ativara o funcionamento psíquico. Freud mesmo infere que “a resistência que encontramos no trabalho de interpretar os sonhos deve também ter compartilhado da origem destes”, ou seja, em sua

gênese e produção. O autor destaca que “essa pressão [da resistência], contudo, varia também de lugar para lugar, dentro de um mesmo sonho”⁷⁵.

Em seguida ao ato de sonhar, a percepção/consciência tenta se apoderar do que foi produzido, dando ordem e sentido ao sonho, construindo assim a elaboração secundária – em outras palavras, aquilo que é lembrado do sonho. Freud pondera que, quando o sonho é “apresentado perante a consciência como objeto de percepção”⁷⁶, uma segunda resistência atua entre o pré-consciente e o consciente, traçando mais uma barreira a ser vencida na construção do sonho. É nesse momento que o desejo onírico é organizado perante as exigências do consciente. As palavras começam a entrar em cena, e uma sensação de temporalidade é dada ao sonho, constituindo, dessa forma, o terceiro momento do sonhar.

Entendemos que “o Ego controla os acessos à motilidade, sob as ordens do id; mas, entre uma necessidade e uma ação, interpôs uma protelação sob a forma de atividade de pensamento”⁷⁷, a partir das experiências que angariou com o mundo externo, e esse mesmo funcionamento ocorre na elaboração secundária.

Colocando em ação o princípio de prazer,

o Ego percebe que a satisfação de uma exigência instintual emergente recriaria uma situação de perigo ainda viva na lembrança [inconsciente]. Essa catexia instintual deve, portanto, ser de algum modo suprimida, paralisada, inativada. Sabemos que o Ego consegue realizar tal tarefa, se é forte e se atraiu o impulso instintual em questão para a sua organização. Mas o que sucede no caso da repressão é o impulso instintual ainda pertencer ao id, e que o Ego se sente fraco. Então, o Ego se serve de uma técnica no fundo idêntica ao pensar normal⁷⁸.

Esse Ego fortalecido pela vivência narcísica junto aos pais é capaz de conjecturar vários interesses das diferentes instâncias. Porém, ao empreender o recalque, o Ego relegou um pouco de sua força, destinando os conteúdos interditados às leis de funcionamento do Id. O Ego mostra seu poder restante em sua atividade de pensamento, justamente onde inseriu organizações ao sonho e à vida.

Como um quarto momento do sonho, apresentamos o relato do sonho na sessão de análise. Muitas vezes, o conteúdo manifesto é repudiado e foge ao discurso do analisante enquanto este tenta contá-lo ao seu analista, principalmente quando as autocríticas engatilhadas pelo Superego infiltram-se nos temas correlacionados ao recalque, escapando de serem pronunciadas. Se, durante o terceiro momento do sonho, as palavras se fixaram à produção onírica, enquanto uma resistência por parte do Ego, podemos entender também que elas retrataram sua participação na construção do sonho. E agora, nesse momento especial da análise, elas novamente cumprem uma dupla função.

Tanto em um esquecimento ou uma pausa, quanto em uma troca de palavras ou superprodução – os rodeios que o analisante produz no intuito inconsciente de não se aproximar do sonho – a terceira resistência se faz presente agora no relato do sonho em análise. A resistência que se mostrou na elaboração onírica e na elaboração secundária aparece agora *in loco*, atrapalhando a livre associação, deixando-nos certos de que, junto a esse emaranhado, está a transferência, a qual, quando trabalhada, abre novamente o discurso.

Ora, se “as associações ao sonho ainda não são os pensamentos oníricos latentes”⁷⁹, de modo que estes ocorrerão ao paciente a partir delas, será necessário pinçá-los e deslocá-los de um lugar a outro. O analista abre esse caminho ao que é inconsciente através de “explicações, transições e conexões”⁸⁰ que

fazem referência à vida psíquica infantil do analisante, o que este viveu e, primordialmente, o que fantasiou do que viveu. O analista intervém a partir da ética de seu trabalho, tentando sempre permanecer fiel ao inconsciente e às associações que se fixaram livremente a ele.

Para isso, Freud⁸¹ indica que devemos seguir ouvindo o detalhe do sonho, onde falta uma parte ou algo aparece como sendo insignificante. Ele lembra que, ainda que encontremos uma interpretação, devemos permitir a inevitável ambiguidade presente, exercendo apenas o papel daquele que completa, traduz e incita outros paradigmas dentro da gama de associações, sabendo também que nem todos os sonhos poderão ser interpretados. O tato do analista é fundamental nesse trabalho, pois o mesmo afeto que ficou livre no processo de recalçamento agora pode estar vinculado a apenas uma parte do sonho, mostrar-se de acordo com seu oposto ou ainda estar ausente – e deslocar-se em direção ao analista.

Em 1933, ao revisar a teoria dos sonhos, Freud volta a se questionar sobre a técnica de interpretação do sonho, salientando que o próprio ato de comunicar o sonho já é estar posto na transferência, visto que o analisante está, de certa forma, consciente da loucura expressa no sonhar e que produz associações ou interrompe seu discurso por diferentes sentimentos de resistência à análise. Nesse sentido, contar seu sonho em análise é expor seu inconsciente, trazendo sua vida íntima à tona e oferecendo-a ao analista, ainda que se resista a isso.

Referências bibliográficas

- Freud S. (1895/2006). Projeto para uma psicologia científica. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 1.
- _____. (1900/2006). A interpretação dos sonhos II. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 5.
- _____. (1914/2006). Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14.
- _____. (1917/2006). Fixação em traumas – o inconsciente. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 16.
- _____. (1917/2006). Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14.
- _____. (1923/2006). O ego e o id. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 19.
- _____. (1933a/2006). Revisão da teoria dos sonhos. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 22.
- _____. (1933b/2006). A dissecação da personalidade psíquica. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 22.
- _____. (1933c/2006). Ansiedade e vida instintual. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 22.
- Schur M. (1981). *Freud: vida e agonia, uma biografia*. Rio de Janeiro: Imago, vol. 1.

Dreams, what are they for?

Abstract The article considers the dream as a psychic act, which searches the satisfaction of a desire through a joint work of the primary and secondary processes, which together constitute the dream-work. Following Freud's indications, the authors pinpoint the moments of resistance in the production of a dream, from the conception of a dream-wish to the speech of a patient in session.

Keywords dream; desire; resistance; dream-work; psychoanalysis.

Texto recebido: 08/2014

Aprovado: 07/2015

Clínica psicanalítica e política sob tensão⁸²

Tiago Corbisier Matheus

Resumo A experiência de análise opera como momento de suspensão da ação do sujeito em sua realidade cotidiana, alienando-o de sua condição política ou, inversamente, favorece a restituição de suas potencialidades como agente transformador de sua *realidade*, ao convocá-lo a posicionar-se frente a seu desejo? Este trabalho visa discutir a tensa relação entre psicanálise e política a partir de um caso clínico.

Palavras-chave clínica; psicanálise; política; ética.

Tiago Corbisier Matheus é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutor em Psicologia Social pela PUCSP e professor do curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGVSP). Lá também exerce atividade de pesquisa pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (-CEAPG) e é responsável pelo programa de suporte psicológico oferecido aos alunos graduandos da fundação. É autor dos livros *Ideais na Adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século* (Annablume/-FAPESP, 2002) e *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise* (Casa do Psicólogo, 2007).

A psicanálise é fruto de seu tempo. Revolucionou o pensamento científico e seus fundamentos, ao expor a força da sexualidade e a irreverência da lógica inconsciente, o que veio a marcar o mundo contemporâneo de modo irreversível, participando da mudança de hábitos, costumes e tradições em diferentes culturas do globo. Ela própria, no entanto, não deixa de ser resultado do processo histórico que a antecedeu, aquele que trouxe o *indivíduo* (imagem de homem autodeterminado e único em sua singularidade, capaz de exercer sua autonomia a partir de sua razão) para a posição central no palco da modernidade, lançando sobre ele esperanças e temores. A psicanálise, como vários estudiosos já mostraram⁸³, cada qual a seu modo, deu sustentação à investigação deste *indivíduo* em sua complexidade subjetiva, bem como descolou-o da noção de sujeito, ao expor a *sujeição* da vil consciência humana às artimanhas de um inconsciente que desliza pelo ilimitado campo do Outro⁸⁴. Lançando-se sobre a neurose do homem moderno, apontou as amarras que o atavam e o isolavam em seu desamparo, permitindo que seu lamento pudesse ser escutado como questionamento das estruturas de poder de instituições sociais tais como a família e as diferentes organizações que sustentam as sociedades contemporâneas.

Porém, a psicanálise traz consigo o risco de virar as costas para a dimensão política da condição humana e para a inserção do sujeito no coletivo, risco este que se dá sob dois prismas. No primeiro, como aponta Rozitchner, a psicanálise não é um corpo coeso, e a obra de Freud dá margem a que diferentes vertentes de psicanalistas promovam a chamada *atomização da individualidade*, ocultando a história dos processos de dominação no campo social. São leituras da obra freudiana que nela se apoiam para realçar em cada sujeito, na teoria e em seu correspondente exercício clínico, os conflitos da existência humana e seus caminhos de enfrentamento, sem articulá-los às injunções e às contradições que configuram cada realidade social. Para Rozitchner, o processo de atomização é expressão de uma posição política “liberal”, que silencia no indivíduo as tensões políticas e sociais que acompanham cada sujeito; como se cada um fosse o primeiro e último agente responsável por sua própria condição.

Num segundo prisma, a questão é tomada de modo mais amplo. A formulação de Žižek sobre a *ideologia do indivíduo* faz ver que esse processo de *atomização* não diz respeito somente à posição teórico-política de determinadas correntes da psicanálise, pois é algo que trata, antes, do modo como tantas sociedades se organizam e se estruturam, sociedades nas quais a psicanálise pôde se desenvolver e encontrou acolhida. Nestes contextos, a atomização é, primeiramente, o momento da ideologia (formulações que se assumem dogmaticamente como verdadeiras) em que a noção de indivíduo ganha estatuto ontológico e amplitude universal, como realização do ideário da ilustração. Torna-se prática institucional e hábito particular, conforme é apreendida e se mostra útil às estruturas de poder vigentes, até, finalmente, penetrar os poros dos sujeitos e se tornar uma realidade que se supõe não ideológica⁸⁵. Trata-se, assim, do processo de *reificação* de um conceito, que de princípio abstrato transforma-se em realidade cotidiana, marcando corpos e sujeitos com inscrições identitárias. Processo longo e turbulento, do qual participam tantos atores sociais e que configura a história de uma ideologia, composta por momentos que se sobrepõem e se interpenetram, sem ponto final. Não se trata, portanto, da sequência de fatos, mas da construção de uma lógica que produz realidade, a partir de um significante – *indivíduo* – em torno do qual múltiplas cadeias são produzidas. Não se pretende aqui desenvolver esse histórico, dada a perspectiva da discussão, que visa a refletir sobre o exercício clínico em sua potência e risco, levando-se em conta a paradoxal relação da psicanálise com a política.

Psicanálise e política:

a ética da psicanálise e o bem público⁸⁶

Política, para Plon, é aquilo “que é da ordem do coletivo” ou o modo de “organizar e dirigir uma coletividade humana”⁸⁷. Tal concepção permite compreender por que houve quem considerasse que o fundamento mesmo da psicanálise estava *em oposição* à questão política. O argumento defende que a singularidade do sujeito da psicanálise se anuncia pela diferença individual ou coletiva frente ao grupo ou à massa, em função de sua condição cindida e descentrada; ou ainda, especificamente, às determinações que configuram o universo em que o sujeito se inscreve. É o que defende Teixeira, a partir de Lacan (Seminário 7), para quem o poema trágico é o que melhor anuncia a ética da psicanálise, pautada no *desejo* que singulariza o sujeito e o constitui como tal; é ele, poema trágico, o limite à “determinação política do bem de todos” e anuncia ao que veio a psicanálise: “ao colocar em cena a dimensão subjetiva que não se deixa subsumir pelo caráter universal do discurso político, a tragédia define o espaço onde se situa a particularidade irreduzível do sujeito no qual buscamos pensar a sua responsabilidade ética”⁸⁸. O resgate da *palavra plena*, como gesto próprio ao herói da tragédia, diz respeito ao desafio que cabe a cada um, de responsabilizar-se por seu destino, ainda que este lhe seja desconhecido e que sobre ele não possua poder deliberativo.

A psicanálise tem como princípio o compromisso com a escuta da singularidade do sujeito. Porém, este compromisso acarreta um risco, tendo em vista suas implicações e, conseqüentemente, o lugar delegado à política. É o preço a ser pago pela defesa da *ética do desejo* quando esta é descolada da dimensão política da escuta psicanalítica: distanciamento e suspeita frente ao que diz respeito ao coletivo e ao que lhe diz respeito (“o bem de todos”). Se por um lado este talvez seja, de fato, o momento necessário à enunciação do sujeito como tal, a restrição da política a esta concepção conduz a psicanálise a uma posição questionável, quando se torna cúmplice do silêncio frente ao coletivo e ao domínio público.

Como Freud indica em seu *Psicologia de massas*, o sujeito psíquico está implicado ao *outro* de modo contraditório, ora a partir da diferença que o singulariza e distancia da maioria hegemônica, ora na identificação que o aproxima e o indiferencia daqueles com os quais forma *massa*. O desejo do sujeito é, conseqüentemente, também aquele capaz de subverter a *diferença* entre os semelhantes, de modo que a oposição entre o indivíduo e o coletivo ocorre para todo sujeito, no conflito de cada um entre os interesses narcísicos e os interesses voltados para a massa. Conflito que, como se sabe, exige a mediação da maioria (ou de cada um, naquilo que possui de convergente com a maioria) a fim de garantir a sobrevivência da ordem social (da coletividade) e a transmissão da cultura. Mediação, em última instância, impossível, porque o conflito não termina, o que justifica ser esta função – a organização da coletividade (governar) –, segundo Freud, uma das profissões impossíveis, como educar e analisar⁸⁹.

Logo, a ética do desejo não é somente aquela que marca a *diferença* do sujeito frente ao coletivo, mas também, paradoxalmente, aquela que sustenta sua indiferenciação na massa. Além disso, a palavra que se volta para a coletividade e seus interesses é fruto da tênue alteridade de que cada um é capaz, a partir do deslizamento de seu narcisismo, de voltar-se para o *outro*, num movimento identificatório igualmente singular. Sendo assim, o *bem coletivo* é um objeto de investimento frágil, dependente da porção narcísica passível de deslocamento e convergência entre os semelhantes. O coletivo é um campo de conflito que, se por um lado está ameaçado pelos interesses narcísicos individuais, por outro, depende da possibilidade de deslocamento desses mesmos interesses para que o *bem comum* possa ser alvo de investimento.

Portanto, o desejo de cada um participa necessariamente da política do *bem comum* e, quando isso não ocorre, o espaço público torna-se expressão do esvaziamento de seu investimento conforme a contrapartida dramática anunciada pela pulsão de morte. Se cabe à psicanálise, primeiramente, o compromisso com a escuta da singularidade do sujeito, a fim de resgatar a possibilidade de circulação do desejo e sua anunciação, é também para restituir ao sujeito o sentido que possa encontrar na palavra política, aquela que diz respeito ao *bem coletivo de cada um*. Se a psicanálise visa a restituir ao sujeito a capacidade de *tornar suportável a infelicidade inevitável da vida cotidiana*, é também para permitir que esta possa ser percebida com maior plasticidade, oferecendo a possibilidade de um diferente posicionamento do sujeito frente às questões com que se defronta.

Nesse sentido, é paradoxal a posição da psicanálise frente à política. Seu objeto não é o *bem comum* em si, mas a singularidade do sujeito desejante. No entanto, ao participar do resgate da condição de sujeito agente, permite, quem sabe, que o espaço compartilhado seja percebido de diferentes modos e reconhecido como palco de investimento (ambivalente) para cada um e de debate das diferenças, conforme a singularidade de seus desejos e de seus movimentos identificatórios. Como consequência, não é somente o governar e o educar que dizem respeito ao político. O exercício da psicanálise também enfrenta esse desafio, em função das possibilidades que traz para o sujeito, no reposicionamento frente a seus desejos, seu discurso e o coletivo ao qual se dirige.

A inquietação da clínica cotidiana

Maurício encerrou seu segundo período de análise comigo⁹⁰. É um arquiteto com cerca de 45 anos que encontrou na vida profissional o canal privilegiado de seus investimentos libidinais, onde encontra satisfação e reconhecimento. Não tem filhos e mantém uma relação conjugal estável há cerca de vinte anos, condição que lhe dá respaldo e disponibilidade para dedicar-se a seus projetos profissionais. No primeiro período de análise, trouxe como queixa uma angústia difusa, que emergia de modo intenso e repentino – como um *pânico*⁹¹ – o que produzia nele uma sensação constante de apreensão e ameaça.

Com cerca de dois anos de trabalho de análise, durante os quais se mostrou comprometido e mobilizado, esse sintoma foi aos poucos perdendo intensidade e diminuindo frequência. Interrompeu nessa época o atendimento de modo repentino e desavisado, antecipando as férias em algumas semanas ao inicialmente combinado e não retornando no período previsto.

Um ou dois anos depois retoma contato e pede para retornar às sessões. O pânico já não fazia parte de sua experiência de vida e suas angústias encontravam maior representação, focando-se particularmente no convívio social; emergiam, sobretudo, em momentos que exigiam dele maior exposição ou espontaneidade. Profissionalmente, ganhara reconhecimento e conquistara maior espaço, ampliando gradualmente o tamanho de sua empresa e de sua rede de contatos, passo que contribuía para seu entusiasmo, mas não deixava de trazer inquietação e angústia. Após cerca de um ano de análise, alegando sempre as questões profissionais, começou a faltar. As solicitações de alteração de horários então se tornaram frequentes e mostrava contrariedade quando não era atendido em suas demandas. Quando aponto o modo exigente de sua postura, pôde perceber a articulação entre as questões transferenciais e os obstáculos que enfrentava na vida profissional e na vida pessoal, sem deixar de demonstrar sua postura ambivalente frente à análise.

Na vida pessoal, sua relação conjugal mostrava-se tanto um *porto seguro* frente aos contatos sociais necessários profissionalmente, quanto uma barreira às experiências e expectativas que suas conquistas lhe traziam. Com sua companheira, oscilava entre a devoção da gratidão pelo *apoio* recebido e a revolta pela opressão de se perceber controlado e pouco reconhecido por suas conquistas. Mas titubeava diante da possibilidade de questionamento da relação e de levantar qualquer crítica que pudesse ameaçar a estabilidade alcançada. Este parecia ser um ponto sensível em sua análise, que, assim, também se tornava uma ameaça ao arranjo fragilmente estabelecido entre sua vida profissional, sua contenção social e o ambivalente resguardo de sua relação conjugal. Esta última, por sua vez, fazia eco a uma história de vida familiar marcada pela distância dos pais, que se polarizavam entre imagens de rigor estético e higiênico (mãe) e de distância formal (*ao pai cabe trabalhar e sustentar a família*), e por relações familiares pautadas pela dependência e pela indiscriminação. Os caminhos encontrados para conquistar alguma diferenciação e buscar maior autonomia no meio familiar acabaram sendo o rompimento e o afastamento silencioso.

Certo dia, Maurício entra e se deita, permanecendo por um tempo maior que o usual em silêncio. Quando toma a palavra diz que está “tomando decisões” e que decidira interromper momentaneamente a análise, justificando-se com mudanças em seu escritório que estariam exigindo mais a sua presença, não sendo possível manter os horários de análise preservados. Conta que seu “braço direito” recebera uma proposta profissional vantajosa e que cabia a ele, Maurício, apoiá-lo, como retribuição ao muito que dele teria recebido. Conta que se via em demasiada dependência deste seu funcionário e que o momento exigia desprendimento, que teria que assumir as funções que então delegara e que precisava da minha ajuda para realizar tal passo. Considerava sua decisão como “puramente operacional” e anunciava que retornaria assim que a estrutura funcional no escritório estivesse redefinida e em funcionamento.

Digo, então, que a situação não se mostrava como uma questão meramente operacional e que, nesse aspecto, os horários poderiam ser de algum modo ajustados, que algum arranjo seria possível. Entendia, porém, que a saída de seu funcionário operava como um provocador para poder pensar em suas possibilidades de desprendimento e de separação como possibilidade de vinculação.

Maurício reafirma que a questão era uma “situação de trabalho”, que não gostava de ficar desmarcando horários e que isso seria ruim para ele e para mim. Entendia como um arranjo provisório e queria saber se poderia voltar, assim que seus horários estivessem melhor definidos. Digo que aquele horário específico não estaria garantido, mas que algum seria possível.

Perguntava-me se deixara passar algo que o tivesse favorecido em seu movimento, se pontos cegos de minha escuta teriam entrado e dominado a cena. Como diz Lacan, a resistência é sempre do analista (1997). Minha ferida narcísica se fazia presente e me convocava ao trabalho que a função de analista exige. Não era, obviamente, uma experiência nova, tendo em vista as diversas modalidades de *fim de análise* que

tantos pacientes nos apresentam, instigando nossas feridas, que nos demandam elaboração. Esse trabalho, em alguma medida, surge como possibilidade de pensar nesses momentos, que tantas vezes deixamos por conta de nossas análises, supervisões ou queixas entre pares sobre os desafios da profissão. A aposta, portanto, falava também do anseio de perceber a interrupção com olhos que não estivessem tomados por uma angústia narcísica, aprisionada num questionamento especular, mas que pudesse fazer uso das reverberações desta inquietação para escutar outras possibilidades de sentido.

A interrupção de Maurício não era nem a sua primeira experiência desse teor, nem a minha. Na vez anterior, sem muita originalidade, interrompera os atendimentos em meio ao período de férias, sem fazer o investimento de pôr em palavras sua intenção ou decisão. Dessa vez, pôde fazê-lo, permitindo-nos a oportunidade de falar a respeito. Da minha parte, considerava que, apesar do caráter disruptivo de sua interrupção anterior, fizera algum movimento que o permitiu se recolocar diante de seus sintomas, deslocando suas queixas, o que me parecia relevante o suficiente para considerar o sentido daquele tempo de sua ausência no processo de análise.

Ainda que pudesse haver em sua decisão pela interrupção uma repetição na suspensão do trabalho de análise, apostei que poderia ser também, a seu modo, um pedido de ajuda em relação ao movimento que se propunha a fazer. Referia-se à situação de trabalho, mas seu desprendimento apontava para a tentativa de restabelecer vínculos em parâmetros menos controladores, dependentes e, portanto, menos ameaçadores. Pedia apoio e crédito em sua saída, autorização para se desprender e, paradoxalmente, autorizar-se em seu caminho. Buscava construir novos parâmetros de relação e a experiência de separação mostrava ser um caminho necessário. Almejava estabelecer um vínculo que não viesse a ser mais uma amarra, mais um vínculo de dependência cega ou de controle e desconfiança, mas sim um vínculo onde estar com o outro fosse resultado de uma deliberação passível de reafirmação ou de refutação, na vertigem da incerteza de um devir não garantido pelo “felizes para sempre”. Para poder voltar, era preciso ir. Essa era a aposta, tanto dele quanto minha.

Foi nesta perspectiva que me vi levado à posição de um pai que é convocado a assumir a própria morte (simbólica) para permitir o crescimento do filho, considerando que abrir mão do espaço de análise poderia ser o meio para que pudesse seguir seu processo analítico, alhures – assumindo que a análise, como disposição de escuta do inconsciente, pelo sujeito, é do paciente e não está garantida pelo *setting* analítico –, comprometendo-se com suas palavras e seus efeitos. Havia ali um paradoxo, de que sua busca de autonomia (não depender do funcionário) implicasse a suspensão da análise, como se esta fosse um impedimento para tanto. Restavam conteúdos não trabalhados e diretamente implicados em sua decisão, tal como os temas da dependência e do controle, marcas de sua história que poderiam ali ser reescritas. Seria a interrupção uma tentativa de preservar a relação conjugal dos *riscos da análise*? Em alguma medida, a situação levava a crer que sim. Restava, também, o eco de sua resposta – *é apenas uma situação de trabalho* – para a afirmação de que fora provocado a pensar acerca da separação como possibilidade de vinculação. Eco que não foi nem negado, nem confirmado, mas escutado.

No fio da navalha operamos. Também nós nos comprometemos com nossas palavras, com seu peso e seus efeitos. Ao não concordar com o sentido proposto por Maurício à interrupção – *é apenas uma situação de trabalho* –, mas, ainda assim, considerá-la, apostando no *desprendimento como possibilidade de vinculação*, almejei sustentar a alteridade de incluir no processo de análise aquilo que parecia fazer-lhe oposição, a interrupção: que Maurício se comprometesse com seu discurso e, em última instância e paradoxalmente, com a sequência de sua própria análise. Não havia garantia para a aposta; sobrava o resto do material não trabalhado. Apostava no *bem de sua análise*, aposta que exigia colocar em xeque o próprio espaço analítico, lugar que me era caro para dar suporte à análise de Maurício.

Ele, por sua vez, vira-se levado a aceitar a decisão de seu funcionário *braço direito* e a dar-lhe apoio, como retribuição ao que recebera. Estaria ele, nesse ponto, agindo a partir de sua mobilização frente ao *bem de um outro*, que lhe fora particularmente caro? Propusera-se a repensar a estrutura de sua empresa e almejava evitar uma situação de dependência profissional contrária à perspectiva de uma maior autonomia. Seus investimentos narcísicos canalizados em torno de sua *obra* – o escritório e seu negócio – demandaram

o investimento de outros sujeitos nesse mesmo objeto, dando-lhe suporte em sua empreitada. A dedicação que mobilizava em seus funcionários para o trabalho do escritório era vivida como investimento que recebia para si próprio, como prova do amor que lhe era ofertado pelos membros de sua equipe. No momento em que seu *braço direito* se voltava não mais para sua *obra* (de Maurício), mas para um *bem próprio* – a carreira dele, funcionário – surge para Maurício a possibilidade de viver a gratidão pelo investimento recebido, provocando assim a disposição para fazer ele também uma inversão de investimentos e deslocar parte de sua libido (de origem narcísica) *para o bem de um outro*. Se esta libido continua operando no campo narcísico – via identificação com alguém capaz de realizar uma separação com gratidão e cultivo de seu ideal de eu, alvo do reconhecimento desse outro identificado – ela não deixa de ganhar envergadura e plasticidade suficiente para se reconhecer na ação desse outro e tornar-se dele cúmplice.

Nesse movimento, então, fazia pelo outro aquilo que gostaria que tivessem feito por ele. O suporte recebido permitia-lhe reconstruir, em ato, o sentido da história de relações familiares que carregava em sua bagagem: na operacionalidade de sua decisão de apoio ao funcionário e de reorganização de sua empresa, a separação vivida produziu um descolamento das marcas de distanciamento, de perda e do isolamento que experimentara, tornando-se o anúncio da possibilidade de reconhecimento mútuo – retribuição ao funcionário pela devoção do trabalho – e de reconstrução do próprio lugar a ser ocupado em seus projetos futuros, agora com maior autonomia e sem necessidade de isolamento e de risco de fragmentação. Como bem percebeu a psicanalista Silvia Nogueira, ao comentar o ensaio, Maurício pode, paradoxalmente, recuperar a potência de seu próprio corpo ao *abrir mão* de seu *braço direito*. Saída frente à angústia de castração que lhe permite fazer uso de seu narcisismo em favor de caminhos mais favoráveis a experiências distintas das que portava em sua bagagem, sob a marca da cumplicidade. As experiências de perda vividas em seu histórico familiar o teriam levado a uma condição de insuficiência e imobilismo que até então não teria condições de tocar, e o gesto de afastamento deste outro reparador – seu funcionário dedicado – permitira, agora, transformá-lo como movimento próprio, em favor de sua autonomia, ressignificando a marca da perda em potência restaurada.

Se esse entendimento fazia sentido, deixava em dúvida sua implicação à interrupção dos atendimentos no processo de análise. Seria preciso interromper para realizar tal movimento? Resto para o analista, marcando a suspensão da aposta feita. Maurício optava por navegar por sua própria conta naquele momento, compartilhando sua decisão e perguntando se era possível fazer tal movimento sem rompimento, nem ressentimento. Assim foi.

Política e clínica

Por que falar em política a partir desse caso? O caso não destaca *questões sociais* prementes nos temas levantados, nem trata diretamente da disputa de forças entre sujeitos em busca de posições de poder. Trata, sobretudo, do pedido de interrupção do atendimento a um paciente mobilizado por seus investimentos profissionais e pelo modo como vive seus vínculos profissionais e, indiretamente, os pessoais. São temas recorrentes entre frequentadores das clínicas de atendimento psicológico e passíveis de serem abordados de tantos e tão diferentes recortes. A perspectiva política surge como possibilidade de pensar num particular recorte acerca da função do analista em sua posição de escuta e de questionar as fronteiras do próprio saber e de sua prática clínica.

O caso apresentado mostra a frágil, tênue e significativa alteridade que somos capazes de experimentar, conforme a posição que cada um ocupa na dinâmica transferencial. Alteridade que emerge da implicação do *bem próprio* ao *bem do outro* e vice-versa. Maurício se viu investido por outrem a quem quis retribuir com sua gratidão, construindo assim um caminho de ressignificação de suas relações – pautadas, até então, pelas insígnias de controle, distância formal e isolamento –, em prol de um novo sentido para a experiência de separação. Seu *bem próprio* ganhava nova perspectiva a partir do *bem de um outro*, que o tomara (via escritório) como objeto de investimento; a alteridade anunciada por este outro

(seu funcionário) mobilizou-o a experimentar também um gesto de alteridade em reciprocidade. Da minha parte, na posição de analista, apostei na reconstrução de sentido dos vínculos estabelecidos e, em favor de um processo de análise (apostando em sua continuidade fora do consultório), e do exercício de sua autonomia (que apostava ganhar corpo com as posições que tomava), dei sustentação a sua decisão de *colocar em jogo* o próprio espaço analítico – fazendo desta moeda de troca no jogo de apostas da dinâmica transferencial. O *bem da análise*⁹² – o desejo do analista depende desta utopia – exigia o questionamento do espaço da análise. A perspectiva política desponta, aqui, como frágil alteridade em que esbarramos no exercício clínico, quando participamos do instante em que ocorre o entrecruzamento entre os bens de uns e de outros, aqui chamado de *bem comum*. Este instante fugaz permitiria o descolamento da análise de um finalismo individualista que viesse a corroborar, diretamente, a legitimação de um ideal de realização do indivíduo como fim em si mesmo.

A situação de análise dá espaço aos investimentos do sujeito em torno de sua própria neurose, que o afasta dos dilemas sociais (ou o imobiliza em meio a estes) que o cercam. Por outro lado, o trabalho de análise opera em favor da restituição das potencialidades do sujeito como agente de transformação de sua realidade, quando permite a este descolar-se de sua porção neurótica e posicionar-se frente a seu desejo, o que exige um movimento diante do mundo em que vive, independentemente da ação que venha a realizar.

Há ainda outra dimensão da política a ser considerada. Ela está presente no próprio estatuto do saber psicanalítico e em seus desdobramentos na prática clínica. Trata-se, aqui, da política dos saberes que disputam o lugar de *verdade* nos discursos sobre o humano. Nesse ponto, vale lembrar a ênfase dada por Freud ao estatuto da psicanálise, que não se propõe a ser uma cosmovisão (*Weltanschauung*), visão de mundo que lhe dê autonomia frente a tantos outros saberes acerca do humano⁹³. Inversamente, ela se propõe (ou deveria), desde o princípio, a reconhecer sua incompletude e a estabelecer diálogo com tais saberes. Coerência lógica de um método e de uma clínica: o analista porta um suposto saber, ocupa um lugar idealizado, restando à análise de cada analista o exercício do desprendimento narcísico necessário para lembrar a diferença entre o sujeito e o lugar que este ocupa. É o que justifica diferenciar análise propriamente dita dos atendimentos clínicos e seus rituais: a análise diz respeito à posição de cada sujeito frente ao inusitado de seu inconsciente e não à frequência ao consultório ou à remuneração correspondente. A análise é, portanto, em última instância, do sujeito que se dispõe a se escutar, não do analista. Logo, o processo analítico também pode, paradoxalmente, ocorrer após a suspensão dos atendimentos, conforme o sujeito venha a se comprometer com o peso de sua palavra e com a força de sua angústia. É o que sugere a experiência clínica, quando ocorre o retorno de pacientes como Maurício que, após períodos de suspensão das sessões, trazem demandas deslocadas das questões anteriormente tratadas. Nesse sentido, a dimensão política é aquela que demanda do analista deparar com as fronteiras de seu saber e de seu exercício clínico, que lhe oferece a oportunidade da alteridade, seja no diálogo com outros saberes, seja na consideração de tantas experiências humanas que venham a participar da escuta do inconsciente humano em sua potência criativa e desejante.

Se o convívio com o outro produz um *mal-estar* inevitável, insolúvel para qualquer arranjo social, sem solução definitiva⁹⁴, por outro lado, a presença do outro é também uma demanda premente e ambivalente para todo sujeito, ao longo de sua existência. Seja na possibilidade de pertencimento a um coletivo, seja na pluralidade de laços identificatórios que o encontro com o outro suscita⁹⁵, o semelhante está para o sujeito sempre como um desafio, como obstáculo ou como demanda. A psicanálise, ao se debruçar sobre o

humano, depara com a dimensão política da experiência humana. A investigação psicanalítica levou Freud a considerar a política, produzindo textos que buscaram analisar tabus, o sagrado, o mal-estar das experiências humanas, a condição das massas e as singelas ilusões humanas⁹⁶. A política, como fundamento da condição humana, é o cenário constante da investigação e da prática da psicanálise, mas é também seu limite, campo estrangeiro que faz fronteira com o saber psicanalítico. Pode ser um obstáculo, bem como pode ser a abertura para o diálogo e para a investigação no estrangeiro.

Referências bibliográficas

- Costa Pereira M.E. (1999). *Pânico e desamparo*. São Paulo: Escuta, 1999.
- Elias N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. *O processo civilizatório*. Trad. R. Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar. 2v.
- Freud S. (1921/1993). *Psicologia de las masas y análisis del yo*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. (Obras Completas, vol. 18)
- _____. (1926/1993). *El Método Psicoanalítico de Freud*. Buenos Aires: Amorrortu. (Obras completas, vol. 20)
- _____. (1930/1993). *El malestar en la cultura*. Trad. J.L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1993. (Obras completas, vol. 21)
- _____. (1933/1993). *Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, 1993. (Obras completas, vol. 22)
- Lacan J. (1997). O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise: seminário 2 (1954-55). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2002). *O desejo e sua interpretação*: seminário 6 (1957-1958). Publicação não comercial. appoa.
- _____. (1959-1960/2008). *O seminário. Livro 7: a ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Matheus T.C. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Plon M. (2002). Da política em *O mal-estar* ao mal-estar da política. In: Le Rider, J. et alli. *Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud*. Trad. C.L. Oliveira e C. Koltai. São Paulo: Escuta. p.145-185.
- Roudinesco E.; Plon M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Trad. V. Ribeiro, L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rozitchner L. (1989). *Freud e o problema do poder*. Trad. M.M. Okamoto e L.G. Braga Fo. São Paulo: Escuta.
- Teixeira A. (1999). A estrutura trágica da ética em J. Lacan. *Revista Agora*, vol. II, n.1, p.155-186.
- Zizek S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.

Psychoanalytic clinic and politics under tension

Abstract Does the experience of analysis work as a moment of interruption of the individual's action on his daily reality, separating him from his political condition? Or, on the contrary, does it promote the recovery of his potentialities as an agent of transformation of his reality, by making him overcome his desire? The purpose of this study is to discuss the tense relationship between psychoanalysis and politics from the standpoint of a clinical case.

Keywords clinic; psychoanalysis; politics; ethics.

Texto recebido: 12/2014

Aprovado: 01/2016

A perplexidade de Alice

Sérgio Telles

Resumo Comemorando os 150 anos da publicação de *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, o autor retoma estabelecidas interpretações dos conteúdos inconscientes presentes na obra e reflete sobre sua permanência e atualidade.

Palavras-chave fantasia inconsciente; agressividade oral; castração; complexo de Édipo; relações de pais e filhos; colonialismo.

Sérgio Telles é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e escritor.

Nesse ano [2015] se comemoram os 150 anos da publicação de *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll.

O livro teve uma origem desprezível, uma história inventada por Carroll para um grupo de crianças enquanto passeavam de barco nos arredores de Oxford. Apoiando-se em tradicionais hábitos ingleses, personagens de histórias e canções infantis e em paródias de poesias então muito populares, Carroll cria um mundo de fantasia, usando uma linguagem singular, repleta de trocadilhos, duplos sentidos e ironias, que ressaltam o *nonsense* escondido nas práticas e costumes sociais. Tal como ocorre com toda poesia, as peculiaridades linguísticas de *Alice* se perdem na tradução, o que explica sua grande receptividade nos países de língua inglesa. Ajudado pelo fato de ser um produto cultural do auge do imperialismo britânico, o livro se transformou num fenômeno mundial possivelmente por representar conflitos inconscientes comuns a toda a humanidade e pela forma inovadora de lidar com a linguagem.

Lewis Carroll é o pseudônimo de C.L. Dodgson, um tímido professor de matemática e lógica em Oxford, que escreveu *Alice no País das Maravilhas*, *Atrás do Espelho* e *Sylvie e Bruno*, além de poesias, paródias, pastiches e uma copiosa produção jornalística, publicada em diversos periódicos. Tinha ele como passatempos prediletos a fotografia e a companhia de meninas impúberes, hábito que não levantava suspeitas na sociedade vitoriana. Uma dessas meninas era Alice Liddell, filha do deão da universidade, para quem Dodgson escreveu seu livro mais importante. Sua amizade com a família Liddell foi subitamente interrompida por motivos nunca divulgados e o diário de Dodgson, no qual ele fazia minuciosos registros do seu dia a dia, teve as páginas referentes a essa época arrancadas, não se sabe se por ele mesmo ou por sua família. Aos olhos de hoje, sua preferência pela companhia de meninas seria considerada como manifestação de traços pedófilos, evidência de graves problemas de identidade e dificuldades no estabelecimento de relações amorosas satisfatórias.

Da vasta bibliografia sobre o autor e sua obra me ative a alguns textos psicanalíticos consagrados, a partir dos quais proponho algumas ideias.

Freud estabeleceu duas formas de abordar analiticamente uma obra de arte. Em *Gradiva*, não se preocupa em vincular a biografia do autor à sua obra, entendendo-a como uma valiosa compilação de fantasias que representam e simbolizam conflitos e dinâmicas inconscientes universais expostas de forma tal que o público a compreende e nela se reconhece plenamente. Já em *Leonardo* e *Dostoievski*, Freud se ocupa em mostrar os elementos biográficos e patológicos que condicionam a obra e nela emergem.

Os trabalhos analíticos sobre *Alice* seguem essas duas vias, ora decifrando a simbologia inconsciente nos personagens e situações criadas pelo autor, ora nelas detectando aspectos de sua biografia.

É de Schilder⁹⁷ um dos primeiros textos sobre *Alice*, escrito em 1937, em que mostra o clima de permanente ansiedade no qual se desenrolam as peripécias da protagonista, cercada que está por personagens estranhos e animais antropomorfizados que a tratam de forma agressiva ou maldosa. Numa incidência chamativa, há muitas referências ao ato de devorar ou ser devorado, apontando para angústias ligadas ao sadismo oral. A própria Alice está sempre às voltas com comer ou beber algo e essa ingestão tem efeitos dramáticos, fazendo-a aumentar ou diminuir de tamanho, o que lhe provoca grande angústia.

Schilder entende as mudanças de tamanho de Alice como representações simbólicas do intumescimento e flacidez do pênis. Para tanto, baseou-se no trabalho de Otto Fenichel, que dois anos antes, em 1935, havia escrito *The Symbolic equation Girl-Falus*, no qual estabelece a equação menina-falo a partir da interpretação do papel da baliza, a menina ou mocinha que se exhibe à frente de bandas masculinas, em desfiles cívico-militares, executando malabarismos e acrobacias com um bastão.

As distorções de tempo e espaço abundantes no livro são também entendidas por Schilder como manifestações de agressividade. Em vez de valorizar a original exploração dos recursos da linguagem realizada por Carroll, Schilder a vê como manifestação sintomática próxima à psicose, pois tem como modelo as observações de Freud sobre as distorções de linguagem no Caso Schreber.

Schilder conclui afirmando que Lewis Carroll é um escritor “particularmente destrutivo” e sua literatura poderia ser prejudicial para as crianças, pois oferecia exemplos maléficos de relações nas quais o amor e a ternura estão ausentes, opinião que escandalizou os muitos admiradores da obra.

O equívoco da posição de Schilder é considerar as produções de Carroll apenas como expressão sintomática e não como sublimações de seus conflitos, que, em vez de induzir as crianças a fugir do princípio da realidade ou inundá-las com situações agressivas e violentas, davam-lhes uma vazão simbólica, da mesma forma que fazem os contos de fada, como nos ensinou Bruno Betelheim.

Referindo-se à equação proposta por Fenichel, Grotjahn⁹⁸ estabelece uma curiosa discriminação entre diferentes formas de simbolizações do falo – o idealizado, que seria representado por uma menina pré-pubere; o falo mais sublimado, na figura de um menino também pré-pubere representado como anjo, e a representação de uma figura masculina dotada de pênis, que simbolizaria demônios e pecadores, os aspectos mais censurados da sexualidade.

Skinner⁹⁹ vê *Alice* como expressão de elementos compulsivos e esquizoides de Carroll, responsáveis por seu comportamento paranoide, sua fascinação amorosa por meninas sexualmente indiferenciadas. Interpreta pontualmente uma série de elementos do texto. Se Alice é uma representação simbólica do falo, o fato de suas aventuras se iniciarem com sua penetração na toca do Coelho faz com que elas possam ser entendidas como uma viagem ao útero materno. Alice chega a um aposento com muitas portas fechadas e para entrar numa delas tem de diminuir de tamanho “como um telescópio”. Com a ajuda de um “líquido mágico” ela fica com apenas “10 polegadas”. A condição de Alice enquanto símbolo fálico fica quase explícita na ocasião em que seu pescoço se alonga de tal forma que um pássaro pensa ser ela uma serpente que quer comer seus ovos. O lago formado por suas lágrimas, que faz com que 10 pequenos animais lutem para não se afogarem, seria o líquido amniótico, onde estariam o autor e seus 10 irmãos, dado ser ele o mais velho de uma prole de 11 filhos. A hostilidade de Alice frente às figuras maternas aparece em vários episódios, como o crescer demasiado no interior da casa (representação do útero materno) do Coelho, colocando em risco sua estrutura, e nos diversos encontros hostis com a duquesa e a rainha. Tudo termina violentamente quando ela é levada para ser julgada pelo casal real. A única saída que lhe resta é voltar para a realidade, acordando. O final da história, quando as palavras perdem o sentido e o caos se instala, seria como a eclosão de um momento psicótico.

Greenacre¹⁰⁰ retoma a questão da mudança do tamanho de Alice como símbolo da angústia de Carroll frente às alterações corporais presentes na tumescência ou detumescência do falo ou do abdome da mulher grávida, constatado por ele nas muitas gestações de sua mãe. Afirmar ela que as fantasias agressivas orais sádicas recorrentes nos dois livros (*Alice* e *Espelho*) estariam ligadas aos processos de identificação. O interesse de Carroll por meninas impúberes é assim compreendido por ela: “É a fixação na forma menos sexual da infância – a menina de oito anos – que serve melhor como uma versão fundida e castrada de ambos os sexos, e a maior defesa contra as ansiedades das mudanças corporais, quer seja o menino fálico ou a mãe fálica (grávida)”.

Para essa autora, por ter crescido num ambiente fortemente influenciado pela mãe e irmãs, num “clima de exigência excessiva de controle da inveja hostil”, Carroll “tinha em sua natureza muito da mulher vitoriana”. Em sua obra, tentava elaborar seus conflitos em torno dos profundos distúrbios de identidade e a insegurança a respeito de seu corpo-self, representando-as simbolicamente nas mudanças de tamanho de Alice. As angústias de Carroll não se restringiam à castração e identidade sexual. Estendiam-se ao medo de ser aniquilado, como, disfarçadas através do humor e do *nonsense*, mostram muitas de suas poesias satíricas e paródias, especialmente o *Jabberwocky* e o *Snark* (esta última uma representação da cena primária).

Assim Greenacre explica a fixação pré-genital do complexo de Édipo de Carroll: “A idade dos 4 aos 5 anos (a fase fálico-edipiana) é o momento crítico na vida da maioria das crianças, sendo um período de especial interesse genital devido ao influxo das sensações aumentadas desses órgãos. Habitualmente isso é acompanhado pelo sentido de atividade, energia e expansão generalizadas. Se, entretanto, a posse da identidade individual (inclusive a sexual) já está confusa e considerável quantidade de energia está ligada a ressentimentos que não podem ser atuados ou mesmo revelados, a natural e florescente expansividade do período se complica. Especialmente nos meninos... o aumento das sensações genitais acompanhadas da tumescência e detumescência torna-se ameaçador e atemorizante mais do que revigorante. A criança então [...] (passa a expressar suas ligações edipianas) mais em termos dos estágios anteriores do desenvolvimento, com desejos orais e medo de retaliação oral¹⁰¹.”

A fixação de Carroll nos estados de ereção e flacidez do pênis é detectada por Greenacre também numa imagem que aparece de forma recorrente em vários de seus livros, o que ela entende como sendo a manifestação de uma lembrança encobridora ligada à visão traumática de um homem velho, possivelmente um jardineiro, exibindo-se em estado de ereção. Ela aparece em episódios que descrevem velhos sorridentes e atoleimados – o pai William em *Alice no País das Maravilhas*; o “homem velho, muito velho”, em *Atrás do Espelho* e, finalmente, o jardineiro louco e músico em *Sylvie e Bruno*¹⁰².

Assim, o encolher ou crescer desmesuradamente, que tanto molestam Alice, representariam as angústias de Carroll frente a sua própria sexualidade, as alterações assustadoras do pênis nas fantasias edipianas vividas regressivamente, e, de modo mais amplo, as oscilações e instabilidades de sua identidade.

Greenacre¹⁰³ mostra que alterações no tamanho do corpo, presentes em *Alice*, também aparecem em *As viagens de Gulliver*, de Swift, e com significado semelhante. As peculiaridades da vida de Swift – seu pai faleceu antes de seu nascimento e, em episódio nebuloso, com um ano de idade foi sequestrado por sua babá e levado da Irlanda para a Inglaterra – tiveram efeitos definitivos sobre sua identidade, seus traços anais de oposição e negativismo, obstinação, repulsa pelos orifícios corporais e hipocondria. A mudança relativa de tamanho apresentada por Gulliver simboliza as incertezas básicas de Swift sobre sua própria identidade, revelam as oscilações de seu narcisismo.

Comparando os escritos e a biografia de Swift e Carroll, Greenacre postula que o primeiro teria uma configuração neurótica, enquanto o segundo se revelaria como psicótico.

As interpretações das alterações corporais de Alice e Gulliver, referentes a questões ligadas à identidade e à angústia de castração, ajudam na compreensão dos quadros de micropsia e macropsia (também chamados de Síndrome de Todd, Alice in Wonderland Syndrome – AIWS – ou dismetropsia), que alguns autores atribuem a problemas neurológicos e oftálmicos, enquanto outros afirmam ser uma condição de fundo puramente emocional. Nesses quadros, que ocorrem na infância e adolescência, os pacientes apresentam alterações da senso-percepção nas quais o próprio corpo é sentido como minúsculo ou gigantesco¹⁰⁴.

Gabriele¹⁰⁵ afirma que em *Alice no país das maravilhas* além da agressividade oral manifesta em diversas situações e paródias poéticas do livro, nas quais o comer ou ser comido está sempre presente, para Alice as mudanças corporais evidenciam a instabilidade de sua identidade: “Para Alice, estar diferente (de maior ou menor estatura) significa ser outra pessoa [...]. O critério para sua decisão de que está diferente é a sensação corporal, o que indica que seja qual for o ‘self’ que Alice julga possuir, ele é, em grande parte, um ‘self’ corporal”¹⁰⁶.

Solomon¹⁰⁷, por sua vez, mostra como as angústias de aniquilamento de Alice ficam explicitadas na cena em que Tweedledee e Tweedledum lhe dizem ser ela apenas uma figura do sonho do Rei Vermelho, que dorme e ronca ali ao lado. Assim, não deve acordá-lo, pois desapareceria imediatamente. Tal afirmação, que lhe nega existência própria e deixa Alice muito angustiada, expressa importante dado clínico, que é o da importância vital do desejo dos pais para que a criança se sinta viva, existente, saia do nada, se constitua como sujeito. Solomon descreve o caso de uma paciente que tem um sonho com conteúdo idêntico e o analisa aproximando do episódio de *Alice*.

Para Lacan¹⁰⁸, *Alice* exerce tanto interesse por “tocar a rede mais pura de nossa condição de ser: o simbólico, o imaginário e o real”.

Lane¹⁰⁹, por sua vez, mostra como Lacan enfatiza a importância do sentido e falta de sentido, da lógica e da linguagem na obra de Carroll, fazendo de *Alice* um conjunto de estratégias para superar a perda, a própria perda de Alice por ele sofrida e, mais especialmente, a perda enfrentada por todos ao se defrontarem com a ordem social e terem de se acomodar a ela, cujas leis e costumes frequentemente oscilam entre o sentido e o absurdo. A vertigem proporcionada por Carroll dramatiza a dificuldade de Alice – e de seu leitor – em adaptar-se ao peculiar mundo da linguagem e dos símbolos. Isso ocorre porque as regras e rituais que governam esse mundo parecem simultaneamente imprevisíveis e arbitrariamente impostas, fazendo com que o mundo adulto pareça, além de autoritário, proposadamente perverso.

A meu ver, disfarçada na roupagem de *nonsense* e a aparência de uma fábula infantil, há em *Alice* uma profunda crítica política na medida em que a organização social é equiparada a dois jogos, o de baralho, em *Alice no país das maravilhas* e o jogo de xadrez no *Além do espelho*.

Ao usar o jogo como metáfora da organização social, Carroll a expõe como uma estrutura rígida, com lugares e movimentos perfeitamente demarcados, com leis claras e bem definidas que permitem apenas uma restrita mobilidade. Essa configuração é problemática, pois se regras possibilitam que os jogos se realizem, em maior ou menor grau eles são regidos pelo azar, pelo acaso, pela habilidade dos jogadores. A

presença divina está escamoteada. Dodgson, pessoalmente tão religioso, disfarçado como Carroll recria a puritana Inglaterra como uma sociedade sem Deus.

A sociedade assim concebida está aparentemente bem organizada e funcionando adequadamente, mas a um olhar mais acurado aparecem as distorções que comporta, pois os jogadores, apesar de conhecerem as regras, não obedecem a elas, agem de forma arbitrária, imprevisível, como mostra o paradigmático jogo de críquete da rainha. Que o taco seja um flamingo e a bola um porco espinho revela a intromissão de uma lógica corrompida que solapa inteiramente o cumprimento da regra. O mesmo se dá com o rigor da rainha, que a qualquer pretexto ordena a decapitação de quem a esteja incomodando, “Sentença antes, julgamento depois”, diz ela, fazendo com que a presunção da culpa seja universal, invertendo os procedimentos legais de um julgamento, mas curiosamente antecedendo uma importante afirmação de Freud sobre o sentimento de culpa.

Dessa maneira Carroll mostra o ridículo, a pompa e a loucura do poder, representado pelas mais altas autoridades – o rei, a rainha, os mandatários com títulos nobiliárquicos –, que se comportam de forma irracional e pervertem o jogo, à medida que ignoram ou refazem as regras a seu bel prazer.

Do ponto de vista psicanalítico, as desventuras de Alice são mais assustadoras, à medida que revelam como as figuras parentais, especialmente as maternas, são não confiáveis, loucas, arbitrárias, assassinas. Elas mostram a vulnerabilidade e desamparo das crianças nas mãos de pais impossibilitados de serem representantes e mantenedores da lei. Os adultos agem como crianças mimadas e inconsequentes, mudam de opinião de forma inopinada e irresponsável, deixando Alice desorientada e assustada. A decisiva importância do inconsciente dos pais na vida dos filhos se apresenta na já citada cena do sonho do Rei Vermelho, quando Alice teme não ter identidade própria constituída, ser apenas uma criação imaginária da mente da figura paterna, sujeita a desaparecer a qualquer minuto.

Em ambos os livros, mas talvez mais marcadamente em *Espelho*, a arbitrariedade e a irracionalidade se manifestam não só nas figuras parentais e na organização social, mas na própria linguagem, que se mostra com toda sua ambiguidade geradora de equívocos nas comunicações humanas.

Alice tenta a todo custo manter o sentido unívoco da linguagem e depara com a impossibilidade de garantir um discurso inequívoco, tendo de lidar com os múltiplos sentidos das palavras, como lhe mostra Humpty Dumpty.

Isso provoca grande insegurança em Alice, abalando seus referenciais, códigos de conduta, normas de comportamento. Ela se esforça para demonstrar que é uma menina bem educada, que aprendeu as regras de como agir de forma apropriada nas mais diversas situações, e constata perplexa que tais regras não têm a validade que esperava, não são respeitadas sem questionamento¹¹⁰.

Alice descobre que o mundo é regido por outra lei que não aquela oficialmente estabelecida. Essa outra lei consiste em fazer de conta que a lei oficial é respeitada e obedecida, quando de fato não o é.

A situação de Alice lembra a do personagem Marcel de Proust em *Sodoma e Gomorra*, quando descobre que o homossexualismo, desprezado e censurado oficialmente no mundo em que vive, é ali praticado quase que universalmente. Proust não faz propriamente uma defesa do homossexualismo, ele o usa como um operador para mostrar o secreto funcionamento do mundo, expor a hipocrisia entranhada nas engrenagens da sociedade, que se comporta de forma dissimulada frente a lei, simultaneamente curvando-se a seu rigor e desobedecendo a ela de forma sistemática.

No arcabouço da lei convencionalmente aceita, e que deve ser mantida a todo custo, há espaço suficiente para que tudo o que ali é afirmado possa ser ignorado e espeznhado. Nesse sentido, o mecanismo da denegação adquire uma insuspeitada importância e amplitude nos mecanismos sociais. As regras existem e mantêm a sociedade, mas cada um tem de aprender por sua conta e risco como e quando obedecer ou desobedecer a elas, quebrá-las, afrontá-las ou fingir que as cumpre.

No mundo externo, a lei é permanentemente transgredida em vários níveis, daí a necessidade do aparato judicial e policial, para impô-la, defendê-la e punir os infratores.

Não é diferente o que ocorre no mundo interno. Mesmo quando plenamente estabelecida, a lei nunca domina inteiramente o desejo, que está sempre a desafiá-la procurando a satisfação. Daí as diversas formações de compromisso, os sintomas, que atendem simultaneamente às proibições da lei, aos desejos que buscam satisfação e exercem a punição devida.

Decorrente do assassinato do pai de horda primitiva e da internalização de suas normas, a lei que rege o mundo interno e externo é uma só, como Freud estabeleceu em *Totem e Tabu*.

Alice insiste para que a lei (as regras) seja obedecida e respeitada. Talvez por não ter sido sua fiel cumpridora, pois a transgredia com sua agressividade oral, seus ataques destrutivos contra a mãe e o pai, sua vontade de lhes tomar o poder, esperaria encontrar no mundo dos adultos o império da razão e da lei, que a ajudaria a melhor lidar com suas paixões. Fica perplexa ao encontrar ali as mesmas caóticas dificuldades conhecidas da infância. O horror é a descoberta que os adultos não são tão diferentes dela mesma, os adultos são também crianças desobedientes.

Em *Alice*, Carroll fala da loucura disseminada própria da realidade humana. Num mundo insensato, é impossível não sê-lo também um pouco. “Eu sou louco, você é louca, aqui somos todos loucos, se você não fosse não estaria aqui”, diz para Alice o gato de Cheshire.

Alice descobre que a ambiguidade da linguagem reflete a ambivalência dos afetos. A crença no preto e branco da univocidade de sentido da língua tem de ser abandonado pela zona cinza dos sentidos cambiantes, circunstanciais, contingenciais dos jogos de linguagem. Da mesma forma, o puro amor ou o puro ódio, tão fáceis de lidar, precisam ser substituídos pela infinidade de combinações instáveis dos sentimentos que oscilam entre esses dois extremos.

Alice precisa desidealizar o mundo adulto – os pais – e aceitar a realidade da natureza humana, regida que é por Eros e Tanatos, perceber que a lei existe exatamente para dar conta dessas forças poderosas e que ela nunca é inteiramente obedecida, é sempre contestada e desafiada, ameaçada de destruição. Para que a lei nos defenda, nós temos de defendê-la.

Alice sofre ao ver a falha da lei, sua permanente denegação, que seja essa a verdade da lei. É-lhe difícil constatar que, ao contrário do que esperava, a lei é frágil, os poderosos a ignoram, os fracos a enganam. Embora entronizada e imprescindível, todos burlam a lei. Frente a essa descoberta terrível e desconcertante, cabe-lhe vencer a decepção e não se desesperar com loucura e a injustiça do mundo.

Referências bibliográficas

- Carroll L. (2002). *Alice – Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho*. Edição comentada. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gabriele M. (1982). Alice in Wonderland: Problem of identity – Agressive content and form control, *American Imago*, v. 39, p. 369-390.
- Grotjahn M. (1947). About the Symbolization of Alice’s Adventures in Wonderland. *American Imago*, 4, p. 32-41.
- Greenacre P. (1955). “It’s my own invention” – a special screen memory of Mr. Lewis Carroll, its form and its history. *Psychoanalytic Quarterly*, v. 24, p. 200-244.
- Greenacre P. (1955). The Mutual adventures of Jonathan Swift and Lemuel Gulliver. A study in pathography. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 24, p. 20-62.
- Kohut H. (1960). Beyond the Bounds of the Basic Rule – Some Recent Contributions to Applied Psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association* 8.
- Lacan J. Homenagem a Lewis Carroll. Disponível em: <http://www.ub.edu/las_nubes/archivo/15/nubesyclaros/textos/lacan.html>.
- Lane C. (2011). Lewis Carroll and psychoanalysis: why nothing adds up in wonderland. *J. Psychoanal*, v. 92, p. 1029-1045.
- Schilder P. (1938). Psychoanalytic Remarks on *Alice in Wonderland* and Lewis Carroll. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, v. 87, n. 2, p. 159-168.
- Schneck J.M. (1969). Micropsia. *Psychosomatics*, v. 10.
- Solomon J.C. (1963). Alice and the Red King – The Psycho-Analytic View of Existence. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 44, p. 63-73.

Alice’s perplexity

Abstract Celebrating the 150th anniversary of *Alice’s Adventures in Wonderland*, the author reviews some established psychoanalytic interpretations of the unconscious contents of the book and thinks about its permanency and actuality.

Keywords unconscious phantasy; oral aggressivity; castration; edipus complex; parents-sons bonds; colonialism.

Texto recebido: 08/2015

Aprovado: 11/2015

Esquecer é criar: cinema e psicanálise em *Abril despedaçado*

Renato Tardivo

Resumo Este artigo insere-se no âmbito da Psicologia da Arte e propõe uma leitura do filme *Abril despedaçado*, de Walter Salles, atentando sobretudo para a questão dos destinos do sertanejo e das relações com a lei. Observou-se que, em *Abril despedaçado*, a violência é alvo da crítica, e o filme parece se alinhar à crítica ideológica de Horkheimer e Adorno.

Palavras-chave psicologia (arte); cinema; psicanálise.

Renato Tardivo é psicanalista e escritor, mestre e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, professor do Centro Universitário São Camilo. Autor de *Porvir que vem antes de tudo – literatura e cinema em Lavoura Arcaica* (Ateliê/Fapesp), e dos livros de contos *Do avesso* (Com-arte/USP), *Silente* (7Letras) e *Girassol voltado para a terra* (Ateliê), além da novela em e-book *Castigo* (E-galáxia).

Menos um, menos um, menos um

Este artigo insere-se no âmbito das pesquisas realizadas no Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte (LAPA-USP), cuja postura interdisciplinar vale-se, dentre outros, de referenciais da fenomenologia, estética e psicanálise. Dessa perspectiva, não se utiliza a psicanálise apenas como instrumento de leitura, mas ela é também considerada em seu parentesco com as artes¹¹¹. Assumindo essa postura, busco neste artigo me valer da psicanálise como linguagem, de modo a estabelecer um diálogo entre ela e a linguagem cinematográfica de *Abril despedaçado*, filme de 2001, dirigido por Walter Salles.

Abril despedaçado se passa no sertão do Nordeste brasileiro, embora seja baseado no livro homônimo, de Ismail Kadaré, cuja trama se desenrola na fria Albânia¹¹². Introduzindo a cena inicial, há a legenda – “Sertão Brasileiro, 1910” – e, depois, um plano-sequência frontal de um menino que, na sombra, caminha pelo sertão durante o amanhecer. Ele diz que se chama Pacu, mas que, sendo o nome novo, “ainda não pegou costume”. Caminha tentando se lembrar de uma história – “às vezes eu me *alembro*... às vezes eu esqueço”. Nesse momento, há um corte para o plano-sequência do menino ainda caminhando, mas de costas; isto é, a câmera assume a perspectiva daquilo que ficou para trás. A transição é sugestiva, uma vez que se dá no instante em que o menino se refere a uma *outra história*, da qual, esta sim, se lembra bem: “não consigo arrancar da cabeça... é a minha história, a de meu irmão e de uma camisa no vento”. A caminhada é interrompida para dar lugar ao plano de uma camisa no vento manchada de sangue. A trilha é sombria. Uma família observa a camisa. O patriarca traduz o que os olhares dos demais (a mulher e os dois filhos: um jovem adulto e o menino da sequência anterior) testemunham: “o sangue já está amarelando”.

O filme conta, a partir do menino Pacu, a história de uma infindável disputa por terras entre duas famílias; guerra pautada por uma lei que tende a dizimá-las. Essa lei, no romance de Ismail Kadaré, é estabelecida pelo *Kanun*, um complexo código em forma de livro cujo conteúdo é mais poderoso do que as

leis oficiais. Sua lei máxima é uma lei ancestral: “Sangue se paga com sangue”. Walter Salles aproveitou a descrição de um ritual do *Kanun* que está nas páginas iniciais do romance para começar sua versão da história com a imagem de uma camisa pendurada num varal, flutuando ao vento, manchada de sangue¹¹³.

O menino da sequência inicial, na obra de Walter Salles, é o caçula da família Breves, sobre a qual incide o foco narrativo. A camisa cujo sangue está amarelado é a do irmão mais velho, recém-assassinado pela família rival. Quando o sangue amarelar, caberá a Tonho, o outro irmão, “cobrar o sangue do morto”. O romance de Kadaré começa com a narração desse assassinato:

De tocaia, à beira de uma estrada, perto da província de Mirëditë, Norte da Albânia, Gjorg Berisha espera sua vítima, Zef Kryeqyq. Gjorg está ali para vingar a morte do irmão. Tem consciência de que, ao disparar aquele tiro de fuzil, estará assinando a própria sentença de morte. Mas segue em frente. [...] Em *Abril despedaçado*, Kadaré alterna esse olhar interno do *Kanun* com a visão distanciada de um escritor, Bessian, de passagem pelo Norte da Albânia para pesquisar o código da vendeta¹¹⁴.

No filme, Gorj transforma-se em Tonho, personagem de Rodrigo Santoro. A versão de Salles não poderia ser literal, uma vez que se passaria no Nordeste do Brasil, região com características bem distintas das do Norte da Albânia¹¹⁵. Nesse sentido, chama a atenção na fotografia de *Abril despedaçado*, assinada por Walter Carvalho, o contraste entre a luminosidade de fora, seja pelo sol escaldante do sertão seja pelo calor que emana dos caldeirões de rapadura que os Breves produzem, e a pouca luminosidade no interior da casa, no interior da família: a morte que não dá trégua. Os retratos dos mortos perfilam-se em um corredor da casa, como que a assombrá-los.

Tonho, cuja postura denota desde o início uma sensibilidade antagônica à brutalidade da guerra familiar, cumpre com seu papel e cobra o sangue do irmão. O *travelling* lateral em campo e contracampo que o mostra perseguindo o sertanejo da família rival é emblema da potência com que a batalha ancestral contamina a terra que divide as duas famílias. Agora é ele, Tonho, quem está com os dias contados. Como apregoa o patriarca rival: “cada vez que o relógio marcar mais um, mais um, mais um... ele vai estar te dizendo ‘menos um, menos um, menos um’”.

Cenograficamente, o símbolo maior dessa temporalidade é a bolandeira que os Breves utilizam para fabricar a rapadura: “Quando viu a bolandeira, o cineasta percebeu que o engenho poderia funcionar como eixo do filme e poderia ter uma força narrativa semelhante à da desnatadeira de Eisenstein [no filme *Linha geral* (1929)]”¹¹⁶:

Visto de cima, o engenho lembra um relógio. Seu movimento circular e constante, de ritmo ditado pelos bois, representa o próprio ciclo a que os Breves estão atrelados. “A gente é que nem os boi (sic): roda, roda, e não sai do lugar”, diz o único a enxergar com lucidez a situação da família (o menino). Dessa forma, os próprios bois “operavam” a câmera ao puxar a tração. “Sempre que a câmera é solidária à bolandeira, ela é o tempo”, explica Walter Carvalho¹¹⁷.

A vida se submete à morte: os vivos se submetem aos mortos

Essa força narrativa – pontuada pela bolandeira – que avança ao passado tem lugar na região conhecida como “Riacho das Almas”. Mas, conforme dirá muito sabiamente o menino, o riacho secou e ficaram apenas as almas. Aliás, essa fala ocorre em um momento significativo: a aparição de andarilhos circenses – Salustiano e sua afillhada, Clara –, cuja importância para a trama veremos mais à frente. Os brincantes simpatizam com a espontaneidade do menino, e a moça o presenteia com um livro. Embora não seja alfabetizado, o menino sabe “ler as figuras”. Por sinal, tanto as camisas manchadas de sangue como os retratos dos mortos na parede de sua casa são figuras com as quais ele está familiarizado: linguagem petrificada que subjuga a vida. E, nessa legalidade, a vida se submete à morte, pois os vivos se submetem aos mortos.

Em “O mal-estar na cultura”, Sigmund Freud¹¹⁸, desenvolvendo as noções acerca da pulsão de morte, propõe que, para que haja civilização (cultura, coletividade), os indivíduos precisam abdicar em algum grau da satisfação pulsional, submetendo-as às normas culturais – à lei. A descarga irrestrita de carga pulsional traria desordem, caos e destruição, uma vez que também seria expressão de Tânatos – pulsão de morte. Para Freud, ter de se haver com essa carga (não descarregada; submetida à ação do recalque, portanto) implica inevitavelmente algum grau de mal-estar. Daí os indivíduos, se não podem ser plenamente felizes, se valerem de recursos culturalmente permitidos para lidar com essa insatisfação: sublimação, religião etc.:

Já sabemos que aqui se coloca o problema de como afastar o maior obstáculo à cultura, o pendor constitucional dos homens para a agressão mútua, e por isso mesmo nos interessamos especialmente por aquele que é provavelmente o mais jovem dos mandamentos do Super-eu cultural, o que diz: “Ama teu próximo como a ti mesmo¹¹⁹.”

Ocorre que, em *Abril despedaçado*, é a obediência estrita à lei que traz morte e destruição. A linguagem de um passado petrificado – que paira no ar, na pouca luz, no sangue da camisa – é emblema da pulsão de morte. Retomando a leitura de Freud, podemos sugerir que, no filme, o mal-estar é levado às últimas consequências e a destrutividade é culturalmente permitida, não porque a lei é violada mas justamente pelo oposto. Há uma ordem pervertida das coisas: “Odeia teu próximo como a ti mesmo”. A repetição é tamanha que ninguém sai do lugar.

Nesse sentido, a respeito de *Abril despedaçado*, escreve o psicanalista Jurandir Freire Costa:

A crueldade, no mais das vezes, não é uma assombração disforme, como nos sustos das sessões da tarde ou nas enormidades metafísicas à Lovecraft. É um veneno capilar que invade as rotinas do que chamamos hábito. Vivemos nos hábitos e, por fazermos da vida um hábito, nos tornamos fantoches da compulsão à repetição. A vida presa ao hábito é, por certo, eficiente. Mas de uma eficácia das moedas, por onde só entra cana e sai bagaço. Criada para lidar com o mesmo, a roda do hábito, diante do diverso, emperra, se despedaça e fere de morte os que a põem em marcha¹²⁰.

Os bois na bolandeira – que chegam a andar sozinhos –, o balanço em que os irmãos brincam, ou mesmo a lógica da vingança que se perpetua, enfim, muitos são os elementos indicativos de repetição. O hábito é corrosivo.

Em direção oposta, o novo tem lugar na figura dos circenses. Clara, a moça, apresenta ao menino novas figuras. O contato com esse universo o coloca em embate com a lógica da repetição e do passado que se acumula. A partir das figuras do fundo do mar e da sereia, que se confunde com a própria Clara, o menino descobre/cria uma história, da qual às vezes se *alembra*, às vezes se esquece. Mas, para uma história ser esquecida, ela precisa existir.

Tonho toma contato com os andarilhos do circo quando, vendendo com o pai a rapadura à mercearia da cidade¹²¹, também se encanta com a “sereia”. À noite, quebrando o hábito de opressão e aridez, Tonho sai às escondidas com o irmão para assistir ao espetáculo dos brincantes. Clara cospe fogo; como seu nome diz, traz a luz. Os meninos se encantam e, no fim, vão conversar com os artistas. A troca de olhares entre Tonho e Clara denota uma captura recíproca. É nesse momento que Salustiano batiza o menino com o nome de Pacu. De volta a casa, o pai, um fantasma vivo, os espreita. Tonho não se submete a ele e, em paga, é surrado com o chicote.

Às avessas, Eros

Tonho parte, em busca da vida, para uma espécie de exílio. Junta-se aos brincantes e os acompanha até outra cidade. Se o menino cria a sua história a partir das figuras do livro, Tonho, sem tempo a perder, vive o próprio livro. Há, nesse período, uma cena significativa. Ele e Clara brincam numa corda, situação análoga à do balanço de sua casa, mas, diferentemente da circularidade do balanço – e da bolandeira –, agora o tempo passa, tanto que ele começa a girar a moça com dia claro e só para ao anoitecer.

A respeito dessa cena, “as habilidades circenses de Flavia Marco Antonio (atriz que interpreta Clara) contribuíram para a autenticidade de umas das sequências mais importantes do filme: aquela em que Clara se exhibe para Tonho na corda indiana – “a verdadeira cena de amor do filme”, segundo Walter Salles¹²².

Interessante pensar a sequência como a “verdadeira cena de amor do filme”, sobretudo ao se considerar que Clara também vive uma espécie de clausura, tendo de trabalhar com – e para – o tio, seu padrinho, com quem forma um par em que um vínculo incestuoso fica sugerido. Portanto, o amor e a liberdade unem esses dois jovens, e se Clara, para Tonho, representa um contraponto à pulsão de morte, isto é, Eros, este, ao trazer a morte marcada no corpo, representa, às avessas, Eros para Clara. Há entre eles uma reciprocidade pautada pelo amor e pela vida.

Mas Tonho retorna à família. Quando ele aponta na terra dos Breves, o pai, a mãe e o irmão, que trabalhavam na bolandeira, param por um instante: parecem felizes. O silêncio, nesse caso, é também emblema de pulsão de morte, e sua volta à circularidade da bolandeira é mesmo uma volta para a morte – o que, naquela família, dita a vida.

O tempo de Tonho vence. O membro da família rival sai em seu enalço. Nessa mesma noite, Clara chega à casa dos Breves e traz chuva ao sertão. É o menino quem a vê se aproximar e dá a notícia ao irmão, que sai pela janela do quarto. Tonho e Clara fazem amor em um abrigo próximo à casa. Ela arranca a fita preta – o atestado de morte – do seu braço e consuma a libertação. Fazem amor.

O jovem da família rival, atrapalhado pela chuva, se aproxima. O menino Pacu, ao sair de casa pouco depois e deparar com a fita de Tonho no chão, é levado a crer que o irmão foi morto. Mas, na verdade, Tonho dorme. Clara, conforme Tonho fizera antes, também parte, mas diz que o espera. Pacu, acreditando que o irmão morreu, assume o seu lugar: amarra a faixa preta no braço. Sai em caminhada.

O filme retorna ao começo. O plano-sequência do início se repete. Toda a história foi um *flashback*: o menino Pacu, que a criou e a viveu, pôde contá-la.

Mas *Abril*, que significa *juventude*, *viço*, marca um novo – e doloroso – ciclo. O jovem da família rival, cujos óculos se quebraram, agora cego como o avô, atira (por engano) no menino. Tonho não chega a tempo. Não vemos o cadáver da criança, apenas o sofrimento estampado no rosto do irmão. O pai, em desespero, exige que Tonho cobre o sangue imediatamente. Tonho, triste porém determinado, entra e sai

de casa. Mas deixa a arma. O pai ameaça matá-lo, e é contido pela mulher, que aos prantos diz: “Acabou, homem”. O casal se abraça.

Tonho, que voltara para morrer, não fica para matar.

A morte simbólica do pai, aqui, se dá justamente pela recusa ao ciclo das mortes. O casal – par de mortos em vida – fica para trás chorando a morte do menino. Tonho segue. Na trilha que liga o Riacho das Almas aos demais vilarejos e à cidade, há uma bifurcação. Quando os Breves iam à cidade, tomavam o caminho da esquerda. Agora, entretanto, Tonho segue pelo outro lado. Leva lágrima nos olhos; não sangue. Com o sacrifício do menino, a lógica circular se rompe.

Há o corte para um plano frontal de Tonho, de baixo para cima. O espectador não sabe o que o personagem contempla, mas o olhar de Tonho denota algo inaugural. Segue-se uma tomada mais aberta, e pode-se ver que há areia ao redor. Tonho prossegue a caminhada. Dessa vez em plano-sequência, a câmera o acompanha até ele se afastar. Está em uma praia. Quando toca a água, há uma tomada em close do seu rosto e o corte para o plano final. O corpo de Tonho, de costas, divide as águas. Ondas imensas quebram diante de si.

O sertanejo vai ao mar.

Cordeiro sacrificial

Abril despedaçado é um filme contemplativo: “Os personagens habitam um universo onde se ‘fala de boca calada’ e se age com sentimentos e gestos mínimos. A câmara ilumina ao máximo essa pouquidade e nos faz ver o ‘mais’ que brota do ‘menos’”¹²³. Assim, se a violência aprisiona, a reflexão sobre a sua reiteração, o que só se efetiva com a ruptura implicada pelo sacrifício do menino, pode levar à possibilidade de libertação.

Os andarilhos circenses trazem um sopro de vida ao sertão. Novamente em companhia de Freud¹²⁴, em certa medida os brincantes, por meio das artes, apontam para a possibilidade de sublimar a carga pulsional de modo a amortecer a atmosfera de mal-estar. Mas não se trata de apenas dirimir o mal-estar. O contato dos irmãos com os andarilhos – figuras “de fora”, “estrangeiros” – permite também a inscrição de novas realidades, uma nova história, e, nessa medida, os irmãos Breves reivindicam o bem-estar:

porque mudamos, estamos sempre escolhendo e fabricando outros futuros. A tradição é apenas a imagem do mundo segundo a força e o talento dos ancestrais. Fixá-la em um esqueleto de regras e princípios é despojar a vida de seu ímpeto criador. O Bem da vida está sempre “on the road”; sempre de passagem, sempre na área transicional entre o “não mais” e o “não ainda”¹²⁵.

Abril despedaçado aborda questões existenciais e possui atmosfera atemporal (a possibilidade mesma de adaptar uma história que se passa na Albânia para o sertão do Brasil reforça a ideia). O passado petrificado que pesa sobre o sertão é reconstruído pelo menino. Que reescreve a História. Pacu, que antes da chegada dos circenses sequer tem nome, destoa da legalidade marcada pela violência – ele já pertence a outro tempo. Nesse sentido, são a ingenuidade e criatividade infantis que, tomando para si a tragédia, possibilitam a ressignificação da experiência. Ora, “mancha de sangue não sai”, e, por isso, deve ser sentida, chorada. Daí a água, como em um batismo, aludir ao renascimento.

Segundo Walter Salles, o menino Pacu é o cordeiro sacrificial que lava, com seu sangue, o pecado dos outros. Límpido, sem máscaras, o menino é o único que consegue ver além das cercas que definem o mundo

dos Breves. É o único que, de alguma forma, domina a palavra, e a usa para se projetar no território dos sonhos e da imaginação¹²⁶.

Em *Abril despedaçado*, não há a crença de que transformações possam ocorrer rapidamente. A comunicação entre o início e o fim apresenta uma noção de futuro enquanto renascimento ainda (e sempre) em aberto, e que só se vislumbra concretamente após o despedaçamento derradeiro – ruptura do futuro do presente, a morte do menino: Pacu veste as roupas do irmão, confunde o assassino e morre em seu lugar – diferentemente do livro, em que a estrutura circular é mantida e a história termina exatamente onde começou, só que tendo Gorj como vítima. Walter não teria sido capaz de levar o filme adiante se não conseguisse romper o círculo da violência¹²⁷.

Mas, embora o círculo da violência seja rompido, não há um amortecimento do caráter trágico, e a perspectiva crítica não se perde. Nessa direção, o filme talvez se aproxime da crítica ideológica proposta por Horkheimer e Adorno¹²⁸, diferenciando-se da noção marxista de ideologia.

Ideologia, da perspectiva de Marx, são ideias descoladas da realidade que se prestam a explicá-la a fim de atender a interesses específicos, de modo a alimentar as relações de poder. Como crítica à naturalização desses interesses, no materialismo histórico de Marx e Engels, a realidade é tomada historicamente (práxis) e, nessa medida, tem-se “a possibilidade de que atores sociais diferenciados, capazes de perceber as assimetrias vigentes no próprio sistema, ajam e pensem de modo a rever as próprias condições de vida”¹²⁹.

Em Horkheimer e Adorno¹³⁰, no entanto, as ideologias não perdem sua força se apenas forem reveladas, pois “a ideologia e a realidade correm uma para outra”. Ou seja, a ideologia, desse ponto de vista, não é apenas um envoltório mas a imagem mesma do mundo.

Nesse caso, Walter Salles parece perguntar, como os frankfurtianos, em formulação de Olgária Matos: “como romper o ciclo fatal de uma história que se naturalizou, perdeu seu papel humano, e de uma natureza que se artificializou e se tornou fantasmal, irreconhecível e estranha ao homem que nela vive?”¹³¹. Hipótese que é reforçada ao se considerar uma afirmação do próprio Walter Salles: “A realidade atingiu um estágio em que não há ficção que possa chegar a seus pés”¹³².

Portanto, não há a crença de que a realidade possa se transformar rapidamente. Em *Abril despedaçado*, a violência – banalizada – não liberta; aprisiona, e é a reflexão sobre a sua repetição o meio para se atingir o destino. É verdade que só se atinge esse estágio após o sacrifício do menino, mas não é a violência em si mesma que traz mudanças em caráter imediato. Pelo contrário, na figura do velho patriarca da família rival e do seu neto, que mata o menino por engano, a violência é desorganizadora – despedaçadora – da história: “Em terra de cego, quem tem um olho só todo o mundo acha que é doido”, diz o menino¹³³.

Ou seja, a violência no filme de Walter Salles não é propriamente o meio para a transformação, mas em seu estado-limite – o sacrifício do menino – talvez seja uma espécie de fim inevitável. O meio para a transformação é a resignificação da violência.

Em *Abril despedaçado* o destino se constrói por meio de transformações e do embate geracional nelas

compreendido, delineando-se, por meio da reflexão e ressignificação da travessia. Entre a falta (do sertão) e a plenitude (do mar), fica a lição de que esquecer é criar.

Referências bibliográficas

Bosi A. (2010). *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Butcher P.; A.L. Müller (2002). *Abril despedaçado* – história de um filme. São Paulo: Companhia das Letras.

Costa J.F. O último dom da vida (*Abril despedaçado*), *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno MAIS!, 28 abr. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2804200203.htm>> Acesso em: 25 jan. 2015.

Freud S. (1930/2010). *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras. (Sigmund Freud: obras completas, v. 18).

Horkheimer M.; T.W. Adorno T.W. (1973). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix.

Kadaré I. (2001). *Abril despedaçado*. São Paulo: Companhia das Letras.

Matos O. (2009). *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna.

Tardivo R. (2011). Literatura e Psicanálise: a poética de Raduan Nassar, *Percurso* n. 47, São Paulo.

To forget is to create:

cinema and Psychoanalysis in Behind the Sun

Abstract This article works with Psychological of Art references and proposes a reading of *Behind the Sun*, by Walter Salles, attending especially to the issue on the backcountry destinations and their relation with the law. It was observed that in *Behind the Sun* the violence is critiqued and the film seems to side with ideological critique by Horkheimer and Adorno.

Keywords psychology (art); cinema; psychoanalysis.

Texto enviado: 02/2016

Aprovado: 04/2016

Entrevista

René Kaës

Um porta-grupos para a psicanálise

Tradução Andrea Carvalho.

Colaboração Paulo Jeronimo Pessoa de Carvalho.

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso e Silvio Hotimsky.

A escrita exigente e por vezes profundamente teórica de René Kaës pode provocar no leitor um movimento de resistência; entretanto, a percepção de que na raiz dessa exigência encontra-se a persistência generosa de quem busca a formulação de uma nova concepção do aparelho psíquico e do campo da intersubjetividade nos leva a um acompanhamento curioso daquilo que amplia a teoria psicanalítica.

Seguindo a ideia freudiana de que a pesquisa é uma resposta às exigências da vida, Kaës, primogênito de uma fratria numerosa, inicia, em 1955, seus estudos de psicologia na Universidade de Estrasburgo. Buscava o entendimento de que eram feitos a rivalidade, o amor e a inveja no Complexo Fraternal, do que viviam os pais com a chegada dos novos filhos e de como os grupos de pertinência na vida podiam dar novas formas às experiências infantis.

No contexto psicanalítico dos anos 1960, Kaës mergulha no estudo da psicanálise e em sua análise pessoal. Faz uma descoberta perturbadora: encontra uma separação radical entre o campo intrapsíquico e o campo intersubjetivo no pensamento teórico psicanalítico da época. A pesquisa sobre grupos estava, com frequência, excluída ou era inaceitável nas instituições psicanalíticas.

Essa descoberta o move, em aliança com Didier Anzieu (que já vinha estudando as formações grupais), a começar sua produção metapsicológica do campo da inter e da plurisubjetividade que hoje ganha relevância na discussão psicanalítica, especialmente para a compreensão das psicopatologias contemporâneas.

Na entrevista, o leitor poderá acompanhar a densidade de sua produção teórica que passa pela conceitualização de um aparelho psíquico grupal, da transmissão psíquica entre as gerações, da polifonia dos sonhos, da realidade e do sofrimento psíquico nas instituições, entre outros. A problematização sobre o mal-estar contemporâneo e seus reflexos na constituição das membranas individuais, grupais e institucionais será também matéria de conversa.

Foi no decorrer dessa conversa que nos vimos tomados de assalto pelos atentados em Paris (nov. 2015). Assim, formulamos uma última questão a Kaës em que o leitor poderá encontrar uma resposta contundente que trata dos efeitos da violência mortífera naqueles que são atingidos coletivamente pelo terrorismo. Tema de seu último livro sobre as ideologias radicais.

Encontramos em René Kaës um interlocutor generoso que, mesmo na comunicação via e-mail, abraçou nossas questões calorosamente.

PERCURSO Gostaríamos que o senhor nos contasse sobre o seu percurso intelectual e como se direcionou para a psicanálise.

RENÉ KAËS Comecei meus estudos de psicologia na Universidade de Estrasburgo em 1955. Meu professor era Didier Anzieu, que ensinava psicologia geral, psicopatologia e psicologia social, principalmente a de grupos de orientação lewiniana e o psicodrama moreniano. Mas, nessa época, ele começava a esboçar o que poderia ser uma abordagem psicanalítica do grupo e do psicodrama. Essa abertura me interessava particularmente. Durante esse período, eu também acompanhava os cursos de filosofia de Paul Ricoeur e os de um sociólogo que se interessava de perto pelas utopias, Georges Duveau. Mais tarde, me inscrevi numa licenciatura em sociologia. Devo muito a essa formação multidisciplinar. Posteriormente, obtive um diploma de estudos superiores em psicologia e um diploma de estudos superiores especializados em

psicopatologia.

Comecei minha carreira universitária na Universidade de Estrasburgo, onde, em 1958, fui contratado como assistente no *Institut National du Travail*, que acabara de ser fundado pelo professor Marcel David. Esse Instituto, que fazia parte da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, foi criado para assegurar a formação universitária para os cargos superiores nos sindicatos de operários. Tinha também uma missão de pesquisa. Eu dava aulas de psicologia social e era encarregado de uma pesquisa, a longo prazo, sobre as representações da cultura, da escola e do lazer junto aos operários franceses. A partir desses trabalhos, defendi minha tese em psicologia sob a orientação conjunta de Serge Moscovici (que na época trabalhava sobre as representações sociais) e Didier Anzieu (que me introduziu na psicologia grupal, e através de quem eu adquiria a exigência de um debate entre a abordagem psicossociológica do grupo e as hipóteses nascentes sobre a psicanálise grupal). Nessa época, retornei à psicologia e à psicopatologia clínica. Saí do *Institut du Travail*, em 1963, para ocupar um cargo na psicologia na Universidade de Aix en Provence e fundar ali o Laboratório de Psicologia e Psicopatologia Clínicas.

Comecei então uma análise, por razões evidentemente pessoais, mas também intelectuais. Reunia-me com Didier Anzieu, que acabara de fundar o *Cercle d'Etudes Françaises pour la Formation et la Recherche: Approche Psychanalytique du Groupe, du Psychodrame, de l'Institution (-ceffrap)*. Desenvolvi com Anzieu, em 1965 e 1966, um dispositivo de trabalho psicanalítico grupal e comecei a organizar minhas pesquisas sobre o que viria a ser o modelo teórico-prático do aparelho psíquico grupal.

Redigi minha tese de doutorado em Letras e Ciências Humanas sobre esse modelo, que incluía estudos sobre as representações do grupo como objeto de investimentos pulsionais e de representações inconscientes (eu testava uma ideia de J.B. Pontalis), a noção de grupos internos, o conceito de aparelhagem psíquica entre os organizadores inconscientes do grupo nos integrantes de um grupo (os grupos internos) e a construção de realidade psíquica própria ao grupo, os conceitos de posições ideológica, utópica e mitopoiética. O que se tornaria a descoberta da existência de três espaços psíquicos nos conjuntos plurissubjetivos data dessa época, ou seja, do final dos anos 1960.

Saí da Universidade de Provence e fui para a de Lyon em 1981, onde prossegui minhas pesquisas, orientando-as na direção dos processos de transmissão da vida e da morte psíquica, a grupalidade psíquica, as funções fóricas (porta-palavra¹³⁴, porta-ideal, porta-sintoma), a polifonia do sonho e dos espaços oníricos comuns e compartilhados, o trabalho psíquico da intersubjetividade, os processos e cadeias associativas grupais, as alianças inconscientes, a realidade psíquica e o sofrimento psíquico nas instituições etc.

PERCURSO Em relação à psicanálise de grupo: o que mobilizou seu interesse por esse campo específico? Como foi o seu processo de elaboração de um pensamento clínico e teórico? Quais foram e quem são seus principais interlocutores?

KAËS Penso que meu interesse por esse campo específico está enraizado em diversas questões. Freud diz que a pesquisa é uma resposta às exigências da vida. Ele pensava na curiosidade sexual das crianças. Fomos todos um dia criança, e é preciso buscar na infância o estímulo inicial. O fato de ser o primogênito de uma fratria numerosa certamente influenciou no meu desejo de saber do que são feitas a rivalidade, a inveja e o amor no complexo fraterno. A mudança de posição do filho único, quando irmãos e irmãs vêm perturbar sua posição. O que vivenciam os pais concebendo filhos, os cuidados que lhes oferecem e os que recebem deles, os conflitos e as alianças que se estabelecem e deixam de se estabelecer. Todas essas questões estavam presentes, mas não formuladas.

Muito cedo, desde a adolescência, fiz parte de grupos, depois de associações, saindo do meu grupo familiar. E deslocava para esses grupos problemas, dos quais alguns certamente estavam ligados à minha posição no grupo familiar. Eu também podia viver experiências novas nesses grupos, que não se pode viver na família. Fiz parte de movimentos de juventude muito livres: jovem adulto, participei de movimentos de

educação popular e mais tarde me engajei de forma razoavelmente importante no movimento estudantil, no momento da guerra da Argélia (1953-1962).

Em seguida, aconteceu o encontro com a psicologia social de grupos, o início das questões que me suscitavam as instituições e os sistemas de pensamento que as sustentam: ideologias, utopias, mitos. Houve, sobretudo, meu encontro com Didier Anzieu e o que minha análise me trouxe. Minha análise pessoal e, mais tarde, minha prática da análise e do trabalho psicanalítico com os grupos me conduziram à descoberta perturbadora de que esses dois campos, nos quais se manifesta o inconsciente, estavam radicalmente separados no pensamento teórico da psicanálise, excluídos de seu campo, com frequência, e inaceitáveis nas instituições psicanalíticas.

No que diz respeito ao grupo, tal como ele era pensado e praticado, desde os primeiros usos de uma referência psicanalítica, Pichon Rivière, Foulkes, Bion e, nessa época dos anos 1960-70, com Corrao e Anzieu, a concepção do grupo como entidade global (“o grupo como totalidade é um sistema que pensa que, experimenta que...”) não me satisfazia. Eu compreendia bem que essa restrição do campo de análise permitia centrar a atenção sobre as formações e os processos da realidade psíquica inconsciente própria ao grupo: fora uma passagem necessária, um passo fundador, mas eu não aceitava que é preciso fazer desaparecer do campo de análise o sujeito singular no grupo, os laços que ele estabelece com os outros sujeitos e com o grupo como conjunto. Eis o que estimulava meu interesse pela pesquisa.

O trabalho de elaboração clínica e de construção dos conceitos é, em parte, um trabalho solitário. Mas ele só se produz nas trocas com um grupo e com um interlocutor privilegiado. Realizei muitas trocas com Anzieu e com meus colegas do CEFFRAP. Também realizei, conjuntamente e durante muitos anos, o trabalho como psicanalista nas análises individuais e o trabalho com a clínica psicanalítica de grupos.

Durante quase cinquenta anos, o grupo do CEFFRAP foi meu “laboratório”, isto é, o dispositivo de elaboração permanente da nossa implicação pessoal e coletiva nos grupos dos quais éramos encarregados. Nós sempre discutíamos a partir de nossas experiências clínicas: das dimensões transferenciais-contratransferenciais e intertransferenciais, nas quais surgiam os processos psíquicos, problemas de metodologia, de enquadre e metaenquadre, processos associativos, conceitos que utilizávamos e também aqueles que eram propostos por pessoas de fora de nosso grupo. Falávamos segundo o modelo da associação livre, particularmente quando falávamos dos sonhos que nos ocorriam durante um grupo ou, então, antes e depois de uma de nossas reuniões. Evidentemente, também tínhamos discussões organizadas, frequentemente preparadas a partir de nossas anotações. Líamos os artigos que desejávamos submeter às revistas, certos temas eram aprofundados em jornadas de estudos que organizávamos anualmente e às quais eram convidados colegas de outras orientações e outras disciplinas. Nós propúnhamos às revistas conjuntos de textos organizados. No início dos anos 1970, Anzieu e eu fundamos duas coleções na editora Dunod, uma dedicada a obras individuais (*Psychismes*, dirigida por Anzieu) e outra a obras coletivas (*Inconscient et Culture*, dirigida por mim e por Anzieu).

Didier Anzieu e o grupo do CEFFRAP foram meus principais interlocutores na pesquisa psicanalítica sobre os grupos, essencialmente e, sobretudo, no início da minha formação e das minhas atividades de pesquisa. Vários analistas que eram membros do CEFFRAP, companheiros de equipe com os quais eu efetuava trocas e que foram importantes nas minhas pesquisas: J.-B. Pontalis, A. Missenard, A. Bejarano, P. Dubuisson, B. Gibello, G. Testemale, J.-J. Baranes, C. Desvignes. Também encontrei, durante meu percurso, outros interlocutores de fora do CEFFRAP, em instituições psicanalíticas e na universidade. Na França, J.-C. Rouchy, O. Avron, M. Enriquez, N. Zaltzman, J. Guillaumin, R. Roussillon, C. Vacheret, B. Duez; em outros países, M. Bernard, J. Puget, C. Neri.

PERCURSO O senhor poderia nos contar um pouco mais sobre o CEFFRAP e sobre a importância dele em sua trajetória? Ainda no quadro do CEFFRAP, abordagem psicanalítica de grupo, do psicodrama, da instituição, como se articulam esses diferentes campos?

KAËS O CEFFRAP foi fundado, em 1962, por Didier Anzieu e alguns colegas em sua maioria psicanalistas, além de psicólogos e psicossociólogos. Ele originou-se da separação de outra associação, de orientação

psicossociológica e essencialmente centrada no método do *Training Group*, usado por Kurt Lewin no *National Training Laboratories*, nos Estados Unidos.

O projeto de Anzieu era conceber um método psicanalítico para conhecer através da experiência, compreender e colocar em prática as bases de um trabalho psicanalítico segundo um dispositivo grupal. Durante alguns anos, os dispositivos experimentados foram uma espécie de estrutura composta. Uma formação de compromisso, sem dúvida, entre as técnicas herdadas da dinâmica de grupos e das referências à metapsicologia, oriunda da análise e dos textos de psicanálise aplicada. Em 1965-66, depois de demarcar uma linha de ruptura epistemológica entre a abordagem psicossociológica e o que seria uma abordagem psicanalítica, Anzieu me convidou para pensar e realizar com ele dois grupos. Estes seriam organizados com as regras do método psicanalítico, e seus processos e formações seriam analisados e interpretados como “fenômenos de grupo”, o grupo sendo considerado como uma totalidade. Dentre os resultados dessas primeiras pesquisas, pode-se citar o conceito de ilusão grupal (Anzieu), a concepção dos quatro objetos da transferência nos grupos (A. Bejarano), os conceitos de organizador psíquico e de grupo interno e o modelo de aparelho psíquico grupal (R. Kaës).

O CEFFRAP foi, e continuou sendo durante os cinquenta anos de sua existência, um pequeno grupo com uma dúzia de membros, cuja renovação acontecia quando um de nós saía da instituição. Nós éramos, de certa maneira, um grupo que trabalhava sobre os grupos, permanecendo à escuta de seu próprio funcionamento grupal.

Anzieu enunciou o princípio desse funcionamento, dizendo que “somente um grupo pode analisar um grupo”. A fórmula significava que, para escutar os processos e formações psíquicas de um grupo, era preciso que os analistas, quer trabalhando sozinhos, em dupla ou em vários, como era o caso com os grandes grupos, estivessem sempre imersos num grupo para trabalhar de maneira permanente seu próprio espaço psíquico grupal. Era uma dupla ideia: por um lado, o funcionamento do grupo CEFFRAP produzia efeitos nos grupos dos quais éramos responsáveis, efeitos de transferência e de resistências; por outro lado, produziam-se rastros do material psíquico, depositado em cada um dos analistas, nos grupos conduzidos por eles, e esse material entrava em ressonância com nosso próprio grupo. O que era protegido, alojado, depositado em nosso próprio grupo abria vias para os afetos e representações utilizáveis na interpretação nos grupos dos quais éramos os analistas.

Eu descobria assim, concomitantemente no CEFFRAP e nos grupos que conduzíamos, que num grupo coexistem e interferem vários espaços de realidade psíquica. O grupo é o lugar da conjunção de três espaços da realidade psíquica: o do *sujeito singular*, na medida em que é inicialmente constituído como sujeito do grupo e membro de um grupo, o do *grupo* enquanto totalidade, formando uma entidade específica, e o dos *laços intersubjetivos* que nele se formam. Na realidade cotidiana, esses três espaços estão intrincados e frequentemente sua existência e suas relações escapam à nossa consciência. É apenas quando se coloca em prática um dispositivo de trabalho psicanalítico grupal apropriado que se pode distingui-los, desatá-los, analisá-los e conhecê-los em sua consistência e em suas interferências.

O psicodrama foi, desde o início, um método de trabalho psicanalítico com os grupos. Ele foi utilizado, inicialmente, em sessões centradas no psicodrama, alternadas com sessões nas quais a palavra era o principal meio de acesso às representações recalcadas e ao tornar-se consciente. Nos seminários intensivos de vários dias, tínhamos três tipos de grupos: os pequenos grupos de conversa alternados com os grupos psicodramáticos, e os grandes grupos. Nestes últimos, todos os participantes (60-70) se reuniam numa grande sessão com o conjunto dos psicanalistas que coordenavam os pequenos grupos. O psicodrama era utilizado como dispositivo de trabalho: sua característica essencial é possibilitar uma figuração dinâmica aos objetos de angústias arcaicas que paralisam o pensamento numa situação onde a perda de limites e de conteúdos do pensamento é recorrente. Além disso, a figuração através do jogo implica o corpo, e a dramatização mobiliza o trabalho do pré-consciente. Dessa forma, é possível “fazer” sem se confrontar a um *acting*, os distúrbios da simbolização são cuidados através da sutileza do jogo e da palavra, e por suas associações.

Enfim, uma vez que o psicodrama de grupo requer que o grupo seja conduzido por dois psicanalistas

psicodramatistas, um acesso à análise da intertransferência é indispensável e possível.

Como já disse, nosso próprio grupo se inscreve permanentemente na instituição CEFFRAP. Nós somos constantemente reconduzidos à nossa posição pessoal no grupo CEFFRAP e na instituição CEFFRAP, isto é, no campo do metaenquadre institucional, às funções de responsáveis pelo processo psicanalítico nos grupos que conduzimos. A imersão nesse tipo de análise levou-nos a propor intervenções em instituições em crise. E nestas, ou em componentes destas, num serviço, numa equipe cuidadora, podemos, em certas condições, utilizar o psicodrama.

PERCURSO Ao longo de sua trajetória com grupos, como o senhor vê a aceitação ou a objeção desse trabalho nos meios psicanalíticos?

KAËS Eu preciso referir essa questão a um problema mais amplo: o da extensão do campo das práticas, das acomodações do dispositivo psicanalítico e dos modelos de inteligibilidade dos processos e das formações psíquicas. A teoria psicanalítica e a metapsicologia do aparelho psíquico os descrevem. Teoria e metapsicologia foram inicialmente fundamentadas na prática da cura de adultos neuróticos, oriundos da burguesia da “*Mitteleuropa*” (Europa Central).

No livro *L’extension de la psychanalyse. Pour une métapsychologie de troisième type* (2015), escrevi que é preciso considerar a extensão das práticas da psicanálise como uma constante vital e, portanto, conflitante de sua história. A extensão dos campos práticos da psicanálise tem como consequência a transformação de seus objetos teóricos e dos modelos de inteligibilidade que ela constrói; ele também incide sobre a formação dos psicanalistas.

A extensão da psicanálise é condição de seu desenvolvimento, mas ela cria problemas, cria debates, por vezes polêmicos, pois questiona o saber estabelecido na base de seu método inaugural. Essas transformações podem desencadear angústias catastróficas quando tocam o núcleo fundador de sua identidade. Entretanto, não existe nada tão estranho nisso, todos os saberes constituídos estão expostos a essas transformações e à extensão de sua prática.

A extensão sobre a qual eu gostaria de lhes falar é de fato inédita: trata-se de uma extensão fora da cura individual. Ela tem por base dispositivos que reúnem diversos sujeitos, e um ou diversos psicanalistas, numa experiência do Inconsciente inacessível de outra maneira e num objetivo de trabalho psicanalítico do tipo terapêutico ou de formação. Esses dispositivos aplicam-se em grupos de não familiares, em casais e em famílias, ou ainda em equipes de trabalho no seio das instituições.

Concebemos que as implicações e consequências desses dispositivos afetam o pedestal epistemológico da psicanálise, seu método e sua metapsicologia. A extensão a que me refiro se distingue do dispositivo fundador, mas mantém os princípios essenciais de seu método, os questiona e os recompõe para ajustá-los a esses novos dispositivos. Portanto, estamos às voltas com um problema de envergadura.

Compreenderemos que movimentos violentos contra esse tipo de trabalho psicanalítico, portador de tantas questões, tenham produzido recusas sem debate e rejeições peremptórias. E não apenas às novas proposições, mas também às pessoas que os sustentavam. Parece-me que, a despeito das vias abertas por Freud sobre a existência de uma psique de grupo, as resistências epistemológicas apoiaram-se em resistências institucionais. O trabalho de análise de grupos e instituições de fato desvela os fundamentos inconscientes dos grupos e das instituições. A instituição psicanalítica não é uma exceção aos riscos desse desvelamento e às alianças defensivas que poupam a atualização de conflitos inaugurais do movimento psicanalítico: a identificação e a adesão a um chefe carismático, a exclusão dos rivais e dos desviantes, a submissão ao Ideal fetichizado e constrangedor, ao pensamento transformado em visão de mundo, às derivações sectárias, aos desvios incestuosos na formação e nos processos de habilitação, a constituição de inimigos exteriores para reforçar a coesão interna e servir às defesas através da clivagem etc.

Nessas condições, o *establishment* reage produzindo sólidos mecanismos de defesa. Mas também existem aberturas que, uma vez produzidas, desenvolvem uma profunda atenção ao que podem aportar a prática e a teoria psicanalíticas do grupo na escuta do paciente na cura, na análise das alianças inconscientes na cura, nas supervisões e na instituição psicanalítica, no trabalho dos seminários e grupos

de estudo. Algumas delas integram a experiência da participação num grupo no percurso da formação de psicanalistas. Outras organizam espaços de pesquisa sobre o grupo, a família e o casal na sua instituição. Uma mudança que abre e aprofunda o potencial de criação psicanalítica está em curso.

PERCURSO No livro *As teorias psicanalíticas do grupo* o senhor se refere à “invenção psicanalítica do grupo” e considera que ela testemunhou grandes rupturas da modernidade. Quais foram essas rupturas e o que caracterizou essa invenção?

KAËS Eu proponho considerar dois níveis de análise para tratar essa questão. O primeiro diz respeito às grandes rupturas constitutivas da modernidade; o segundo é mais especificamente centrado na emergência da invenção psicanalítica do grupo, neste ou naquele rumo cultural do mundo.

No que diz respeito ao primeiro ponto, penso que é preciso recolocar o interesse pelo grupo e pela instituição no contexto das grandes transformações que sobrevieram nas sociedades modernas, entre as duas grandes guerras mundiais. As sociedades foram então confrontadas a revoluções técnicas de grande envergadura, às contínuas migrações do campo para as cidades, ao aumento da urbanização e da industrialização. O efeito disso foram transformações, por vezes brutais, nos metaenquadres da vida social e da vida psíquica. Elas se traduzem por um deslocamento dos laços intersubjetivos, familiares e sociais, desorientações em relação ao enquadre da vida cotidiana. É nesse contexto, de grandes transtornos da modernidade, que começa a invenção psicanalítica do grupo. As circunstâncias são diversas, segundo as sociedades e as culturas.

Na América Latina, por exemplo, a iniciativa de Pichon-Rivière nasce na urgência de renovar as modalidades de cuidado em hospitais psiquiátricos ultrapassados, inadaptados à sua tarefa. Uma característica da modernidade será começar a conceber a instituição como portadora de uma potência terapêutica e a considerar o doente mental, e todo ser sofredor de transtornos psíquicos, como pessoas que precisam ser cuidados pela sociedade. Essa corrente encontra no pensamento de etnólogos, filósofos e sociólogos, mas também de psiquiatras e psicanalistas, pontos de apoios para restituir à instituição hospitalar sua função cuidadora, principalmente através dos laços entre os cuidadores e entre os cuidadores e os pacientes. Esses esboços só tomarão forma, em sua maioria, após a segunda guerra mundial.

Mas, por que o grupo nessas condições? E, mais precisamente, por que o grupo na instituição psiquiátrica?

Dentre as novas concepções do grupo e da instituição, várias delas surgiram nos Estados Unidos – jovens psicossociólogos, dos quais alguns emigraram da Alemanha nazista para a América do Norte e eram formados na Escola de Frankfurt, onde o pensamento estrutural tornou-se uma referência dominante. As pesquisas de Kurt Lewin influenciaram o pensamento de Pichon-Rivière, assim como a teoria sistêmica e as pesquisas de antropologia cultural. Bleger formou-se no pensamento do materialismo dialético.

A Segunda Guerra Mundial e os grandes sismos culturais que a precederam e que ela estenderá conduziram psiquiatras e alguns psicanalistas a tratar em urgência os soldados e os oficiais traumatizados de guerra. É a partir desse contexto que Bion começa em Londres suas “pesquisas sobre os pequenos grupos”. S.H. Foulkes chegará, através de outro movimento, a conclusões convergentes sobre esse ponto: o dispositivo grupal permite tratar sofrimentos oriundos de transtornos psicóticos, onde o campo transferencial-contratransferencial, no dispositivo da cura, está saturado, dada a violência dos afetos e a intensidade das cargas econômicas (arcaicas) da transferência sobre o analista. O grupo será pensado como uma totalidade e como o lugar onde se desenvolve e se manifesta uma realidade psíquica inconsciente específica.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a prática grupal instaurada por psicanalistas terá outra fonte de determinação: na França, a implementação do Seguro Social conduzirá os psicanalistas a permitirem o acesso ao cuidado ao máximo de pessoas reunidas num dispositivo de grupo, no intuito de realizar várias psicoterapias individuais.

Observa-se, a partir desses exemplos, que o contexto social e cultural da invenção psicanalítica

grupal influiu a orientação metodológica e os modelos teóricos grupais. As iniciativas de E. Pichon-Rivière e de J. Bleger, na Argentina, se inscrevem no contexto de uma sociedade fundamentalmente constituída por imigrantes europeus, para os quais os laços grupais são particularmente importantes por serem espaços de encontro, de identificação e de manutenção das singularidades culturais. E as tentativas de constituir uma nação são particularmente importantes nesse país, assim como em outros na América Latina. Os trabalhos de Pichon-Rivière e Bleger encontram rapidamente um lugar na jovem Sociedade de Psicanálise (A.P.A.) que eles ajudam a criar, uma Sociedade aberta às extensões do campo de aplicação da psicanálise. Existirão evidentemente controvérsias e debates, mas a iniciativa deles não será fundamentalmente rejeitada.

Algo diferente aconteceu na Europa. Melanie Klein intimou Bion a abandonar sua prática de grupo, se quisesse tornar-se psicanalista. Na França, o contexto de cisões que sobreveio nas sociedades psicanalíticas na virada dos anos será também o momento da emergência de uma abordagem psicanalítica grupal. Algumas sociedades se opõem frontalmente a essa abordagem, e a maior parte delas a ignorará, ainda que estejam vivendo uma experiência de crise e de cisão em suas instituições, e que os “efeitos grupais” se manifestem com violência e paixão. Dentre os psicanalistas implicados diretamente nessas cisões, vários deles fundarão associações para conhecer, na prática, os processos psíquicos que se formam eletivamente nos grupos, descobrindo assim o que Freud nomeava por “psique de grupo”. É nesse contexto que Anzieu fundará o CEFFRAP, em 1962.

PERCURSO No livro *A palavra e o vínculo*, o senhor desenvolve o conceito de cadeia associativa grupal. Qual a importância desse conceito na construção de um dispositivo clínico psicanalítico de grupo?

KAËS Eu propus o conceito de *aparelho psíquico grupal* para dar conta do processo de aparelhagem dos espaços psíquicos de sujeitos que constituem um grupo e que forma, por esse meio, os três espaços que interferem num grupo.

O processo de aparelhagem psíquica grupal tem por efeito a criação de continente e conteúdo psíquicos originais, apoiados sobre certas estruturas organizadoras da psique individual, estruturas que eu denominei *grupos internos*: esses grupos internos (fantasmas originários, imagem do corpo, imagos, rede de identificações, complexos edípicos e fraternos, estruturas das instâncias) cumprem uma função de organizadores da aparelhagem. Desse ponto de vista, o aparelho psíquico é, primeiro, um aparelho construído para produzir, conter, ligar, transformar e tratar a realidade própria do grupo; segundo, um aparelho de formação, de transformação e de ligação da realidade psíquica nos sujeitos que constituem o grupo.

Esse modelo foi generalizado e ganhou especificidade ao ser aplicado a outras configurações de laço: casal, família, equipe de trabalho, instituição.

Pode-se considerar o interesse clínico desse conceito: ele permite observar como a realidade psíquica se constrói conjuntamente no grupo, em cada sujeito no grupo e nos laços intersubjetivos que se estabelecem entre eles. Por exemplo, o grupo se organiza de modo que os espaços psíquicos coincidam: os sujeitos não diferenciam seu próprio espaço e o do grupo. A aparelhagem se estabelece de maneira metonímica ou *isomórfica*: tudo o que é vivido no grupo é vivido como idêntico ao que sobrevém no espaço interno, os dois espaços coincidem, um mesmo envelope os contém, como em grupos psicóticos ou funcionando de um modo psicótico. Um outro modo de aparelhagem, que chamei de homomórfico, se organiza sobre a diferenciação e a distinção entre os espaços da realidade psíquica. A partir daí, pode-se interrogar o tipo de identificação ou de aliança inconsciente predominante em cada um desses dois modos de aparelhagem. Clinicamente, estaremos atentos à função de organizador dos grupos internos. Efetuei uma análise clínica aprofundada desse funcionamento em uma obra¹³⁵.

O acesso a esse funcionamento da realidade psíquica inconsciente se faz no campo transferencial-contratransferencial, na escuta dos movimentos que aí se produzem e na escuta da dupla cadeia

associativa.

Proponho distinguir o processo associativo e a cadeia associativa correspondente de cada sujeito no grupo, o processo associativo que se desenvolve no grupo e a cadeia associativa grupal resultante. Os dois processos e os dois tipos de cadeia são interdependentes e interferentes, cada um tem sua especificidade. É através delas, e na transferência, que advêm os significantes que emanam do inconsciente e fabricam a consistência psíquica de cada espaço. Dou muita importância, e meu ponto de vista difere do de Pichon-Rivière (*porta-voz*), à função de porta-voz (*porte-parole*), insistindo sobre o que conduz o sujeito a ocupar essa função, assim como sua função na tópica, na economia e na dinâmica do grupo.

PERCURSO Levando em consideração as psicopatologias que ganham predominância no mundo contemporâneo, ou seja, as perturbações da continuidade e das fronteiras do si mesmo, que carecem das funções intermediárias, como o senhor tem observado o uso que esses pacientes fazem dos grupos terapêuticos? Essas patologias requerem a criação de novos dispositivos específicos para seu atendimento?

KAËS Para responder à questão de vocês, falarei primeiramente sobre os grupos conduzidos por psicanalistas formados no trabalho de análise e de psicoterapia de grupo. Para cumprir esse trabalho, é preciso adquirir uma representação dos processos e das formações psíquicas que são mobilizados no dispositivo grupal. Trata-se de uma representação muito complexa, pois o grupo nos confronta a pelo menos três espaços de realidade psíquica: o do grupo enquanto conjunto, o dos laços intersubjetivos no grupo e o do sujeito no grupo. Não posso desenvolver mais do que isso aqui, sou obrigado a me dirigir ao que me parece essencial.

Os psicanalistas que trabalham com um dispositivo de grupo colocam em funcionamento os principais elementos do método psicanalítico: eles definem um setting do qual são os responsáveis ao enunciarem a regra fundamental. Assim eles estabelecem uma função de enquadre, um campo transferencial-contratransferencial e processos associativos que se organizarão em uma dupla cadeia associativa, a de cada sujeito no grupo e a do grupo enquanto conjunto.

A tripla atenção dada à psique do grupo, aos laços entre os membros do grupo, a cada sujeito no grupo, e a partir daí às interferências e às ressonâncias entre esses três espaços permite o acesso ao conhecimento das formas, dos conteúdos e dos processos da realidade psíquica inconsciente que se desenvolvem nos grupos. Pode-se então pensar que, desse ponto de vista, a experiência psíquica do grupo, no grupo, é essencialmente os movimentos das pulsões, dos desejos, dos afetos, dos fantasmas e dos mecanismos de defesa que emergem no contato do inconsciente de outro e de mais do que um outro. É sobre essa base que, do meu lado, concebi a eficácia do modelo de aparelho psíquico grupal, a importância das alianças inconscientes, assim como das funções fóricas, da grupalidade psíquica etc.

Retomando a questão de vocês, as psicopatologias que predominam no mundo contemporâneo, as perturbações da continuidade e das fronteiras de Si onde as funções intermediárias são falhas, eu as concebo a partir do que emerge na clínica dos conjuntos plurisubjetivos, nos grupos e nas instituições, essa é a base principal da minha experiência com a cura individual.

São psicopatologias dos limites e vocês têm razão ao falarem em *fronteiras* entre os espaços de dentro – de fora. Essas patologias repousam sobre falhas nos envelopes individuais e grupais, segundo o conceito proposto por Didier Anzieu. São patologias que se manifestam no fracasso das alianças inconscientes estruturantes: as sintonizações primárias, o contrato narcísico, o pacto com a função paterna e a aliança dos irmãos, o pacto de renúncia mútua da realização dos objetivos pulsionais destrutivos, portanto a capacidade de simbolizar e de integrar o trabalho de cultura (Freud: *die Kulturarbeit*). Essas patologias dependem em parte de sua dupla origem, individuais, idiossincrática e social. Por exemplo, na falta ou ausência de garantidores das alianças estruturantes, ou na evanescência de “responsáveis” pelas necessidades e questões da criança, do adolescente e do adulto em relação às questões relevantes de seu desenvolvimento psíquico, à sua necessidade de saber e à sua segurança de base.

Penso que essas patologias suscitarão a criação de novos dispositivos de tratamento. Foi nesse

contexto que nasceram as psicoterapias dos conjuntos plurissubjetivos. Algumas são organizadas em torno da palavra e somente dela; outras recorreram ao psicodrama psicanalítico; outras, a dispositivos de mediação.

Os pacientes que se beneficiam de um trabalho psíquico num dispositivo de grupo terapêutico experimentam um enquadre assegurador para abordar, com outros, o que faltou ou o que se organizou de uma tal maneira que um intenso sofrimento psíquico os impediu de estabelecer laços com outrem, de amar, trabalhar e jogar. Eles estão num dispositivo em que experimentam a formação e o uso de seus sintomas e podem estabelecer novas ligações entre seu mundo interno e o dos outros, do grupo, do casal, da família. Eles se “reaparelham” sobre novas bases. Eles encontram representações e afetos aos quais não tinham acesso, que lhes chegam pelas transferências e através da cadeia associativa grupal. Esse acesso sustenta seu trabalho de pensamento.

PERCURSO O senhor confere grande importância à transmissão psíquica entre as gerações. Em algumas famílias, esta seria responsável por lacunas representacionais importantes em seus membros. Como o senhor observa isso na clínica? De que forma as terapias de família poderiam transformar essas lacunas?

KAËS Sim, pois, na evolução das pesquisas psicanalíticas sobre o geracional, as transformações dos dispositivos da psicanálise tiveram um papel considerável, devido às novas patologias das psicoses, aos estados limite, aos transtornos narcísicos, à simbolização primária. Novos conceitos teóricos precisaram ser construídos para dar conta e, para além desses conceitos, se perfilam questões mais amplas.

Penso que o desenvolvimento das pesquisas sobre a transmissão psíquica a partir de novos dispositivos psicanalíticos implica um novo modelo de inteligibilidade da formação dos aparelhos psíquicos e de sua articulação entre os sujeitos do inconsciente. Essas pesquisas criticam as concepções estritamente intradeterministas das formações do aparelho psíquico e as representações solipsistas do sujeito. Elas nos encorajam, ao contrário, a integrar no campo da psicanálise todas as decorrências teórico-metodológicas que derivam de se levar em conta a *exigência de trabalho psíquico que impõe à psique sua inscrição no geracional e na intersubjetividade*.

Em minhas pesquisas, trabalhei principalmente sobre dois processos da transmissão da vida psíquica entre gerações: as identificações e as alianças inconscientes.

A identificação ao objeto do desejo e ao fantasma inconsciente do outro é uma passagem obrigatória para ocupar um lugar nos laços entre gerações. As identificações são matéria-prima do laço. Elas se organizam numa grande diversidade de formas. Maria Torok e Nicolas Abraham evidenciaram a necessidade de metabolizar a perda para que o processo de introjeção se conclua: quando esse processo malogra, a desmetaforização e a objetivação petrificam o objeto muito perto da coisa corporal e impedem o reconhecimento da experiência subjetiva da perda. A introjeção é substituída pelo mecanismo alucinatório da incorporação que “realiza” no corpo ou petrifica na subjetividade o que não pode ser elaborado psiquicamente.

A transmissão psíquica entre as gerações e entre os membros de um grupo se efetua através de alianças inconscientes. É o segundo processo que gostaria de evidenciar. Para construir o conceito de alianças inconscientes, tomei por base o pacto denegativo. Entendo por isso as diversas operações (recalque, denegação, recusa, repúdio, negação ou enquistamento) que, em todo laço intersubjetivo, são solicitadas ao sujeito para que este possa se constituir e se manter. Tal acordo inconsciente sobre o inconsciente é imposto ou concluído mutuamente para que o laço se organize e se mantenha em sua complementariedade de interesses, para que se assegure a continuidade dos investimentos e dos benefícios ligados à subsistência da função dos Ideais, do contrato ou do pacto narcísista. Cada laço se organiza assim *positivamente* sobre investimentos mútuos, sobre identificações comuns, sobre uma comunidade de ideais e de crenças, sobre modalidades toleráveis de realização de desejos. Cada laço e cada conjunto se organiza também *negativamente* sobre uma comunidade de renúncias e de sacrifícios, sobre apagamentos, recusas e recalques, sobre um “deixar de lado” e sobre restos.

Vou dar um exemplo. Mostramos, com D. Anzieu e A. Missenard, que, num grupo conduzido por

diversos analistas, o que está recalcado ou negado nestes últimos se transmite e se representa no grupo de participantes e o organiza simetricamente. Aqui se verifica que o que se mantém denegado ou recalcado pelos analistas e forma a base de sua aliança inconsciente funciona como o recalque originário dos participantes em situação de grupo. Penso que se abrem então perspectivas sobre a formação e a transmissão do originário e dos significantes enigmáticos (ou arcaicos).

O conceito de transmissão é pertinente quando é preciso compreender a realidade psíquica que se transporta, se desloca ou se transfere de um sujeito a outro, entre eles ou através deles, ou nos laços de um conjunto; que o material psíquico transmitido se transforma ou se mantém idêntico nessa passagem.

Distingui duas modalidades principais de transmissão psíquica. Uma primeira modalidade descreve o processo e os conteúdos da transmissão psíquica considerada como passagem direta de formações psíquicas de um sujeito a um outro, sem operação de transformação dos processos ou dos conteúdos transmitidos. As pesquisas de N. Abraham e M. Torok sobre o luto, a incorporação, a cripta e o fantasma tiveram um papel decisivo na renovação das perspectivas dessa pesquisa. Destacou-se então a deficiência do simbólico e da introjeção no processo da transmissão, e a prevalência dos incorporados. Entretanto, as interferências entre os espaços psíquicos – por exemplo, o que foi nomeado como interfantasmática ou intersubjetividade – não abolem as determinações intrapsíquicas: as projetam num espaço mais complexo.

Aprendi a partir de diversas curas individuais, como quando se produz em várias gerações uma sucessão de morte de crianças e de lutos não realizados, que alguns de nossos pacientes ficam “impedidos” de fazer o luto, e como esse impedimento, excluindo-os da elaboração, sustenta neles uma compulsão suicida até a terceira geração. Esses lutos impossíveis são frequentemente associados à depressão materna e à ausência do pai, daí o lugar importante, invasivo, cruel e endividante, que, ao lado da imago da mãe morta, adquire a imago do irmão morto. Nos lutos difíceis ou patológicos da criança, o impacto de lutos permanecidos impossíveis pela geração precedente fixa, na repetição do retorno do morto, a relação a um duplo não enterrado. Introduzi a noção de fantasma de transmissão para especificar uma segunda modalidade da transmissão que legitima as transformações infletidas pela vida fantasmática na relação com os objetos e os processos da transmissão.

Penso ser necessário destacar a construção, pelos sujeitos, da transmissão de cenas e cenários inconscientes nos quais se representam os objetos, os processos e os sujeitos da transmissão. Essa atividade fantasmática está diretamente relacionada com a representação da origem da vida psíquica e, conjuntamente, com a da origem do sujeito na cena sexual das origens. Pode-se pensar que tais cenários estão, também, no coração da vida intersubjetiva.

Essas distinções fazem a diferença entre a transmissão-repetição e a transmissão *transicional*. No primeiro caso, a transmissão é direta, passa sem transformação de um sujeito para um outro ou a mais do que um outro. A transmissão-repetição pode ser qualificada de *traumática* porque, não transformada, está fadada à repetição do mesmo através das gerações ou entre contemporâneos. A repetição do mesmo é a dos objetos psíquicos que não passaram pela função simbolizante do pré-consciente na geração precedente. De maneira mais geral, eu adiantaria que a patologia da transmissão poderia ser definida pelos transtornos do pré-consciente ou pelos defeitos de constituição do pré-consciente, ou seja, pelos transtornos que Freud nomeia *der Apparat zu deuten*, ou seja, “o aparelho de significar/interpretar”.

No segundo caso, o jogo de transicionalidade torna possível um trabalho do Eu onde os elementos da história do sujeito, elementos que recebe sem saber, são reinventados, reencontrados e criados por ele. É por poder se constituir como sujeito que ele se torna o pensador e que ele pode compartilhar o que foi transmitido e as representações de transmissão.

Retornemos à última questão de vocês: a psicoterapia de família psicanalítica tem por objetivo tratar o que está em sofrimento no laço geracional. A maioria das patologias familiares tem sua origem nas dificuldades graves em formar as condições do “melhor dos recalques”, em assegurar a individuação de seus membros, colocar em funcionamento um sistema narcísico trófico, capaz de sustentar a continuidade das ligações intrapsíquicas e dos laços intersubjetivos. Daí a importância da problemática intergeracional familiar, do incestuoso (P.-C. Racamier), dos segredos familiares (S. Tisseron), dos objetos brutos (E.

Granjon), e das falhas narcísicas graves (A. Eiguier).

PERCURSO Alguns de nós trabalham em uma instituição (de base psicanalítica) para tratamento de jovens e adultos psicóticos. Os pacientes participam de quatro grupos semanais com três horas de duração. Recentemente, nos surpreendemos com a produção de uma sequência de sonhos ao longo de alguns meses. Sonhos esses sonhados por alguns integrantes do grupo, mas principalmente por um deles. Levando em consideração a teorização desenvolvida em seu livro *A polifonia dos sonhos*, algumas questões nos surgiram: Como pensar essa produção onírica em psiquismos em que o recalçamento, a princípio, não teria se estabelecido? Os sonhos de um sujeito singular no grupo são também os sonhos do grupo para os sujeitos singulares? Como isso se daria? A construção onírica dentro do grupo facilitaria a reconstituição do tecido representacional e da capacidade simbólica do sujeito singular? A experiência grupal foi a condição para que essa cadeia de sonhos se produzisse?

KAËS Para tentar pensar essa produção onírica nos psiquismos onde o recalque não estaria estabelecido, seria preciso compreender duas coisas, a partir da clínica: como acontecem esses sonhos no processo psíquico do sonhador que sonhou a maioria dos sonhos e como eles se produzem no curso do processo grupal. Quero apenas lembrar que a questão da relação entre o sonho e a psicose foi tratada de várias maneiras, por exemplo, pelos psiquiatras do século XIX e ainda pelos do século XX, depois por Freud, quando ele escreve que o sonho é uma psicose de curta duração, portanto reversível. Nesse caso, que não é o da alucinação psicótica e nem o do delírio, o Eu do sonhador efetua o trabalho de transformação que investe e integra a percepção no mundo interno. S. Resnik, em *La mise en scène du rêve*, pensa que o psicótico encena sua própria “verdade delirante” com os personagens do seu sonho.

A questão que vocês colocam situa o sonho em relação ao delírio e à alucinação. H. Ey sustentou constantemente a necessidade de o psicótico contar seu delírio. Uma vez que o delírio não é dirigido a um outro, o sonho permite encenar o delírio e efetuar uma narrativa que, na transferência, está endereçada. A propósito de um de seus pacientes psicóticos, um de meus colegas, O. Douville, propõe a ideia de que o sonho é um delírio endereçado a alguém. Ele diz que o psicótico pode sonhar quando pode suportar ser escutado. É provavelmente o que acontece com esse sonhador.

Eu não posso responder à questão de saber se os sonhos do sujeito singular no grupo são também sonhos do grupo para os sujeitos singulares. Seria preciso partir da clínica dos sonhos desse sonhador “porta-sonhos”, dos sonhos que ele fez e dos quais ele faz uma narrativa; seria preciso também ter acesso ao que nessa sequência de sonhos está ancorado na realidade psíquica do grupo. Não tenho esses elementos. O que, entretanto, pode-se supor, é que os sonhos se formam e se “comunicam” nos grupos quando os laços não são mais persecutórios, intrusivos, invasivos, e quando a percepção do entorno real começa a se diferenciar da percepção do espaço interno e de seus objetos. Dito de outra maneira, quando as representações de coisa se tornam possíveis. Pode-se dizer também, seguindo o pensamento de Bion, que os elementos beta encontram continente de transformação, ou seja, quando os conteúdos não são mais destruídos. E, claro, quando os sonhos são endereçados.

Nessas condições, estou de acordo com vocês no pensamento de que, de fato, a produção onírica no grupo favorece a constituição do tecido representacional e o acesso a formas primárias de simbolização nos sujeitos.

Não penso que a experiência grupal tenha sido a condição de produção dessa série de sonhos. Um trabalho desses também pode se realizar num dispositivo de trabalho psicanalítico onde se encontram um analisando e um psicanalista. Não obstante, penso que o grupo é um dispositivo particularmente eficaz para possibilitar esse advento do sonho à medida que, dada sua morfologia, o grupo é composto por partes destacáveis e unificáveis e porque, isso posto, ele é composto por diversos espaços psíquicos capazes de serem depositários de objetos parciais ou fragmentados. Essa especificidade morfológica do grupo, com suas implicações sobre os espaços psíquicos, constitui uma potencialidade original na economia das transferências, nas atualizações dos mecanismos de defesa de clivagem e na experiência que os outros, e mais do que um outro, sejam capazes, ou não, de receber fragmentos de objetos psíquicos, de

contê-los e de transformá-los graças ao processo associativo. Isso pressupõe que o analista (ou os analistas) tenha à sua disposição uma representação dos processos que atravessam o campo transferencial-contratransferencial.

PERCURSO Em seu texto *Rupturas catastróficas e trabalho da memória. Notas para uma investigação*, o senhor aborda os fenômenos das catástrofes sociais e seu desdobramento em catástrofes psíquicas nas quais ocorreria uma desintegração do enquadre metapsíquico. Como podemos identificar as rupturas catastróficas? As ditaduras e o problema dos refugiados seriam exemplos delas? Qual a importância do trabalho com a memória na elaboração desses eventos? O trabalho em grupo é especialmente indicado?

KAËS O texto ao qual vocês se referem é um capítulo de uma obra coletiva que dirigi com Janine Puget, sobre a violência de Estado e a psicanálise. Tratava-se de reunir trabalhos de colegas que viveram na Argentina e no Uruguai os efeitos patógenos da ditadura, tal como se manifestaram na análise. Eu tive a oportunidade de trabalhar com a técnica de psicodrama de grupo, organizada para elaborar traumatismos coletivos, principalmente aqueles oriundos da violência de Estado, dos genocídios e da guerra civil.

Uma das questões à qual fui confrontado era caracterizar a especificidade psíquica dos traumas provocados pela violência coletiva. Esses traumas não têm nada a ver, em sua gênese, com os traumas psicogênicos ou aqueles sofridos por um sujeito pelo efeito da violência de outro sujeito. Não podemos assimilar no mesmo conceito violências que assolam uma periferia vulnerável, um atentado terrorista, a violência organizada pelo Estado sobre seus cidadãos e um genocídio. São certamente violências “coletivas”, mas essa noção é muito nebulosa, tal como aquela da violência de massa.

A violência de Estado situa-se no ponto de intersecção de dois desastres: o do Estado de direito e o do sujeito confrontado a incorporar à força uma ruptura traumática, cuja gênese pertence a uma ordem distinta desta da determinação intrapsíquica – a ordem da política.

Nessa situação, o psicanalista é convocado aos possíveis impasses de sua função quando encontra sujeitos traumatizados pela violência de Estado. Os efeitos da violência de Estado, a tortura e o assassinato, as recusas coletivas e a violência arcaica que eles selam confrontam o psicanalista aos confins do real e do fantasmático. Como pensar e tratar, de maneira psicanalítica, os problemas psíquicos cuja origem se situa na violência de origem social quando, como escreve Claude Janin, “o espaço psíquico e o espaço externo comunicam-se de tal maneira que o aparelho psíquico não pode mais cumprir seu papel de continente do mundo interno: há uma sideração psíquica que invalida, geradora de uma perda do sentido de realidade”.

Eu insisto neste ponto: tratar os traumas resultantes das catástrofes sociais oferecendo-lhes uma causalidade puramente psíquica seria espoliar novamente o sujeito da sua relação histórica e real com o acontecimento. As violências, e especialmente as torturas, o ejetam da condição humana comum, elas não o identificam mais como um ser humano dotado de subjetividade e história, elas reduzem o sujeito ao status de um indivíduo anônimo, intercambiável, um dentre uma massa a ser dizimada.

Trata-se então, para este sujeito e para o psicanalista que o escuta, de situar a experiência traumática no espaço e no tempo social e político, restituir-lhe a seu contexto, na tentativa de significá-la ao mesmo tempo na sua história e na História. No caso de um trauma provocado pela violência de Estado, o impacto singular do trauma se potencializa com a carga de ruptura própria ao trauma coletivo: *ele é também uma ruptura num espaço psíquico comum e compartilhado*.

A partir daí, pode-se definir o que é uma catástrofe social. A experiência de desmoronamento é central: o que desmorona é o laço no espaço interno, e entre este e o espaço psíquico comum e compartilhado, o que eu chamo de espaço comum da humanidade.

A noção winnicotiana de *breakdown* descreve bem o desmoronamento de estruturas inteiras da organização psíquica: um desfalecimento súbito de uma função ou de um processo, uma zona de destruição no corpo, uma desorganização dos laços e das comunicações, uma ruptura na capacidade de pensar, uma perda de controle, um desligamento dos mecanismos de defesa. As vivências correlatas de angústia pura e de pânico, de desmantelamento e de medo da loucura e da morte que caracterizam a experiência psicótica

estão igualmente presentes nas experiências traumáticas coletivas suscitadas pelas guerras e pela violência de Estado. Mas estas não são assimiláveis a “algo que aconteceu, mas que não pôde ser experimentado”. A não integração é o efeito do que precisamente ainda não aconteceu. É por isso que os sujeitos não podem elaborar esse trauma, transformá-lo e apropriar-se dele subjetivamente nas mesmas condições que o sujeito que o recebe no curso de sua história comum.

O trabalho da memória encontra-se diretamente afetado. Nas catástrofes sociais, a violência do trauma tem outra causa. Ela está ligada à ausência de nomeação e de reconhecimento da catástrofe em si. Essa violência do não reconhecimento da violência é destrutiva e autodestrutiva por ser uma resposta à ausência de resposta, à incapacidade de reconhecer e de nomear a violência, à ausência de palavra que dá sentido ou razão ao dano sofrido, a esse exílio de si para fora da humanidade comum. O abandono, a experiência de estar sem socorro e sem recurso, corresponde ao que Freud nomeia *Hiflosigkeit*.

Na língua alemã, *Hiflosigkeit* designa um estado, este do sujeito desprovido de ajuda ou de socorro, o que implica uma experiência de fraqueza e de miséria, um sentimento de desrazão, de abandono e de abandono frente à impossibilidade de ultrapassar o problema sozinho. Esses estados tornam necessário um pedido de ajuda. Um pedido a um outro, frente a uma ameaça vital. Encontramo-nos na articulação entre os espaços psíquicos subjetivos, intersubjetivos e coletivos. Esse pedido de ajuda dirige-se a um responsável que não pode ser encontrado.

Sim, as ditaduras, os atentados em massa, as migrações em massa e o problema dos refugiados são exemplos de catástrofes sociais.

Vocês me pedem para precisar a importância do trabalho de memória na elaboração desses acontecimentos, isto é, “do que aconteceu”. O trabalho de memória, é preciso lembrar, é um trabalho psíquico. Ele transforma a experiência traumática, reestabelecendo os laços entre o que foi colocado para fora do tempo e da palavra, entre os afetos e as representações. Ele se estabelece quando o que foi recalcado ou clivado ou rejeitado pode, sem prejuízo para o sujeito, ser retomado no *après-coup*, ou seja, num reconhecimento dos acontecimentos e na sua ressignificação. Mas esse trabalho não pode ser feito sem a ajuda de um outro, de mais do que um outro, de um coletivo. Por quê? Porque “isso” que aconteceu na psique aconteceu a partir de um coletivo. E esse coletivo também precisa ser identificado para que a questão da causa “disso” não fique escondida na solidão e na culpabilidade do sujeito.

É por isso que o trabalho em grupo é particularmente indicado. Porque o grupo, através das identificações e dos relatos que põe em jogo, oferece uma variedade de versões “disso” que aconteceu a cada um segundo sua singularidade, distintamente, mas no espaço da humanidade comum. Os enunciados até então indisponíveis para um sujeito tornam-se apropriáveis graças às propriedades do trabalho associativo grupal, graças às emoções e às representações inconscientes que se encontram reativadas e tornam-se pensáveis.

PERCURSO Considerando os atentados que ocorreram em Paris no decorrer de 2015, gostaríamos de saber o que o senhor pensa sobre o terror e a ideologia que o sustenta, assim como suas repercussões no psiquismo dos sujeitos.

KAËS Os atentados que abalaram a França em janeiro e novembro de 2015 são ataques destrutivos, mortíferos, contra a liberdade de pensamento, contra a comunidade judaica, contra os jovens e a música e, finalmente, contra a vida e os valores das sociedades fundadas sobre a diferença e a alteridade. Dentre as nações visadas pelo terrorismo do Estado Islâmico (E.I.), assim como pela Al Qaeda e suas filiais, a França representa, pela sua história e por suas posições políticas, tudo o que as organizações terroristas radicais odeiam. Mas outras nações também são, por essas e outras razões, alvo de suas ações.

Eu acabo de entregar ao meu editor um livro sobre uma aproximação/compreensão psicanalítica das ideologias e principalmente das ideologias radicais.

As ideologias radicais legitimam a violência destrutiva da vida humana, a violência do ato associado à ideia toda poderosa, ao Ideal tirânico, ao Ídolo inatingível: essas são três características que reconheço em todos os sistemas ideológicos. Eles geram uma violência organizada, sistemática, cujos objetivos são

diversos, mas que tem em comum a constância desses traços.

Nas ideologias radicais afirma-se a necessidade de destruir o mundo antigo para originar um outro, mais justo, mais puro, no qual o Ideal, o Ídolo e a Ideia onipotente terão o pé no real. Os ideólogos radicais destroem os homens que, segundo eles, pervertem o mundo, reduzem a migalhas os monumentos e as instituições das culturas que os precederam. A ideologia radical faz da violência destrutiva sua lei e sua justificativa.

Quando o Estado Islâmico massacra os sírios e explode o templo de Baal, em Palmira, assim como outros monumentos antigos em excelente estado de conservação, ele destrói o que é anterior ao Islã, o que lhe é estrangeiro, e que conseqüentemente cria obstáculos a seu projeto de supremacia. Vocês se lembram que alguns anos atrás, em 2001, o regime dos talibãs pulverizou os Budas gigantes de Bamiyan, esculpido 1500 anos antes e julgados “anti-islâmicos”. O mesmo em Tombuctu. Mas não devemos esquecer que aconteceu a mesma coisa nas Guerras Santas que devastaram a Europa nos séculos 16 e 17. Aconteceu o mesmo no tempo da Revolução Francesa com a mutilação de abadias e catedrais; assim como a destruição dos templos “pagãos” pelas conquistas coloniais cristãs. Nas ideologias radicais os Ideais e as Ideias da ideologia são pobres e repetitivos, se constroem contra os processos de simbolização, transformam essa cruel pobreza em um Ídolo que nunca falhará, que terá todo o poder de destruir o que quer que seja, ou quem quer que seja, se o Ideal, a Ideia e o Ídolo forem atacados pela dúvida. Seja ela radical ou banal, a ideologia se funda sobre a perseguição.

Seu poder está em afirmar e impor a causa absoluta, única, indiscutível. Ele exclui o herético, enuncia a pureza, condena o pensamento dissidente, exige um pensamento único.

É preciso refletir novamente sobre o que é o terror. O terror ao qual devemos fazer frente possui essa sinistra característica de ser provocado por humanos sobre outros humanos, e por meios que não são regulamentados pelas convenções de guerra. Imprevisível, a despeito das medidas de segurança e de prevenção dos atos terroristas, o terror apavora os que não são vítimas diretas, cria movimentos emocionais poderosos e identificações maciças, abala a confiança nas instituições, cinde aqueles que estão fora da humanidade daqueles que se fazem seus guardiões: são os resultados esperados do terror.

Será necessário daqui para frente desenvolver e manter a capacidade de pensar frente ao terror: de pensar seus laços com a ideologia radical que o sustenta e que o justifica; de compreender os determinantes e os processos psíquicos do terrorismo; de se representar como, frente ao terror, o inconsciente reage, age, e quais defesas suscita.

Essas questões são difíceis, surgem de fontes diversas e são complexas. Para os psicanalistas, os principais elementos que poderiam servir para articular respostas a elas são os que nos vêm das elaborações produzidas a partir da cura individual, especialmente a dos psicóticos e a das crianças pequenas, os *infans*, que ainda não dispõem da palavra. Os saberes que se constroem sobre essas bases nos falam coisas importantes a respeito da experiência do terror quando ele surge nas organizações primitivas da psique. Dentre esses conceitos, aqueles de Bion (o terror sem nome) e de Winnicott (as agonias primitivas) nos são muito preciosos.

Todavia, nós precisamos interrogar sua pertinência quando o trauma causado pelo terror advém tardiamente numa organização mais complexa da psique e nas pessoas que não sofrem de psicose, como é o caso da maioria das pessoas atingidas *coletivamente* pela violência mortífera do terrorismo. Mas as crianças também são vítimas. Depois dos atentados de Paris, os porta-vozes do Estado Islâmico declararam que eles atacariam escolas.

Frente ao terror, frente ao massacre terrorista que o suscita, quando os objetos internos e as estruturas fundamentais de que é constituída a psique são desintegradas, assim como a função *alfa*, tudo se passa como se todas as construções defensivas e elaborativas se despedaçassem brutalmente. O terror surge, imprevisível. Ele congela o tempo no horror, deixa o sujeito no desligamento, no vazio, no abandono, na ausência de responsável.

O sujeito não tem como enfrentar essas experiências extremas sem o auxílio do outro. É, portanto, também na intersubjetividade que a contenção e a transformação da experiência do terror se inscreve de

imediatos. E é por isso, também, que os dispositivos plurissubjetivos de elaboração da experiência do terror são apropriados, desde que realizados com tato.

Frente ao terror: hospedar, nomear, pensar.

Frente ao terror, nomeá-lo. E com ele aquilo que o causa, aquilo que E. Kant, H. Arendt e Paul Ricoeur designaram como o mal radical, a destruição da humanidade em cada ser humano, pelo massacre cego ou organizado, no intuito de assegurar a supremacia da Ideia toda poderosa, o Ideal cruel, o Ídolo religioso.

Frente ao terror, pensar o que o causa, como ele assegura o poder absoluto daqueles que o provocam, o que ele destrói, o medo que ele propaga e que faz de todos um inimigo em potencial. O terror se descarrega no ódio indistinto por tudo o que possa representar uma figura dos terroristas. E os terroristas de hoje em dia sabem justificar seus atos pelo ódio que eles induzem em suas vítimas: ciclo perverso, infernal.

Frente ao terror que desintegra as psiques e os laços, frente à negação maciça, vital e inassimilável do que aconteceu, precisamos inventar os continentes e as peles psíquicas onde ele possa ser hospedado, as palavras que rearticulem os humanos vivos no mundo.

Debate

Eloisa Tavares de Lacerda

Leonardo Posternak

Maria Luiza de A. Moura Ghirardi

Victor Guerra

Dos bebês, quem cuidará?

Realização Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Thiago Majolo e Vera Zimmermann.

Eloisa Tavares de Lacerda é fonoaudióloga e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise e do Departamento de Psicanálise com Crianças do Sedes Sapientiae, implantou e foi coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu “Clínica Interdisciplinar com Bebês – a saúde física e psíquica na primeira infância” da Cogeae (2003-2010) e do Serviço de acolhimento relação mãe/bebê da Derdic (2004-2011), ambos da PUCSP e membro fundador da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê – ABEBÊ.

Leonardo Posternak é pediatra do Hospital Israelita Albert Einstein, fez formação em psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae (1978) e recebeu o prêmio Jabuti (2003) pelo livro *O direito à verdade: Cartas para uma criança* (Primavera Editorial).

Maria Luiza de A. Moura Ghirardi é psicanalista pelo Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre pelo IPUSP, docente do Curso de Psicossomática Psicanalítica do ISS; membro Fundador do Grupo Acesso – Estudos, Intervenção e Pesquisa em Adoção da Clínica Psicológica do ISS, membro filiado do Instituto de Psicanálise Durval Marcondes da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Victor Guerra é psicólogo e psicanalista da APU, coordenador do Espaço de crianças e adolescentes da FEPAL, coordenador de grupos de estudo e pesquisa sobre subjetivação, consultas terapêuticas e processos de criação, professor convidado em Universidades do Uruguai, Brasil, Chile e França.

A tarefa de receber os novos humanos, uma tarefa das mais complexas e talvez a mais importante das tarefas humanas deste e dos próximos séculos, inclui não só a apresentação da cultura, seus interditos, seus valores, seus ideais e prazeres, mas a criação de um sentido para aquela nova vida. É necessário, ainda, que se constitua uma tarefa política, que integre os recém-chegados ao mundo civilizado para que possam conviver com seus pares. Nas últimas décadas, as questões socioculturais que gravitam em torno do nascimento e da criação de bebês sofreram mudanças radicais em relação aos dois séculos anteriores, principalmente no que se refere à constituição da família, ao significado da maternidade e ao lugar da infância, três eixos importantes desta tarefa de acolher e cuidar dos que nascem.

O modelo da família atual questionou radicalmente certas naturalizações em torno da diferença biológica dos sexos, ressaltou as identidades sexuais ou gêneros e impôs uma simetria inédita entre eles, o que contribuiu para mudanças significativas na maneira como se vive a sexualidade e se formam os pares conjugais, assim como se compartilha (ou não) o projeto de criação de um filho, um projeto, portanto, que deixou de ser uma decorrência “natural” da vida de todos ou de assegurar a perpetuação dos mesmos agentes cuidadores. A maternagem antes intrinsecamente relacionada à maternidade e definida como função feminina por excelência, assim como o amor materno como “instintivo” e “natural”, passam a mitos do passado diante das conquistas de liberdade e direitos inéditos das mulheres, hoje convocadas a fazer escolhas em todas as áreas de suas vidas, privada e pública. Os projetos de constituir uma parceria conjugal ou de ter filhos podem ou não fazer parte delas, modificando seu destino anterior de “se casar e ter filhos”. Desde o século XVII, quando as crianças passaram a ser consideradas diferentes dos adultos, elas ganharam um novo estatuto, com vistas a educá-las e prepará-las para se tornarem adultos bons e produtivos que assegurassem o futuro da civilização. Ao adquirirem um valor novo e especial, agregado ao culto à maternidade, tal configuração familiar desencadeou transformações na organização social e na concepção da subjetividade humana.

É assim que a gestação, o nascimento e o desenvolvimento físico e psíquico do bebê passaram a ocupar o espaço e a atenção de todas as instituições sociais, mantendo-se como foco constante de produção de

saberes múltiplos que se dirigem ao acolhimento das necessidades do bebê e de seu futuro. Ao lado de modelos normatizados e idealizados dessas funções, na expectativa de que os pais ou cuidadores possam vir a ser “especialistas”, o discurso prometeico da cultura apresenta a gestação e a maternagem como um campo que pode ser experimentado sem grandes percalços. Por seu lado a clínica psicanalítica, que vem ampliando seus saberes sobre a gestação e os dois primeiros anos de vida de um bebê, aponta para o fato de que, apesar da busca muitas vezes promissora de preparação feita pelas novas gerações, invariavelmente o bebê real desconstrói o modelo ideal que se tentou montar. Não há como evitar a surpresa, a estranheza e o enigmático que ronda essa passagem de um ser que demanda cuidados de todas as ordens e que precisará, graças a esses cuidados, ser adotado pelos pais e pela cultura. Uma adoção que, mais do que um saber ativo, demanda uma disponibilidade psíquica. Também colocou luzes na questão da presença, da ausência e da influência de um sujeito sobre outro (a identificação), das angústias de intrusão ou de abandono do bebê, dos que cuidam e que não podem ou não conseguem exercer seu papel de refletir ao bebê quem é ele ou servirem-lhe de intérpretes do mundo, e de alternativas para tais situações. Em um plano ideal, espera-se que aqueles que cuidam possam assumir as funções de sustentar, conter, reconhecer, espelhar, interpelar e convocar para que a criança possa construir uma referência para si mesma, tornando-se ela mesma capaz de vivenciar e dar nome às suas próprias emoções. Um bebê que, por seu lado, apresenta-se hoje mais ativo desde o nascimento, com competências e capacidades para interagir com seu entorno. Enfim, esse encontro dos que recebem e cuidam dos que nascem não é nada simples, ao contrário inaugura um longo processo de adoção, de construção da parentalidade, e de filiação, que deve marcar tanto a continuidade entre as gerações como a diferença entre elas. Assim, o que define uma “família”, além da presença implicada de agente(s) cuidador(es), é que esta possa cumprir a exigência de abrigar ao menos duas gerações e fazer circular as normas que impedem o uso e abuso do corpo da criança.

Ainda que a gestação e nascimento de um bebê possam não fazer parte de um projeto que contenha o desejo de ter filhos, sendo muitas vezes por razões equivocadas ou contingenciais, em geral o lugar que a criança ocupa no narcisismo daqueles que a acolhem e dela cuidam é suporte do investimento de desejo nos filhos, o que os torna depositários de seus ideais de sucesso e encarregados de compensar e reparar seus fracassos com seu sucesso e sua felicidade. Se a transmissão da parentalidade e o lugar ocupado pelos “cuidadores” assumem um protagonismo ímpar na atualidade, cabe questionar quem, nos tempos contemporâneos de “eus” narcísicos e frágeis, se disporia a regular o seu prazer em prol de uma consciência da dívida, do dever com as gerações passadas, futuras ou com o outro, diante de um discurso social que acena com a possibilidade de não se ter de passar pelos constrangimentos da condição humana?

A seção Debate da Revista Percurso 55 convida alguns interlocutores para refletir sobre o tema.

ELOISA TAVARES DE LACERDA

Como a psicanálise pode contribuir para ajudar aqueles que recebem seus bebês e, ao mesmo tempo, amparar os bebês e seus cuidadores frente ao imenso desamparo em que ambos se encontram atualmente? Uma questão interessante e ao mesmo tempo muito abrangente, porque nos faz refletir sobre a atualidade que, além de idealizar e sonhar o bebê perfeito em beleza e encanto, aposta na possibilidade de este “superar” rapidamente as etapas de seu desenvolvimento ganhando independência motora e de comunicação. O mesmo acontece com o lugar de mãe, em que se espera que a mulher-recém-tornada-mãe já exiba um corpo sarado logo após o parto e esteja disponível para assumir suas outras funções. Expectativas estas que fazem com que muitas mães, diante da impossibilidade de suportar/construir um vínculo com aquele pequeno ser tão estranho e, ao mesmo tempo, tão familiar, fiquem plugadas na internet dando-nos a impressão de que não podem recorrer internamente “ao saber materno inconsciente” e à “disposição psíquica” para esse delicado, intenso e tenso encontro. Ainda no tempo da licença maternidade procuram um berçário/creche que ofereça o projeto educacional “perfeito” para seu bebê, se assegurando de que ele será bem cuidado e receberá os limites necessários à

convivência no universo familiar e social. Já para o pai do bebê sobra, além da convocação de divisão das tarefas no cuidado com o bebê, acomodar-se ao novo objeto de amor de sua companheira. Constata-se assim um cenário com pais e mães desamparados e solitários frente ao trabalho psíquico necessário para se sair do lugar de filhos para se tornarem pai ou mãe. Exigência narcísica deles próprios e de toda uma conjuntura que responde pela representação social do que é ser pai, ser mãe e ser bebê na atualidade. Percebemos que os sites nas redes sociais para “trocas de experiências” não dão conta de sua solidão e de suas angústias maternas. Tem-se a impressão de que a “necessidade” de independência dos novos pais com relação ao conhecimento das gerações anteriores (que alguns vivem como invasão das avós do bebê) é inversamente proporcional ao seu enorme desamparo. Alguns pais, buscando referências fora do circuito transgeracional, se sentem mais rapidamente ajudados com medicamentos tanto para a mãe quanto para a pequena criança, enquanto outros optam por buscar um profissional que possa ajudar diretamente seu bebê e/ou a eles próprios.

Esse contexto contemporâneo apoia-se nas dificuldades inerentes ao laço mãe(pai)bebê, no desamparo vivido pela tríade. Desamparo que, por sua vez, alimenta e mantém esse contexto.

Como a psicanálise pode contribuir? O “psicanalista de bebês” dispõe-se tanto a uma escuta (muitas vezes visual) e a uma “atenção flutuante perceptiva”, quanto a intervenções precisas (corporal, tônico-gestual e verbal) que, ao incidirem diretamente no corpo do bebê, repercutem no laço mãe-pai-bebê alcançando simultaneamente as questões relacionadas tanto ao bebê quanto à mãe(pai). Os benefícios dessa psicanálise para os bebês – que correm o risco de não se constituírem sujeitos e/ou de não se desenvolverem física e funcionalmente – são importantes o suficiente para que esse fazer psicanalítico se justifique, e se torne mesmo imprescindível. Os psicanalistas têm refletido acerca dos efeitos, no bebê e em seus pais, da escuta e da nomeação, em gestos e palavras, daquilo que ambos estão vivenciando em função de momentos difíceis/traumáticos que, por não se poder verbalizar, vão se expressar em “falhas futuras” no processo de simbolização e mesmo em uma impossibilidade de o bebê habitar seu corpo.

Quando, em seu desamparo, a mãe fica impossibilitada de “participar” desse duplo jogo/movimento de identificação projetiva – que vai do bebê para o adulto e deste para o bebê –, acaba por se defender recorrendo a “procedimentos autocalmantes ou a modalidades de funcionamento operatório”. Essa defesa, para algumas mães, dá a ilusória/sensação de estarem desempenhando bem sua maternagem. Muitas vezes sem recursos internos suficientes para o difícil e trabalhoso encontro dual somado à responsabilidade pelo bebê, a mãe (ambivalente) esbarra em suas potencialidades “destrutivas” e vive uma relação persecutória com o bebê, que fica paralisado frente à impotência de ambos recorrendo, ele também, a procedimentos autocalmantes para se defender de suas intensidades como o chupeteios, comer cabelos, fechar-se afetivamente para o outro, o balançar do corpo ou ainda o balançar das mãoszinhas. Três pontos que considero de suma importância no “movimento” do psicanalista que se ocupa tanto com bebês quanto de quem cuida deles: a imbricação do psiquismo (dos pais, do bebê e do psicanalista), da sensorialidade-motricidade-somática (corpo e psiquismo simultaneamente) e da linguagem (desde a precoce faculdade dos bebês para se comunicar via signos e símbolos já ao seu dispor antes das palavras). A comunicação/interação entre o adulto e o bebê é uma rua de mão dupla por onde trafegam mensagens cifradas pedindo leituras e carregadas de afetos relacionais – tônico-gestuais e verbais. O psicanalista investe na potencialidade relacional do bebê enquanto seus pais ainda não o podem fazer e, ao mesmo tempo, investe na potencialidade dos pais de libidinizarem seu bebê, apesar de todas as rupturas e desorganizações que até então teimavam em deixar em suspenso o equilíbrio tênue entre continuidades e descontinuidades entre o nascimento do bebê e o nascimento da parentalidade daqueles pais com aquele bebê.

Aos poucos se pode desenvolver uma forma “suficientemente boa” de se emprestar – diálogos tônico/posturais, palavras e maternagem – às duplas mãe(pai)bebê no dispositivo clínico semanal de atendimento simultâneo mãe-bebê na primeira sessão da semana e, de forma a atender a mãe sozinha, numa sessão (ainda na mesma semana), marcando esse segundo encontro como um momento de “síntese” para o psicanalista, implicado tanto na construção do sujeito/bebê quanto na construção do 1º

objeto/mãe ou adulto de referência, e garantindo um momento de “alívio/conforto” para o sofrimento/desamparo dos pais no desencontro com seu bebê e com sua parentalidade nascente. Como um desdobramento natural desses primeiros tempos acompanhando mãe(pai)bebê dentro desse dispositivo, frequentemente acontece de a mãe permanecer em análise, estando já seu filho liberado depois desse processo inicial ou precisando ser encaminhado para um colega. Nesse desdobramento percebe-se o alcance e a rapidez com que se chega a conflitos muito primários dessa mulher/mãe, e penso que isso pode se dever ao fato de situações muito profundas terem sido vividas quando seu bebê ali presente trazia às cenas clínicas o bebê que essa mãe fora um dia. Essa “facilitação” e essa “rapidez” que aparece nessa análise da mãe podem ser atribuídas ao tempo do tratamento psicanalítico conjunto em que o “bebê da mãe” também pedia leitura do psicanalista, num tempo de “transparência psíquica materna” que marca, com maior ou menor força/intensidade, o tempo da gravidez e do pós-parto – momento em que a mulher, muitas vezes assustada, tem que se haver com uma situação muito delicada que, para muitas, aumenta sua fragilidade/desamparo, a ponto de se desconcertarem frente a algumas de suas reações em seu dia a dia. Trata-se de um “material riquíssimo” que essa mãe traz (na maioria das vezes inconsciente para ela própria) e que, ao ser nomeado para o bebê e para ela, ou trabalhado com ela na transferência em sua sessão sem o bebê, possibilita uma rica vivência a ser trabalhada em sua posterior análise. Essa é uma das muitas formas com que a psicanálise pode contribuir para dirimir os efeitos das exigências contemporâneas (internas e externas) que recaem sobre os pais e, por que não, sobre os bebês também.

LEONARDO POSTERNAK

À pergunta do título, outra pergunta: E das mães, quem cuidará? A mulher contemporânea vive uma violenta contradição ao enfrentar o paradoxo entre o sonho de todo humano, de multiplicar-se, e o sonho de realizar-se o mais plenamente possível no sentido individual. Como todo paradoxo não tem resposta, resta oferecer-lhe um colo sustentador. Ao se tornarem infinitamente mais exigentes com relação a si mesmas, as mulheres parecem muito menos “instintivamente”... maternas. Isso aumenta as dúvidas e angústias, e as faz sentirem-se sós, desarmadas e com muita culpa diante dessa encruzilhada.

Grandes autores da psicanálise e da pediatria como Winnicott, Brazelton, Dolto, etc., produziram importantes trabalhos sobre o desenvolvimento e as necessidades dos bebês, antes vistos com o objetivo de ser alimentados, além dos cuidados com seu corpo. Hoje o bebê é reconhecido como um sujeito por vir, com muitas competências e necessidades emocionais, porém indefeso, necessitando do outro para sobreviver, evoluir e se individualizar.

Portanto, vale a questão sobre quem vai cuidar individual e cotidianamente das mães, ou da “doença de ser mãe”, com sua história familiar, seus conflitos e sua solidão, o que Winnicott denominou preocupação materna primária ou a “loucura saudável das mães”. A mulher transformada em mãe tem que nutrir seu bebê com leite e com afetos, tem que tornar o “barulho” e choro de bebê em algo compreensível, estabelecer a linguagem, além de olhar e ser olhada. Lembremos que, quando um bebê olha nos olhos de sua mãe, ele olha a si mesmo. Ou seja, ser mãe ou ser um bebê não é fácil nos dias de hoje! Para piorar, há certa culpabilização (abusiva) das mães com toda a constelação de efeitos nocivos e paralisantes. Culpabilizar ou desqualificar não é cuidar, todos aparentemente o sabemos ou deveríamos saber. O papel de censor não nos cabe. Quantas vezes ouvimos a frase lapidária dita a uma mãe insegura: “Mas a senhora é a mãe?”, que mais que banal é maligna, principalmente para aquelas que, deprimidas ou não, não conseguem nem cuidar de si, quanto menos de um bebê. Mesmo quando podem estar rodeadas de pessoas imbuídas das melhores intenções, como sua família de origem, marido, amigas, ginecologista, obstetra e pediatra. Em geral os ginecologistas se interessam pelos órgãos femininos – sua função e suas doenças –, os obstetras pela gravidez, o crescimento do feto e a melhor maneira de chegar ao mundo, e aos pediatras cabe cuidar da saúde dos bebês, do alimento, das vacinas,

do crescimento, e do desenvolvimento neuromotor. Quanto ao desenvolvimento psíquico, não lhes foi ensinado. Em geral o pediatra “ensina” a mãe a cuidar do bebê sem ao menos levar em conta o seu conhecimento ou sua capacidade. Mais do que ensinar, haveria de escorar essa mãe, possibilitando o florescimento de seus conhecimentos não científicos, mas nem por isso menos importante.

É muito comum que nós pediatras “sintamos” o sofrimento das mães, mas nos caemos cientes de que não é nossa tarefa. Não nos foi ensinado escutar, apenas falar e prescrever. Repudio veementemente o cartesianismo de nossa formação e me alinho a Winnicott, que afirma que o pediatra que cuida do bebê está cuidando da mãe, e ao cuidar da “doença de ser mãe” está tomando conta do bebê. Para ele, “essa tal de criação não existe sozinha, ela é parte de uma relação”.

Diante dessas reflexões, caberia uma utopia? Não estaríamos diante de um momento histórico para a criação de uma nova especialidade médica? Que tal Materiatría ou Materologia, visando aos “cuidados” a que nos referimos aqui? Todo pediatra teria que acrescentar à sua formação esse conhecimento, ter uma formação humanista, menos cartesiana, mais voltada à subjetividade, com componentes interdisciplinares e cuja eficiência, eficácia e alcance iriam além das mães.

MARIA LUIZA DE A. MOURA GHIRARDI

...mas sei de uma coisa: meu caminho não sou eu, é outro, é os outros.
Quando eu puder sentir plenamente
o outro estarei salva e pensarei:
eis o meu porto de chegada.

Clarice Lispector, *A Descoberta do Mundo*

O convite da Revista *Percurso* para participar deste Debate suscitou em mim a vontade de abordar algumas questões do cuidado com o semelhante do ponto de vista da construção do sujeito ético. As premissas éticas do cuidado nos colocam diante da tarefa de voltar a pensar, hoje, como se constitui um sujeito que, inscrito na Lei, seja ao mesmo tempo capaz de constituir uma ética para além dela. Inspirada pelos estudos realizados com S. Bleichmar, que nos alerta para a função do outro e seu desdobramento, assinalo aqui a insistência da autora em sublinhar a dupla função que ocupa o outro nessa construção. O outro como constitutivo, além dos modos em que influencia as chamadas estruturas edípicas. O Édipo se sustenta na assimetria entre o adulto e a criança, na diferença de poder e de saber do adulto a respeito dela, fundamentalmente em relação a sua contribuição na instauração de sua sexualidade. Bleichmar irá enfatizar que “o conceito [ético] deve ser repensado em termos do modo em que cada cultura pauta a demarcação da apropriação do corpo da criança como lugar de gozo do adulto. Nesse sentido, a problemática ética não passa pela triangulação nem pelas relações de aliança, e sim pelo modo como o adulto se coloca diante da criança em sua dupla função de inscrever a sexualidade e, ao mesmo tempo, de estabelecer os limites de sua própria apropriação”.

De fato, a rápida evolução do plano tecnológico, dada a partir da segunda metade do século XX, propiciou mudanças por vezes radicais nas normas sociais e culturais que direcionavam a educação e cuidados das crianças, e tem gerado mudanças importantes nas formações, nas montagens e desmontagens do modelo familiar, nos valores sociais e culturais em relação à sexualidade, à maternidade e, por que não, ao que se entende serem os cuidados necessários para a constituição de novas subjetividades, que nem sempre vêm acompanhadas de um saber construído a partir da experiência anterior dos ancestrais. Esse outro, encarregado de instituir e construir o sujeito ético, também ele, busca e cria novos paradigmas, uma vez sempre atravessado pela trama que a cultura determina. E, quando penso em cultura, refiro-me aos modos mais arcaicos com os quais se estabelece a relação com o outro humano, reconhecendo nele a presença inquietante da alteridade que, como salienta Lévinas, nos arranca do solipsismo e do egoísmo. Esse outro/alter/bebê humano, que faz uma convocação ao adulto para uma

mensagem, como chamado.

Assim, e ainda relembando Bleichmar, todo processo de humanização é um movimento de ruptura com o biológico originário, com o natural. “As respostas e recusas do adulto, a transformação da ação natural do choro em mensagem, a constituição de sistemas primários de intercâmbio, são a base de uma humanização que implica, finalmente, o reconhecimento do outro como base da constituição possível de uma ética”.

Porém, todo processo de humanização pressupõe formas de sofrimento e mal-estar que, em nossa contemporaneidade, vem apresentando mudanças significativas. Entendo, como Birman, que o mal-estar é a bússola reveladora “do que se configura nas relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, revelando as coordenadas da experiência subjetiva”. Mal-estar em sentido estrito, significando o sofrimento inexorável diante da desnaturalização sofrida pelo humano em sua inserção na civilização e na cultura.

Tomando em conta o cenário contemporâneo e o mal-estar ligado ao desejo por um filho, constatamos que o recurso às novas tecnologias reprodutivas caminha lado a lado com a adoção como possíveis escolhas na busca pela filiação. De fato, a impossibilidade de gerar o próprio filho pode ser promotora de variados níveis de sofrimento e frustração em relação ao desejo por uma criança, significando uma ilusão narcísica de imortalidade. No entanto, a clínica psicanalítica nos mostra que nem sempre o desejo de ter um filho é coincidente com sua maternagem, ou afinado com o desejo de exercer os cuidados da cria em seu processo de humanização. O processo de constituição subjetiva de um filho, ao implicar sua inserção na rede simbólica da filiação, demandará dos cuidadores um trabalho psíquico específico, construído a partir das redes simbólicas individuais e culturais. Diante da impossibilidade social ou psíquica daqueles que não se veem em condições de exercer funções parentais, novos arranjos precisarão ser montados e então a adoção surge como uma forma de cuidados e de filiação que viabilizará o surgimento do sujeito, à medida que lhe permitirá ser sonhado por aqueles que o desejam. A esse respeito, Kaës lembra que “estes sonhos predestinam o descendente, nos fantasmas de desejos cruzados, a ser prolongamento narcísico da geração”. No enlace entre as descontinuidades e as fraturas, por vezes radicais, novas ligações e montagens sociais e familiares traduzirão o íntimo e paradoxal desejo humano de continuidade e permanência.

O contrato ético e suas condições têm sua gênese no contato com o outro humano desejante que, supostamente, inscreve o bebê na rede simbólica de alteridade. Tal contrato perdura e ultrapassa as transformações da subjetividade, atravessando o sujeito e abarcando a rede relacional e cultural. É essa a aliança que sinalizará ao infans que há esperança de encontros sustentáveis, permitindo, como nos diz Clarice, a convicção da existência de um porto de chegada.

Referências bibliográficas

Bleichmar S. (2006/2008). As condições de humanização. In: Melgaço, R.G. (org.). *A Ética na Atenção ao bebê*. Psicanálise – Saúde – Educação. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2011). *La Construcción del Sujeto Ético*. Buenos Aires: Paidós.

Birman J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kaës R. (2010). Filiação e afiliação: alguns aspectos da reelaboração do romance familiar nas famílias adotivas, nos grupos e nas instituições. In: Trindade Salavert, I. (org). *Os novos caminhos da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

VICTOR GUERRA

Sobre o cuidado e a revisitação

A pergunta inicial sobre quem cuidará dos bebês se amplia na leitura do texto com a interrogação sobre como se cuidará de um bebê. É uma proposta tentadora partir de uma pergunta que abre e gesta horizontes de respostas. E já que a palavra inaugural é sobre o cuidar, vou me deixar viajar por suas origens, sua etimologia, que são os primeiros passos da palavra pela terra da linguagem. Cuidar, segundo

o dicionário etimológico, vem do latim “cogitare”, que significa pensar. Poderíamos, assim, tomar isso como uma metáfora de que, antes do cuidado físico, deve haver um cuidado psíquico pautado pela possibilidade de pensar. O bebê precisa de um continente psíquico parental, cultural e comunitário, que abra em suas diferentes pregas os fios do tecido que sustentará seu processo de subjetivação.

Isso nos leva então à pergunta de como se pensa o bebê na atualidade. O texto relata de forma interessante as mudanças nas características culturais da estruturação familiar, a perda e a transformação de certezas que provinham de um modernismo idealizado (e, em parte, rígido), e a plasticidade atual de estruturas familiares, que por um lado possibilita uma maior liberdade nas formas de atuar, mas em alguns momentos parece borrar as diferenças de gerações, deixando o lugar do bebê sujeito a uma hiperadaptabilidade ao mundo adulto.

Concordo bastante com a proposta de uma necessária “adoção” do filho e a de que este processo se cifra muito mais em uma forma de “disponibilidade psíquica”. Este tema é muito importante porque deveríamos redefinir este conceito, utilizando outro conceito muito em moda, a empatia. Esta seria a possibilidade de viajar ao interior de outro ser humano e visitar suas paisagens emocionais, para depois retornar até nós mesmos, algo que na atualidade se encontra em muitos casos problematizada pela vertigem dos tempos e a dificuldade em respeitar os ritmos próprios do outro (aqui, do bebê).

Talvez o ponto fundamental da disponibilidade psíquica esteja na categoria de tempo interior, por vivermos em uma cultura que nos lança excessivamente ao tempo progresso em um ritmo vertiginoso, o que atrapalha a possibilidade de uma revisitação ao passado como uma experiência valiosa, com diferentes efeitos sobre os bebês. No plano pessoal, a empatia vai de encontro à possibilidade parental de visitar sua própria infância. Inclino-me a dizer (inspirado em J.-B. Pontalis) que nós seres humanos somos potencialmente bilíngues, e parcialmente exilados, ou seja, ao nascer nos expressamos como “in-fans” com a linguagem corporal, a linguagem dos sentidos, em um ritmo, uma atenção e uma narrativa que articulam nosso mundo sensorial e pulsional. Mas quando deixamos a primeira infância e adentramos o mundo da linguagem verbal, ao passar a funcionar com a primazia do processo secundário, perdemos às vezes o que há de fértil e não formulado no primário ou arcaico. Assim nos exilamos deste mundo, com ou sem orgulho, mas retornamos a ele quando nos tornamos pais ou cuidamos de um bebê. Voltamos a habitar a terra do in-fans (daquele que não fala, mas se banha na linguagem) para “enlaçarmos” ao bebê, mas antes de chegar lá é necessário passar pela “alfândega” para deixar os documentos que confirmam nossa identidade. A perda dos saberes absolutos e da certeza identitária são marcas necessárias da experiência parental que, no processo de cuidar de um bebê, revisita sua in-fancia.

Essa ideia de re-visitação foi inspirada pelo poeta português Fernando Pessoa, conhecido por ter criado seus heterônimos como condição de sua criação. Pessoa nasceu em Portugal, mas viveu a partir dos 6 anos em Durban, África do Sul, retornando a Lisboa “de seu exílio” aos 17 anos. Anos depois, através de um de seus heterônimos – Álvaro de Campos – cria o poema “Lisboa Revisitada” (1926). Um poema que talvez retrate um pouco do que sentiu no momento do desexílio. Por ser poeta, pôde colocar em palavras uma das formas de estranheza que nos habita.

Reproduzo abaixo o final do poema em que ele relata seu desencontro consigo mesmo:

*Outra vez te revejo,
cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui.....*

*Outra vez te revejo,
mas, ai, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
e em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim –
Um bocado de ti e de mim!...*

Podemos tomar metaforicamente esse poema para pensar alguns aspectos da experiência de se tornar pais ou cuidadores. O que era a Lisboa da infância para Pessoa pode se assemelhar ao que muitos pais vivem com seus bebês, que geralmente buscam neles um espelho que lhes devolva uma imagem integrada e libidinal deles mesmos. Mas as vezes “o espelho” não reflete o que esperam, ao contrário deflagram seus fantasmas do passado. O espelho parece quebrar-se, e com ele se quebram e se perdem os ideais dos pais. Já não encontram “his majesty the baby”, e sim um bebê “estranho e inquietante”.

Nossa tarefa segue sendo a de constituir um “porto” nesta viagem da parentalidade, podendo espelhar, sustentar e marcar diferenças no vínculo com o bebê. Seguirá sendo a de “cuidar” dos pais, para que os que cuidam de seu bebê cuidem com o desejo de que, ao crescer, ele também possa vir a ser pai ou mãe e consiga viver essa função com a opacidade da inevitável angústia e a luz da esperançarenovada.

Debate clínico

O homem que ia ao bairro escuro

Rodolfo Moguillansky

Comentado por

Bernardo Tanis e Isabel Mainetti Vilutis

Rodolfo Moguillansky é psiquiatra e psicanalista, membro titular da Asociación Psicanalítica de Buenos Aires (APdeBA), *full member* da IPA, membro da Federación Española de Psicoterapia (FEAP). Professor em instituições psicanalíticas e autor de mais de 150 artigos, pelos quais recebeu vários prêmios.

Bernardo Tanis é psicanalista. Membro efetivo da SBPSP e docente do Instituto de Psicanálise. Editor da Revista Brasileira de Psicanálise (2010-2014). Membro dos Departamentos de Psicanálise e Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae. Autor de livros e artigos em diferentes publicações.

Isabel Mainetti Vilutis é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Autora de *Ecossistema da Clínica* (Casa do Psicólogo, 2013).

Em “Debates Clínicos”, a revista Percurso convida três psicanalistas de correntes teóricas e instituições diferentes, um deles como apresentador e dois como comentaristas. Solicitamos que o material e os comentários se atenham o mais possível à clínica, de modo que dela se depreenda a teoria e não o contrário. Cada convidado só conhece os outros dois participantes no final do processo. Com isso, visamos diminuir os fatores paratransferenciais que poderiam inibir a livre e descompromissada manifestação de opinião. Nosso objetivo é superar as divisões em nosso campo, proporcionar movimentos integrativos e estimular a reflexão sobre convergências e divergências na prática clínica.

No começo da década de 1990, Pierre, um arquiteto europeu, foi transferido para nossa cidade pelo escritório onde trabalhava. Pouco antes de vir para a América do Sul, fez uma consulta com um psicanalista em sua cidade de origem, pois temia se desestruturar com a mudança; por indicação dele me procurou ao chegar em nosso país.

Comenta nas primeiras entrevistas, sem grande angústia, que há muitos anos se embriaga e procura prostitutas. Nessas ocasiões também consome largamente cocaína e maconha. Até então essa atividade ficava restrita a seus espaços de ócio, mas ultimamente tinha vontade de fazer o mesmo no horário de trabalho, vendo isso como uma ameaça de descontrole. Do ponto de vista manifesto, esse era o motivo de sua consulta. Ficava muito impressionado com o que o analista com quem se consultara antes lhe havia dito – sua vida poderia ficar caótica se tivesse que parar de trabalhar. Na realidade, tem muito sucesso em sua profissão e isso é o que durante todos esses anos o tem mantido organizado.

Nas primeiras sessões, Pierre se mostrava como um homem sem recordações. Não se interessava por sua história, considerava que sua vida prévia havia deixado de lhe pertencer, só lhe interessava o presente. Dizia ter-se feito a si mesmo, só confiava em suas próprias forças e se sentia orgulhoso por não depender de ninguém.

Mais tarde contou como havia se casado aos vinte anos com Claire, uma mulher quinze anos mais velha que ele, pouco tempo depois de ter ela enviuvado de Jacques, um homem que tinha desenvolvido uma atividade importante em seu país e por quem Pierre tinha uma grande admiração, sendo um protegido dele.

Sua relação com Claire foi sempre precária. Para ele era importante não se sentir preso a qualquer vínculo. Numa evidência de seu desapareço, um ano antes de deixar o seu país, de um dia para o outro

abandonou Claire e foi viver com Marie, sua assistente. Marie era filha de um homem influente e também admirado por Pierre. À luz da análise posterior, vimos que esse dado era importante: as escolhas amorosas de Pierre são por mulheres que estão ligadas a homens admirados por ele.

Mais tardiamente falou sobre sua família de origem. Viviam numa cidadezinha do interior e quase não os via. Pierre era o mais velho de seis filhos. Descrevia seu pai como um homem extremamente egoísta, voltado para seu mundo, a pintura, sem grande contato com o resto da família, passando bêbado a maior parte do dia. Os pais sempre dormiram em quartos separados. Embora isso não fosse um traço da cultura local, o fato não chamava a atenção de ninguém. Os filhos homens, à medida que cresciam, iam para o quarto do pai, enquanto os bebês que iam nascendo e as filhas mulheres dormiam com a mãe. Sua mãe, uma mulher muito religiosa, o escolhera, já na puberdade, como confidente de seu casamento infeliz e queria compartilhar com ele os cuidados com os filhos menores e a economia doméstica. A obsessão de Pierre era sair o quanto antes dessa casa cheia de irmãos. Dois de seus irmãos são homossexuais, e os outros três ingressaram em ordens religiosas. Em sua adolescência foi um exímio desportista, ganhando em pouco tempo bastante dinheiro e libertando-se precocemente da economia doméstica. Pierre se afastou mais da família quando foi estudar numa universidade em outra cidade, ingressando inicialmente na política e, em seguida, no mundo dos negócios.

A procura de uma psicanálise por parte de Pierre estava marcada pelo temor ao fracasso de seus mecanismos dissociativos. Estava assinalada pela esperança de recuperar o controle obsessivo que estabilizava sua cisão e o ajudara a manter a ficção onipotente de que controlava sua vida, negando quão escravizado estava por sua compulsão a ir ao bairro das prostitutas. Com essa expectativa e movido pelo desespero, aceita a contragosto analisar-se, pondo-se pela primeira vez sob os cuidados de alguém, o que fazia dentro de um clima de intensa paranoia que se desenvolvia na transferência. A pouca história recordada tentava explicar a razão desse modo de sentir. Surgia de seu relato uma família de origem com uma organização peculiar: seus pais não configuraram um espaço privado nem lhe proporcionaram o amparo necessário. A isso se somava a relação cúmplice, com certa conotação incestuosa, que sua mãe lhe propunha, e o peso de uma “montanha de irmãos”. Isso, a seu ver, havia precipitado seu precoce salto para diante, reforçando seu anseio onipotente de bastar-se a si mesmo. Descrevia como irrelevantes suas relações com Claire e com Marie, ainda que mascarassem um intenso vínculo com homens admirados.

Durante o primeiro ano, fomos “armando a cena” do que ele chamava de “o bairro escuro”. Na realidade, o primeiro nome que lhe deu na análise foi “bairro vermelho” ou Zeedijk, por referência ao bairro dos marinheiros de Amsterdam que havia frequentado algumas vezes. “Bairro escuro” era a zona de prostíbulos da cidade em que vivia antes de vir para a América do Sul. A mudança de nome demorou vários meses e foi um marco. Foi o início de uma menor reticência, mas ele não recordava o que vivia enquanto estava no “bairro escuro”. Essa falta de memória não só envolvia sua permanência nos prostíbulos, como incluía as horas posteriores, quando chegava em casa e maltratava verbalmente Marie, sua mulher. Não recordava no dia seguinte o que havia acontecido, não entendia as queixas e acusações que Marie lhe fazia ao despertar.

A sequência “bairro escuro” se iniciava logo depois do trabalho, sobretudo se acreditava que havia sido um dia ou semana exitosa. Dizia-se a si mesmo: “você merece, trabalhou para isso”, o que funcionava como uma autorização para começar a tomar álcool, se embriagar e, em seguida, andar por diversos bordéis até contratar prostitutas, geralmente duas, às quais pedia que se vestissem com roupas masculinas. Fazia com que elas praticassem jogos sexuais entre si, não permitindo que o tocassem, enquanto cheirava cocaína. Com frequência não ejaculava, não era esse o fim que buscava. Apenas ao voltar para casa, já sozinho, se masturbava.

Orgulhava-se de ser muito cuidadoso, mas dentro do “bairro” deixava de lado todo resquício de prudência e, ainda que habitualmente muito regrado em seus gastos, quando no bordel gastava muito dinheiro. Era notável como os costumes, hábitos, valores e ideais que aparentemente regiam sua vida fora do “bairro escuro” ficavam suspensos quando ali estava.

Com o correr das sessões, foi falando mais desse outro espaço que habitava e do qual, não obstante,

parecia não ter muita consciência, ao menos em seu pensamento verbal.

“Armar a cena”, com essa frase descrevíamos como foi tomando forma na sessão esse outro mundo.

“Armar” me parece que representa bem o que foi sucedendo, já que o que ele sentia no princípio era só uma série de sensações voluptuosas, momentos desarticulados, que não guardavam relação entre si.

“Cena” digo, porque quando, com dificuldade, se foi armando um relato, vimos se tratar de uma mesma configuração que se montava sempre com iguais características. Uma espécie de ato teatral, uma atuação que mecanicamente se repetia: ele olhando duas mulheres vestidas de homem, com as quais não tinha contato físico, que mantinham um jogo sexual entre si ordenado por ele. Na cena se instalava um mundo marcado por uma pluriexcitação sensual, que proporcionava uma sensação de saturação sensorial. Pierre tratava de evitar a ejaculação, procurava manter um nível constante de excitação que não arrefecesse. Esse nível de erotização, vimos mais adiante, formava parte de uma estratégia defensiva ante a perseguição e o desamparo.

Sua atuação dentro do “bairro escuro” lhe proporcionava diversos prazeres. Sentia-se dono das pessoas que o rodeavam. Eram como marionetes cujos fios manipulava. Elas deviam montar uma cenografia ambígua, na qual ficavam borradas as diferenças sexuais. O que certamente faltava ali era a alegria de viver e, além disso, suas ideias ficavam dispersas e tudo transcorria num tempo paralisado. Demorou muito para encontrar palavras que descrevessem sua experiência emocional e com elas construir uma narração.

Com o avanço da análise foi tomando mais consistência seu relato sobre o “bairro escuro”, e Pierre começou a experimentar pudor. Ante seu sentimento de vergonha, violentava-se e assumia uma atitude de desafio. Ao narrar sua vida no “bairro escuro”, se instalava nele a sensação de conflito, percebendo a incongruência entre dois modos de pensar.

Tomou conhecimento – meses mais tarde – do caráter compulsivo de sua atividade no “bairro escuro”. Se deu conta de que, uma vez que a começava, tinha que completá-la, descobriu que nenhum impedimento a interromperia. A consciência da marca compulsiva de sua ida aos prostíbulos foi um segundo índice, junto com os traços de pudor, de uma cisão que começava a ter fissuras. A atuação deixava de ser algo alheio a sua consciência e à sua memória. Correlativamente perdeu consistência seu discurso autossuficiente e a ilusão de que sua vontade decidia o que ocorria em sua vida.

Percebeu então que sentia e agia de forma completamente distinta no “bairro escuro” e fora dele. Ficou muito comovido quando o analista lhe fez notar o caráter alienado de suas excursões ali. Podemos descrever como deixavam de existir as considerações morais e éticas, que tinham um papel tão importante em sua vida. Costumava se gabar de uma honestidade e uma correção em sua vida cotidiana que beirava à timidez carola.

A comoção que teve ao notar esse duplo modo de ser o levou a uma tentativa de solução: argumentou que as prostitutas que contratava tinham sorte, ele as tratava bem e não regateava por seus serviços.

Essa tentativa desajeitada de fechar a brecha que se abria não subsistiu por muito tempo. Fez-se evidente a má-fé colocada em jogo, como se, a partir de seu lado escuro, recorresse a um discurso mentiroso e enganador. Com ele tentava distorcer o mundo para adequá-lo a seu modo de ver. A interpretação mantida nessa tentativa o levou a explorar sua relação com as prostitutas. Isso começou nos últimos anos. Antes, durante os primeiros tempos de seu casamento com Claire, tinha prazer em seduzir as mulheres, não pelas eventuais relações que mais tarde daí poderiam brotar, mas pela sensação de euforia que lhe proporcionava comprovar que as podia conquistar. Claire tinha conhecimento das múltiplas relações que Pierre mantinha e, mesmo não sendo de seu agrado, não fazia maiores objeções. Mais tarde convenceu Claire a participar de jogos sexuais com outras mulheres. No último período de seu casamento, Claire permitia que Pierre convidasse mulheres para compartilhar a cama com eles. No curso da análise, Pierre chegou à conclusão de que Claire sofria com suas aventuras extramatrimoniais, que as camas redondas não eram desejadas por ela e que ela assentia como uma forma de retê-lo a seu lado. Essa percepção gerou uma enorme angústia. Não tolerava supor que fizera sofrer alguém ou que o forçara a

fazer algo contra sua vontade e, no entanto, era evidente o caráter tirânico e cruel de sua atitude.

Tratou de demonstrar que desfrutavam e participavam com igual entusiasmo de um jogo sexual minuciosamente preparado. Iam com frequência a Paris e lá frequentavam uma loja que vendia lingerie erótica, com a qual se vestiam.

Quando, com o tempo, pudemos reconstruir com mais precisão a cena, vimos que era ele quem comprava as peças, pedia a Claire que pusesse roupas masculinas enquanto ele, por sua vez, usava roupas femininas. Ele a maquiava e se maquiava também. Mais tarde esclareceu que tanto a roupa como a maquiagem tinham algo de ambíguo, mas mesmo assim quem portava os adereços femininos era ele.

Surgiu na análise sua crença de que quem manda nas relações humanas são as mulheres e então, a partir de sua vestimenta feminina, exercia o poder sobre essas mulheres com traços de virilidade. Chegou a admitir que provavelmente Claire não estivesse tão fascinada como ele com essa sexualidade, submetia-se porque agradava a ele. Foi-se fazendo cada vez mais evidente seu ataque à feminilidade.

Um momento de inflexão na análise foi o sonho do carrossel (“tio vivo” em espanhol), logo depois do nascimento de seu filho. Quase não havia mencionado a gravidez da mulher, era um assunto dela, totalmente alheio para ele. Não quis acompanhá-la às visitas ao médico durante a gravidez nem ficar na maternidade durante o parto e pós-parto. Mesmo assim, com a chegada de Max em sua casa, começou a falar mais dele e a mostrar uma preocupação inusitada. Em poucos dias, contou este sonho: “eu estava com Max e D. emnão sei como o chamam aqui, em meu país o chamamos ‘tio vivo’ ou cavalinhos (carrossel). Max era já um bebê maior, estava montado num cavalinho e ao lado estava D. Eu estava um pouco adiante e via com preocupação que D. falava com Max”.

“Nem sei se posso falar disso com você. Estou com um problema muito sério no escritório. D. é uma pessoa muito boa, é o sócio sul-americano do grupo. Ele quer convencer meus chefes de que temos de usar propinas (em espanhol, “maletín” – valise, mala de mão). Quando cheguei a esse país tive muitos problemas porque havia tido propinas (“maletín”) e eu lhes tinha dito que não iria transigir com subornos. Estou convencido de que, além das considerações éticas, se a curto prazo a propina pode facilitar, a longo prazo é prejudicial. Tenho a impressão de que D. pode convencer meus chefes”. O sócio sul-americano, pelas associações que se seguiram, era uma condensação do analista e Pierre quando ia ao “bairro escuro”. O analista era o responsável por quebrar parcialmente a cisão e com isso abrir a porta para D. e seus argumentos. Pierre sentia então o analista como um aliado de seu lado que ia ao “bairro escuro”. O desejo se realizava no sonho e a ameaça de que D., o sócio sul-americano, convencesse Max das maravilhas de ser um “tio vivo”, o vantajoso e divertido que era esse movimento masturbatório (o subir e baixar dos cavalinhos no carrossel), e como os problemas poderiam ter uma solução mais fácil via suborno.

Dias mais tarde essa interpretação adquiriu mais densidade quando Pierre se sentiu num dilema. Sua permanência no trabalho dependia de que não questionasse mais a propina. Mostrou-se muito aborrecido ao supor que o analista propunha que ele fizesse vista grossa frente ao “maletín”, que não visse o que havia visto no sonho – o diálogo entre D. e Max – visando com isso garantir a permanência dele no trabalho e a continuidade da análise. Em seguida, ameaçou interromper as sessões. A psicanálise era perigosa: ao dar voz na sessão aos argumentos que surgiam no “bairro escuro”, ele corria o risco de ficar capturado por eles, que tomariam o comando de sua vida mental. Ao analista, por motivos seguramente espúrios, só interessava a continuação da análise e se aliava com D. fazendo vista grossa. Assim, era o responsável por fazê-lo claudicar em suas convicções. Desenrolava-se na transferência, resultado de suas mentiras, uma enorme distorção. Travestindo a situação analítica, tentava recuperar o controle de sua pessoa e enfrentar a ansiedade.

Sua análise nessa época transcorreu numa confusão entre o que ocorria no escritório e em sua mente. Seu discurso estava monopolizado pela preocupação em convencer os sócios de que era mais vantajoso não fazerem o suborno (“maletín”). Ao voltar de uma de suas viagens de negócio, relata: “Sábado estive em M. com T. (um político de pouca importância daquele lugar), ele é um homem honesto que tem favorecido meu escritório e nunca nos pediu nada em troca, coisa rara. Ele me contava que, como havia perdido as eleições internas de seu partido e não renovaria seu cargo, pensava em investir numa

publicação. Eu o via muito entusiasmado com o projeto e me chamava a atenção como ele se propunha a realizá-lo sem um estudo de viabilidade, pois penso que ele não tem capital para tanto. Me fez pensar novamente em meu futuro. Me dou conta de que tenho posições conservadoras, com elas tenho garantido uma posição estável, é como um seguro de vida. Estive pensando nesses dias em voltar para a matriz e deixar todos esses debates dentro de mim”.

Sua admiração por M. nos deu a pista de um aspecto dele relativamente indene aos influxos do “sócio latino-americano / bairro escuro”. Foi também a via que lhe permitiria reconectar-se com sua vida infantil, ainda que esta tomasse a forma de recuperar a proteção da mãe que o resguardasse de qualquer ideia conflitiva. Oscilava entre manter posições conservadoras e assim preservar a proteção mafiosa do “sócio sul-americano” que lhe prometia o atalho masturbatório do carrossel (“tio vivo / tio vivo”) ou enfrentá-lo, ainda que temesse que a tentativa de crescer sem “maletín” fosse uma ingenuidade quixotesca, inviável com os recursos disponíveis. Ao mesmo tempo, surgiam importantes ansiedades depressivas como se vê no material que trouxe na sessão seguinte. Comenta que esteve pensando em estabelecer um projeto individual. Havia falado disso com Francisco, “é quem me sucedeu no escritório em meu país. Profissionalmente é como um filho para mim. Ele esteve mal de saúde e agora está se recuperando. Disse-lhe que quando for de férias quero falar com ele, pois queria lhe propor um empreendimento conjunto. Ele se emocionou muito com minha proposta e eu senti uma relação de muita proximidade com ele. Logo me senti culpado por não lhe ter ligado quando estava mal”.

Com o correr do tempo, Pierre foi se sentindo melhor consigo mesmo, recuperando lembranças de sua vida. Surpreendia-se de que elas tivessem permanecido incólumes dentro de si. Isso foi interpretado pelo analista como ele se surpreendia que houvesse “mais ar” do que ele supunha, e que podia ter recursos para proteger seus aspectos infantis e a seu próprio filho do “sócio sul-americano”. Voltou a praticar esportes, o que tinha abandonado no final da adolescência, convertendo essa atividade em um de seus interesses centrais e fonte de grande prazer. Essa era uma sensação estranha em sua vida fora do “bairro escuro”, onde só havia o “correto”. Junto com esse maior contato emocional, apareceu-lhe uma crescente e torturante sensação de conflito. Em uma das sessões dessa época, contou: “essa noite no hotel (numa de suas viagens de trabalho) tive um longo debate comigo mesmo, me perguntei se tinha feito bem em apagar de minha agenda os telefones das prostitutas e finalmente decidi, não sem esforço, ficar só; me masturbei e adormeci... Estou um pouco sonolento agora porque essa noite, quando voltei, o menino decidiu mostrar toda sua vitalidade, e a babá não estava. Max estava dormindo ao lado de Marie e toquei uma punheta ‘higiênica’. Pensei se não seria ruim para o Max. Max está introduzindo novas ideias dentro de mim. Pensei que talvez a masturbação não fosse uma simples atividade fisiológica – como até então sustentava, que considerá-la assim era uma resposta conservadora, uma frase feita” –, mas pensar de outro modo o deixava desconcertado. Fica um momento em silêncio e diz de supetão que tinha começado a pensar que talvez escravizasse as prostitutas enquanto acreditava ter um papel altruísta com elas. Que provavelmente não era certo que Claire aceitasse livremente o tipo de relação proposta por ele. Recorda que quando se separou de Claire se sentia aprisionado e oprimido. Que uma das razões que o levaram a deixar Claire era a docilidade com que ela cedia a seus caprichos. Ele sabia que não podia propor a Marie o que havia proposto a Claire. À luz do que vínhamos analisando, entendemos isso como uma tentativa de limitar a prédica hegemônica desse aspecto dele, que logo se tornou o que ele chamava de “sócio sul-americano”.

Poucas sessões depois, relata: “Ultimamente tenho dois tipos de sonhos: sonhos nos quais tenho uma maneira de escapar e sonhos nos quais não tenho escapatória. Essa noite sonhei que podia andar sobre a água numa *scooter* que tinha uma espécie de pá (em espanhol “pala”, e ele se refere à masturbação como “palla”) embaixo e ia ziguezagueando” – era um exemplo de sonho nos quais tinha como escapar. Seu temor de não conseguir escapar correspondia a não encontrar um atalho masturbatório que permitisse evitar o confronto com o self narcisista que não queria de forma alguma enfrentar sua situação emocional. Continua dizendo que “tinha tido um sonho muito estranho. Estava num carro e tinha de chegar a Paris. Tinha uma sensação de que saía de meu povoado, tinha a impressão de que íamos demorar muitas horas e não chegaríamos, mas, por outro lado, sabia que o encontraríamos de novo”. No início não associa com

nada, mas logo me diz que havia visto nos jornais a inauguração do Museu Cartier. Que havia pensado como ficaria essa edificação no meio da cidade. Supunha que era uma boa combinação, que seguramente teria sido obtida uma harmonia entre as duas arquiteturas. Tinha muita vontade de ir lá, ainda mais que já tinha se proposto a ir a Paris em sua próxima viagem à Europa para ver a obra de Kandinski e de Klee, seus pintores favoritos.

Contou esse sonho dois meses depois da morte do pai. A pintura de seu pai seguia os cânones do impressionismo e ele tinha um grande desprezo pela pintura abstrata. Pierre com frequência tinha se queixado de que não conseguia chamar a atenção dele. Quando menino, realizava desenhos geométricos, de linhas claras, sem limites esfumados como nos quadros do pai. Sempre seus desenhos eram cenas de guerra que seu pai olhava com desaprovação. Seu irmão, por sua vez, era claramente o preferido pelo pai. Com os anos, seu irmão se mostrou um rapaz passivo, homossexual. Em sua adolescência, em uma viagem a Berlim, viu pela primeira vez a obra de Kandinski, que não o impressionou de forma especial. Mesmo assim decidiu que esse ia ser seu pintor favorito, com a sensação de que estava escolhendo algo que era o que mais desagradava a seu pai.

Podemos então ligar a predileção de Pierre por mulheres que encobriam uma secreta relação com homens admirados por ele – temia que sua admiração e seu desejo de sentir-se protegido por um homem o precipitassem num destino semelhante ao do irmão. O desafio a seu pai estava associado a um intenso rancor por não ter conseguido chamar sua atenção, o ter-se sentido traído com o aparecimento de tantos irmãozinhos e, por outro lado, era um reassuramento de que não cairia num submetimento passivo. Legitimava sua agressão a partir dessa crença. De qualquer forma, no sonho havia uma tentativa de conseguir uma harmonia entre a arquitetura nova do Museu Cartier e a arquitetura clássica da velha cidade. Estava presente um desejo de reconciliação com seu pai; ainda que fizesse parte do sonho o temor de não chegar, de não conseguir, persistia a esperança de que o encontraria de volta.

“Essa noite tive um sonho técnico, talvez não valha a pena lhe contar”. Depois de alguma reticência, diz que o escritório em que trabalha teve de criar pequenas companhias de serviços para não ficar à mercê de setores cartelizados, sendo ele o responsável por elas. Essas companhias se converteram em motivo de especial orgulho para ele. No sonho lhe informavam que uma dessas pequenas empresas estava em perigo e que, além do mais, ele estava em negociações para comprar uma companhia desse tipo em outro país sul-americano. Para poder vir à sessão de hoje tinha que assinar os contratos de compra no aeroporto de Z (capital daquele país) e assim poder chegar. Sonhava que estava com os vendedores e estes tinham mudado os papéis e as condições do negócio. Por esse motivo, em sua viagem a Z, havia levado os contratos de sua casa, além de ter observado cuidadosamente as folhas, a grossura do papel, pois estava obcecado com o temor de que, com a pressa, pudessem trocá-los. O analista interpretou que esse sonho tinha um sentido diferente ao do sonho com a *scooter*. Aqui o problema não era ter escapatória e fugir, tinha que ver com os temores por um excesso de confiança. Nos últimos tempos, ele estava fazendo esforços muito grandes para preservar a sessão, e isso ia em direção muito diferente a todas as suas relações. Ele nunca se punha numa situação de esperar algo de outra pessoa. O analista disse que ele, Pierre, o via como alguém fazendo parte de um cartel, pois não podia procurar uma outra companhia concorrente, que o tipo de relação que estava desenvolvendo o convertia em um monopólio e que, nesse sentido, tinha temor de alguma “sul-americanada” por parte dele. Pierre respondeu que mais do que uma “sul-americanada” temia uma “putaria”. Uma “sacanagem filha da puta” seria comprovar que o que sentia como melhoras se desvanecesse. Temia as longas férias que ia tirar, não sabia como ia se sentir. O aparecimento desse temor foi um indício a mais da mudança que estava acontecendo na transferência, era óbvio que o analista começava a ter existência na vida dele. Começava a ter confiança e isso era vivido como muito perigoso.

Ao voltar de suas férias de verão, comenta a obsessão que tem por seu modo de olhar as mulheres, ele “as despe com o olhar”. Lembra-se de que subiu no elevador com uma mulher e ficou com medo que ela se apercesse de como a olhava, o que poderia desencadear uma cena violenta. A violência que ele exerce consiste em não considerar as mulheres como pessoas, não levar em conta o que elas pensam ou

sentem, são apenas uma superfície. A resposta violenta, além de ser um temor da retaliação, era outro índice de uma alteridade que começava a tomar forma e, junto com ela, o tomar consciência de sua própria violência intrusiva.

Em uma sessão posterior, conta uma esperada conversa com um sócio do escritório muito respeitado por ele. Esse homem dizia que, com o novo regime implantado em seu país de origem, o problema não era a ideologia conservadora, a questão central era que os governantes eram más pessoas. Essas pessoas simulavam crer na democracia, mas era só uma fachada. Para elas, não existia outra verdade que a deles mesmos, queriam enfiar dentro dos outros seu modo de pensar. Nesse sentido, era muito difícil estabelecer um diálogo. A partir das associações, o analista interpretou a difícil situação na qual estava o diálogo entre seu lado escuro e seu lado não escuro, era um diálogo quase impossível. Um dos lados não se dispunha a entrar em diálogo, só lhe interessava que prevalescessem suas opiniões e penetrar intrusivamente no outro, como fazia com sua forma de olhar as mulheres. Ficou muito comovido e disse que então “é como se em mim convivessem uma boa pessoa e uma má pessoa”. Reaparecia um outro vértice a partir do qual fazia um insight de sua violência e tirania.

Na sessão seguinte, disse que havia ficado pensando. Tinha chegado à conclusão de que se aborrecia, só seguia rotinas, que assim sentia seu casamento e também seu trabalho. Punha-se em evidência um dilema doloroso, uma complicada relação entre uma boa pessoa que levava uma vida burocrática e uma má pessoa que tinha uma vida intensa e interessante. Essa admiração pelo que ele vivia como má pessoa provavelmente indicava um retorno à idealização da sensualidade que havia marcado suas atuações perversas, mas é importante salientar que isso era formulado como um conflito penoso expresso em palavras.

BERNARDO TANIS

A reflexão em torno do relato de uma análise é sempre uma experiência estimulante para um analista. Cumprimento o corpo editorial da *Percorso* por esta iniciativa iniciada há alguns anos e agradeço a oportunidade que me foi concedida de participar deste debate clínico.

O texto que gentilmente nos é oferecido pelo analista é muito rico. Trata-se de um relato extenso sobre uma análise na qual se apresenta o trabalho com Pierre. Fornece-nos uma rica narrativa com uma variada seleção de elementos, alguns dados históricos do analisando, várias hipóteses metapsicológicas a respeito do seu funcionamento psíquico, estrutura e defesas frente a certas angústias, um rico material onírico, além de importantes referências a singulares momentos transferenciais que, a partir das intervenções do analista, suscitaram momentos de inflexão e transformação.

Sabemos que toda narrativa contempla uma fissura e uma tensão entre o narrador e o narrado, entre o aqui e agora e o então, entre verdade, verossimilhança e persuasão¹³⁶. Temos na ficção literária algo que vincula sujeito, memória, retórica e temporalidade. A narrativa clínica nos conecta com a problemática da linguagem, das modalidades da memória e da temporalidade na transferência. A narrativa clínica nunca deixa de nos desafiar. Estamos longe de aderir a uma forma canônica de apresentá-la. Muitas vezes a escrita fica inibida ao pensar que temos que reproduzir a dimensão inefável da experiência. A escrita do psicanalista, em minha perspectiva, não visa a reproduzir a experiência, mas a produzir um efeito no leitor a partir das evocações, reminiscências e associações que o autor possa provocar em seu interlocutor¹³⁷. Escrita é potência viva, e será a partir desse vértice que procurarei construir meu comentário ao texto apresentado pelo colega. O comentário não pretende de modo algum esgotar o material clínico apresentado, apenas propiciar o diálogo com o autor e com os leitores sobre alguns elementos que, a partir da perspectiva acima citada, destacaram-se para mim.

De “armar a cena” a “outra cena”

Os primeiros parágrafos procuram nos apresentar Pierre: sua mudança de país e continente, algo sobre seu uso de drogas, sua procura por prostitutas em seu país de origem e no momento em que inicia análise, sua primeira e segunda esposas, Claire e Marie, respectivamente, e certas particularidades de sua família de origem.

Embora apareçam elementos factuais manifestos, há outro componente de outra ordem (latente) que veio animar o relato já no primeiro parágrafo. Pierre procura um analista em seu país de origem, antes mesmo da viagem, pois “temia se desestruturar com a mudança”. No parágrafo seguinte, aparecem novos significantes associados ao mesmo campo semântico: antes reservados ao espaço do ócio, agora as drogas e as prostitutas ameaçavam invadir o espaço de trabalho. Vivia isso como “uma ameaça de descontrole”, ecoam as palavras do seu analista anterior. Sua vida poderia ficar caótica se tivesse que parar de trabalhar. Seu sucesso profissional “tem-no mantido organizado”.

Desestruturar-descontrole-caótico-organizado. Quem é Pierre? Essa pergunta pode soar estranha aos ouvidos de um analista, mas, atentos ao relato, à hipótese da cisão como caracterizada pelo analista em vários momentos da sua narrativa, evoca em mim a fábula narrada por Ítalo Calvino, *O visconde partido ao meio*. O protagonista da história, o Visconde Medardo de Terralba, vai para uma guerra entre turcos e cristãos e leva um tiro de canhão no peito que o divide em metades exatamente iguais. Uma é salva pelos médicos do exército e a outra é encontrada viva no meio de um monte de cadáveres e curada por um grupo de eremitas. A particularidade é que uma dessas metades é totalmente má e a outra incrivelmente boa. Legitima-se, com isso, a pergunta: quem é Pierre? Tolerará entrar em contato com a angústia, “efeito do tiro de canhão” que o separara em duas metades? E ainda – e aqui me permito avançar em mais uma indagação, tanto clínica como metapsicológica, que procurarei desenvolver ao longo deste comentário – haveria outra perspectiva para pensar as atuações e montagens no campo da sexualidade de Pierre que não a da cisão entre dois aspectos da sua personalidade? Poderiam ser pensadas, como hipótese a ser investigada, como uma tentativa de sexualizar e inscrever no registro prazer-desprazer algum tipo de vivência de natureza traumática que não pode ser representada/ simbolizada?

O analista nos convida a acompanhá-lo no percurso dessa análise. Há um primeiro momento, o qual o analista chama de “armar a cena”, em que o analisando descreve o ritual que ocorre no *bairro escuro* (nome outorgado ao bairro dos prostíbulos). Costuma contratar duas prostitutas, duas mulheres às quais solicita que se vistam com roupas masculinas e pratiquem jogos sexuais aos quais assiste mantendo um estado de excitação. Esta encenação ritualizada, na qual os atores desempenham sempre o mesmo papel, obedece a uma exigência compulsiva, que será compreendida pelo analista como “uma estratégia defensiva face à perseguição e ao desamparo”. Mas qual será a cadeia significativa que organiza a cena e que, irrefreavelmente, o conduz a essas existentes montagens nos prostíbulos? Voltaremos a isso posteriormente, já que procuraremos avançar e conjecturar em torno do enlace entre a cena atuada e a ideia do analista de que se trata de uma montagem defensiva face à perseguição e ao desamparo.

Joyce MacDougall reconhece certas regularidades no funcionamento psíquico em analisandos cuja vida sexual se centra numa prática ritualizada e limitada: “A expressão erótica ritualizada constitui um traço essencial de sua estabilidade psíquica, e uma grande parte de sua existência se desenvolve em torno dela”¹³⁸. O analista atento a esse movimento reconhece tal dinâmica e constrói uma hipótese sobre a demanda de análise, a saber: a esperança de recuperar o controle obsessivo que estabilizaria sua cisão e que o ajudaria a manter a ficção onipotente que controlava sua vida, negando, assim, sua compulsão escravizante de frequentar o bairro das prostitutas. Esta hipótese é coerente com o fato de que uma das características dessa sexualidade compulsiva é que o objeto passa a desempenhar um papel circunscrito e controlado pelo sujeito.

Pierre receia se vincular e, no entanto, casa-se duas vezes. Seu primeiro casamento foi com Claire, cujo ex-marido fora um homem bem-sucedido. O segundo foi com Marie, cujo pai fora uma personalidade conhecida. Rivalidade edípica atuada, intensas fantasias homossexuais? Quem sabe, nutrir-se identificatoriamente absorvendo algo do masculino através dessas mulheres que vivenciaram o contato com esses homens potentes? Que relação isso guardaria com a cena montada nos prostíbulos? Seria ela um modo de controlar, *a distância*, suas fantasias homossexuais?

Alguns elementos da história de vida de Pierre vão sendo apresentados na narrativa. Seu pai é descrito como distante e egoísta. Voltado para seu mundo da pintura, passava a maior parte do dia bêbado. Os pais não compartilhavam o mesmo leito e os irmãos, à medida que cresciam, assim se dividiam para dormir: os filhos homens dormiam com o pai, as filhas com a mãe. No entanto, algo quebra essa regra ao ser escolhido pela sua mãe, na puberdade, para ser seu confidente de seu casamento infeliz e para “compartilhar com ele o cuidado com os filhos menores”. A obsessão de Pierre, diz o analista, era sair o quanto antes daquela casa cheia de irmãos. Do que poderia estar querendo fugir? De ser o eleito da sua mãe? O especial? De testemunhar a falência do seu pai? Preço excessivamente alto a pagar para ocupar esse lugar ambíguo que lhe é oferecido pela mãe. Não seria estranho que, frente a uma constelação edípica assim configurada, defesas drásticas (cisão, clivagem, veremos adiante nossa hipótese) pudessem se instaurar como forma de evitar o desenvolvimento de intensa angústia.

Curiosamente, o analista diz, no início de seu relato, que Pierre se apresentava como um homem sem recordações, sem interesse pela sua história, e considerava-se um *self-made man*, confiando apenas nas suas próprias forças. Parece que, mais do que do recalque, estamos diante de uma tentativa mais radical¹³⁹ de não entrar em contato com uma dimensão mais intrusiva do objeto. Anuncia-se, assim, a desconfiança e sua ambivalência no início de uma análise, sua suspeita de quais poderiam ser as intenções do analista e se seria capaz de controlar a cena assim como talvez procurasse se proteger das investidas maternas. Assim, de “*armar a cena*” concede-se lugar “*a outra cena*”, a cena transferencial, na qual se coloca em jogo o desenrolar da análise.

Encurtando a distância

Progressivamente, Pierre nota uma diferença no seu modo de ser no trabalho e no bairro escuro. Há uma moral diferente que norteia seu modo de agir nos dois espaços e, se antes da análise isso não era muito percebido, agora aparece como um “conflito”, dirá o analista. Nota-se, inclusive, a emergência de certa culpa, vergonha e constrangimento vinculados à forma como se relacionava com as mulheres para sua satisfação, seja com as prostitutas, seja com Claire. Uma metade estaria tomando conhecimento da outra? Pareceria ser essa a perspectiva do analista; dois mundos, duas éticas em conflito, o bem e o mal, um mundo em que as emoções e os afetos têm lugar e outro no qual as pessoas são tratadas como objetos-coisa.

Um rico movimento transferencial é aprendido no sonho do carrossel (*tiovivo*) e seu desdobramento ligado à temática do suborno, *maletín* (lembramos o leitor de que o novo sócio procurava convencer Pierre de que às vezes deveria se valer da propina para realizar certos negócios, prática que ele condenava). Emerge uma fantasia transferencial na qual o analista o induziria a praticar a propina ou fazer vista grossa ao fato. O analista, movido por interesses espúrios (ética suspeita), aliar-se-ia, assim, ao sócio D. Trata-se do sócio sul-americano quem advoga o pagamento de propina. Em seu sonho, aparece também o filho Max.

A análise chega a um ponto bastante crítico; o analisando ameaça interromper o processo. Diz o analista que Pierre “tentava recuperar o controle de sua pessoa e enfrentar a ansiedade”. A questão que surge é: por que Pierre sentir-se-ia ameaçado? O que estaria sendo vivido na transferência que provocaria esse sonho? A que se deveria a primeira aparição no relato do seu filho Max?

Penso que agora podemos tentar vincular alguns elementos que talvez nos ajudem a compreender algo a respeito da natureza da cisão, da necessidade do controle e da qualidade da ansiedade que emergia no sonho, que nesse momento do relato não está muito explicitada, embora os movimentos nele presentes sejam detectados pelo analista. O analista reconhece, na via associativa do sonho, algo que o vincula transferencialmente a D. Um pouco adiante, quando o analista nos fala de recuperação de memórias por parte de Pierre e de sua surpresa com esse fato, faz menção à ideia de proteger Max das influências de D.

Tenho a impressão de que o nascimento do filho é para Pierre gerador de intensa ansiedade vinculada à sua identidade sexual, à sua masculinidade, à paternidade, elementos que permaneciam dissociados de modo a serem evitados, hipótese que pode se apoiar no relato do analista de que Pierre não falara muito da gravidez de sua mulher, não frequentara as consultas ao obstetra, nem assistira ao parto. Algo precisava ser evitado. Ouso conjecturar que D. representa certos aspectos do feminino sedutor materno do qual Pierre sentia necessidade de se preservar e de preservar seu filho Max. A cena transferencial parece estar impregnada por uma intensidade que o ameaça. Assim, também vejo que neste momento se instaura uma vivência persecutória na análise, mas algo diferente da apontada pelo analista ou talvez complementar. O Analista/D. ao qual Pierre faz tanta questão de se opor também o seduz, e essa sedução traz consigo algo de uma vivência não simbolizada, com que Pierre evitava entrar em contato, para a qual talvez o ritual do bairro escuro parecia oferecer uma proteção.

Alguns elementos começam a se precipitar na análise: seus objetos de gozo parecem começar a ser também objetos vivos, como Claire, Max dormindo ao lado de Marie. Assim, deixam de ser apenas objetos a serviço de um prazer masturbatório e passam a ter existência própria, sentimentos. Isso é algo inteiramente novo para ele e, senão novo, algo que fizera questão de deixar de fora, clivado do aparelho psíquico.

Surgem mais sonhos que, por limitação de espaço deste comentário, não teremos condições de apreciar mais aprofundadamente. No entanto, destaco o interesse que Pierre começa a manifestar pela polarização conflitiva: “Sonhos nos quais tenho uma maneira de escapar e sonhos nos quais não tenho escapatória”. O trabalho do sonho parece se intensificar, assim como sua capacidade associativa.

Em um dos sonhos desse período, “tinha que chegar a Paris”. De modo bastante condensado, mas intenso no relato, aparece a temática paterna e a dinâmica de rivalidade que se estabelecera com aquele que ganhara forma representacional na admiração de um estilo pictórico que desagradava o pai. Aparece também o que pode ser o complexo relacionamento com seu irmão, preferido de seu pai; fantasia idealizada do vínculo homossexual do seu irmão com seu pai? Na sequência, aparece novamente, e com bastante intensidade, a procura, através de artifícios, de evitar a submissão a um mercado cartelizado, e que o analista interpreta como receio do excesso de confiança depositado no analista, que seria vivido ameaçadoramente por Pierre como a edição de um vínculo semelhante ao do monopólio cartelizado.

Comentários finais

Os últimos parágrafos do relato clínico parecem retomar certas angústias iniciais de Pierre. “Temia uma putaria. Algo que poderia abalar o que sentia como melhora”. Receava que seu olhar “que despe com os olhos” as mulheres fosse identificado. Evoca, então, a conversa com um sócio que descreve essas pessoas que simulam acreditar na democracia e procuram enfiar nos outros suas verdades. Nesse momento, o analista mantém seu modo de compreender o mundo interno de Pierre e interpreta “a difícil situação na qual estava o diálogo entre seu lado escuro e seu lado no escuro” como um “diálogo quase impossível”. O analisando parece convencido: “é como se em mim convivessem uma boa e uma má pessoa”. Mas, de modo interessante, volta na sessão seguinte dizendo-se aborrecido com a rotina, com o casamento e com o trabalho. O analista vê nisso um retorno idealizado da sensualidade que alimentava suas atuações perversas, mas entende que esse conflito agora podia aparecer expresso em palavras.

Próximo a finalizar meu comentário, gostaria de retomar algumas das colocações iniciais que visam a

propor uma hipótese complementar àquela da cisão proposta pelo analista, embora queira destacar o fino trabalho com o universo onírico de Pierre, o sutil empenho de ajudá-lo a viver num universo no qual seus afetos e vínculos começam a ganhar existência em contraposição a um universo estéril e coisificado.

A minha hipótese parte da ideia da existência de uma configuração de cena primária ambígua geradora de uma confusão identificatória. Das possíveis alternativas que lhe são oferecidas, Pierre as confronta e recusa de modo a se sentir sem opção identificatória a não ser fugir/abandonar sua casa, o universo dos afetos e desejos edípicos para construir sua própria cena primária no bairro escuro. Renuncia desse modo ao conluio com a mãe intrusiva e dominadora e a uma posição homossexual perante seu pai. Assim, não será um Visconde partido ao meio como Medardo de Terralba, tomado pela dicotomia bom-mau, mas um lobo solitário. Arcando com o preço de uma defesa extrema, indo à caça atrás de uma cena ritualizada que o excita sexualmente e apazigua a emergência da angústia e vazio.

O aspecto paradoxal dessa defesa extrema é que o eu se cliva de uma experiência experimentada e ao mesmo tempo não constituída como uma experiência do eu, o que suporia que ela tivesse podido ser representada. Por um lado, a experiência foi “vívida” e deixou “traços mnêmicos” do que foi experimentado, e, por outro lado, ela não foi vívida e apropriada como tal, na medida em que, como diz Winnicott, ela não foi colocada na presença do eu, o que suporia que tivesse sido representada¹⁴⁰.

Nesse sentido, parece não ter havido em sua infância e adolescência possibilidade de elaboração simbólica e de lutos em relação à constelação edípica. As cenas armadas por Pierre parecem estar no lugar de obter um vazio subjetivo criado pela clivagem de uma parte significativa do eu – outro modo de falar do desamparo e persecutoreidade aos quais o analista faz referência. Assim, a *cena* construída por Pierre seria como um delírio, uma tentativa de cura enxertada. Como um fetiche sofisticado, estaria no lugar de reconstruir alguma cena primária na qual corpos femininos travestidos de homens simulam um encontro primordial. Masturbando-se na solidão *higiênica* parecia encontrar algum conforto. Agora, graças ao trabalho em análise, experimentando uma nova possibilidade de encontro com alteridade que não a da submissão (aquela que lhe fora apresentada pelos objetos edípicos), parece usufruir da capacidade de se vincular e despertar para os afetos, os corpos ganham outro tipo de existência e a sexualidade se anuncia por novas vias ainda inexploradas por Pierre.

ISABEL MAINETTI VILUTIS

Quando fui convidada a fazer parte da seção Debates Clínicos da Revista *Percurso*, não imaginava o tamanho do desafio: comentar um caso clínico anônimo, a partir do relato de um analista – também anônimo – que o entrega generosamente para ser debatido. Uma espécie de clínica descarnada. Palavras escritas sem deixar transparecer a emoção que as investe, tanto de quem as escuta, quanto de quem as diz.

Evidentemente, é um novo espaço para a palavra psicanalítica, muito mais próximo da psicanálise aplicada do que da supervisão ou da própria clínica psicanalítica. Como se o recorte do processo analítico feito pelo analista nos permitisse a liberdade de utilizá-lo como pretexto para uma nova leitura, uma nova criação, outra obra.

Nesse sentido, devido ao interessante e farto material fornecido pelo analista e à limitação de espaço para o debate, farei um recorte centrado fundamentalmente em duas hipóteses clínicas.

Em primeiro lugar, na cena do bairro escuro podemos pensar em algo da ordem do traumático, e portanto da compulsão à repetição própria da pulsão de morte. A fixação e rigidez da mesma representando uma tentativa falha de simbolização do inassimilável pelo sujeito e não uma repetição

perversa.

A segunda hipótese que surge da minha leitura, especialmente do rico material dos sonhos, refere-se aos conteúdos incestuosos presentes em relação à figura do pai, que comprometem a instalação do Ideal de Eu e tornam seu Supereu sádico e violento.

Buscarei desenvolver essas ideias, acompanhando o relato de caso desde o começo, quando Pierre nos é apresentado como um paciente estrangeiro. Muito se tem escrito sobre a estrangeirice do inconsciente e, também, sobre a impossibilidade de falar sua língua senão através de um difícil processo de escuta. As palavras vão adquirindo uma potência modificadora e intransferível, à medida que a análise caminha desvendando sentidos novos e imprevistos. Às vezes, a barreira da língua se faz presente com maior intensidade quando o paciente e o analista possuem um repertório signifiante que advém de línguas maternas diferentes. O paciente procura uma indicação de analista em seu país de origem, o que nos leva a supor que a análise devia ter algo da ordem do familiar (talvez a possibilidade de falar em sua língua? Sendo esta a língua materna do analista, também?) Seja como for, a análise se desenvolve até tropeçar com situações intraduzíveis nas quais o paciente recorre a um idioma estrangeiro. É o caso do “tio vivo” ao qual me referirei mais adiante, ou do bairro vermelho/escuro.

É interessante notar que esse idioma estrangeiro não parece estar relacionado, necessariamente, à língua materna (holandês em um caso, espanhol no outro). O recurso a uma palavra estrangeira, presente em muitas análises, pode operar de modo defensivo, de certa forma “higienizando” a palavra de significações familiares e incestuosas.

Nesse sentido, a mudança de nomeação de “bairro vermelho” a “bairro escuro” revela-se significativa. O bairro vermelho, autorizado, que funciona à luz do dia, cede lugar à escuridão, e esta remete à ausência de luz, à clandestinidade do gozo compulsivo do paciente que, paradoxalmente, consiste em olhar uma cena repetida, sem reconhecer fronteiras e que parece se situar para além da linguagem e do princípio de prazer. Impossível narrá-la em palavras, opera como pura excitação que deve ser acalmada mediante a ingestão de bebidas alcoólicas e o uso de cocaína. Um verdadeiro carrossel que alterna a perda de consciência do álcool com a lucidez fictícia da cocaína.

Em sua primeira entrevista de análise, Pierre faz referência ao temor de perder o controle ao mudar de país e começar a embriagar-se e drogar-se à luz do dia. A palavra que utiliza é “desestruturar-se”. Como se o estrangeiro nele, aquele de quem ele não consegue se lembrar no dia seguinte, pudesse tomar conta de sua vida aparentemente estruturada.

Freud estabelecia como parâmetros de uma certa normalidade a capacidade de amar e de trabalhar. Isto é, poder se livrar da prisão narcísica de uma subjetividade precariamente constituída, para reconhecer o outro na sua diferença e, eventualmente, amá-lo. Ao mesmo tempo, ter a capacidade sublimatória suficiente para poder produzir algo que seja reconhecido e recompensado pela cultura, de maneira a garantir satisfação e autonomia ao sujeito.

Pierre parece ter conseguido um certo sucesso, desde muito cedo, no que se refere à sua possibilidade de produzir dinheiro, o que lhe permitiu sair de sua casa familiar e começar uma vida longe dos pais e dos irmãos. Aparentemente, ele se satisfaz com suas conquistas profissionais e parece contar com o reconhecimento dos outros naquilo que faz. O temor de desestruturar-se advém da possibilidade de pôr seu trabalho a perder. Temor reforçado pela fala do primeiro analista que acena com um colapso caso isso aconteça. De fato, o trabalho parece ser o lugar onde ele poderia tornar-se um homem admirado, como aqueles que nortearam suas escolhas de amor.

Essa estrutura precária, que pode ser corrompida pela “propina” ou por alguma falha que traga à luz seu lado escuro, nos revela um Eu eficiente, mas sem desejo, e que pode sentir a iminência do desabamento com muita intensidade. Isso nos coloca perante uma questão muito difícil para a clínica. Uma coisa é pensar que o trabalho esteja inserido na procura desejante orientada pelo Ideal do Eu, por valores éticos e estéticos sublimatórios; e outra coisa muito diferente é pensarmos no trabalho como mandato sádico superegoico. A ameaça da desestruturação e o ideário paranoide que acompanham a questão da propina nos sugerem essa segunda hipótese no caso de Pierre.

A procura de um ideal está detida e congelada no outro, nas figuras que Pierre admira, nos homens que orientam suas escolhas de amor. As mulheres aparecem, assim, como meros apêndices de homens poderosos pelos quais deseja ser amado e aos quais gostaria de imitar.

Quando afirmo que essa é uma questão delicada para a clínica, me refiro especialmente à facilidade com que esse tipo de vínculo pode ser reestabelecido na transferência e ao perigo de o analista intervir, ora como ideal, ora como supereu sádico.

O verdadeiro naípe identificatório de Pierre parece mais próximo do pai bêbado e egoísta que aparece nas suas visitas ao bairro escuro. Recorte ou cisão do relato do analista, o aspecto compulsivo do vínculo do paciente com o álcool e a cocaína se dilui na narrativa do caso, apesar de estar intimamente associado a esse traço identificatório mencionado anteriormente. Existe um paralelismo entre o que Pierre não pode lembrar de suas idas ao bairro escuro e o que não pode simbolizar das noites no quarto dos homens na sua infância.

Faz parte da cena do bordel o “não ser tocado”, já que o contato físico é vivido como desorganizador e perigoso, o que pode nos levar a pensar no excesso de excitação do trauma e na impossibilidade de simbolização do aparelho psíquico precariamente constituído na infância. Na volta do bairro escuro (quarto escuro?), toda sua angústia se transforma em raiva contra sua mulher, que não o protege da sua compulsão repetitiva. Uma mulher deve ser agredida, desvalorizada e culpabilizada, sinalizando o vínculo ambivalente com sua mãe, que não soube afastá-lo da cena incestuosa com o pai. Considero, portanto, que voltar para casa e agredir a mulher-mãe faz parte da cena, pelo seu caráter repetitivo e, também, pela amnésia que acompanha esse fato.

Se bem concordo com a leitura do analista quanto à possibilidade de poder construir uma narrativa que desfaça de certa forma a cisão, através do processo analítico, creio não ser “mentirosa” a tentativa de Pierre de justificar suas ações dizendo que ele não maltratava essas mulheres e que pagava pelos seus serviços. Sabemos que mesmo a maior mentira traz à tona algo da verdade inconsciente e, nesse caso, não maltratar e pagar pode ser entendido como a tentativa de estabelecer uma mínima diferença na identificação maciça com o pai agressivo e bêbado. O dinheiro é um significante importante na vida de Pierre. Um atributo fálico que o diferencia e que ele insiste em receber pelos seus méritos profissionais. Ganhar dinheiro foi sua forma de estabelecer alguma distância com o quarto escuro, transformando-o no bairro escuro. Uma ponte precária entre sua sexualidade escópica e passiva e a possibilidade de ter algum prazer.

A aparição de um filho de Pierre surpreende ao analista e a nós, mostrando também uma cisão entre o polimorfismo pulsional masturbatório da sua sexualidade e a existência de sua genitalidade. Simultaneamente ao nascimento do filho, o trabalho do sonho se faz presente, marcando um novo rumo à análise.

No primeiro sonho, a figura do corruptor, associada ao “tio vivo”, fala com o filho de Pierre. A palavra estrangeira (tio) acena com um vínculo familiar e próximo que desloca o caráter incestuoso para um aparente problema de falta de vocabulário. A simples tradução de tio vivo por “carrossel” ou “cavalinhos” pode deixar de fora esse efeito significativo que me parece corroborado, no próprio sonho, pela preocupação de Pierre com essa aproximação; como se pressentisse algum dano possível ao filho, por parte do homem corruptor.

Nas associações que se seguem ao sonho, Pierre realiza uma passagem direta do filho ao dinheiro, falando dos perigos de ceder às pressões do homem corruptor para efetuar suborno e oferecer propina. Afirma que, se a curto prazo pode ser facilitador, a longo prazo torna-se uma marca difícil de resolver. Incesto e suborno numa amálgama significativa que opera de forma traumática na sua subjetividade.

É interessante que, nesse momento da análise, o homem corruptor presentifica-se na transferência na figura do analista interessado no seu dinheiro e não no seu crescimento e bem-estar. O paciente imagina que o analista lhe demanda que faça “vista grossa” à propina como os pais de Pierre solicitaram que ele fizesse “vista grossa” ao quarto escuro dos homens na infância.

Nesses momentos difíceis da clínica a transferência se instala como uma verdade que é de outra ordem,

a qual é preciso escutar para não respondermos defensivamente a partir do princípio de realidade.

Considero que a mudança transferencial não é decorrente do fracasso de suas “mentiras”, mas de sua impossibilidade de controlar a angústia de se tornar pai e da atualização do dilema “proteger um filho, ou abusar dele”.

A partir desse sonho, abundam em seu discurso as referências a vínculos pai-filho: com o político do seu país, com seu sucessor na empresa e com o analista. A interrogação de Pierre parece dirigir-se à possibilidade de fazer algo próprio e criativo, o que acena para uma relação mais sublimatória com o trabalho. Abre-se, também, a dimensão de futuro, instalando uma temporalidade mais neurótica e menos dominada pelo infinito presente contínuo da compulsão de repetição.

Em relação ao próprio filho, pode perceber o seu temor/desejo de fazer algum dano com a fantasia incestuosa que anima sua sexualidade masturbatória. Ao mesmo tempo, a morte real do pai desencadeia e aprofunda suas elaborações sobre as relações entre os homens. Parece perguntar se existe alguma forma de escapar da erotização dos vínculos incestuosos.

Realmente, construir algo novo que possa conviver com as emoções mais arcaicas e primitivas é uma tarefa difícil para Pierre. A ideia de um museu que abriga em si objetos de outras eras, devidamente catalogados como pertencentes ao passado, aparece na associação do paciente relativa ao sonho de procura do pai. Uma arquitetura contemporânea que complementa a arquitetura já existente e ao mesmo tempo guarde dentro de si os objetos valiosos de outras eras.

Nem boa nem má, essa nova arquitetura estará marcada por uma nova temporalidade e, talvez, pelo desejo.

Leituras

Da lógica do condomínio ao encontro na mata

Sara Elena Hassan

Resenha de Christian Ingo Lenz Dunker, *Mal-estar, sofrimento e sintoma – uma psicopatologia do Brasil entre muros*, São Paulo, Boitempo, 2015, 416 p.
Coleção Estado de Sítio.

Sara Elena Hassan é psiquiatra e psicanalista.

Há, neste livro de Christian Dunker, uma proposta de renovação da clínica psicanalítica, pelo uso da teoria social crítica e da antropologia estruturalista. Termos como *diagnóstico* e *psicopatologia* adquirem um novo estatuto e se tornam mais compatíveis com as lógicas da psicanálise.

Tomarei apenas alguns aspectos mais centrais e criativos deste trabalho que, em minha opinião, poderia se desdobrar em cinco volumes, cada um deles para um capítulo, dada a abrangência e as ramificações dos temas contemplados: “Lógica do condomínio”; “Psicanálise e modernidade brasileira”; “Mal-estar, sofrimento e sintoma”; “Diagnóstico da modernidade e perspectivismo ameríndio”; e “Releitura da diagnóstica laciana”. Um chamado se impõe, desde o título mesmo, para que cada um dos seus termos adquira alcance e dimensão própria, na sua articulação recíproca com os outros.

O autor vai construindo um tripé entre *mal-estar*, *sofrimento* e *sintoma*, entrelaçados por um quarto termo, a *diagnóstica*, que, nesta articulação, não fica reduzida à distinção entre as clássicas estruturas clínicas em psicanálise, neurose, psicose e perversão, mas se depreende de uma função mais geral da linguagem, a saber, a função nominativa. Esta ampliação da noção mais tradicional de diagnóstico não faz por desmerecer seu entendimento laciano, mas reforça e radicaliza seus alcances operativos e sua dimensão de ato.

A noção freudiana de mal-estar (*Unbehagen*) é trabalhada a partir do Real laciano, não sem, antes, passar por uma leitura extensa e detalhada do mal-estar, tal como apresentado por Freud em *Mal-estar na civilização* (1929 [1930]). Dunker examina amplamente o significante original em alemão, *Unbehagen*, bem como seu equivalente em português, extraíndo destas análises algumas articulações com a filosofia, principalmente a de Heidegger. Sua tradução transliterativa levanta a hipótese de que o termo alemão *Hag*, radical presente em *Behagen* (prazer, beatitude), venha a ser vertido como “clareira”. A clareira anuncia assim, preliminarmente, a possibilidade do que ao final do livro vai-se chamar de *encontro na mata*. Abertura a uma alteridade desconhecida, não submetida à lógica fechada do condomínio. “Pode ser considerada a principal tese clínica deste livro”... “que o tão afamado Real retornará nas mais diferentes modalidades de mal-estar, mas não sem se interligar ao sintoma pela via das narrativas do sofrimento” (p. 398).

Procedimento semelhante se encontrará para a noção de sofrimento. *Leiden* é sem dúvida uma expressão ocorrente em Freud e Lacan, mas não tematizada conceitual e metapsicologicamente. Neste sentido o autor propõe algumas condições mínimas, necessárias para elevar a noção de sofrimento à condição de um conceito em psicanálise. O sofrimento tem estrutura de narrativa, assim como o sintoma tem estrutura de metáfora.

A hipótese do autor, segundo meu entendimento, é que o diagnóstico permite, em termos gerais, a re colocação do mal-estar em outro patamar. Ele dá nome ao que não tem nome. Por outro lado, é uma operação que tem sempre algo de pífio, insuficiente ou fracassado em relação àquilo que pretende nomear. A novidade é que ao separar o *diagnóstico*, como ato, da *diagnóstica*, como forma de racionalidade clínica introduzida como conceito pelo autor, ele recupera, dialeticamente, o lado produtivo dessa insuficiência. Diagnóstica envolve *formas de vida*, como modalidades de individualização do sofrimento em torno do mal-estar. A diagnóstica não se refere apenas a classificações e nosologias

médicas ou psiquiátricas, mas envolve discursos. Se o diagnóstico é do sujeito ou do sintoma, a diagnóstica recai sobre uma *forma de vida* e a relação que esta cria entre sintoma, sofrimento e mal-estar.

Esse desenvolvimento seria impensável sem o conceito de *experiência de indeterminação*, de Axel Honneth. Conceito que é assimilado e transformado por Dunker, que lhe acrescenta uma volta a mais com sua contribuição da ideia de determinação no âmago mesmo da indeterminação¹⁴¹. Narrativas de sofrimento atravessam a teoria e a clínica da psicanálise, com função de causa, capaz de ligar as vertentes sociais e discursivas do sintoma. *Narrativas de sofrimento* têm como centro a *perda da experiência* (Benjamin).

Dunker detecta uma figura prevalente do imaginário brasileiro, que chama de *forma de vida em condomínio* (cap. 2), considerado como sintoma social a ser analisado. Não se trata apenas do condomínio enquanto moradia com uma área comum, partilha de serviços e descanso, como habitualmente conhecido. Trata-se mais de uma metáfora ou uma lógica de ocupação de espaços fechados, extensível a outras formas de organização, normativizantes e de identidades congeladas. Essas identidades excessivas, repostas por experiências de determinação, são fruto da estratégia baseada em isolamentos e barreiras. Elas são figuradas aqui como muros que operariam como defesa frente ao exterior hostil e diferente. Nem sequer os *condomínios psicanalíticos*, como outras tantas formações institucionais, escapam a essa modalidade local de colocar fronteiras em relação ao outro diferente, desconhecendo assim a rivalidade latente entre iguais na busca de uma hipotética paz artificial.

Lógica do condomínio é mesmo um achado do autor. Não é apenas uma modalidade de engenharia urbanística, mas um dos nomes do tratamento brasileiro do mal-estar. *Forma de vida em condomínio* radica na lógica de segregação, cujo estatuto provém do conceito de defesa militar e seu modelo, o forte de ocupação. Como costuma acontecer com a defesa mal-sucedida, ela não consegue abafar as causas do conflito que pretende resolver. Vemos aparecer, nesta abordagem, uma articulação possível entre conceitos da psicanálise (defesa, *Abwehr*) e fenômeno social.

Fica então aberto o caminho para que, no capítulo seguinte, a lógica das contradições sociais possa ser aplicada às linhas de força operantes na psicanálise como movimento cultural brasileiro. Este cruzamento entre contradições sociais e psicanálise vai se constituir na razão do método ao longo do livro. *Murossão* articulados à *demanda*, *síndicos* aos *discursos*, sintomas aos *modos de sofrimento*. Tudo isso operando na lógica social brasileira, na clínica e nas instituições psicanalíticas. “Nas paredes (muros), há uma demanda e uma modalidade de sofrimento que foi esquecida” [...] “um mal-estar cujo nome não lembramos mais é um tipo de sofrimento que exprime uma aspiração de reconhecimento” (p. 65).

O precedente mais claro dos condomínios são os grandes hospitais psiquiátricos de meados do século XIX, assim como suas variantes estruturais são a favela, o *shopping center* e a prisão. A lepra, este grande mal estudado por Foucault como fator de exclusão social, uma vez acontecida como tragédia volta agora como farsa, no cotidiano do condomínio, infestado por crimes de desobediência, uso de drogas e brigas entre vizinhos. Os antigos leprosários e hospícios com suas promessas de paz, tranquilidade e retorno à felicidade perdida (p. 52) são parte da arqueologia defensiva do muro de condomínio.

Mas os muros admitem furos, frestas e buracos, assim como ilustrado na imagem de capa do livro, extraída de um fragmento do muro de Berlim. Encontramo-nos, neste ponto, com uma particularidade da instituição do *condomínio* na qual se constata, justamente, o quanto o Real em questão insiste, para além da sua banalidade. Não sem ironia, Dunker escreve, a propósito do condomínio, que “seria preciso descobrir como foi possível inventar uma forma de vida comum sem uma verdadeira comunidade” (p. 50).

A figura estrutural do síndico é examinada em elementos e personagens da cultura brasileira, tais como a música *W/Brasil (Chama o síndico)*, de Jorge Ben Jor, o Capitão Nascimento, do filme *Tropa de Elite* e, de forma articulada com as narrativas do sofrimento, no cinema brasileiro da Retomada. A última parte deste capítulo retoma abordagens da produção psicanalítica sobre a conexão entre brasilidade e narrativas

de sofrimento, sob a rubrica temática dos *novos sintomas*: “Talvez tenha chegado o momento de avaliar as condições de nossa contribuição particular ao concerto das nações, quiçá pela exportação de nossa forma idiossincrática de sofrer” (p. 401).

Para entender a lógica dessa relação entre formas de vida, narrativas de sofrimento e formulação de demandas transformativas, o autor empreende uma tentativa de localizar a psicanálise na modernidade e, mais particularmente, na modernidade brasileira. Isso será focado, através das circunstâncias particulares e muito específicas nas quais ela chega e se desenvolve, na sua condição de sintoma-resposta às vicissitudes do sofrimento no Brasil. Três momentos são examinados: os anos 1920, data da chegada do freudismo, a institucionalização da psicanálise no pós-guerra e chegada do lacanismo nos anos 1970, em meio à ditadura. Apesar de reconhecer a existência de trabalhos sérios de cunho histórico, sociológico e antropológico sobre a psicanálise no Brasil, Dunker aponta a escassez de estudos que articulem a lógica das contradições sociais com mudanças nas linhas de força das principais tendências da psicanálise. Ele assume de alguma maneira, para si próprio, esta tarefa, embora apresente seu ensaio a título de notas preliminares, e diga que o trabalho “está por se fazer” (p. 107), pois “nenhum autor tentou” (p. 108). Talvez tenhamos aqui um convite para o que ainda é preciso entender, ou está por ser escrito, segundo conjectura o autor (p. 111). A hipótese da psicanálise como sintoma do Brasil, entrelaçando vanguardas literárias e científicas com feudalismos condominiais, é, segundo a minha opinião, uma contribuição a problematizar, no melhor sentido deste termo, tendo em vista as condições de possibilidade, a existência e efeitos da psicanálise no Brasil.

Como uma espécie de contrapartida ou antídoto ao condomínio, Dunker apresenta nos capítulos finais o *encontro na mata*. Inspirado na antropologia pós-estruturalista, o autor encontra, no perspectivismo, um suplemento à teoria lacaniana das estruturas clínicas. Valorizando um modo de relação sem pressuposição de identidades constituídas, a força constitutiva do encontro, o jogo recíproco de atribuições e nomeações, o xamanismo transversal ocorrente na cena amazônica do alto Xingu, o livro pretende oferecer uma antropologia compatível com a lógica lacaniana do não todo, como fundamento para uma psicopatologia crítica.

O livro toma por referência a antropologia pós-estruturalista e a renovação do pensamento dialético. Referências que atravessam suas páginas e vão explicitando a posição de Dunker de fertilizar a psicanálise a partir dessas disciplinas que permearam a renovação lacaniana da psicanálise. Nesse quadro destacam-se as contribuições do perspectivismo animista ameríndio, como desenvolvimento contemporâneo da antropologia de Lévi-Strauss. Como se sabe o antropólogo francês empreendeu suas pesquisas seminais com etnias brasileiras, que eram organizadas fortemente pelo totemismo, como os povos bororo e kadiveu. Dessa forma o totemismo, congruente com o olhar europeu, teria infiltrado um universalismo antropológico na psicanálise e em sua concepção de estrutura clínica, que pode e precisa agora ser revisto. Dunker considera a possibilidade, não vislumbrada por Lacan, de uma coexistência entre totemismo e animismo na fundamentação antropológica da psicanálise. Para isso teríamos que reconhecer que o totemismo, com seu registro de circulação fálica, e com seus universos de discurso fechado, acaba se tornando paradoxalmente incompleto. O animismo perspectivista representaria a narrativa antropológica, até agora faltante ou aludida nos discursos místicos, do “não todo” como crítica do universalismo totemista: ou seja, é possível ler um movimento que vai desde o particular brasileiro, com suas formas de vida e suas narrativas de sofrimento, como reivindicação da atualidade e da localização da psicanálise como uma prática que não é mais nem uma ideia nem uma prática fora de lugar. Daí a importância decisiva do aporte dos estudos antropológicos de Eduardo Viveiros de Castro sobre as culturas indígenas do alto Xingu. Tais culturas, como acontece nos povos tupinambá e arawaté, não estão centradas no totemismo, mas sobre o animismo perspectivista. O autor advoga que a narrativa social, portanto a forma de sofrimento dos povos do alto Xingu, se presta a oferecer um fundamento antropológico para alguns dos desenvolvimentos de Lacan tais como as fórmulas da sexualização, que ainda não teriam encontrado, claramente, suas narrativas sociais de referência. Assim como a sexualização, o mito individual do neurótico e a teoria dos quatro discursos admitem novas leituras, cruzamentos e ampliações quando se considera este

novo modelo de estrutura.

Em que o perspectivismo ameríndio poderia incidir na psicanálise? É essa a pergunta à qual o capítulo 4 e mais extensamente o capítulo 5 tentam responder. Aqui o autor discorre criticamente sobre a limitação das premissas do totemismo como única regulação possível que atravessa, com algumas exceções, as contribuições de Freud e Lacan. A inclusão de formas de vida, mais além do totemismo, exemplificadas pelo paradigma do *encontro na mata*, poderia nos ajudar a sair do neurótico-centrismo, que corrói a diagnóstica psicanalítica desde a crítica de Deleuze. Expõem-se então algumas características do perspectivismo ameríndio, e seu xamanismo transversal, que lhe permitem renovar a fórmula de Lévi-Strauss de que o psicanalista é um xamã moderno.

O perspectivismo animista nos convida a uma reformulação de outro pilar da psicanálise lacaniana: sua teoria do reconhecimento. Aqui Dunker argumenta a favor da retomada, por parte da psicanálise, da dialética hegeliana articulada ao materialismo freudiano e mais particularmente sua filosofia da história. Reconhecimento é definido como “processo de identificação inteligível de objetos, que seriam reconhecíveis no conceito por meio de traços” (p. 305). A revisão desta passagem hegeliana, do conhecimento ao reconhecimento, permitiria integrar melhor à psicanálise ao que está em jogo na valorização das experiências de indeterminação. Os dispositivos normativos de identificação nada mais são do que gramáticas de reconhecimento congeladas no tempo, determinações simbólicas que perderam sua efetividade diante do mal-estar. “Experiências de determinação improdutivas são aquelas que se mostram incapazes de produzir reconhecimento social simbólico” (p. 286).

Após uma revisão dos critérios de normal e patológico, ele ensaia outra concepção do patológico. Advertida do neurótico-centrismo, sem por isto deslocar o eixo para a psicose nem recorrer à teoria da forclusão generalizada, o autor retoma a loucura como categoria fundante de uma psicopatologia lacaniana. Daí que, para essa nova diagnóstica, liberdade e verdade se apresentem como critérios do patológico. Acredito que esse olhar trans-amazônico e dialético é instigante e necessário para o debate psicanalítico nesta *terra brasilis*. A quem souber captá-lo, ele resgata, coloca em questão e trabalha uma inédita, e talvez impossível, conexão de conceitos¹⁴².

Orientação profissional

Beatriz Helena Peres Stucchi

Resenha de Maria Stella Sampaio Leite, *Orientação profissional*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2015, 248 p. (Coleção Clínica Psicanalítica, dir. Flávio Carvalho Ferraz)

Beatriz Helena Peres Stucchi é membro associado da SBPSP, docente do Instituto Sedes Sapientiae.

Bastante interessante podermos encontrar esse tema – Orientação Profissional – fazendo parte da Coleção Clínica Psicanalítica. Esse fato já nos introduz na postura metodológica e teórica com a qual a autora nos apresenta reflexões e experiências derivadas de seu longo percurso de trabalho também nessa área.

O texto nos introduz abruptamente na complexidade, importância e, por que não, nas controvérsias que todo bom tema contém.

O que buscam aqueles que em diversos momentos da vida procuram uma Orientação Profissional?

Uma citação logo na apresentação do livro, frase de uma das participantes de trabalhos desenvolvidos em grupo, pode nos indicar a densidade da questão:

“Intriga-me qual o sentido da vida. A escolha da profissão tem a ver com isso. Escolher é dar um sentido a ela” (p. 23).

Assim posto, será vocacional ou profissional o que essa busca de orientação vai abarcar?

Deixando para a autora essa resposta, estamos de toda forma nos referindo ao ato de trabalhar! Ou ao Trabalho, conceito amplamente elaborado por várias áreas do conhecimento; também encontramos no livro um bom apanhado desse conceito, que vem sendo transformado ao longo de toda a História da Civilização. O conceito é portanto “dinâmico”, pois vai se transformando no correr do tempo e das necessidades culturais.

Mas o Trabalho nos foi apresentado também como Mito já na condição primeira de nos reconhecermos como Homens. “Expulsos do Paraíso”, nos foi dado o trabalho como condição para o viver.

Com citações de vários autores, Arendt, Lasch, Agamben, entre outros muito respeitados, somos captados pela riqueza do tema Trabalho e talvez na contramão das nostalgias do Paraíso Perdido temos dificuldades de ter claro que “É preciso saber que todo trabalho é atravessado por contradições” (Dejours, p. 39) e esse mesmo autor faz a indagação para a qual o livro ricamente tenta buscar respostas: “por que certos trabalhadores sofrem com o trabalho e outros sentem prazer ao executá-lo” (p. 38)¹⁴³.

Na sequência dos capítulos somos conduzidos ao sentido do trabalho para a Psicanálise, a partir do texto *O mal-estar na civilização*, de Freud (1930). Questões sobre a satisfação com o trabalho, em que condições, qual o papel do trabalho na dinâmica psíquica do homem serão então a busca sobre a qual a autora nos convida a continuar refletindo, valendo-se de conceitos como teoria das pulsões, sublimação, ideal do ego, libido objetal, para ficarmos apenas com referências claramente freudianas.

Focando o prisma da Orientação Profissional/Vocacional, somos informados a respeito da História da Orientação, em que essas questões serão consideradas sob diferentes enfoques e técnicas. Muito já se trabalhou sobre o tema, a propósito. Entre vários autores, em diferentes épocas a partir do séc. XX, é sobre Bohoslawsky que a autora mais se detém, dedicando-lhe um excelente capítulo (cap. 4). Nele ficamos sabendo da preocupação com a escolha profissional mais especificamente nos adolescentes. Sim, estamos

de acordo, porém podemos pensar que em geral nos referimos ao adolescente como faixa etária, mas a adolescência é também um estado psíquico, sob a compreensão psicanalítica. Como diz o artigo de Green – *El adolescente en el adulto*¹⁴⁴ –, há adultos adolescentes tanto quanto adolescentes adultos. Assim considerando, a Orientação Profissional/ Vocacional é algo valioso em vários momentos de nossas vidas.

Se puder resumir o que considero ir além do estado mental do adolescente, seria poder enfrentar a questão da escolha, em que há sempre um ônus que pode querer ser adiado. Então, quem pode dizer que “acabou minha adolescência ou começou minha velhice?”.

Adolescere quer dizer “jovem adulto” (p. 76). Acrescentaria, por minha conta e risco: adolescer pode também ser compreendido como: a dor de ser.

A dor de ser seria uma Consciência de si, com “impacto na economia psíquica... em termos somatopsíquicos e simbólicos-culturais” (p. 76). Fatores conscientes e inconscientes se entrelaçam e conflitos operam, agem e podem estagnar muitos processos desejanos.

Sob o olhar psicanalítico, com esclarecimento dos vários conceitos utilizados em sua maneira de compreender e trabalhar, a autora dedica para tanto o capítulo 7, de extrema importância para os que se envolvem com o tema, orientadores profissionais em diferentes situações, quer nas escolas de Ensino Médio, quer em psicoterapias ou outras ocasiões ligadas ao tema.

Generosamente, na segunda parte do livro, a autora mostra todo o trabalho envolvido numa Orientação Profissional/Vocacional. Desta feita torna o livro uma recomendação importante para os cursos de formação de orientadores, dentro e fora dos espaços acadêmicos. A prática desenvolvida por vários anos, acompanhada de reflexões, ilustra o processo com muita vivacidade e importância. Para tanto dedica vários capítulos, desde especificações da aplicação de sua técnica até ilustrações clínicas muito ilustrativas.

Mesmo que a escolha profissional possa caminhar por toda uma vida, como também é citado no texto, a leitura do livro me fez pensar que a oportunidade de um tempo e espaço para as reflexões envolvidas na Orientação Profissional/Vocacional é uma contribuição que abre caminhos para o amadurecimento das buscas de identidade, não só profissional. Abre portas para as muitas buscas de realizações, as quais precisam levar em conta que as ilusões podem nos fazer companhia mas podem também nos afastar do prazer de uma vida.

Quanto mais Trabalho Psíquico envolvido para escolhas de um bem viver, mais teremos chances de aumentarmos as possibilidades de gostar do que fazemos e não apenas fazermos aquilo de que gostamos!

Vale a leitura e as reflexões que ela pode propiciar!

Clínica extensa: um caso exemplar

Marion Minerbo

Resenha de Fernanda Sofio, *Psicanálise na UTI: morte, vida e possíveis da interpretação*.
São Paulo, Escuta/Fapesp, 2014, 99 p.

Marion Minerbo é membro efetivo com função didática da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Doutora pela UNIFESP. Autora de *Neurose e não neurose e Transferência e contratransferência* (Casa do Psicólogo).

Tive o prazer de estar tanto na qualificação (em 9 jun. 2006) quanto na defesa (em 2 fev. 2007) da dissertação de mestrado de Fernanda Sofio, que acaba de ser publicada pela Editora Escuta. É um trabalho singular, relevante tanto para psicanalistas quanto para pessoas que trabalham em hospitais: médicos, atendentes, enfermeiros. Trata-se de uma forma inovadora de entender, e de exercer, a função terapêutica fora do enquadre padrão, que é o consultório psicanalítico. É fruto do estudo aprofundado da obra do saudoso Fabio Herrmann, a Teoria dos Campos, bem como de sua orientação, decisiva para o bom encaminhamento do trabalho. O trabalho é duplamente útil: em si mesmo, pelos resultados colhidos na pesquisa de campo e análise dos resultados, e por ser um caso exemplar da prática psicanalítica denominada Clínica Extensa, embasada nessa maneira de conceber a Psicanálise.

A Psicanálise nasceu, no fim do século XIX, da necessidade de dar algum sentido, e propor um tratamento, para certas manifestações da psicopatologia que desafiavam neurologistas e psiquiatras. Diante do enigma da histeria, e, logo, de outras formas de neurose, avançando para o que na época eram as neuroses narcísicas, Freud inventou a ficção de um aparelho psíquico. Em seguida, como a medicina faz com os outros *aparelhos* do corpo humano – digestivo, cardiovascular, etc. – ele propôs uma fisiologia, uma fisiopatologia e uma forma de tratar as *doenças da alma*. Trata-se da metapsicologia, na qual Freud explicita o objetivo e a técnica para o tratamento. O método, porém, ficou implícito.

No século XX, no Brasil, em São Paulo, Fabio Herrmann ousa fazer o caminho inverso. Em vez de partir da psicopatologia, ele parte de uma sessão psicanalítica típica. E, nesse percurso, explicita o método usado por Freud, não apenas na clínica, mas em suas análises da cultura.

Com isso, boa parte dos conceitos sofre uma *reinterpretação*. Nesse percurso, as *impurezas epistemológicas* ligadas à criação da ficção – num primeiro momento, necessária – de um aparelho da alma foram sendo identificadas e submetidas à crítica. Note-se que não se trata de uma crítica feita com instrumentos externos à psicanálise, mas por alguém *de dentro*, por um psicanalista praticante. O conceito central da Psicanálise, o inconsciente, é redefinido em termos operacionais, e não mais metapsicológicos. Com isso, a psicanálise recupera seu horizonte de vocação, que é a de ser uma ciência geral da psique. O divã passa a ser um caso particular – embora paradigmático – em que o desvelamento dessas regras tem uma função terapêutica.

Essas ideias, que são trabalhadas por Fernanda na Introdução da dissertação, me permitem situar o trabalho da autora no campo psicanalítico: ela mostra como – qual o método – por meio do qual se dá a função terapêutica da psicanálise num hospital. Os outros capítulos tratam da pesquisa de campo realizada ao longo de um ano. É difícil apresentar os muitos detalhes desse *atendimento*. Basta dizer que, para ela, os *pacientes* não são necessariamente as pessoas que estão na UTI: nem os médicos, nem os pacientes ou as enfermeiras. São recortes feitos pelo método que isola, ou recorta, *campos* psíquicos, ou sujeitos psíquicos, graças ao conceito operacional de inconsciente da Teoria dos Campos. Por exemplo, a UTI é considerada uma paciente que adocece, que fala de seu sofrimento psíquico através da boca ou de gestos de médicos, enfermeiras e pacientes, todos igualmente envolvidos na luta diária travada contra a morte. Tudo isso é escutado analiticamente e interpretado. Naturalmente, não como em uma sessão de análise. Deixo para o

leitor o prazer de descobrir o que podem ser a interpretação e a função terapêutica na Clínica Extensa.

O texto de Fernanda flui de maneira agradável. Ela descreve as situações no hospital de forma viva e sensível. Os resultados são surpreendentes. O leitor também passa por uma transformação em sua maneira de conceber o sofrimento específico das pessoas que trabalham num hospital. Um setor da realidade, até então opaco, mostra suas *entranhas psíquicas*, isto é, a lógica de sua concepção. A função terapêutica afeta simultaneamente o *objeto de estudo*, o psicanalista e o leitor.

A psicanálise e seu análogo

Camila Salles Gonçalves

Resenha de Fernanda Sofio, *Literatura – Psicanálise como forma literária*, São Paulo, FAP-UNIFESP, 2015, 311 p.

Nota. Optamos por publicar em *Leituras*, excepcionalmente, resenhas de dois livros de uma mesma autora, uma vez que estes se complementam, enquanto abordagens da clínica psicanalítica e suas narrativas, segundo a Teoria dos Campos.

Camila Salles Gonçalves é professora de filosofia pela FFLC USP, doutora, psicóloga pela PUCSP, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autora de vários artigos sobre psicanálise e filosofia, psicanálise e literatura e Teoria dos Campos.

Proximidade, cruzamento, afinidades, “*imbricamento*” (p. 27) são termos vez ou outra utilizados para indicar relações entre psicanálise e literatura, e nenhum deles parece estar errado em seu uso. Mas a autora deste livro parte de um enunciado determinado: a literatura é o análogo da psicanálise. Foi o que afirmou Fabio Herrmann, psicanalista e pensador da psicanálise, que nos legou a Teoria dos Campos, desenvolvida em uma série de obras, em grande parte publicada. É, sobretudo, por meio dessa teoria que Fernanda Sofio fundamenta seus ensaios e conjecturas clínicas.

Se o leitor não conhece a teoria mencionada ou se julga um seu conhecedor insuficiente, não precisa fechar o livro, pois, dentre seus méritos, a publicação tem o de apresentar o pensamento de Herrmann e a maneira pela qual seu ponto de partida se situa no conhecimento consistente da obra de Freud.

A Teoria dos Campos foi nomeada por colegas e demais interlocutores de seu criador, que já havia adotado a noção de *campo*, para rever conceitos psicanalíticos, formular conjecturas e abordar situações da clínica e da sociedade.

O *campo*, segundo compreendo, é a região relacional e psíquica que se estabelece por ocasião da escuta psicanalítica. Ao mesmo tempo, delimita-a e a toma como interpretante, numa condição em que não há limites rígidos. Para não ficarmos em pura abstração, sugiro que pensemos no foco gerado por uma fonte de luz, cuja separação da penumbra existe sem demarcação exata. Para Herrmann, citado por Sofio, o *campo* é “o conjunto de determinações aparentes que dotam de sentido qualquer relação humana, da qual a comunicação verbal é tão só o paradigma” (p. 65).

O *campo* é um interpretante e, nessa medida, faz parte da narrativa e da exposição daquilo que a psicanálise toma por objeto, ou melhor, como tema. O que se apreende é referido de um modo que toma *forma* no reino *análogo*, da literatura de ficção.

A autora nos adverte de que permaneceu, em muitas de suas afirmações, “no nível da obra de Herrmann, para quem método psicanalítico é interpretação-ruptura de campo” (p. 298). Além de percorrer aquela obra, ela nos apresenta comentadoras indispensáveis, como Leda Herrmann e Marilsa Taffarel¹⁴⁵.

A *ruptura de campo* é inerente ao método da psicanálise, segundo Herrmann, e por isso a expressão, muitas vezes, é utilizada por ele e por apreciadores de seus escritos como sinônimo de *método da psicanálise*. Entendo que a efetividade da psicanálise no emprego de seu método mostra-se na transformação de um campo de sentidos que aprisionava o analisando em sua repetição. Esta se rompe por meio da interpretação, que, ao confrontá-la com novos possíveis, abala aquilo que a sustentava. Sofio nos diz, a respeito da *ruptura*, que se trata de uma ação que define a interpretação. Assim, provoca “uma ‘ruptura’ na rede de sentidos que vigora na comunicação humana e acontece pelo desencontro de escutas, ou seja, pela escuta num campo diferente daquele proposto de início” (p. 65).

A interpretação psicanalítica serve-se de formas de expressão e comunicação desde sempre presentes na cultura. Na citação de Herrmann pela autora, “A ideia é que, ao organizar seus conhecimentos ou

descobertas, todo homem de ciência retira-se para um outro reino do pensar, análogo a seu campo científico” (p. 23-24). A premissa justifica que procedimentos interpretativos sejam aproximados de “procedimentos narrativos” (p. 24), que encontramos em escritos de História e de literatura de ficção.

Todo leitor de Freud sabe que ele sempre se inspirou na literatura e, além disso, utilizou passagens literárias para ilustrar e mesmo para precisar situações clínicas e formulações metapsicológicas. Fazendo sua *leitura da leitura* que Herrmann faz de relações entre literatura e psicanálise, Sofio estabelece seu ponto de partida: “não pensamos mais a literatura de ficção apenas como simulacro, ilustração, auxiliar ou *outro* da Psicanálise, conforme vêm articulando diversos autores” (p. 27).

O que ela pretende é, primeiro, seguindo Herrmann, ir além dessa maneira de pensar, que ela não descarta, mas, primeiro, escolhe o objetivo de evidenciar o “papel da literatura de ficção no engendramento das construções teórico-clínicas psicanalíticas” (p. 27). Em segundo lugar, de modo mais ousado, declara que sua proposta é “dar um passo que o autor não deu: seria possível considerar a forma literária das psicanálises, que possivelmente engendra unidade estética” (p. 27).

O preço da ousadia de Sofio é pesquisar o que constitui aquilo que ela pode chamar de *forma literária*, e ela não evita a tarefa.

Passeio pelo Análogo

O projeto da autora faz com que ela construa perspectivas de abordagem da interpretação psicanalítica a partir de grandes professores e autores no campo da teoria literária, como Anatol Rosenfeld, Leyla Perrone-Moisés, Antonio Candido, Davi Arrigucci, Adélia Bezerra de Meneses, Jaime Ginzburg e outros. A *unidade estética* que ela procura leva-a a estudos de literatura de cujos resultados o leitor também pode desfrutar.

Por uma espécie de desvio, que se torna então necessário, somos conduzidos por caminhos de avaliação da obra literária, de comentários a respeito de efeitos da inclusão da psicanálise na literatura, de discussão de critérios de reconhecimento estético, nos quais encontramos lições e exemplos estimulantes. Destaco este, de uma citação de Anatol Rosenfeld: “Somente a análise da sua estrutura fundamental pode determinar – sem imposição de normas – os momentos que imprimem a determinadas obras literárias o traço definitivo de obras de *arte literárias*” (p. 30). Sofio acompanha o pensamento deste crítico, que prossegue, anos mais tarde, com a questão do critério para incluir certas obras dentro do campo literário e optar pela exclusão de outras. Recorta esta constatação: “A dificuldade de abordar o fenômeno da ficção sem recorrer a valorizações estéticas indica que este problema e o do nível estético não mantêm relações de indiferença” (p. 31).

De Antonio Candido, ela ressalta uma distinção que se torna decisiva em sua abordagem da relação entre psicanálise e literatura de ficção:

“há no estudo da obra literária um momento *analítico*, se quiserem de cunho científico, que precisa deixar em suspenso problemas relativos ao autor, ao valor, à situação psíquica e social, a fim de reforçar uma concentração necessária na obra como *objeto de conhecimento*; e há um momento crítico, que indaga sobre a validade da obra e sua *função* como síntese e projeção da experiência humana” (p. 32).

Não é possível determo-nos aqui em todos os passos feitos pelo texto no território da crítica literária e nem expor com exatidão o que a autora dele extrai para elaborar sua perspectiva. Mas ressalto que, para ela, o momento analítico implica identificar as psicanálises por escrito no terreno da literatura, e o crítico, em tomar em consideração a “discussão singular” (p. 33) de psicanálises em seu modo de se abrirem para a experiência humana.

Como não é possível expor todo o estudo do qual a autora deste extrai elementos para elaborar suas perspectivas, assinalo, pelo menos, a citação de Candido que é integrada pelo uso da valorização estética:

“É a partir dessa perspectiva que podemos chegar à ideia de uma estética literária das psicanálises: elas partilham do literário, vinculando-se ao plano estético ou afastando-se dele” (p. 32).

O que se firma com clareza é a convicção de Sofio de que existe “uma forma literária das psicanálises” (p. 31) e que é possível “distingui-la das literaturas não psicanalíticas” (p. 31).

Notemos que não fomos apenas levados apenas a um passeio pelo *Análogo*, que surgiria como uma espécie de anexo embutido no livro, mera complementação. É nesse reino que, por aproximações sucessivas, Sofio vai construindo sua concepção de psicanálise como *forma* literária.

O título esclarecido

Espero que agora fique mais significativo o que está em jogo no título do livro:

“O neologismo *literacura* condensa, muito precisamente, o núcleo da discussão que empreendo. Por um lado, implica forma literária, cujo potencial é estético” (p. 49). Na sequência, temos uma menção à especificidade da forma psicanalítica:

“Por outro lado (o neologismo) implica cura, a finalidade do método da Psicanálise, identificando as psicanálises como tal. Não fosse assim – conforme é frequentemente objetado – para que seriam feitas as análises?” (p. 49).

É famoso, em nosso meio, o dito de Herrmann segundo o qual a cura da psicanálise é semelhante à cura do queijo. A autora não deixa de nos informar a respeito da concepção de *cura* presente na Teoria dos Campos: em determinada etapa do processo psicanalítico, o analisando pode se haver com seu desejo e possíveis, ao se libertar da *mesmice* repetitiva. Assim, “Cura implica cuidar do desejo até, digamos, ele tomar ponto, como a cura do queijo, isto é, maturar, atingindo seu potencial. Sem esse cuidado, o paciente repete, persiste no comportamento e no sintoma, não se desenvolve em sua potencialidade” (p. 71)¹⁴⁶.

Ressalto a oposição sintética presente no jogo de palavras: a medicação *sara*, isto é, atua sobre sintomas, e a psicanálise cura. A autora argumenta que “esse fazer (a cura) embute sua raiz no literário, pelo uso da interpretação” (p. 72).

Sobre as *ficções freudianas*

de Fabio Herrmann

Sofio aborda *A Infância de Adão e Outras Ficções Freudianas*, tarefa nada fácil, já que o autor, também impulsionado pelo seu peculiar senso de humor, escreveu uma resenha do próprio livro. Ela nos conta que se perguntou “se as *ficções freudianas* seriam exemplos de Literatura ou de Psicanálise” (p. 35) e reconhece serem “os referentes da Infância de Adão infindáveis” (p. 159).

As questões levam-na a outra extensa série de leituras, ao longo da qual traça paralelos com grandes nomes da literatura, destacando Joyce, que é trazido para suas leituras de Herrmann. Escancara as paródias de instituições psicanalíticas feitas por este e sugere a relação de suas brincadeiras e figuras de linguagem com achados de escritores que transformaram a literatura. Deixa ainda mais manifesto que a obra é permeada pelo humor do autor. Sem dúvida, desde o título do livro, topamos com a ironia da referência a uma infância do bíblico primeiro dos homens.

Para Sofio, Herrmann produz “uma ficção literária em psicanálise” (p. 160), e essa produção “é caracterizável como unidade estética” (p. 160). A prazerosa releitura que ela faz guia-nos em meio a jogos de palavras e sentidos. Rimos e encontrarmos solo para nossas próprias descobertas. Mas é inevitável, mesmo se o texto pode nos render o efeito colateral de nos curar em relação à falta de graça do cotidiano, perguntarmos qual a sua relação com a clínica psicanalítica, mesmo quando esta não se reduz ao consultório.

Há uma distinção entre *Psicanálise* e *psicanálise* – com maiúscula e minúscula, adotada pela autora, na

qual a palavra com maiúscula designa uma disciplina que abrange “psicanálises por escrito” (p. 297) e este é o seu “objeto de investigação” (p. 297).

Sem dúvida, as histórias de Herrmann merecem o cotejamento com a grande literatura de ficção, e este ponto de vista é muito bem defendido pelas considerações tecidas por Sofio a respeito de obras autorais. Entretanto, enquanto psicanalista, ela espera que relatos de suas próprias sessões possam constituir unidades estéticas. É claro que não se refere a *valor estético* como uma propriedade cuja presença se possa exigir, naquilo que se escreve sobre experiências clínicas ou na redação de teorias. *Unidade estética* não significa *obra de arte*, e o que ela propõe é que consideremos a ideia de que exemplos da clínica constituem unidades estéticas, na medida em que sua escrita compreende uma *forma* de apresentação.

Talvez a proposição se torne menos polêmica se colocarmos a ênfase em *ficção*. Desde o título de seu livro, em que *Psicanálise* vem com P maiúsculo, a autora pretende estar indicando que se refere a uma disciplina que abrange “psicanálises por escrito” (p. 297) e que é este o seu “objeto de investigação” (p. 297). Trata da “questão da forma narrativa da clínica psicanalítica, colocando-a em discussão” (p. 267). Pretende, ao mesmo tempo que apresenta situações de sua clínica, chegar “em última instância, ao campo propriamente da literatura de ficção” (p. 267).

Em seu texto belo e esclarecedor, “Psicanálise e Literatura: Implicação Recíproca” (p. 11), que entra na composição do livro à guisa de Prefácio, João Frayse-Pereira cita Pontalis, “que concebe o processo psicanalítico como uma construção que beira a ficção literária” (p. 12). Este e vários psicanalistas, assim como filósofos, cujas “obras se relacionam à estética, à literatura e à arte” (p. 13) são mencionados. Herrmann é incluído nesta vertente, da qual se aproxima o projeto de Sofio de, ao acompanhar sua perspectiva, chegar a “uma compreensão possível da própria psicanálise como forma literária” (p. 13).

O estilo de *Literacura* lembra-me o abrir e fechar de um leque: percursos são reunidos para formular questões – o leque fecha-se, mantendo nas dobras seu amplo conteúdo; iniciam-se respostas – o leque abre-se cada vez mais e nos seduz com o encanto da literatura. O difícil deste livro, por nos fazer mergulhar nas ficções de Fabio Herrmann, é seu efeito de contraste, quando nos vemos de volta para a ficção da psicanálise nossa de cada dia.

Palavras sepultadas sobre um morto-vivo sobreviverão trans-criptas

Ilana Safro Berenstein

Mayra de Castro Laurino

Resenha de Olga B. Ruiz Correa (org.),

Os avatares da transmissão psíquica geracional, São Paulo, Escuta, 2000, 100 p. Ilustrada pelo filme *Ida* de Pawel Pawlikowski, 2013¹⁴⁷.

Ilana Safro Berenstein é psicóloga e psicanalista, membro da Rede de Atendimento Psicanalítico e aspirante a membro no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Mayra de Castro Laurino é socióloga e psicanalista, aspirante a membro no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e integrante da Equipe Nós de Acompanhamento Terapêutico.

O livro *Os avatares da transmissão psíquica geracional*, organizado por Olga B. Ruiz Correa, nasceu de uma edição da revista *Pulsional* (outubro de 1998) sobre o trabalho psíquico intra e intersubjetivo no processo da transmissão geracional em que há situações traumáticas e lutos não elaborados.

A edição esgotou-se assim que saiu, o que revelou o crescente interesse e a importância de dar seguimento à pesquisa sobre o tema da transmissão psíquica. Transformada em livro, recebeu um artigo especial dedicado a resumir o Colóquio realizado no ano 2000, em Paris, em que Abraham e Torok, autores de *A Casca e o Núcleo*, foram homenageados por essa obra de valor nodal sobre o assunto. O artigo reuniu grandes nomes da Psicanálise para apresentações e debates sobre a polaridade negativa da transmissão e suas novas leituras clínicas.

A partir da análise do legado dos autores húngaros, foram traçados cinco principais eixos para a construção de *Os avatares da transmissão psíquica geracional*: os efeitos dos segredos de família, a clínica do fantasma ou assombração, o luto impossível, a identificação secreta com um outro (fantasma de incorporação) e o enterro intrapsíquico de uma vivência vergonhosa e indizível (cripta). Cada eixo foi contemplado por um autor, e o resultado: cinco artigos, com diferentes recortes que contemplam os cinco eixos, e ampliam ainda mais o terreno do trabalho com traumas, catástrofes, guerras e genocídio e o da clínica em geral.

Ao retomar as palavras de Goethe: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”¹⁴⁸, Freud se referia ao trabalho psíquico de posicionamento frente ao legado. Cabe a cada um, de forma singular, apropriar-se do que lhe foi transferido. Frente à dificuldade nessa empreitada, a psicanálise se propõe a ajudar. O trabalho visa inscrever os conteúdos errantes no psiquismo do sujeito, evitando a compulsão à repetição e transformando-os na citada herança. Trata-se da passagem de passivo, daquele que recebe, para ativo, daquele que conquista.

Em *Avatares*, esse processo é abordado por Evelyn Granjon, baseado em sua experiência na condução de grupos de TFA (terapia familiar analítica), um dispositivo clínico que demanda um cuidado especial pela complexidade da tarefa. Presta-se a tratar das fusões e confusões dos espaços psíquicos em relações fusionais ou em casos de perturbação grave na cadeia associativa familiar, proveniente de rupturas que causaram a perda da memória e da história. É um recurso para acessar o negativo da transmissão e, sobretudo, criar um lugar de continência e metabolização, de repetição e elaboração, de confronto com as alianças inconscientes do grupo familiar. A ideia é proporcionar que cada um seja sujeito *no* grupo e *do* grupo no processo de diferenciação e subjetivação.

Esse processo revela a via de mão dupla da transmissão, pois é fundamental para que o sujeito pertença e se enlace numa cadeia significativa e, ao mesmo tempo apresenta-se obscura, repleta de conteúdos inconscientes, contendo *não ditos* e lacunas não simbolizadas. São marcas que atravessam gerações por vias não verbais e escapam à revelação, à significação e à simbolização. Ocultam acontecimentos que foram silenciados por serem traumáticos, resultados de morte, violência, crime, omissões, incesto, migrações e humilhações. Verdadeiros arquivos de família fadados à procura para seus sucessores.

René Kaës apresenta um caso clínico de resistência ao luto. O autor conta os efeitos da morte de uma criança que ficou sem sepultura psíquica na família, desde os irmãos, propagando-se para a descendência dessa. Levanta uma gama de indagações a respeito do duplo narcísico, da rivalidade e da agressividade, da culpa e das relações ambivalentes dos sobreviventes com o filho/irmão morto, sobretudo pelo lugar que ocupava para a mãe.

A paciente em questão tem uma mãe que perdera o irmão, e ela, por sua vez, também perdeu uma irmã e mais tarde perde uma de suas filhas, todos em tempos de infância. Essa sucessão de tragédias ocorre de tal forma que ninguém é capaz de se confrontar com o luto. Os mortos vão sendo substituídos pelos vivos. O impossível luto materno lhe traz um impasse, como na questão feita por Antígona: “Morrendo você me tomou a vida?” (p. 48).

Já Olga B. Ruiz Correa reúne várias referências sobre a transmissão psíquica. Resgata-as de Freud em *Totem e tabu* (1913) e *Introdução ao narcisismo* (1914) e dá um salto para as novas conceituações de autores contemporâneos como Faimberg, sobre a telescopagem que consiste na falta de espaço e discriminação entre as gerações. Esse último usa a imagem das Matrioskas em que a criança se esconde e se aliena no narcisismo dos pais, sem diferenciação e sem lugar psíquico. São patologias que eclodem na segunda ou na terceira geração e configuram, por vezes, psicoses.

No fronte da clínica e no trabalho com migrantes provindos de guerra em situações limites, Olga lida com essas questões e tem como preocupação maior os traumatismos acumulativos causadores da patologia transgeracional. Seja na violência intrafamiliar ou político-social, o silêncio decorrente de um trauma não possível de ser metabolizado se acumula causando uma desordem psíquica, cria sintomas defensivos que transformam seu conteúdo em impensável.

Pierre Benghozi vê a vergonha como a maior causa desse silêncio. Sua hipótese é que essa seja a organizadora do negativo na transmissão transgeracional. O silêncio buscaria ocultar a humilhação de um ataque à dignidade humana.

Benghozi discorre sobre os traumatismos precoces, a vulnerabilidade de bebês e crianças na decorrência de catástrofes em comunidades inteiras. Alerta para a importância da intervenção precoce e dos continentes genealógicos comunitários para a reestruturação do sujeito. Os trabalhos jurídico e social tornam-se imprescindíveis e devem ser feitos em comunhão com o psicoterapêutico, uma vez que atingem uma dimensão imaginária cultural na qual os crimes contra a humanidade possam ser julgados.

Uma paciente conta que suas ideias suicidas tinham um fim de que sua morte, em sacrifício, ofereceria um lugar para o choro e, seu próprio jazigo, um lugar para os familiares mortos que foram silenciados na Shoah.

Outro traumatismo precoce pode ser suposto nos filhos de estupro sucessivos em mulheres na Bósnia. Olhar o bebê era defrontar-se com a violência da concepção, o que Benghozi chamou de genocídio por ataque à filiação e à contaminação. “A intrusão do corpo das mulheres corresponde à destruição dos lugares de memória” (p. 94), a implosão traumática do corpo grupal.

Por fim, Janine Puget enfatiza a subjetividade vincular. A autora afirma que a realidade (a memória) é sempre construída na presença do outro. Desse modo, questiona a identidade e exalta o imprevisível de cada novo encontro. A memória traumática, por estar inacessível à linguagem e, portanto, fixa, pode privar o sujeito desses novos intercâmbios e significações.

Assim, na transgeracionalidade psíquica, o silenciado carrega em si uma espécie de sepultura viva, que Abraham e Torök denominaram *cripta*, que é um lugar fundado pela vergonha e, portanto, pelo silêncio, onde habitam conteúdos carregados do indizível, uma vez que não adquiriram significação porque não

foram transformados em linguagem.

A aquisição da cripta é denominada incorporação. Diz respeito a uma operação inconsciente em que o ego incorpora um objeto/conteúdo, que é engolido para escamotear a perda e, conseqüentemente, o trabalho de luto. Revela a impossibilidade da introjeção, em que haveria a inclusão do vivido e um alargamento do *eu*. Quando o processo de luto se realiza, a introjeção ocorre. A libido recolhe-se ao *eu* para ficar, posteriormente, disponível para novos investimentos¹⁴⁹.

Na incorporação, a fantasia substitui as palavras que atestam o vivido e a memória. A impossibilidade de simbolizar a morte, por exemplo, faz com que ela seja engolida num invólucro com as lembranças num mesmo sarcófago. A perda inconfessável fica na cripta, uma espécie de inconsciente artificial, que se encontra entre o inconsciente e o eu. A palavra é sepultada junto ao *morto* e ludibria-se de que tudo está como era antes através de uma ilusão. Ledo engano, já que esse *morto* permanece tóxico e indigesto.

Nas tragédias familiares que se mostraram traumáticas, além da vergonha e do segredo para a constituição da cripta, tem-se também a participação do seu “criptóforo”¹⁵⁰, o protagonista do velado, e do descendente depositário, que será assombrado pelo fantasma do morto sem sepultura.

A pessoa do criptóforo funciona como um túmulo e tem como incumbência esconder, ser o guardião da espessura da parede da cripta na qual é mantido o segredo, velado, ininteligível. Sua função é manter enclausuradas as palavras, imagens e, eventualmente, até a existência de pessoas que representam um perigo desconhecido. Por isso, fazem-se pactos inconscientes intersubjetivos, relacionados àquilo que é negado para manter o morto-vivo camuflado, em nome de uma complementaridade de interesses de família ou de grupo.

O transmitido oculto sobrevive na tentativa de apagar a história, é constituído por defesas que minimizam ou eliminam o elemento traumático. A natureza intraduzível desses restos traumáticos pode cobrar o preço de ter sua importância potencializada na vida daqueles que os recebem. Seus efeitos podem ser sintomas, estados patológicos de luto, traumatismos diversos, sofrimentos narcisistas extremos e expressões perversas.

O silêncio dos fatos referentes a um grupo, como um país ou uma comunidade, implica a mais devastadora violência, já que impede o luto compartilhado no suporte do vínculo social, que, com seus instrumentos simbólicos, é a maneira mais eficaz de aplacar a dor e conseguir atravessá-lo.

Considera-se essencial apostar na possibilidade de revelação da origem da fantasia, mesmo que gradual e parcial; deixar ecoar a palavra e rastrear os significantes perdidos e os símbolos que rodeiam a cripta, nas frestas e falhas do processo de simbolização. Ou seja, dar lugar aos afetos e vivências outrora inacessíveis, pelo poder das palavras, sobretudo no trabalho com as reminiscências.

A ideia é criar a chance de transbordar, ou, no caso, des-bordar, como se estivesse puxando o fio e desfiando as linhas de uma trama enovelada e mal acabada. Buscar a chance de bordar, com a mesma linha, um novo tear. É preciso um movimento de recriação que pondere o que seguirá adiante e o que se romperá, numa relação de comprometimento e criatividade com a própria história.

As entrelinhas de um filme que estive em cartaz, há pouco tempo, nos fizeram pensar nessas questões. E seguindo as reflexões de *Os Avatares...* apresentamos, a seguir, um breve relato do filme *Ida*, de Pawel Pawlikowski, como aporte ilustrativo.

Com olhar sensível e nostálgico, Pawel conquistou o primeiro Oscar da Polônia, ao capturar a atmosfera socialista do pós-guerra, dura e decadente, como cenário de uma comovente história de silêncio.

Ana é uma moça que fora criada em um convento de freiras. Às vésperas de fazer seus votos para tornar-se uma delas, a madre superiora, que parece saber algo importante de sua história, lhe dá uma ordem. Mesmo contra sua vontade, Ana deveria conviver algum tempo com sua tia, única parente viva,

que nunca lhe havia procurado. O imperativo *fique o tempo que for necessário* indicava um objetivo implícito: desvendar sua origem.

De pronto, vê-se o choque. A recatada noviça encontra uma mulher erotizada, fumante, alcoolista. Apesar das diferenças, inevitavelmente revela-se o que tinham em comum: o passado que lhes levava a ser quem eram.

A história que as une tem como contexto a Segunda Guerra Mundial. A tia, Wanda, assim como os pais de Ana, eram de uma família judaica acometida por um crime terrível. Os pais de Ana e o filho de Wanda foram escondidos por vizinhos que, temendo por suas próprias vidas, acabaram executando-os. Wanda lutava na Resistência e estava distante no momento do crime. Ana, ainda bebê, foi poupada da morte por ser muito nova e não levar em seu corpo marcas da judeidade. Foi entregue à Igreja. Os pais de Ana e o filho de Wanda, circuncisado, foram mortos e enterrados em local desconhecido.

Revelada a tragédia, nota-se o percurso libidinal da vida de Wanda, que, apesar de devastada emocionalmente, conseguira construir uma notável trajetória profissional, como juíza. No campo pessoal, sob pressão de um sofrimento terrível, entregou-se aos prazeres e castigos do sexo descompromissado, do álcool e do tabaco. O sofrimento, a indignação e, principalmente, o vazio dessa personagem ficam evidentes desde a relação, no início, fria com a sobrinha até sua última e derradeira cena de insuportabilidade.

Wanda parece levar uma vida separada do segredo, de maneira que os mortos de sua história estariam enterrados em local inacessível tanto física quanto psiquicamente. Parece usar a bebida por seu efeito anestésico que engana e entorpece a dor, recobre o impensável e assim cria um caminho possível para o desejo em desordem que parasitava sua vida pulsional.

Já Ana, que se descobre Ida, vive outro processo. O filme sugere que, conscientemente, Ana não sabia de nada e viveu a realidade em que fora posta: as rezas, a devoção, a simplicidade, os valores cristãos. Fora adotada pela Igreja, lá teve suas mães. Ali criou o espaço para se fazer sujeito do grupo no laço social fraterno, sustentado pela própria estrutura, a instituição da igreja católica.

A posição da Igreja na sua vida pode ser vista com uma delicada ambiguidade. Ela deve a essa instituição o amparo, o cuidado da criação, as relações afetivas, o pertencimento e uma gama de significados e recursos culturais que lhe foram estruturantes. Por outro lado, recebeu também a clausura e o pacto de silêncio sobre seu passado até o momento da insistência na busca pela tia, que indicava não apenas o saber velado, mas também a quebra de tal pacto.

A mudança de nome evidenciou o peso do que lhe acontecia e simbolizou essa ambiguidade. O que não pôde ser nomeado ganhou um novo nome no batismo, o sacramento e a comunhão entre os cristãos. Por um lado, esse ato pôde ser entendido como sendo protetor em alguma medida, mas, por outro, era um nome próprio que não era seu próprio nome e escondia sua ascendência. Revelou-se, com a missão, o impacto de encontrar um nome que, apesar de verdadeiro, não lhe foi pronunciado durante a vida. Um nome judaico.

Ana lida de forma intrigante com a dor e a solidão. São poucas as palavras proferidas, e mínimas as lágrimas derramadas. Sua postura, séria e aparentemente inerte, expressa o embate da indestrutibilidade da sua fé com o desvelar de uma realidade, não sabida de si, que implicou novas convocações identificatórias.

A relevante omissão na vida de Ana levou-a à indagação sobre como lidara com sua origem, questão primordial e estruturante para o sujeito, que situa sua existência e seu lugar no mundo. O filme não traz evidências de angústia antes de sua saída do convento, ao contrário, induz a crer que Ana vivia na sua condição em harmonia. Na hipótese de que as freiras não lhe forneciam informações sobre sua origem, e a tivessem tratado como tabu, teria ela reprimido este questionamento e a possibilidade de pesquisar sobre seu passado? Se o fizesse, teria intuído o sofrimento por trás de sua história? Criaria fantasias compensatórias?

Dos registros do tempo em que esteve com os pais, sobrou alguma inscrição? O que restou dessa separação? Os não ditos configuraram a negatividade da transmissão em sua vida. Poderíamos então

supor que a morte dos pais, nessas circunstâncias, pode ter sido um fato enterrado intrapsiquicamente como um morto-vivo, incorporado como uma cripta?

Quando Wanda mostrou uma foto de Ida bebê, contou também a história omitida. A habilidade manual artística e as semelhanças físicas eram os traços identificatórios entre ela e sua mãe que, ao serem revelados pelas fotos e pela tia, confirmavam que aquela história era sua.

Ida perguntara a respeito dos irmãos e essa questão lhe remeteu a outro não dito, no qual Wanda é a protagonista do segredo. Embora Ida fosse filha única, havia algo mais a ser revelado que fazia a tia tragar o vinho e aumentar o volume da música. Talvez para encobrir o que ela não aguentava pensar.

Foi instantâneo o desejo de Ida de visitar as tumbas de seus pais. Wanda alertou sua sobrinha que fora preservada confinada em relação à história dos judeus e à ausência de jazigos. Wanda decidiu então que iriam buscar juntas o passado.

Ida perguntou o que aconteceria quando encontrassem o homem envolvido com os assassinatos, e escuta: *Ele vai dizer como seus pais morreram e onde estão enterrados; não é isso que você quer?* Isso respondia por que sua tia nunca a procurara. Wanda sabia que não poderia seguir vivendo sem se apropriar do passado na presença de Ida, que representava a memória viva de sua família.

Na cidade, parecia que todos compactuavam com o silêncio. Wanda seguiu determinada e agressiva, apesar dos obstáculos. Por onde passavam, Ida ficava constrangida com os interrogatórios e a violência da tia na busca de informações. Ida nunca tirava o hábito religioso, ajoelhava-se frente à cruz e dava bênçãos. Ao padre fazia algumas perguntas para descobrir sobre os judeus, e então ele lhe perguntou se ela teria relação com isso. Ela mentiu frente a uma omissão que remetia indubitavelmente à sua história.

O filho do homem que seria o assassino de seus pais vai ao encontro de Ida, com o intuito de propor que ela renunciasse à propriedade da casa em troca da revelação de onde estavam enterrados seus familiares. Ida aceitou. Ele fez questão de chama-la de *irmã*, tratando-a como cristã, como ele.

Na floresta, o homem *sem nome* cava. Os ruídos e gestos se assemelhavam aos de quem mata com um machado. No fundo do buraco, exausto de angústia e cansaço, ele chorou. Wanda via o crânio do filho e, com seu próprio lenço o embrulhou e o abraçou. Ida perguntou ao homem por que ela também não estava ali.

Junto ao alívio, havia a culpa de ter sobrevivido a um genocídio. Ela sobreviveu pela falta de evidência de que pertencia àquele grupo de condenados. Ela deixou de ser uma ameaça justamente quando a ligação com seus parentes foi interrompida e a transmissão identificatória, impossibilitada. O segredo era a condição para sua sobrevivência.

Finalmente o homem confessa seu pecado, conta que fora ele, e não seu pai, quem os executou. Aquele que matou sua família é, ao mesmo tempo, aquele que a salvou do mesmo destino.

As duas foram ao encontro do jazigo da família, enterrar juntas. A cena do abrir da vala também a remeteu a outro assassinato, como se algo precisasse morrer antes de ser enterrado. Vê-se o lenço de Wanda sendo enterrado junto aos restos mortais do filho. O processo de desenterrar e enterrar em outro lugar aconteceu.

Após essas cenas angustiantes, Ida retornou ao convento para enfim fazer seus votos, mas recuou afirmando não estar pronta.

Suas vidas foram alteradas. Com o retorno de Ida, Wanda abriu a cripta e se lançou. Pôs-se em contato com a saudade, o remorso, a raiva. Ela deixara seu filho com a irmã, que não pôde protegê-lo. A impossibilidade de estar com ele antecede a sua morte. O sobrevivente não foi ele, e sim a filha da irmã. Teria esse fato levado Wanda a ter certo ódio de Ida? Ela também havia deixado a filha da irmã com as irmãs religiosas.

Após a partida de Ida, de início Wanda resgatara seus vícios e excessos. Homens, bebida e cigarros pareciam não ser suficientes. Em uma manhã fria, Wanda comeu pão com manteiga e açúcar, colocou um disco, tomou um banho de banheira, trocou de casaco, apagou o cigarro e de repente saiu pela janela, como se fosse buscar algo lá embaixo e já fosse voltar. A música continuou, a Sinfonia 41 de Mozart, mas Wanda se suicidou.

Wanda tinha um túmulo em homenagem ao Partido Comunista. A carreira e o partido lhe trouxeram um invólucro, um contorno, um reconhecimento, um lugar.

Ida voltou então para a casa da tia morta e tentou experimentar sua vida. Escutou o mesmo disco, limpou a mesa, recolheu as garrafas, dormiu em sua cama. Vestiu suas roupas, seu sapato de salto, fumou, bebeu, se enrolou na cortina e rodopiou até cair. Caiu para dentro e não pra fora. Sobreviveu. Saiu com o rapaz músico, dançou, beijou, transou. Ele propôs a ela irem à praia. Perguntou a ela se já estivera em alguma praia antes, e sua resposta foi: *Eu nunca estive em lugar nenhum*.

O desenlace sugere que Ida não passará adiante essa transmissão, ao menos transgeracionalmente, pois escolheu o celibato e sua geração, com ela, morreria. Isso não significa que não se deixou tocar pelo que era antes intocável. Além disso, ninguém poderia afirmar ser impossível que seus pais, tendo vivido num tempo em que ser judeu era uma condenação, tivessem desejado que ela escapasse desse destino.

Amanheceu, Ida estava na casa da tia com o rapaz. E ela não se reconhecia naquela vida. A proposta dele não se enlaçava na sua fantasia. Vestiu-se de noviça, pegou a mala e saiu. Na estrada em direção ao convento, o plano de câmara é, curiosamente, a *contramão*, e sua música não é Mozart, é Bach, o prelúdio *Ich ruf ' zu dir, Herr Jesu Christ* (Eu chamo a Ti, Senhor Jesus Cristo).

Her Majesty, hysteria!

Luiz Eduardo de Vasconcelos Moreira

Resenha de Júlia Catani, *Sofrimentos psíquicos: as lutas científicas da Psicanálise e da Psiquiatria pela nomeação, diagnóstico e tratamento*, São Paulo, Zagodoni, 2015, 224 p.

Luiz Eduardo de Vasconcelos Moreira é psicanalista. Doutorando em Psicologia Clínica, Mestre em Psicologia Social e Psicólogo pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Tudo poderia se passar como no conto de Borges, em que a arte da cartografia alcança tal perfeição que “o Mapa do Império tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto”¹⁵¹ e, por isso mesmo, fora julgado inútil pelas gerações mais novas. Ou naquela sua enciclopédia chinesa, em que os animais poderiam ser “(a) pertencentes ao Imperador (b) embalsamados (c) amestrados (d) leitões (e) sereias (f) fabulosos (g) cães vira-latas (h) os que estão incluídos nesta classificação [...]”¹⁵².

Poderia, mas não se passa: é isso que Júlia Catani nos mostra, de forma a uma só vez didática e eloquente, no livro que teve como origem sua dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Senão, vejamos.

A autora toma para si, a partir de questões levantadas por e na sua prática clínica, um problema que pode parecer desavisadamente simples: qual a relação entre *histeria* e *transtornos somatoformes*? Ora, um conceito do campo psicanalítico e seu equivalente (análogo? homólogo?) do campo psiquiátrico, dois diagnósticos que diriam respeito a um mesmo fenômeno, nomeando-o cada um de acordo com seu próprio idioma. Tratar-se-ia, então, de compará-los, analisá-los e, por fim, comprovar que se trata da mesma coisa com nomes diferentes. Seria um trabalho de tradução, mesmo que com um pouco de traição, como manda o ditado. Não é isso.

Ou melhor: é, também, isso, mas não só. Em comparação, por metonímia, estão as racionalidades diagnósticas da psicanálise e da psiquiatria, esta nas suas versões CID-10 e DSM-V¹⁵³. Ao longo do texto, Catani, puxando o fio da meada, deixa claro: esse não é nem o começo nem o fim da questão. É preciso recuperar a história por trás dessas categorias clínicas, usadas até mesmo de forma automática para a direção do tratamento e o preenchimento de guias de reembolso do convênio médico. Eis aí um exemplo do problema da tradução: que código um psicanalista usaria para histeria, que não se encontra (mais) na lista disponível? Transtorno somatoforme ou transtorno de conversão?...

Só se pode avançar esta questão indo para trás, nos diz Catani, constatando que ela só pode ser formulada hoje porque o campo da psicopatologia passou por mudanças nada desprezíveis. Podemos dizer isso de outro modo: será que nos idos da virada do século XIX para o XX, com o surgimento da psicanálise na paisagem clínica e os esforços para a publicação da primeira edição da CID, essa questão se colocava? A ironia: essa primeira edição e a *Interpretação dos Sonhos* aparecem, ambas, em 1900!

Não se arrepende o leitor que se dispuser a acompanhar essa verdadeira epopeia conceitual, cujo início é marcado pela teoria dos humores, dos vapores, de um útero que se move pelo corpo e precisa “baixar”, por possessões demoníacas, por propostas de tratamento que passam por fazer sexo e gravidez. Júlia reconstrói as origens da histeria como diagnóstico, como nomeação – e, portanto, forma de

reconhecimento e legitimação – de um sofrimento, desde a Grécia antiga, algo que nos acompanha há tanto tempo quanto a filosofia, o drama, a política e a poesia gregas. Herdamos muito mais do que supomos.

A psicanálise, portanto, não cria um diagnóstico pura e simplesmente. Freud estava embrenhado nas discussões clínicas as mais avançadas de sua época, com Charcot e Janet. Discussões avançadas que burilavam, como dito, um tema antigo, mas sempre atual por conta do desafio que apresentava aos médicos. Esta espécie estranha, os psicanalistas, que teimaria em dar ouvido à histeria, não havia ainda chegado nem ocupado uma posição de destaque no debate.

Dos gregos aos psicanalistas, então, bem ao gosto de Freud, não se passa só a tragédia de Édipo. Tornada pedra angular de um novo campo de saber, de uma nova concepção de mente e de um novo método de cuidado e tratamento, a histeria fez tradição na psicanálise, não só sob a pena de Freud. Isso tudo está lá, no escrito de Catani, mas também na sua prática.

Resta entender, então, como se dá o casamento entre a psiquiatria inspirada pela psicanálise, dinâmica, e os grupos de trabalho que levam a cabo a tarefa de publicar uma classificação de doenças e transtornos mentais. Aprendemos que esforços desse tipo datam desde pelo menos o século XVII, com um comerciante londrino que ficará conhecido como um dos primeiros demógrafos: John Graunt. Essas classificações de doenças começam como listas de causas de morte, motivo pelas quais as doenças mentais não apareciam em suas primeiras versões: elas não matavam, eram morbidades. Mas sublinhemos: essas classificações diziam respeito a mortes, não à etiologia, à semiologia, ao diagnóstico e ao tratamento de doenças. Não eram, em suma, clínicas, mas estatísticas, demográficas, epidemiológicas numa época em que nada disso estava muito bem constituído. Isso não será sem consequências, como bem sabemos. É uma lição de método: não se pode furtar a perguntar mesmo o óbvio.

As primeiras resistências da psiquiatria à psicanálise acabam dando lugar a um diálogo frutífero. Quando a CID passa por uma grande reformulação, em sua sexta edição, em 1948, e o primeiro DSM é publicado, em 1952, a psiquiatria falava em termos psicanalíticos: histeria, neurose, conversão histérica, psiconeurose... Termos esses que vão dando lugar a uma outra psiquiatria, uma outra racionalidade diagnóstica. O diálogo com a psicanálise é oficialmente rompido pela terceira edição do DSM, em 1980, justamente com o argumento de aumentar a precisão das categorias diagnósticas e do ato de diagnosticar e a clareza da comunicação entre aqueles que diagnosticam. Precisão, clareza: uma cada vez maior sucessão de tipos diagnósticos e sintomas que podem ou não estar presentes, mais ou menos frequentemente, tudo com o objetivo de que as doenças e transtornos sejam diagnosticados da mesma maneira por diferentes médicos – e em qualquer lugar. Uma língua científica para uma psiquiatria científica: zero ruído entre o referente e a coisa referida, zero ruído entre o emissor e o receptor. Mais um capítulo, se quisermos, da busca pela língua perfeita¹⁵⁴.

O mesmo vale entre a CID, uma iniciativa mais ou menos europeia, mais ou menos mundial, e o DSM, criado e atualizado por uma organização profissional estadunidense: não é à toa que são mínimas as divergências entre as categorias propostas por cada um deles. Há uma política de mútua inteligibilidade, como nos mostra Catani: não se trata apenas de objetividade científica ou neutralidade teórica, mas de um acordo explícito, com colaboração mútua nas sucessivas revisões e edições, rompido apenas com a publicação da quinta edição do DSM, em 2013. A psicanálise encontra-se, assim, na posição de terceiro excluído.

Não nos enganemos: não se trata apenas de “ateorismo” ou de não falar a mesma língua, mas da própria constituição de dois campos distintos, que porventura se aproximam e se recobrem, mas que não se confundem. É nessa linha tênue que Júlia caminha, tomando rumo próprio: em vez de entender a escolha de um campo como a necessária recusa do outro, num debate que prega apenas para os já convertidos a uma ou outra causa, a autora não perde a clareza de que o mais importante é acolher aquele que, em sofrimento, busca o cuidado de especialistas. É conhecido que a psicanálise possui críticas à concepção que norteia os

manuais e que essa concepção também é, por sua vez, crítica à psicanálise, mas a autora nos lembra de que é fato consumado que psiquiatras e psicanalistas trabalham lado a lado em serviços como o SOMA¹⁵⁵.

Um mínimo de entendimento se faz necessário, pois, sob risco de penalizar o paciente. Uma das lições que aprendemos é que esse entendimento será tão mais frutífero quanto mais reconhecermos nossas diferenças – e que esse reconhecimento será mais fácil se conhecermos a história por trás dos conceitos e da constituição de cada um dos campos. Este não é apenas um posicionamento político, mas também ético por parte da autora, tanto em relação a seus leitores quanto a seus pacientes. É uma tese de fundo, mas é uma tese forte.

A obra em questão se constitui como um guia generoso para com o leitor que embarcar na viagem proposta: recupera a conceituação de histeria em Freud para, em seguida, apresentar a constituição tanto da CID quanto do DSM, até chegarmos às versões mais atuais de cada um. Há uma questão lógica na ordem de encaminhamento da problemática: é só com o instrumento fornecido pela leitura de Freud e pelo contexto da publicação dos manuais que podemos acompanhar como a categoria clínica da histeria vai rareando e perdendo sua unidade, mas reaparecendo aqui e ali no cada vez mais presente transtorno somatoforme, por exemplo.

A generosidade é ainda mais importante nesta seara marcada pela barafunda: sem recorrer a argumentos de autoridade (afinal, sendo mestre, poderia fazê-lo), algo frequente no meio acadêmico, temos que as afirmações e conclusões são embasadas em citações, tabelas, quadros, gráficos. Ao leitor é permitido acompanhar o percurso trilhado pela autora desde a busca de material bibliográfico até suas conclusões, o que dá mostras do vigor de sua pesquisa: segura do lugar que a psicanálise encontra em meio a essas questões, não há por que temer o diálogo. Segura de haver encontrado interlocutores, não há por que não questionar esse lugar.

Chamemos a atenção do leitor para um último detalhe, bastante significativo: é certo que a estratégia adotada pela autora poderia ser replicada para tantas outras categorias diagnósticas: neurose em sentido amplo, psicose, hipocondria, mania... O trabalho, no entanto, se deu com a histeria. Não bastasse a mixórdia intrínseca à fronteira entre psicanálise e psiquiatria, o pivô do trabalho é essa categoria que desde sempre desafiou a clínica, qualquer que seja ela. Em tempos de uma psiquiatria voltada à medicação e à marcação genética dos transtornos mentais, apresenta-se aquilo que resta e resiste: não há remissão completa da histeria por meio de tratamento medicamentoso. Não há lesão anatômica a que possam corresponder os sintomas histéricos. Se não há lugar para eles, pode-se apagar o nome. Uma tentativa vã, mostra a autora, e um lugar continua sendo necessário: transtornos somatoformes. O corpo, portanto, pede passagem e palavra, e é preciso escutá-lo.

Um passeio com Mezan pela sociedade, cultura e psicanálise de nosso tempo

Caterina Koltai

Resenha de Renato Mezan, *Sociedade, Cultura, Psicanálise*, Londres, Karnac Books, 2015, 356 p.

Caterina Koltai é socióloga e psicanalista, professora aposentada da PUCSP, autora de *Política e Psicanálise: o estrangeiro* (Brasiliense), e *Totem e Tabu, um mito freudiano* (Civilização Brasileira).

Se a resenha de um livro nunca é tarefa fácil, deparo aqui com um desafio suplementar, o de me propor a resenhar um livro que me capturou, entre outras coisas, pelo conjunto de resenhas e prefácios que Renato escreveu para e sobre livros de colegas. Os doze textos que compõem a quarta parte do livro não são apenas um primor: revelam um autor generoso, que sabe dialogar com seus pares, e leva a sério sua afirmação de que conhecer o trabalho dos colegas não só é parte integrante da vida cultural, como exige esforço – porque nos obriga a entrar no mundo dessa outra pessoa.

É com seu exemplo em mente que tentarei entrar “em seu mundo” e dialogar com os artigos que mais me tocaram em *Sociedade, Cultura, Psicanálise* – belo exemplo de livro de Psicanálise aplicada ao entendimento de fenômenos sociais ou políticos, crenças, obras de arte, ou seja, às diversas dimensões do humano, ainda que não pertençam ao âmbito da Psicanálise enquanto prática terapêutica.

Dividido em quatro partes, esse instigante livro de Mezan aborda em sua primeira parte questões da vida social; na segunda, obras da cultura; na terceira, temas mais propriamente psicanalíticos; na quarta, a obra de seus colegas. Seu método, sempre que o assunto tratado o permita, o leva primeiro a contextualizar historicamente o tema, para só depois se aventurar a sugerir hipóteses de cunho psicanalítico. Gosto disso porque desse modo o livro deixa ser obra de “especialista”. Dito isso, vamos acompanhar o autor em sua empreitada.

Começo cronologicamente pela parte I, intitulada Sociedade, na qual três artigos me tocaram particularmente: “Os que não foram heróis: sobre a submissão dos judeus ao terror nazista”, pela originalidade e importância do tema, e os dois seguintes, “Nasrah e seus irmãos: sobre os limites da tolerância”, e “Intolerância: um olhar psicanalítico”, que abordam um problema que me é particularmente caro, na medida em que remete à nossa capacidade de lidar com aquilo que nos é estrangeiro, além de dizer respeito a uma das grandes questões de nossa contemporaneidade.

O primeiro desses textos revela um autor que se recusa ao lugar comum e se nega a aceitar a tese de que os judeus teriam se submetido passivamente ao nazismo. Apoiando-se, em parte, em Hannah Arendt e seu já famoso *Eichmann em Jerusalém: um ensaio sobre a banalidade do mal*, entra no âmago do regime nazista, para partilhar com seu leitor o horror instaurado por esse regime, assim como se perguntar sobre as consequências psíquicas do terror que atingiu indiscriminadamente todos aqueles que a ele foram submetidos. Feito isso, tenta vislumbrar o que tornou possível o levante do Gueto de Varsóvia, e seu verdadeiro significado.

Assim como grande parte dos demais artigos, esse também começa por uma retrospectiva histórica, e o leitor só pode agradecer. Precisamente no caso deste, seu método permite que o leitor menos avisado quanto ao tema possa entender quando o levante se tornou historicamente possível e plausível, além de desmistificar a ideia de que os judeus foram cúmplices de sua própria destruição, como se ela só tivesse sido possível graças à suposta “submissão dos judeus”. Mezan refuta essa ideia, ainda que reconheça que num primeiro momento eles aceitaram, sim, as medidas discriminatórias do Estado nazista por reconhecerem nele a legalidade e legitimidade do Estado constituído, o que não o impede de ressaltar que aceitar e aprovar não são sinônimos. Quando, com o início da guerra, o regime se tornou abertamente totalitário, os judeus não estavam preparados para compreender a natureza inédita do genocídio ao qual estavam sendo submetidos, parecendo-lhes, no início, apenas uma nova figura do antissemitismo.

Precisaram de um tempo para entender, e acabar com a ilusão de que obedecer seria sinônimo de viver, e rebelar-se, de morrer, e é para explicar essa ilusão que Mezan recorre à teoria psicanalítica, a única capaz de dar conta da divisão do sujeito.

Para compreender o que de fato aconteceu, o autor recorre à obra de Piera Aulagnier, cuja teoria da alienação nos ajuda a entender por que, num primeiro momento, os judeus foram levados a participar disciplinadamente do próprio extermínio. Face à realidade imposta pelo totalitarismo nazista, ao sujeito que tentava sobreviver psicologicamente só restava a estratégia de negar essa realidade. Não, os judeus não foram masoquistas: apenas se viram expostos ao terror que, como afirma a autora, é uma ameaça ao pensamento que produz alienação e autoengano, nos termos de Arendt. Mais que compreensível, portanto, que os judeus tenham precisado de um tempo para entender a realidade delirante à qual estavam expostos, se conscientizarem de que o que estava em jogo não era mais *viver ou morrer*, mas *como morrer*. A partir desse momento, o levante se tornou psicologicamente possível, e a rebelião, viável, uma vez que aqueles que reagiram foram capazes de recusar a “morte fácil” que os nazistas ofereciam e escolher a própria morte. O levante do gueto de Varsóvia passou para a História como um ato heroico que surpreendeu o mundo.

Antes de concluir, gostaria ainda de me deixar levar pelas minhas próprias associações em torno do significativo “servidão”, apenas para lembrar que, embora tenhamos tendência a pensar que o homem moderno é um ser em contínua procura de liberdade e autonomia, na verdade ele é muitas vezes passivo, submetido à vontade do outro e ao poder político. Ou, para ser mais exata, ele é ambas as coisas: ao mesmo tempo que deseja a liberdade, cede à servidão voluntária, como já dizia La Boétie, um dos primeiros a tentar decifrar o enigma da submissão ao poder. E essa ambivalência não foi prerrogativa dos judeus sob o nazismo. Aliás, não custa lembrar que Freud fundou o poder no coração do mito e renovou em profundidade a compreensão da submissão do humano a ele. É só lembrarmos de *Totem e Tabu*, no qual ele nos apresentou a passagem do poder absoluto do pai da horda a um primeiro pacto dos irmãos, até o surgimento do contrato social, de *Moisés e o Monoteísmo*, onde retoma a importância da renúncia – ou seja, da proibição do incesto – para a organização social, e de *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, no qual se debruça sobre o grande homem e a psicologia das massas.

Para concluir, retorno à bela e justa conclusão de Mezan nesse artigo, na qual diz dos que foram capazes de se revoltar e dizer não à tirania: “essa recusa, por alto que seja seu valor moral, não estava ao alcance da imensa maioria dos judeus. Não acrescentemos ao seu triste destino, ao silêncio em que foram assassinados, a injúria de os acusar de terem ido para o sacrifício como carneiros”.

O segundo texto dessa parte é “Nasrah e seus irmãos: sobre os limites da tolerância”, que remete às dificuldades vividas pelos muçulmanos na Holanda e aos integristas. O texto foi originariamente apresentado numa conferência do ciclo “Fronteiras do Pensamento”, como comentário a um fato verídico relatado por uma ativista dos direitos humanos, Ayan Hirsi Ali.

Mezan começa afirmando que a história relatada apresenta duas dimensões: uma político-social e outra de ordem propriamente psicológica. E nem poderia ser diferente, uma vez que toda vez que abordamos o tema do exílio, das migrações, dos integristas e da xenofobia somos obrigados a entender o fenômeno migratório tanto do ponto de vista histórico, político e econômico quanto do ponto de vista da psique de quem abandona sua terra natal e sua língua materna, assim como daquele que frequentemente se sente invadido pelo estrangeiro. Nem preciso dizer que esse texto – e o seguinte – são muito bem-vindos num livro de Psicanálise que aborda fenômenos sociais, visto que basta lermos o jornal cotidianamente para nos sentirmos implicados com aquilo que acontece a milhares de seres humanos no Oriente Médio e África, obrigados a fugir de perseguições políticas, religiosas ou apenas da miséria econômica, para tentar refazer suas vidas na Europa, esse velho/novo mundo, nem sempre acolhedor e compreensível para eles.

Como pontua Mezan, é preciso diferenciar o século XIX e primeira metade do XX dos tempos atuais, em que dominam o multiculturalismo e o politicamente correto. Ele está coberto de razão ao assinalar essa diferença, já que foi a partir da segunda guerra mundial que se deixou de falar de raças e começamos

a falar de etnias, identidades e culturas. E eu acrescentaria que, quanto mais a globalização avança, mais se desenvolve o multiculturalismo como reivindicação de uma identidade inalienável.

Feito isso, nosso autor vai se debruçar sobre a dimensão psicológica dos problemas com os quais podem se defrontar aqueles que se vêm forçados a deixar o seu país. No caso, trata-se de um pai que precisou fugir da Somália por motivos políticos e aporta na Holanda com oito filhos a tiracolo, após sua esposa ter morrido na viagem. Confrontado à tarefa de cuidar de sua prole, fica paralisado e não sabe o que fazer. Não aprende a língua, não procura trabalho, não manda as crianças para a escola; estas, sentindo-se perdidas e sem chão, vão se tornando agressivas. A reação do pai não tem nada de surpreendente, pois é bem sabido que toda experiência de imigração é desestabilizadora e sofrida, ainda que nem todos reajam a ela da mesma maneira. Afinal, espera-se do migrante que aprenda a nova língua e se adapte às novas formas de convivência, para que possa transformar a terra de acolhimento em lugar de vida.

Mas nem todos são capazes disso, e esse pai não o foi. Quanto aos filhos, a questão é mais complexa, pois num determinado momento se verão obrigados a ter que optar entre os valores paternos e os do novo país. Convencidos por uma assistente social a se comportar segundo as regras do país de acolhimento, não tardam a fazê-lo, fato esse que desencadeia a ira do pai: este recupera as meninas, ainda que não tenha nada a lhes oferecer a não ser o integrismo muçulmano. Ele, como tantos outros, se mostrou incapaz de elaborar as transformações identificatórias impostas pelo exílio, e não conseguiu entremear a história do país de origem com aquela do país de acolhimento. Instalou-se na nostalgia e impediu a integração de suas filhas no novo país.

Esse fato questiona não apenas o migrante, mas também as políticas de integração dos Estados que se dispõem a acolhê-los. No caso da Holanda, tentava-se conciliar dois ideais: o de integrar o migrante à sociedade holandesa da melhor maneira possível, mantendo a convicção de que ele tinha o direito de continuar respeitando a cultura de origem. No caso de Nasrah e suas irmãs isso foi impossível, e pôs a nu os limites da tolerância. A verdade é que a tolerância não tem como ser absoluta, nos diz Mezan, com o que concordo integralmente. E em momentos como esse que estamos vivendo a questão só se acirra, de ambos os lados. A verdade é que não há como impor uma suposta igualdade ao outro, e quanto mais o exigimos mais o outro se manifesta como diferente.

Esse belo texto, assim como o seguinte, nos coloca explicitamente o desafio de nos perguntarmos se é possível construir uma sociedade de tolerância que valorize a diferença, sem cair no culto das pequenas diferenças e do politicamente correto. Para tanto, não podemos esquecer que o país de acolhimento tem deveres para com aquele que acolhe, mas que o migrante também os tem em relação ao país que se dispôs a hospedá-lo. Sem isso uma migração não tem como ser bem-sucedida, e o exemplo de Nasrah o confirma. Nisso é característico do mundo em que vivemos, o das reivindicações identitárias embaladas pelo discurso vazio do politicamente correto.

O artigo seguinte – ao qual acabo de me referir – lança um olhar psicanalítico sobre a intolerância, e pode ser lido como uma continuação do anterior, ainda que originariamente tenha sido uma conferência proferida em outro lugar e para outro público. Mais uma vez Mezan é preciso ao mostrar que a tolerância, tal qual a entendemos hoje, é um conceito historicamente datado, que a Psicanálise pode nos ajudar a entender. Em primeiro lugar, ela nos ensina que nada é menos natural no humano que a tolerância para com a diferença do outro, ainda que a vida em sociedade exija conviver com o diferente. Freudianamente, poderia resumir dizendo que a fraternidade está na segregação e o amor do semelhante no ódio ao diferente, a ponto que uma sociedade que se quer fundada no amor desemboca necessariamente em seu oposto, a intolerância. O estrangeiro virá ocupar o lugar daquele que não merece meu amor, e será objeto de agressividade e crueldade. E é para dar fundamento teórico a essa agressividade que Freud, como lembra Mezan, recorre à teoria das pulsões e ao dualismo pulsional, que faz com que, nesse jogo entre Eros e Tânatos, para escapar à autodestruição o indivíduo seja levado a destruir o outro, ainda que sua necessidade de amor contrarie essa pulsão.

Na maioria das vezes, nos lembra ainda o autor, são as pequenas diferenças – postas naquilo que, por

outro lado, se assemelha – que constituem o terreno no qual se fundam os sentimentos de estrangeiridade e hostilidade entre os indivíduos. Posso dizer que, baseada no narcisismo e constantemente alimentada por ele, a intolerância assimila *estrangeiro* a hostil, e não me parece um acaso que o autor conclua seu texto acenando, como já fizera no anterior, para os limites da tolerância. Só posso dizer que ele tem toda a razão, porque é esse limite que as políticas públicas gostariam de esquecer, e que a Psicanálise nos obriga a levar em conta.

Dito isso, passo para a segunda parte do livro, *Cultura*. Dos seis textos que a compõem, vou me deter sobre um que adorei: “Por que lemos romances policiais?” – pergunta que já me fiz várias vezes. Adoro policiais e sempre os li, ainda que durante muito tempo quase em segredo, porque não ficava bem uma candidata a intelectual gostar de romance policial. Pelo menos é o que eu pensava na ingenuidade dos meus 18 anos. Resolvi assumir meu prazer em lê-los no dia em que descobri, não lembro mais onde, que Sartre no final da vida só lia policial. Nem sei se isso é verdade, mas na hora tal informação teve efeito de interpretação, pois pude assumir meu gosto por eles à luz do dia. Nem preciso dizer que a leitura desse texto de Mezan me transportou diretamente para este circuito do prazer ao qual ele se refere. Mas – como em seus textos nada é simples – de lambuja ainda aprendi muito sobre a história do romance policial.

As lembranças apareceram, a de como aprendi inglês lendo Agatha Christie, Dashiell Hammett e Raymond Chandler, uma vez que a curiosidade de descobrir o assassino era maior que minha preguiça de precisar procurar algumas palavras no dicionário, e do quanto me diverti com a irreverência de Arsène Lupin. É com esse mesmo prazer “adolescente” que leio hoje os outros autores por ele citados, que me permitem reencontrar a Itália de minha infância com Montalbano e o comissário Brunetti, partilhar a angústia e os tormentos nórdicos de Kurt Wallander, ou ser seduzida pela inteligência analítica do delegado Espinosa.

Pode não se tratar de uma “literatura de primeira”, como afirmam alguns, mas o fato é que sua leitura é muito prazerosa e lúdica. Quem não gosta de brincar de gato e rato, quem não quer duelar em inteligência com o autor, mesmo sabendo que o risco de perder é grande? Ainda que pouco importe, pois, mesmo que se perca o duelo, ao contrário da vida real isso não estraga o prazer. E se isso assim acontece, nos diz o autor, é porque o encanto se deve em grande parte à transformação de atos de extrema violência num jogo intelectual, que serve de válvula de escape para as nossas emoções.

Confesso que, enredada no circuito de prazer que essa literatura sempre me proporcionou, nunca tinha parado para pensar no porquê. Ainda bem que Mezan o fez por mim, associando esse prazer àquele ao qual Freud se refere em seu texto de 1905, *O Chiste e suas Relações com o Inconsciente*, no qual afirma que o dito espirituoso consiste justamente em dar uma expressão engenhosa e socialmente aceitável para uma intenção ferina, que se formulada de outro modo suscitaria reprovação e não prazer. Tanto no romance policial quanto no chiste deparamos com o mesmo processo, o de um autor que propõe uma espécie de enigma ao ouvinte, obscuro o suficiente para que ele não perceba para onde está sendo levado, a omissão de elementos fundamentais para se chegar à solução procedendo, em ambos os casos, da condensação e do deslocamento.

Essa relação me remeteu, por sua vez, a um texto de Adorno no qual este dizia que o cômico é uma resposta meio amigável e meio hostil ao despeito, uma espécie de desejo de vingança. E, se quiser dar um passo a mais, posso dizer que tanto a trama do romance policial quanto o cômico representado por Charlie Chaplin ou Buster Keaton se dirigem à criança em nós, ao eterno infantil que insiste e persiste. E é justamente esta criança, nos diz Mezan, que a história policial convoca, excita e apazigua. Ele está coberto de razão: ao lermos uma boa história, vibramos como uma criança com a aventura que nos é contada, e uma vez terminada, arquivamos os aspectos mais tenebrosos que tanto nos fizeram vibrar bem longe da consciência. Afinal, conclui ele, era apenas uma história!

Passo agora para a terceira parte do livro, *Psicanálise*. Compõe-se de três artigos: “A Inveja”, no qual faz uma belíssima análise do conto “A Legião Estrangeira”, de Clarice Lispector, “Conrad Stein no Brasil”, e “Prazer de criança: sobre o vínculo entre sublimação e identificação”. Vou me deter nestes dois últimos, porque falam de transmissão e gratidão, dois temas centrais para a Psicanálise, dos quais a meu ver não se

fala o suficiente, ou pelo menos não nos termos que ele faz aqui.

O primeiro deles começa com sua chegada a Paris em 1977, quando jovem doutorando de filosofia que vinha amadurecendo sua vontade de se tornar psicanalista. Liga para Conrad Stein, que não só o recebe como lhe dá cartas de recomendação para alguns colegas, sugere analistas, e o convida para seu seminário no Instituto de Psicanálise. Pergunto-me: como teria sido a estada de Mezan na França sem essa generosa acolhida? Teria ele escrito esse livro, e outros tantos, se isso não tivesse acontecido? É bem provável, mas certamente não leríamos a frase seguinte – a de que foi assim que se iniciou uma das relações mais importantes de sua vida.

Mezan desembarcou em Paris em 1977, justamente quando eu estava voltando para o Brasil, depois de ali ter morado por onze anos. Curiosa coincidência. Mas não é isso que importa aqui, e sim seu belo texto, que fala do bom encontro e da gratidão. Após a inveja no capítulo anterior, trata-se aqui de gratidão. Aqui, mais uma vez ele parte de uma contextualização histórica para nos ajudar a entender o momento que atravessavam a Psicanálise francesa e a brasileira. Na França, após as duas importantes cisões desencadeadas por Lacan com dez anos de intervalo, a “batalha dos cem anos” começava a se acalmar, e o diálogo entre as diferentes correntes da Psicanálise se tornava novamente possível, como podemos constatar na revista *Confrontation*, fundada na época por René Major.

Enquanto isso, no Brasil começavam a ser questionados tanto o monopólio da IPA no que diz respeito à formação dos analistas quanto a predominância teórica e clínica do kleinismo. Esse duplo movimento criou espaço para a criação do Sedes, que virá oferecer uma formação menos rígida e mais heterodoxa, mais aberta ao pensamento de outros autores, entre os quais a escola francesa. E como em Psicanálise é a transferência que move montanhas, será graças à assumida transferência de Mezan com ele, e a convite do Sedes, que Conrad Stein veio ao Brasil, onde passou a ser um autor bastante conhecido e reconhecido. E não é para menos, já que aqui trabalhou intensamente durante duas semanas, transmitindo seu estilo de escuta e inventividade clínica numa maneira simples e direta. O sucesso foi tamanho que, ao mesmo tempo que seus livros iam sendo traduzidos, foi convidado a voltar no ano seguinte para participar de um Congresso no Rio de Janeiro.

Falei em gratidão, e a de Mezan para com seu professor é explícita, visto que o artigo termina dizendo que todo aquele que se dispuser a seguir o caminho aberto por Stein em seus textos, nascidos de um profundo compromisso com a Psicanálise, não terá como não ser marcado por ele. Obrigado, Conrad! diz Mezan; obrigado, Renato!, digo eu.

O texto seguinte é ele também dedicado a Stein. Seu título é “Prazer de criança: sobre o vínculo entre sublimação e identificação”, e é a tradução de um texto publicado originalmente em 2004, num livro organizado por Danièle Brun por ocasião dos seus oitenta anos e intitulado *L'écriture et la parole: mélanges en hommage à Conrad Stein*. Logo no início deste texto, o autor se posiciona eticamente, afirmando que, embora não tenha se tornado um steiniano (ainda bem, pois esse é um vício das ciências humanas em geral e da Psicanálise em particular), assume que ele foi uma das influências mais fortes e fecundas sobre seu estilo de trabalho. É o que eu chamo de transmissão bem-sucedida. O título que lhe veio à mente foi “Uma rosa para seu aniversário”, fruto de uma percepção sobre seus próprios processos psíquicos, o que não deixava de ser uma identificação com o método do mestre, mas para fazer disso algo singular.

Dito isso, ele se lança na importância da música na sua vida, cujo amor lhe foi transmitido por sua mãe, boa pianista. Depois de ter parado de tocar piano durante muitos anos, Renato retoma o estudo desse instrumento, e adivinhem quando? Depois que se tornou pai, não apenas tocando para seus filhos, como de certo modo compondo para eles, ou melhor, escrevendo letras divertidas para eles sobre melodias do repertório clássico. Prazer assumido e partilhado com seus filhos. É esse prazer partilhado, esse reencontro com a própria infância que lhe permite terminar pelo que segue: “Eis aqui meu presente para Conrad Stein: o presente de um menino para outro menino, feito com esses brinquedos de adulto que são a Psicanálise e a escrita. É também um movimento de gratidão, pois, ao contrário da inveja, que visa a privar o outro daquilo que lhe causa prazer, a gratidão consiste em saber receber do outro aquilo que

o outro pode nos dar, e gozar com isso”. Não seria essa uma maneira de dizer que o que Mezan herdou do “pai” soube fazê-lo seu?

Chego agora à quarta parte – Leituras, diálogos. Pouco tenho a acrescentar àquilo que disse no início desta resenha, ou seja, que fiquei profundamente tocada pelo cuidado com o qual ele lê o que escrevem seus colegas, mestres ou alunos. Talvez, se tivesse lido esses prefácios e pequenos ensaios um a um, eles não teriam produzido o mesmo efeito sobre mim. Assim reunidos, revelam um estilo, um estilo generoso, curioso com a produção de seus pares, a quem “escuta” com a mesma atenção, interesse e respeito com que escuta seus pacientes. Sorte dos que puderam usufruir de uma de suas resenhas!

Notas

Políticas de clínica e políticas de formação

1. H.B.C. Rodrigues, “As intervenções grupais – epistemologia ou história das práticas?”, 1989 [mimeo].
2. G.W. Sousa.
3. J. Goldberg e F. Tenório.
4. Apud *História e Memória do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*.
5. G. Deleuze; M. Foucault, “Os intelectuais e o poder”, p. 71.
6. G. Deleuze; M. Foucault, *op. cit.*, p. 71.

O sentido clínico da história

7. R. Koselleck, “Historia Magistra Vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”, in *Futuro passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos.
8. São tantos os trabalhos que se apropriam desse tema que escolherei apenas um. Trata-se de um livro clássico e de visão panorâmica, no qual vislumbramos certas formas de tensão decorrentes da entrada da Idade Moderna. Ver: R. Chartier (org.) *História da vida privada, vo. 3 – da Renascença ao século das luzes*.
9. S. Freud, “Los recuerdos encubridores”, *Obras completas*, tomo I.
10. S. Freud, “El ‘Block’ Maravilloso”, *Obras completas*, tomo III.
11. S. Agostinho, “Livro XI: o homem e o tempo”, in *Confissões*.
12. T. Ab’Saber. *A música do tempo infinito*.
13. Conceitos criados por Koselleck que definem a dialética do tempo presente, em que cada indivíduo e o coletivo concebem o tempo histórico no diálogo com o que passou e o que virá, de tal forma que a variação de um opera uma necessária variação no outro. R. Koselleck. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”, in *Futuro passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos.
14. A. Tocqueville, *De la Démocratie em Amérique*, apud R. Koselleck, 2012, p. 332.
15. Refiro-me aos ensaios sobre literatura e poesia do autor mexicano O. Paz, *Signos em rotação*.
16. W.B. Yeats, *Collected Poems*.
17. Para uma leitura reflexiva e condensada sobre o tema do tempo em Psicanálise, ver S.L. Alonso, “O tempo que passa e o tempo que não passa”.
18. Faço referência ao conceito de *mundo líquido* criado por Zygmunt Bauman.
19. Faço referência ao espaço analítico proposto por Pierre Fédida, ao pensar o trabalho do *sinistro* no campo transferencial. P. Fédida, “A angústia na contratransferência ou o sinistro (a inquietante estranheza da transferência)”, in *Clínica psicanalítica: estudos*.
20. Ver W. Benjamin, “O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”, in *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*.
21. Entre os muitos livros que abordam o tema da *performance*, aquele que me ocorre quando reflexiono sobre as narrativas, principalmente por tratar da mesma problemática sobre a capacidade de narrativas formadoras de signos comuns, é P. Zumthor, *Performance, recepção e leitura*.
22. T.S. Eliot, “Tradição e talento individual”, in *Ensaaios*.
23. M. Caffé, “Memória: a construção de uma narrativa”, in *Crítica à normalização da Psicanálise*.

“Bons encontros” com o pensamento de André Green

24. Texto apresentado no evento “André Green: diálogos”, em 26 out. 2013, organizado pela revista *Percurso* no Instituto Sedes Sapientiae.
25. A. Green, *El pensamiento clínico*, p. 33.
26. S. Alonso, Considerações sobre a realidade e a temporalidade a partir de “Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci”, in *Freud: Um ciclo de leituras*.
27. A. Green, *Revelações do inacabado: sobre o cartão de Londres de Leonardo da Vinci*.
28. A. Green, *op. cit.*, p. 30.
29. A. Green, *op. cit.*, p. 92.
30. A. Green, *op. cit.*, p. 94.
31. S. Alonso, *O tempo, a escuta, o feminino*.
32. A. Green, El tiempo fragmentado.
33. A. Green, *op. cit.*, p. 103.
34. A. Green, *op. cit.*, p. 143.
35. A. Green, *op. cit.*, p. 112.
36. A. Green, *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*, p. 274.
37. A. Green, *op. cit.*, p. 274.
38. A. Green, *Orientações para uma psicanálise contemporânea*, p. 140.
39. A. Green, *El tiempo fragmentado*, p. 135.
40. A. Green, *De locuras privadas*, p. 68.
41. A. Green, *op. cit.*, p. 69.
42. A. Green, *op. cit.*, p. 84.
43. A. Green, *El pensamiento clínico*, p. 12.

O manejo clínico na loucura histórica

44. Esta análise transcorreu em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), durante dois anos, com frequência de duas a três vezes por semana.
45. Evangelho de Lucas.
46. Essa articulação entre a submissão absoluta ao Outro e o imperativo de gozo do superego tirânico também nos permite compreender o porquê de atos extremos se constituírem como estruturais em qualquer forma de fundamentalismo religioso. Aqui, os homens-bomba são os exemplos por excelência.
47. Para mais considerações sobre o tema, ver D.R. Lirio, “O manejo clínico na psicose: estratégias para o fortalecimento da identidade”.
48. J. Lacan, *O seminário. Livro 10: a angústia*, p. 135.

49. Apud L.S. Alonso; M.P. Fuks, *Histeria*, p. 196.
50. J. Lacan, *op. cit.*, p. 134.
51. J. Lacan, *O seminário. Livro 5: as formações do inconsciente*.
52. J. Lacan, *op. cit.*
53. S. Freud, *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*.
54. J. Lacan, "O simbólico, o imaginário e o real", in *Nomes-do-Pai*, p. 33.
55. J. Lacan, *op. cit.*, p. 33.
56. Entendemos assim o porquê de alguns analisandos sentirem como uma *punição injusta* quando são instados a *pagar* por uma *falta* pela qual não seriam culpados.

Sonhos, para que te quero?

57. S. Freud, "Revisão da teoria dos sonhos", in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 22, p. 18.
58. M. Schur, *Freud: vida e agonia, uma biografia*, vol. 1.
59. S. Freud, "A interpretação dos sonhos II", in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 5.
60. S. Freud, Revisão...
61. S. Freud, "A dissecação da personalidade psíquica" in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 22, p. 78.
62. S. Freud, *op. cit.*, p. 80.
63. S. Freud, "Conferência XVIII: Fixação em traumas – o inconsciente" in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 16, p. 292.
64. S. Freud, "O ego e o id", in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 19.
65. S. Freud, "Sobre o narcisismo: uma introdução", in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 14, p. 98.
66. S. Freud, A dissecação..., p. 70.
67. S. Freud, Revisão..., p. 25.
68. S. Freud, *op. cit.*, p. 29.
69. Consciente, pré-consciente e até mesmo inconsciente.
70. S. Freud, "Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos", in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 14.
71. Funcionamento, não estrutura.
72. S. Freud, Revisão..., p. 30.
73. S. Freud, "Projeto para uma psicologia científica" in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 1.
74. Falamos de uma resistência obscura, primordial, que parece prover do contato do Ego com o Id, e que, embora não postulada de forma categórica por Freud em 1933, possibilita essa interlocução.
75. S. Freud, Revisão..., p. 24.
76. S. Freud, *op. cit.*, p. 30.
77. S. Freud, A dissecação..., p. 80.
78. S. Freud, "Ansiedade e vida instintual", in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 22, p. 92.
79. S. Freud, Revisão..., p. 22.
80. S. Freud, *op. cit.*, p. 22.
81. S. Freud, *op. cit.*

Clínica psicanalítica e política sob tensão

82. Trabalho apresentado em sua versão preliminar no IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, em São Paulo, entre 20 e 23 de novembro de 2014. Agradeço a Sílvia Nogueira de Carvalho e a Sergio Zlotnic, pelos comentários feitos, contribuindo para a revisão final.
83. Ver N. Elias, *O processo civilizatório*; L. Rozitchner, *Freud e o problema do poder*; S. Zizek, *Um mapa da ideologia*.
84. J. Lacan, *O desejo e sua interpretação*, p. 41-42.
85. Tem-se aqui como referência os três tipos de ideologia que Zizek descreve – *em-si, para-si, em-si-para-si*. Para uma discussão mais aprofundada sobre tais referências e sobre a noção de ideologia, ver T.C. Matheus, *Adolescência*, p. 70-79; Zizek, *op. cit.*, p. 7-38.
86. Parte do argumento seguinte encontra-se desenvolvido em *Adolescência*, cap. 3.
87. M. Plon, "Da política em *O mal-estar ao mal-estar da política*", p. 148, 156.
88. A. Teixeira, "A estrutura trágica da ética em J. Lacan", p. 156.
89. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 249.
90. Nome fictício, bem com vários dados aqui apresentados sobre o caso, a fim de preservar a privacidade do paciente.
91. Sobre o tema, ver M.E. Costa Pereira, *Pânico e desamparo*.
92. Não se trata da conquista da felicidade ou satisfação do sujeito, mas da implicação do analista com o desafio de favorecer ao sujeito a escuta de seu inconsciente e, com isso, poder assumir a função de ser seu próprio analista, o que, em última instância, é o caminho mais fecundo para enfrentar o desafio do restabelecimento da capacidade de rendimento e gozo do sujeito, como propõe Freud (*El Método Psicoanalítico de Freud*, p. 241).
93. S. Freud, *Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis*, p. 165.
94. S. Freud, *El malestar en la cultura*.
95. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*.
96. Plon os caracteriza como textos políticos de Freud (*op. cit.*).

A perplexidade de Alice

97. P. Schilder, "Psychoanalytic Remarks on *Alice in Wonderland* and Lewis Carroll", *apud* G. Martin, "About the symbolization of Alice's adventure in Wonderland".
98. M. Grotjahn, "About the Symbolization of Alice's Adventures in Wonderland", p. 36.
99. J. Skinner *apud* M. Grotjahn, *op. cit.*, p. 37.
100. P. Greenacre *apud* H. Kohut, "Beyond the Bounds of the Basic Rule – Some Recent Contributions to Applied Psychoanalysis", p. 582.
101. P. Greenacre *apud* H. Kohut, *op. cit.*
102. P. Greenacre, "'It's my own invention' – a special screen memory of Mr. Lewis Carroll, its form and its history".
103. P. Greenacre, "The mutual adventures of Jonathan Swift and Lemuel Gulliver. A study in pathography".
104. J.M. Schneck, "Micropsia".

105. M. Gabriele, "Alice in Wonderland: Problem of identity – Agressive content and form control".
106. M. Gabriele, *op. cit.*, p. 378-379.
107. J.C. Solomon, "Alice and the Red King – The Psycho-Analytic View of Existence".
108. J. Lacan, Homenagem a Lewis Carroll. Disponível em: <http://www.ub.edu/las_nubes/archivo/15/nubesyclaros/textos/lacan.html>.
109. C. Lane, "Lewis Carroll and psychoanalysis: why nothing adds up in wonderland".
110. O descompasso entre os bons modos de Alice e a desalinhada senão agressiva resposta por parte de seus interlocutores, que atribuímos aos mal-entendidos decorrentes da inconstância da língua, a revelar a estranheza de situações supostamente familiares, poderia ser entendido também como uma referência às relações do império britânico com os povos colonizados, a imposição de sua lei em confronto com a lei dos povos subjugados. Assim, veríamos, de um lado, a inglesa Alice encontrando os "exóticos" povos de outros mundos – como a lagarta que fuma narguilé, o que a caracteriza como um ser não europeu – que, por não seguirem os códigos "civilizados", são vistos com condescendência e superioridade. Por outro lado, a estrita formalidade da etiqueta ostentada por Alice é apenas a outra face da brutalidade exercida pelo império para manter as colônias sob controle. Vale lembrar que o narguilé remete à imoral Guerra do Ópio travada entre Inglaterra e China, e encerrada em 1860, cinco anos antes do lançamento do livro de Carroll.
111. R. Tardivo, "Literatura e Psicanálise: a poética de Raduan Nassar".
112. I. Kadaré, *Abril despedaçado*.
113. P. Butcher; A. Müller, *Abril despedaçado – história de um filme*, p. 78-81.
114. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 78.
115. Meus objetivos neste artigo não se centram na questão da transposição do livro para o filme; por isso, apenas eventualmente retomarei o romance.
116. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 86. Walter Salles teria se inspirado na forma com que o cineasta russo "usou para filmar a máquina que separa o leite da nata". Vale lembrar que em *Vidas secas* (1963), filme de Nelson Pereira dos Santos, uma bolandeira também comparece relacionada à clausura da família sertaneja.
117. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 89-90.
118. S. Freud, *O mal-estar na civilização*.
119. S. Freud, *op. cit.*, p. 118.
120. J.F. Costa, "Último Dom da Vida (*Abril despedaçado*)".
121. A sequência em que o dono da mercearia, interpretado por Othon Bastos, paga um valor menor pela rapadura, escancarando a opressão em que vive o sertanejo, dialoga com cenas célebres do cinema brasileiro, como a relação entre o coronel Moraes e o vaqueiro Manuel em *Deus e o Diabo na terra do Sol* (1964, Glauber Rocha), e o acerto de contas de Fabiano, em *Vidas secas* (1963, Nelson Pereira dos Santos).
122. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 180.
123. J.F. Costa, *op. cit.*
124. S. Freud, *op. cit.*
125. J.F. Costa, *op. cit.*
126. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 84.
127. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 173.
128. M. Horkheimer; T. Adorno. *Temas básicos de sociologia*.
129. A. Bosi, *Ideologia e contraideologia*, p. 66-67.
130. M. Horkheimer; T. Adorno, *op. cit.*, p. 203.
131. O. Matos, *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*, p. 59.
132. P. Butcher; A. Müller, *op. cit.*, p. 85.
133. Alterando o dito popular que diz: "Em terra de cego, quem tem um olho é rei".
134. Em francês, porte-parole.
135. *O grupo e o sujeito do grupo – elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
136. Arriguicci Jr., D. "Teoria da Narrativa: Posições do Narrador". *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 31, n. 57, p. 9-43, 1998.
137. Tanis, B. "A escrita, o relato clínico e suas implicações éticas na cultura informatizada". *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 49, n.1, p.179-192.
138. MacDougall, J. *Alegato por uma certa anormalidade*. Paidós: Buenos Aires, p. 56.
139. Refiro-me a defesas que impedem o processamento psíquico da vivência, modalidades de cisão, clivagem ou recusa que, em última análise, comprometem o processo de simbolização primária (Roussillon) dando lugar a diferentes possibilidades de formações sintomáticas não neuróticas.
140. Roussillon, R. *Primitive Agony and Symbolization*. Karnak Books: London, 2011.

LEITURAS

Da lógica ao encontro

141. Mais detalhes a respeito no cap. 4, "Diagnóstico da modernidade e perspectivismo ameríndio".
142. Agradeço a C.I.L. Dunker a possibilidade de conversar sobre alguns dos tópicos mais inéditos ou complexos do seu livro durante as leituras preliminares à elaboração desta resenha.

Orientação profissional

143. C. Dejours, "Sofrimento, prazer e trabalho", in *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: Fundap, EAESP/FGV, 1999. *Apud* Sampaio Leite.
144. Green, A. *Psicoanálise AP de BA*, vol. XV, n. 1, 1993.

A psicanálise e seu análogo

145. F. Herrmann, *Andaimos do Real – A construção de um pensamento*, São Paulo, Casa do Psicólogo 2007(2004); M. Taffarel, *O método psicanalítico: sua identificação desde a história da psicanálise e sua relação com o método das ciências*. Tese de doutorado, São Paulo, PUCSP, 2005.
146. A autora nos remete para F. Herrmann, *andaimos do Real: O Método da Psicanálise I*, São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 196-202, cap. "Do Interpretante".

Palavras sepultadas sobre um morto-vivo

147. Direção: Pawel Pawlikowski; elenco: Agata Kulesza, Agata Trzebuchowska, Dawid Ogrodnik e participação especial de Joanna Kulig; roteiro: Pawel Pawlikowski e Rebecca Lenkiewicz; produção: Eric Abraham, Piotr Dzieciol, Ewa Puszczyńska; diretor de fotografia: Lukasz Zal e Ryszard Lenczewski; edição: Jaroslaw Kaminski; título original: *Ida*; duração: 80min. (<http://www.zetafilmes.com.br/2015/filme.php?id=8>)
148. S. Freud, *Totem e tabu* (1913), *Obras completas*, ed. Imago, vol. XIII, p. 188.
149. T. Mazzarela, *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo, Escuta. 2006, p. 102.
150. N. Abraham e M. Torok, *A casca e o núcleo*. Trad. Maria José R. F. Coracini. São Paulo, Escuta, 1995, p. 238.

Her majesty, hysteria!

151. J. L. Borges, "Sobre o Rigor na Ciência", in *História universal da infâmia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1982.
152. J. L. Borges, "O idioma analítico de John Wilkins", in *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
153. Respectivamente, *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde*, publicada pela Organização Mundial da Saúde e atualmente em sua décima versão, e *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, publicado pela Associação Americana de Psiquiatria e atualmente em sua quinta edição.
154. U. Eco, *A busca da língua perfeita*. Bauru: EDUSC, 2001.
155. Ambulatório de Transtornos Somatoformes do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

